



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

INQUI

**RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO
SETORIAL 2019**

**CAMPO GRANDE, MS
2019**

COMISSÃO SETORIAL DE AVALIAÇÃO

Instrução de Serviço nº 56 /INQUI, de 21 de Novembro de 2018

Docentes:

Giuseppe Abíola Câmara da Silva

Leandro Moreira de Campos Pinto

Técnico-administrativos:

Leopoldo Albigesi Barbosa

Luciana Marçal Ravaglia

Representante Discente:

Simone Reis Santos

DIRIGENTE DA UNIDADE

Prof. Dr. Lincoln Carlos Silva de Oliveira

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 UNIDADE SETORIAL	9
2.1 Histórico	9
2.2 Planejamento de desenvolvimento da unidade	12
3 AVALIAÇÃO DA UNIDADE	13
3.1 EIXO 1 - Planejamento e Avaliação Institucional	13
3.1.1 Dimensão 8: Planejamento e Avaliação	13
3.1.1.1 Processo de autoavaliação na Unidade	13
3.1.1.2 Avaliações externas	15
3.1.1.3 Percepção da comunidade acadêmica	17
3.2 EIXO 2 – Desenvolvimento Institucional	24
3.2.1 Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	25
3.2.2 Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição	31
3.3 EIXO 3 - Políticas Acadêmicas	31
3.3.1. Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão	31
3.3.1.1 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação	31
3.3.1.2 Percepção da comunidade acadêmica sobre as políticas de ensino de graduação	32
3.3.1.3 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	37
3.3.1.4 Percepção da comunidade acadêmica sobre as políticas de ensino de pós-graduação	39
3.3.1.5 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural.	42
3.3.1.6 Percepção da comunidade acadêmica sobre as políticas de pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural	43
3.3.1.7 Políticas institucionais de desenvolvimento da extensão, cultura e esporte	47
3.3.1.8 Percepção da comunidade acadêmica sobre as políticas institucionais de desenvolvimento da extensão, cultura e esporte	48
3.3.1.9 Política institucional de acompanhamento dos egressos	53
3.3.1.10 Percepção da comunidade acadêmica sobre a política institucional de acompanhamento dos egressos	53
3.3.1.11 Política institucional para internacionalização	56

3.3.1.12	Percepção da comunidade acadêmica sobre a política institucional para internacionalização	57
3.3.2	Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade	62
3.3.2.1	Comunicação da Unidade Setorial com a comunidade interna e externa	62
3.3.2.2	Percepção da comunidade acadêmica sobre a comunicação da UFMS com a comunidade interna e externa	63
3.3.3	Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes	71
3.3.3.1	Política de atendimento aos discentes	71
3.3.3.2	Percepção da comunidade acadêmica sobre a política de atendimento aos discentes	73
3.3.3.3	Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos	78
3.3.3.4	Percepção da comunidade acadêmica sobre as políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos	79
3.4.1	Dimensão 5: Políticas de Pessoal	82
3.4.1.1	Titulação do corpo docente	83
3.4.1.2	Política de capacitação docente e formação continuada	83
3.4.1.3	Percepção da comunidade acadêmica sobre a política de capacitação docente	84
3.4.1.4	Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo	87
3.4.1.5	Percepção da comunidade acadêmica sobre a política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo	88
3.4.2	Dimensão 6: Organização e Gestão de Instituição	90
3.4.2.1	Processos de gestão institucional	90
3.4.2.2	Percepção da comunidade acadêmica sobre os processos de gestão institucional	92
3.4.3	Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira	97
3.4.3.1	Sustentabilidade financeira	97
3.4.3.2	Percepção da comunidade acadêmica sobre a sustentabilidade financeira	98
3.5	EIXO 5 - INFRAESTRUTURA	100
3.5.1	Dimensão 7: Infraestrutura Física	101
3.5.1.1	Instalações administrativas	101
3.5.1.2	Percepção da comunidade acadêmica sobre as instalações administrativas	103
3.5.1.3	Salas de aula	106
3.5.1.4	Percepção da comunidade acadêmica sobre as salas de aula	107
3.5.1.5	Auditório	109
3.5.1.6	Percepção da comunidade acadêmica sobre o auditório	110

3.5.1.7 Sala de professores e espaços para atendimento aos discentes	113
3.5.1.8 Percepção da comunidade acadêmica sobre as salas de professores e espaços para atendimento aos discentes	114
3.5.1.9 Espaços de convivência e de alimentação	117
3.5.1.10 Percepção da comunidade acadêmica sobre os espaços de convivência e de alimentação	117
3.5.1.11 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física	121
3.5.1.12 Percepção da comunidade acadêmica sobre os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física	122
3.5.1.13 Infraestrutura física e tecnológica destinada à CSA	125
3.5.1.14 Percepção da comunidade acadêmica sobre a infraestrutura física e tecnológica destinada à CSA	126
3.5.1.15 Biblioteca: infraestrutura	126
3.5.1.16 Percepção da comunidade acadêmica sobre a infraestrutura da Biblioteca	126
3.5.1.17 Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente	126
3.5.1.18 Percepção da comunidade acadêmica sobre as salas de apoio de informática ou estrutura equivalente	127
3.5.1.19 Instalações sanitárias	131
3.5.1.20 Percepção da comunidade acadêmica sobre as instalações sanitárias	131
3.5.1.21 Infraestrutura tecnológica	134
3.5.1.22 Percepção da comunidade acadêmica sobre os recursos de tecnologias de informação e comunicação	134
4 AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	138
4.1 Curso de LICENCIATURA EM QUÍMICA	138
4.1.1 Organização didático-pedagógica	138
4.1.1.1 Objetivos do curso e perfil do egresso	139
4.1.1.2 Conteúdos curriculares e metodologia	142
4.2 Curso de Bacharelado em Química Tecnológica	145
4.2.1 Organização didático-pedagógica	145
4.2.1.1 Objetivos do curso e perfil do egresso	146
4.2.1.2 Conteúdos curriculares e metodologia	148
4.3 Curso de Engenharia Química	150
4.3.1 Organização didático-pedagógica	150
4.3.1.1 Objetivos do curso e perfil do egresso	151
4.3.1.2 Conteúdos curriculares e metodologia	155

4.4 Apoio ao discente	165
4.4.1 Apoio aos discentes do curso de Licenciatura em Química	165
4.4.2 Apoio aos discentes do curso de Bacharelado em Química	166
4.4.3 Apoio aos discentes do curso de Engenharia Química	167
4.5 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	170
4.6 Corpo docente e tutorial	174
4.6.1 Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE)	175
4.6.2 Atuação do(a) coordenador(a) de Curso de graduação	177
5 BALANÇO CRÍTICO	181
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
7 REFERÊNCIAS	184

1 INTRODUÇÃO

A Comissão Setorial de Avaliação (CSA) do Instituto de Química (INQUI), por meio deste Relatório, apresenta o desenvolvimento do processo de autoavaliação institucional, orientado pela Comissão Própria de Avaliação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, conforme as determinações da Lei n.º 10.861/2004. São descritas as etapas de execução da autoavaliação institucional no âmbito da Unidade Acadêmicas Setoriais - UAS, que compreendem a sensibilização, acompanhamento do preenchimento da consulta à comunidade, tratamento e análise dos resultados, divulgação para os membros do INQUI, acompanhamento e registro de decorrências da autoavaliação e balanço crítico.

O objetivo deste relatório é disseminar aos estudantes, professores, técnico-administrativos, coordenadores de cursos e diretores de unidades, a percepção da comunidade sobre o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, especificamente no âmbito do INQUI, apontando as potencialidades e fragilidades, bem como subsidiar a CPA na elaboração do Relatório Anual de Autoavaliação Institucional da UFMS.

Além da divulgação dos processos e resultados à comunidade, intenta-se desenvolver uma cultura de avaliação institucional, o que significa estimular a ação cidadã de participação na esfera pública, o processo reflexivo contínuo sobre a qualidade das ações institucionais e seus vínculos com as demandas sociais, a relação de efetivo pertencimento dos membros da comunidade universitária ao espaço da universidade e que a utilização dos processos avaliativos possam subsidiar os diferentes níveis de gestão da universidade.

Este Relatório está estruturado em quatro partes. Na primeira consta a contextualização da Unidade Administrativa Setorial, seu histórico e o desenvolvimento do planejamento da respectiva UAS.

Na segunda parte são expostos os resultados da avaliação relativos ao ano de 2019. A escolha em apresentar esses resultados por eixos e dimensões da avaliação, conforme definidos no art. 3º da Lei nº 10.861/2004, deve-se ao fato de que os Relatórios das CSAs subsidiam o Relatório Anual de Autoavaliação Institucional da UFMS, regido pela Nota Técnica nº 65/2014, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que define o Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional, a partir

de 5 eixos: Planejamento e Avaliação Institucional; Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão e Infraestrutura Física. Neste relatório, em especial, não será abordado o Eixo 2: Desenvolvimento Institucional, que compreende as Dimensões 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e a Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição.

Para melhor articular os eixos, dimensões e indicadores, da avaliação interna e externa, foram utilizados os indicadores dos instrumentos de avaliação externa para Credenciamento e Recredenciamento de Instituições e também para Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos. Esses indicadores nortearam a reestruturação das questões presentes nos instrumentos de coleta - a consulta à comunidade, de modo a permitir maior articulação entre o diagnóstico que a UFMS faz de si e os aspectos a serem avaliados nas avaliações externas.

Na terceira parte é feito o Balanço Crítico da CSA do INQUI, em que são pontuados avanços e fragilidades do processo avaliativo, bem como propostas de ação para o ano subsequente. Na quarta e última parte são expostas as considerações finais.

2 UNIDADE SETORIAL

2.1 Histórico

Em 1981, a UFMS iniciou a implantação do curso de Licenciatura Plena em Química, com 20 alunos, autorizado pela portaria RTR/UFMS 91-A, de 20/10/1980, e reconhecido pela portaria MEC 476, de 19/11/1984 (publicada no Diário Oficial da União em 22/11/1984), juntamente com outros cursos no campus de Campo Grande (Biologia, Física Matemática, Pedagogia e Educação Artística).

Em 1990 foi implantado o curso de Bacharelado em Química Tecnológica, também com 20 alunos, autorizado pela resolução COUN/UFMS 27, de 20/9/1990, e reconhecido pela portaria MEC 476, de 19/11/1984 (publicada no Diário Oficial da União em 22/11/1984).

No ano de 2019, foi implementado o curso de Engenharia Química, com 35 vagas, autorizado pela Resolução nº 59/2019-COUN, de 04 de julho de 2018. O Curso de Engenharia Química da UFMS, projeto discutido e gestado por longo período, surge como proposta de ampliação de oferta de vagas em modalidade de curso ainda não existente nas universidades públicas do estado Mato Grosso do Sul, visando oferecer ao mercado de trabalho profissionais qualificados para o atendimento das demandas das indústrias do setor e afins.

Em 1996 o Programa de Pós-Graduação em Química em nível de Mestrado foi recomendado pela CAPES, sendo implantado no Departamento de Química no primeiro semestre de 1997. Originalmente o programa contava com duas áreas de concentração: Química Orgânica e Físico-química, totalizando 10 vagas anuais. Em 2006 teve início o Programa de Pós-Graduação em Química em nível de Doutorado, na forma de convênio celebrado entre a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), e a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com enfoque em pesquisas sobre Química do Cerrado e do Pantanal. Em 2012, após processo de reestruturação do Curso em nível de Mestrado, foi criada uma única área de concentração – Química, e nove linhas de pesquisa. Neste mesmo ano foi recomendado pela CAPES o

desmembramento do Programa Multiinstitucional e a criação do Programa de Pós-Graduação em Química da UFMS, agora com os níveis de mestrado e doutorado.

No que se refere à evolução do nível de titulação dos nossos docentes, em 1989, o corpo docente do Departamento de Química compunha-se por 61% de mestres, 11% de doutores e 28% de docentes que cursavam Doutorado. Em 2002 essa composição já era de 69% de doutores, 10% que cursavam Doutorado e 21% com Estágio Pós-Doutoral. Em 2013, quando da reorganização da estrutura da universidade, o Departamento de Química tornou-se o Instituto de Química da UFMS. A implantação dos cursos de graduação e pós-graduação possibilitou ao antigo Departamento de Química ampliar seu quadro docente, e atualmente o Instituto de Química (INQUI/UFMS) congrega 31 docentes em efetivo exercício, 30 dos quais com título de Doutor (96,7 %) e um com título de Mestre e fase de doutoramento.

De 1985 a 2002, formaram-se em Licenciatura em Química 116 alunos e, de 2003 a 2012, outros 63. De 1994 a 2002, concluíram o Bacharelado em Química 74 alunos, número que se elevou a 103 no período de 2003 a 2012. Totalizam-se assim 356 profissionais da área de Química colocados no mercado de trabalho.

Cabe ressaltar que, desse total de egressos dos cursos de Química da UFMS, 16,66% dos licenciados e 33,33% dos bacharéis cursaram pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado ou pós-doutorado. Atualmente o Instituto de Química conta com 457 alunos matriculados: 320 de graduação (Bacharelado em Química Tecnológica, Licenciatura em Química e Engenharia Química) e 137 de pós-graduação (Mestrado e Doutorado em Química e Mestrado Profissional em Química).

O curso de mestrado do programa de pós-graduação em química, por sua vez, já titulou 260 mestres desde a sua implementação em 1997. O curso de doutorado formou 12 doutores no programa em associação (UFU-UFG-UFMS), que durou de 2006 a 2013. Desde que se tornou um curso independente (2013), o doutorado do PPG Química formou 81 doutores. O Mestrado profissional em Química, implementado em 2017, ainda não tem concluintes.

No que se refere à infraestrutura, em setembro de 1989 foi concluída a construção de um prédio para o então Departamento, com área de 2.500 m². Em outubro de 2000 foi também concluído um bloco de 120 m² para abrigar as disciplinas da área de Tecnologia, seguido, em 2003, pelo novo Laboratório de Pesquisa 5, com 226 m². Em novembro do mesmo ano, um prédio de 1.400 m² foi entregue, com salas de aula para graduação e pós-graduação e um anfiteatro, onde são realizadas defesas, seminários, palestras e outras cerimônias. Em 2004 foi inaugurado o Laboratório de Combustíveis (LabCom), de 200 m², contendo instalações e equipamentos destinados à prestação de serviços de controle de qualidade e a pesquisas relacionadas à área. Recentemente este laboratório estabeleceu uma parceria público-privada com a Copagaz, empresa do grupo Zahran que atua no mercado de distribuição e comercialização de gás liquefeito de petróleo (GLP), e a Superinspect, empresa que opera nas áreas de supervisão, vistoria e inspeção de produtos. Nesse acordo de cooperação a UFMS irá monitorar o gás liquefeito de petróleo que será importado da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) e comercializado no estado e na região Centro-Oeste.

Logo após, foi concluída a construção do Laboratório de Pesquisa 6. Em novembro de 2016 foi inaugurado um novo prédio de 1200 m² em dois pavimentos, para abrigar salas de docentes, laboratórios e salas de aulas.

Atualmente, as instalações do Instituto de Química abrangem seis salas de aula para o ensino de graduação, três para o ensino de pós-graduação, um anfiteatro, quatro laboratórios de ensino, um laboratório de tecnologia industrial, dez laboratórios de pesquisa, duas salas de equipamentos para ensino e quatro de equipamentos para pesquisa, uma sala para técnicos e auxiliares de laboratório, uma oficina de vidraria, um almoxarifado de produtos químicos, 10 salas para professores, uma sala de informática para alunos, duas secretarias, salas para a coordenação de curso de graduação e de pós-graduação, uma sala de direção do setor e uma sala de estudo para alunos de pós-graduação, além de salas para o Programa de Educação Tutorial (PET), o Programa de Treinamento de Professores do Ensino Fundamental e Médio, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e para atividades dos Programas de Extensão na área de Ensino de Química.

2.2 Planejamento de desenvolvimento da unidade

De acordo com o PDU do INQUI, e em consonância com as propostas expressas nos últimos relatórios, em 2019 este instituto passou a oferecer o curso de graduação em Engenharia Química, com 35 vagas anuais. Também foram feitas melhorias de infraestrutura (manutenção de banheiros, adequação de todas as salas de aula para oferta de aulas com projetores, etc.). A respeito das altas taxas de evasão, abordadas em relatórios anteriores, tem havido um contínuo esforço para oferta de vagas para monitores nas disciplinas que mais reprovam, embora nem sempre estas ofertas sejam aproveitadas. Uma das fragilidades do INQUI diz respeito à falta de investimentos nos laboratórios de ensino. Alguns equipamentos foram adquiridos, mas estes se destinam a suprir as necessidades do novo curso de Engenharia Química, enquanto que os cursos pré-existentes carecem de investimento tanto em itens de custeio de baixo valor quanto em equipamentos de médio porte.

3 AVALIAÇÃO DA UNIDADE

Neste item são expostos os eixos considerados para autoavaliação da unidade e suas respectivas dimensões, conforme a Lei nº 10.861/2004, observando-se a descrição dos aspectos analisados em cada eixo, suas fragilidades e potencialidades.

3.1 EIXO 1 - Planejamento e Avaliação Institucional

O Eixo 1 é composto apenas pela dimensão Planejamento e Avaliação, congregando o planejamento da autoavaliação institucional da UAS, seus resultados, potencialidades e fragilidades, bem como resultados das avaliações externas.

3.1.1 Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

Neste subitem são apresentadas informações sobre o planejamento e a execução da autoavaliação institucional no âmbito da unidade, os resultados das avaliações externas dos cursos e as ações corretivas decorrentes da autoavaliação.

3.1.1.1 Processo de autoavaliação na Unidade

O processo de avaliação na Unidade é coordenado pela Comissão Setorial de Avaliação - CSA, sob coordenação geral da Comissão Própria de Avaliação - CPA, em consonância com a Proposta de Autoavaliação Institucional da UFMS.

As CSAs são instituídas por meio de Instrução de Serviço das Unidades de Administração Setorial e têm o seu funcionamento regulamentado pela Resolução COUN n.º 57, de 13 de junho de 2017 da UFMS.

A CSA-INQUI é composta assegurando a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, como apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Representação da Comunidade Acadêmica na CSA

Segmento	Membros da CSA	Total na Unidade	Percentual
Docentes	2	34	7,3 %
Discentes	1	412	88,0 %
Técnicos-administrativos	2	22	4,7 %

Fontes: SIAI/AGETIC (2019), SIGPOS e Plataforma Sucupira

Tabela 2 - Canais utilizados no processo de sensibilização dos segmentos da UAS, por frequência de tempo

Canais	FREQUÊNCIA			
	Diária	Semanal	Mensal	Única vez
WhatsApp	--	--	--	X
Facebook	--	--	--	--
Página da UFMS	--	--	--	X
Página da Unidade	--	--	--	X
Email	--	--	X	--
Palestras	--	--	--	X
Siscad	--	--	--	X
Comunicações pessoais	X	--	--	--

Fonte: Plano de atividades da CSA (2019). As apresentações foram feitas uma vez para cada um dos segmentos que compõem a unidade.

A adesão da comunidade acadêmica do INQUI em 2019 está apresentada na Tabela 3. Ao longo de 2019, os membros da CSA-INQUI sensibilizaram os segmentos do INQUI através de reuniões gerais com os docentes e alunos do instituto, além de lembretes diários sobre a importância do processo de avaliação institucional como uma etapa indispensável para o levantamento de nossos pontos fortes e das fragilidades, que compõem o cenário necessário à adoção de medidas estratégicas de curto, médio e longo prazo. A CSA-INQUI também deixou claro que a adesão de um maior número de participantes em cada segmento torna o processo de autoavaliação mais representativo dos anseios da comunidade. Acreditamos que o processo de sensibilização tenha sido bem-sucedido, como demonstram as taxas de adesão expressas na Tabela 3, embora a autoavaliação 2019-2 tenha apresentado menores índices de participação.

Tabela 3 - Adesão dos diferentes segmentos na autoavaliação institucional

Segmentos	2019-1		2019-2	
	Número	%	Número	%
Diretor	1	100,00	--	--
Coordenadores de graduação	1	100,00	--	--
Coordenadores de pós-graduação	2	100,00	--	--
Docentes	30	88,24	--	--
Estudantes de graduação	105	32,92	67	24,36
Estudantes de pós-graduação	67	50,38	39	28,47
Técnicos-administrativos	17	77,27	--	--

Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Outro aspecto que merece menção é que os problemas relativos à falta de alguns dados no sistema (especialmente de alunos de pós-graduação) ocorridos no último ano foram sanados, e as respostas de todos os segmentos puderam ser analisadas pela CSA.

A CSA-INQUI considera que a adesão de todos os segmentos da Unidade Setorial foi bastante razoável em 2019-1, fruto da intensa campanha de sensibilização através de cartazes, lembretes na página do INQUI, e-mails e apresentações. No entanto, durante a etapa de sensibilização 2019-2 os dois segmentos que participaram da avaliação (estudantes de graduação e pós-graduação), demonstraram um certo desinteresse pelo processo, apesar de terem sido comunicados de que não se tratava do mesmo questionário. Vários discentes alegaram que não estavam dispostos a preencher o formulário, pois já haviam participado do processo no semestre anterior, e o consideravam demasiadamente longo. A CSA-INQUI sugere que estas demonstrações sirvam de ponto de partida para que repensemos o formato e a frequência com que o processo de avaliação institucional é aplicado.

Os resultados dos instrumentos aplicados à comunidade acadêmica ficam à disposição via Web, no SIAI, com acesso diferenciado por perfil. Professores podem acessar seus resultados individuais, e os coordenadores têm uma visão da percepção acerca de seu curso, podendo verificar o desempenho e possíveis problemas. Os diretores de unidades e membros das CSAs setoriais têm acesso aos dados de todos os cursos de suas unidades.

3.1.1.2 Avaliações externas

No ano de 2019 os cursos da Unidade não passaram por avaliação in loco. Os estudantes dos Cursos de Bacharelado em Química Tecnológica e Licenciatura em Química participaram do Enade em 2017. Os resultados obtidos para os conceitos Enade e Conceito Preliminar de Curso (CPC) constam na Tabela 4.

Tabela 4 - Conceito Enade e CPC dos cursos da UAS

Curso	Ano	Nota geral	Média Brasil	Média CO	Conceito Enade	CPC
Licenciatura em Química	2017	41,8	38,9	37,0	3	4

Bacharelado em Química Tecnológica	2017	45,0	37,2	37,6	4	4
------------------------------------	------	------	------	------	---	---

Fonte: INEP, ENADE edição 2017

Os cursos de Bacharelado em Química Tecnológica e Licenciatura em Química participaram da avaliação externa promovida pelo Guia da Faculdade, uma parceria entre a Quero Educação e o jornal O Estado de S. Paulo. Como resultado, ambos os cursos foram classificados com 4 estrelas (muito bom).

Desde 2010 os cursos de graduação do INQUI não passaram por visita in loco de comissões do INEP/MEC, portanto não há valores de Conceito de Curso (CC). Dessa forma, a avaliação dos cursos é realizada com os dados obtidos do Conceito Enade (CE) e Conceito Preliminar de Curso (CPC).

Ao analisarmos o histórico do curso de Licenciatura em Química, podemos verificar que o conceito enade (CE) igual a 3,0 diminuiu em relação a última avaliação (CE = 4, 2014). Em relação ao conceito preliminar do curso (CPC), o curso de licenciatura em química manteve a nota 4,0. Como estratégia de melhoria, o curso possui Corpo docente qualificado e dedicado e o novo PPC mais dinâmico e focado nos principais temas e ementas necessárias ao desenvolvimento do acadêmico.

Em relação ao curso de Bacharelado em Química Tecnológica, podemos verificar que o conceito enade (CE) igual a 4,0 melhorou em relação a última avaliação (CE = 2, 2014). Em relação ao conceito preliminar do curso (CPC), o curso de Bacharelado em Química Tecnológica também aumentou a nota de 3,0 para 4,0. Esses números são resultados da dedicação dos docentes e a reestruturação do curso em 2014.

Ao analisarmos as notas gerais de ambos os cursos, podemos observar que a média de nota alcançada foi maior que a média centro-oeste e média Brasil. O curso de Engenharia Química ainda não passou pelo ciclo avaliativo do ENADE.

3.1.1.3 Percepção da comunidade acadêmica

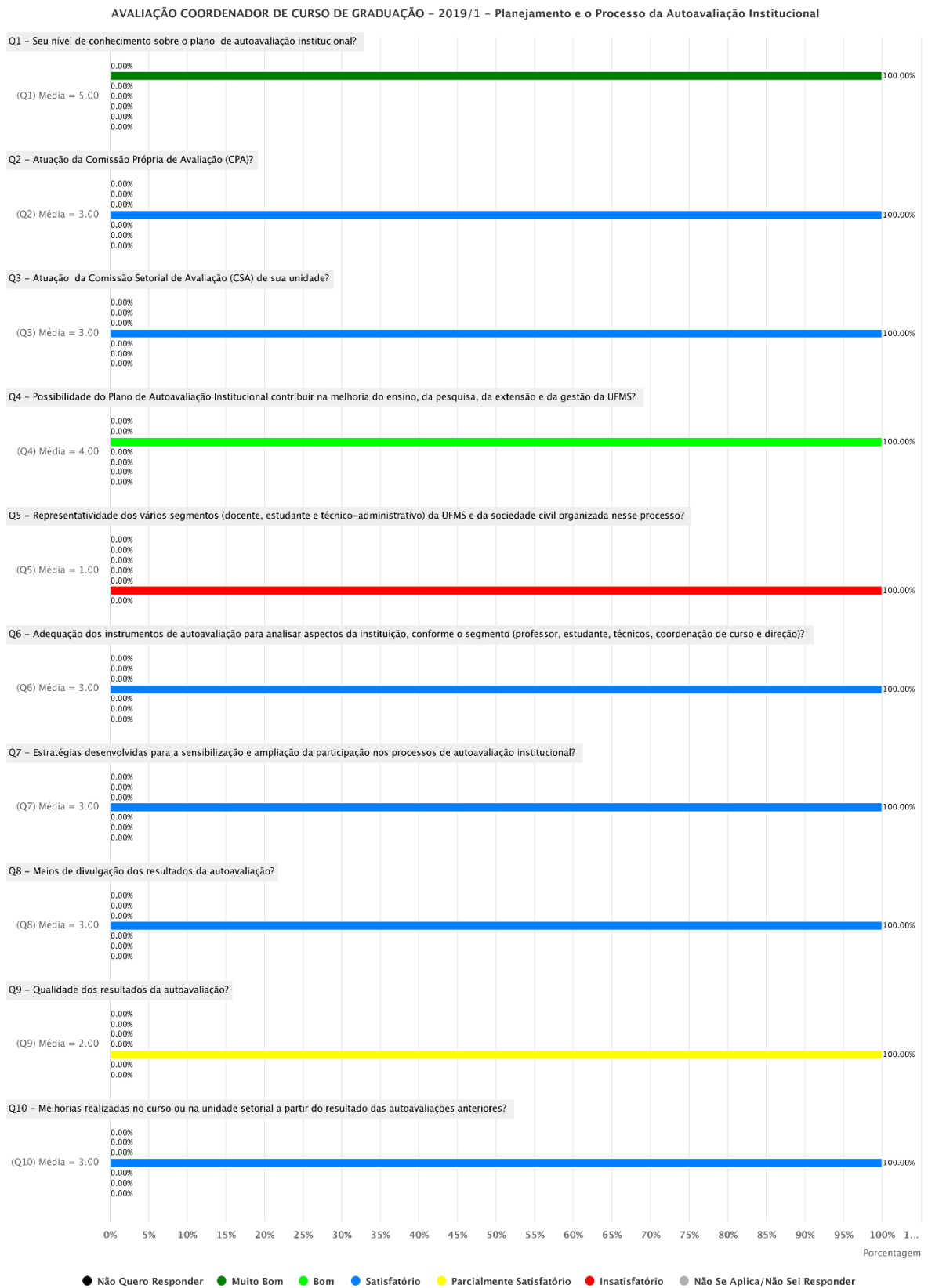
A dimensão “planejamento e o processo de autoavaliação institucional” foi avaliada pelo diretor, pelos coordenadores de graduação e pós-graduação, estudantes de graduação (presencial), estudantes de pós-graduação, docentes e técnicos-administrativos. Os gráficos 1 a 7 apresentam os resultados obtidos, por segmento.

Gráfico 1 - Avaliação do planejamento e o processo de autoavaliação pelo diretor



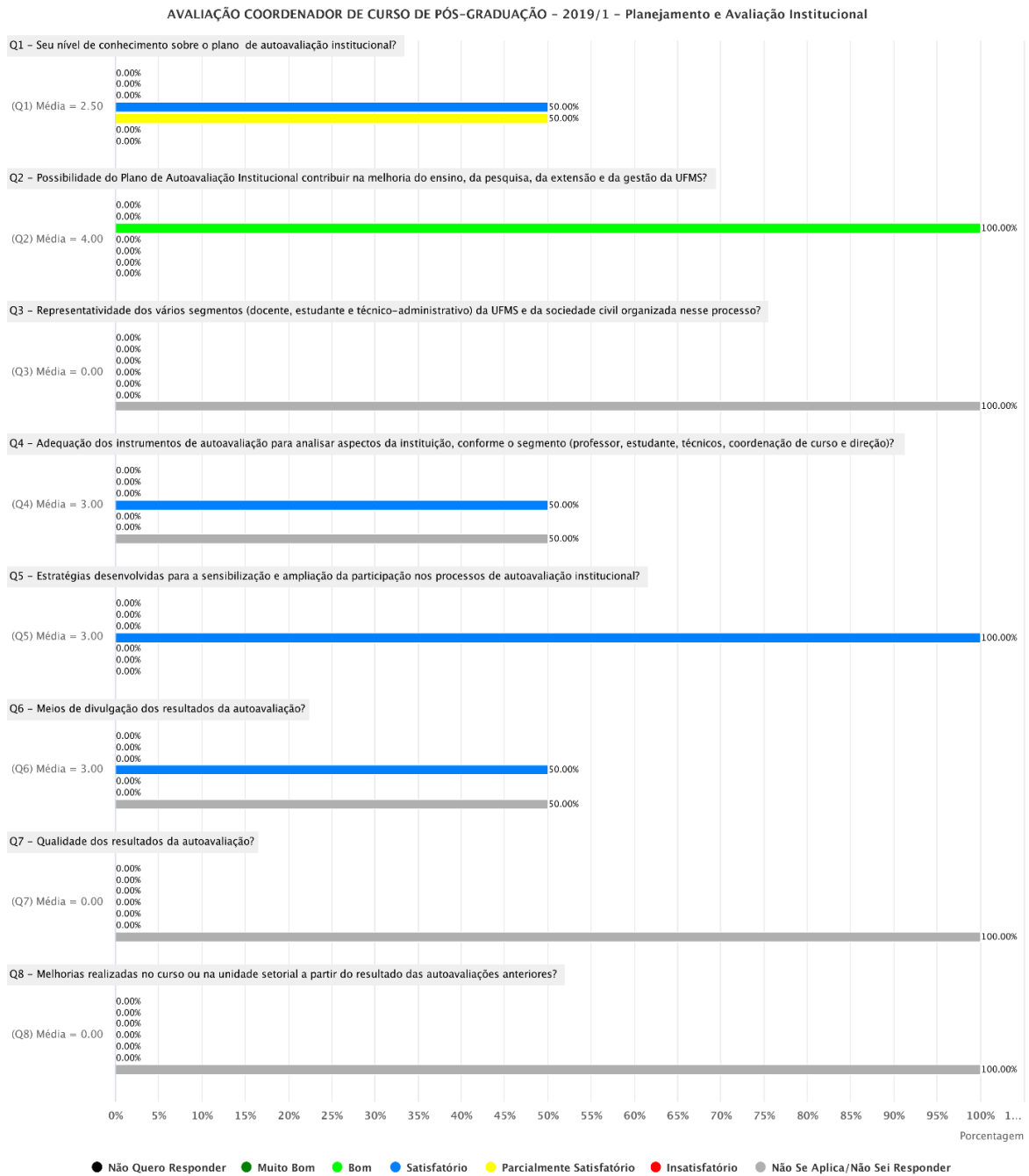
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 2 - Avaliação do planejamento e o processo de autoavaliação pelos coordenadores de graduação



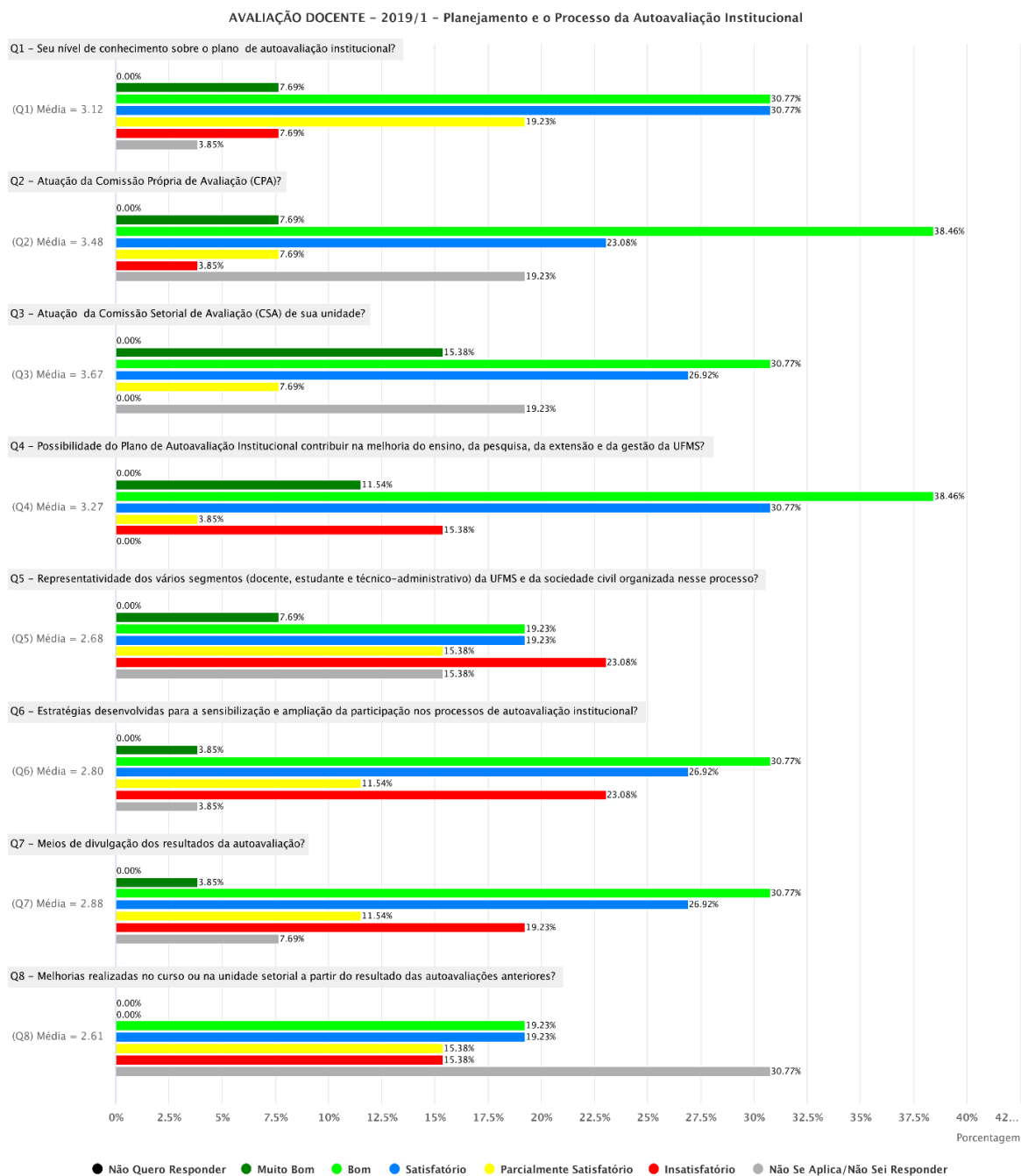
Fonte: SIAI/AGETIC (2019).

Gráfico 3 - Avaliação do planejamento e o processo de autoavaliação pelos coordenadores de pós-graduação



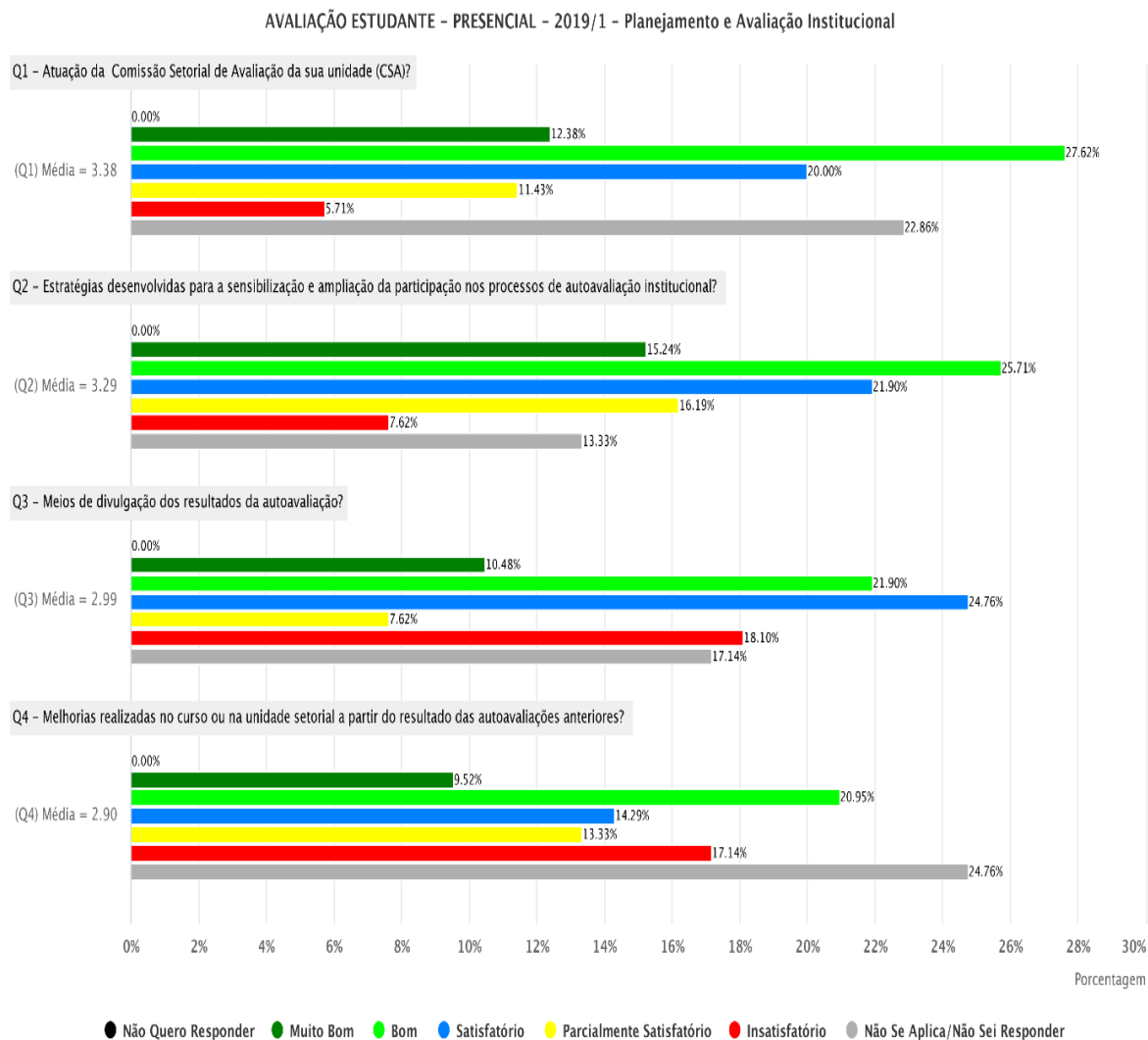
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 4 - Avaliação do planejamento e o processo de autoavaliação pelos docentes



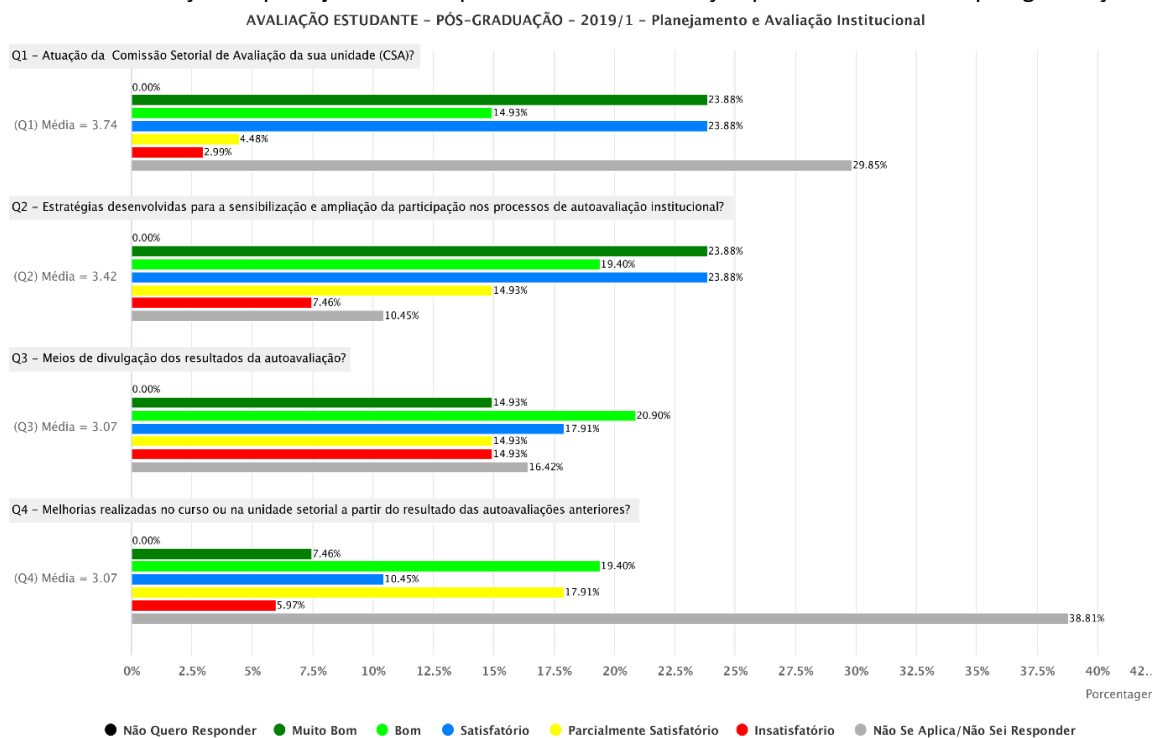
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 5 - Avaliação do planejamento e o processo de autoavaliação pelos estudantes de graduação presencial



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

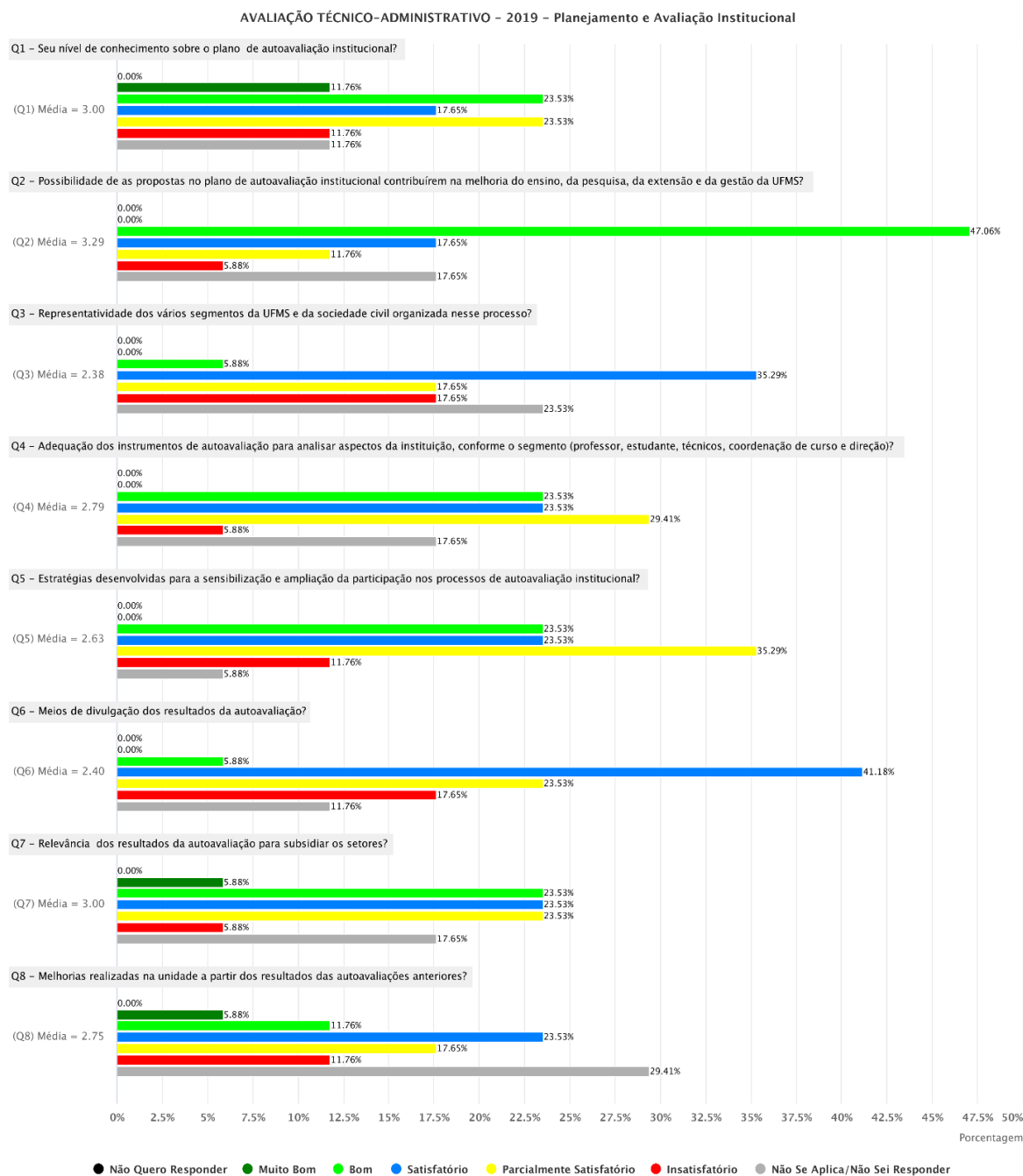
Gráfico 6 - Avaliação do planejamento e o processo de autoavaliação pelos estudantes de pós-graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

O Diretor da unidade tem uma visão bastante positiva do planejamento e avaliação institucionais, mesmo porque é um partícipe diretamente envolvido com estas ações. O coordenador de curso de graduação (até recentemente um docente coordenava os nossos 3 cursos) forneceu respostas similares ao Diretor, à exceção da representatividade dos segmentos no processo e da qualidade dos resultados da autoavaliação. Nos comentários, o coordenador deixa claro que os baixos índices de participação de docentes e discentes no processo o motivaram a avaliar negativamente os itens Q5 e Q9. Um dos coordenadores de PG também foi particularmente crítico neste item, e o argumento é similar ao do coordenador de graduação (baixa adesão e baixa representatividade). No entanto, cabe ressaltar que as opiniões dos coordenadores se basearam em edições anteriores, pois a adesão em 2019 foi a mais alta desde o início deste processo. Esta discrepância na percepção de certos segmentos desta US deixa claro que a divulgação do processo de autoavaliação deve ser um dos focos da CSA-INQUI.

Gráfico 7 - Avaliação do planejamento e o processo de autoavaliação pelos técnicos-administrativos



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

De modo geral, os docentes avaliaram positivamente os itens Q1-Q4 do planejamento e processo de autoavaliação, mas as médias dos itens Q5-Q8 foram inferiores a 3. Estes itens dizem respeito à representatividade dos segmentos, às estratégias de sensibilização, aos meios de divulgação do processo e às melhorias provenientes da autoavaliação. Os comentários abertos sugerem dois pontos principais: a

baixa adesão da comunidade (um docente sugere a participação obrigatória de docentes e discentes) e o fato de que o questionário é longo e cansativo.

Os estudantes de graduação, por sua vez, são mais críticos aos itens “meios de divulgação” e “melhorias realizadas a partir dos processos anteriores”. Dois pontos chamaram a atenção desta comissão nas questões abertas. Há críticas sobre o tamanho dos questionários e sobre a pouca divulgação. Os estudantes de PG veem este item de forma mais positiva, mas os comentários abertos sugerem que ainda há dúvidas sobre qual é o objetivo do instrumento de autoavaliação e quais as ações futuras que decorrerão deste.

Os técnicos administrativos avaliaram como bom o nível de conhecimento sobre a autoavaliação, a contribuição da autoavaliação para melhorias na US e relevância dos resultados de autoavaliação. As médias das notas foram um pouco piores para os itens representatividade, adequação dos instrumentos de autoavaliação, estratégias de sensibilização, meios de divulgação e melhorias realizadas a partir dos processos anteriores.

De forma geral, as respostas de todos os segmentos são similares, e todos os entes envolvidos reclamam de maior representatividade, questionário longo e mais divulgação das consequências da autoavaliação. A atual CSA tem se esforçado para sanar estes problemas, mas este é um processo contínuo e longo de sensibilização, e as respostas deixam claro que o esforço deve ser ininterrupto para que a comunidade perceba a importância do processo de autoavaliação e sinta realmente envolvida com ele.

3.2 EIXO 2 – Desenvolvimento Institucional

O Eixo 2 que aborda o Desenvolvimento Institucional, está subdividido em duas dimensões: Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional e Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição, que serão tratadas a seguir.

3.2.1 Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

A Missão da UFMS é o eixo principal do planejamento institucional, realizado por meio de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), proposto para um quinquênio e realinhado anualmente.

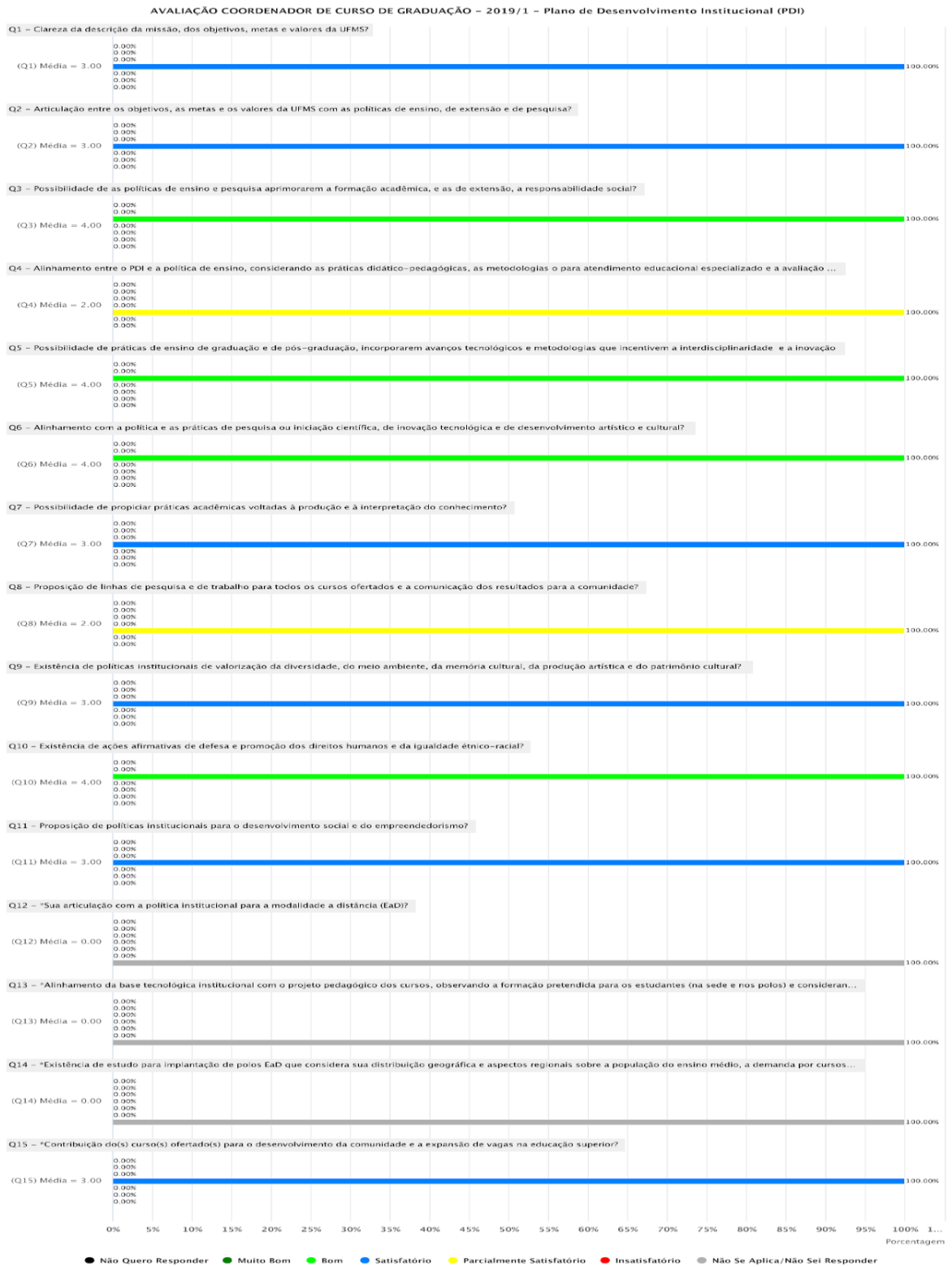
Todos os segmentos avaliam a missão e o PDI, o que pode ser observado nos gráficos 8 a 13.

Gráfico 8 - Avaliação da Clareza da descrição da missão dos objetivos, metas e valores da UFMS, por parte dos Diretores da UAS



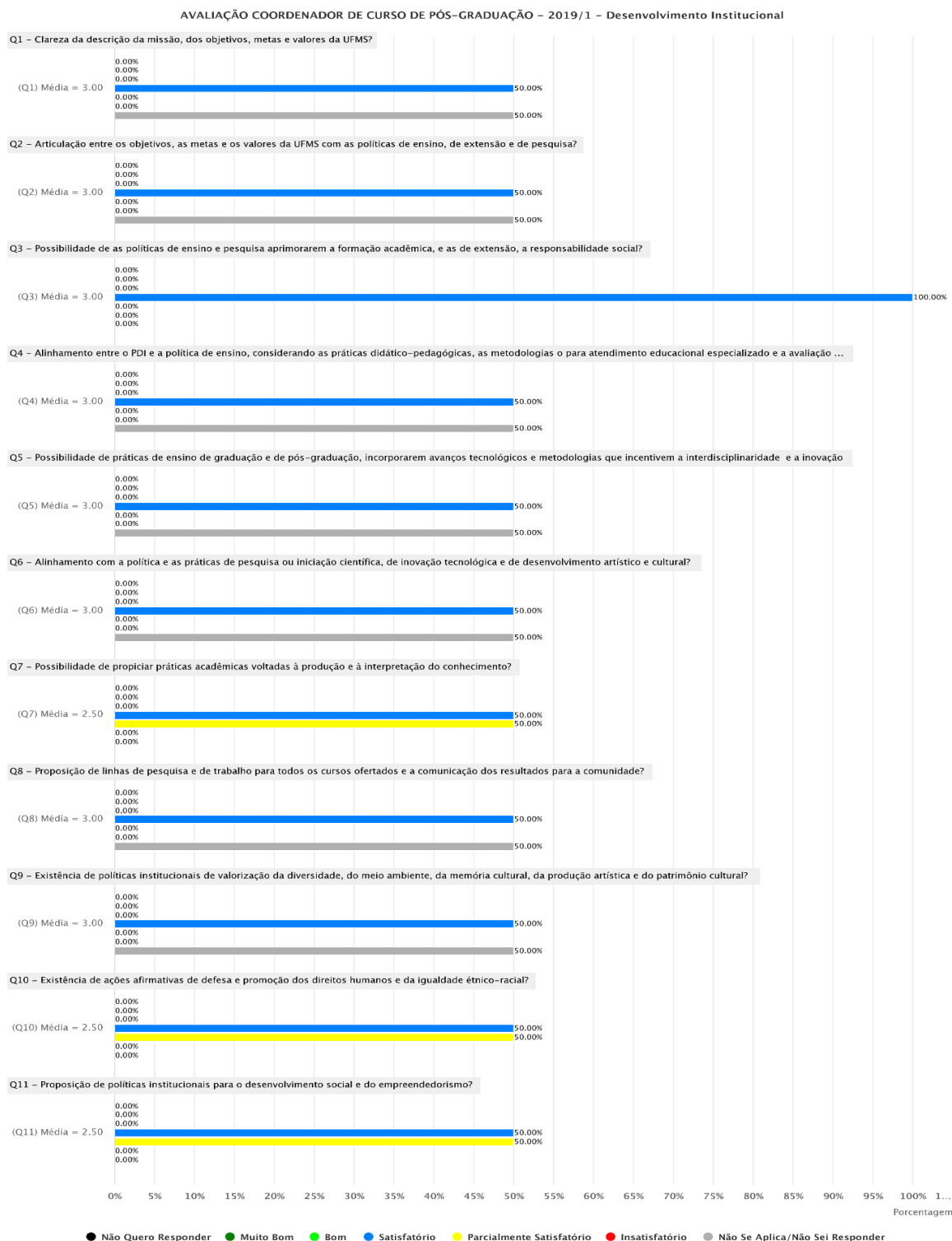
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 9 - Avaliação da Clareza da descrição da missão dos objetivos, metas e valores da UFMS, por parte dos Coordenadores de Cursos de Graduação



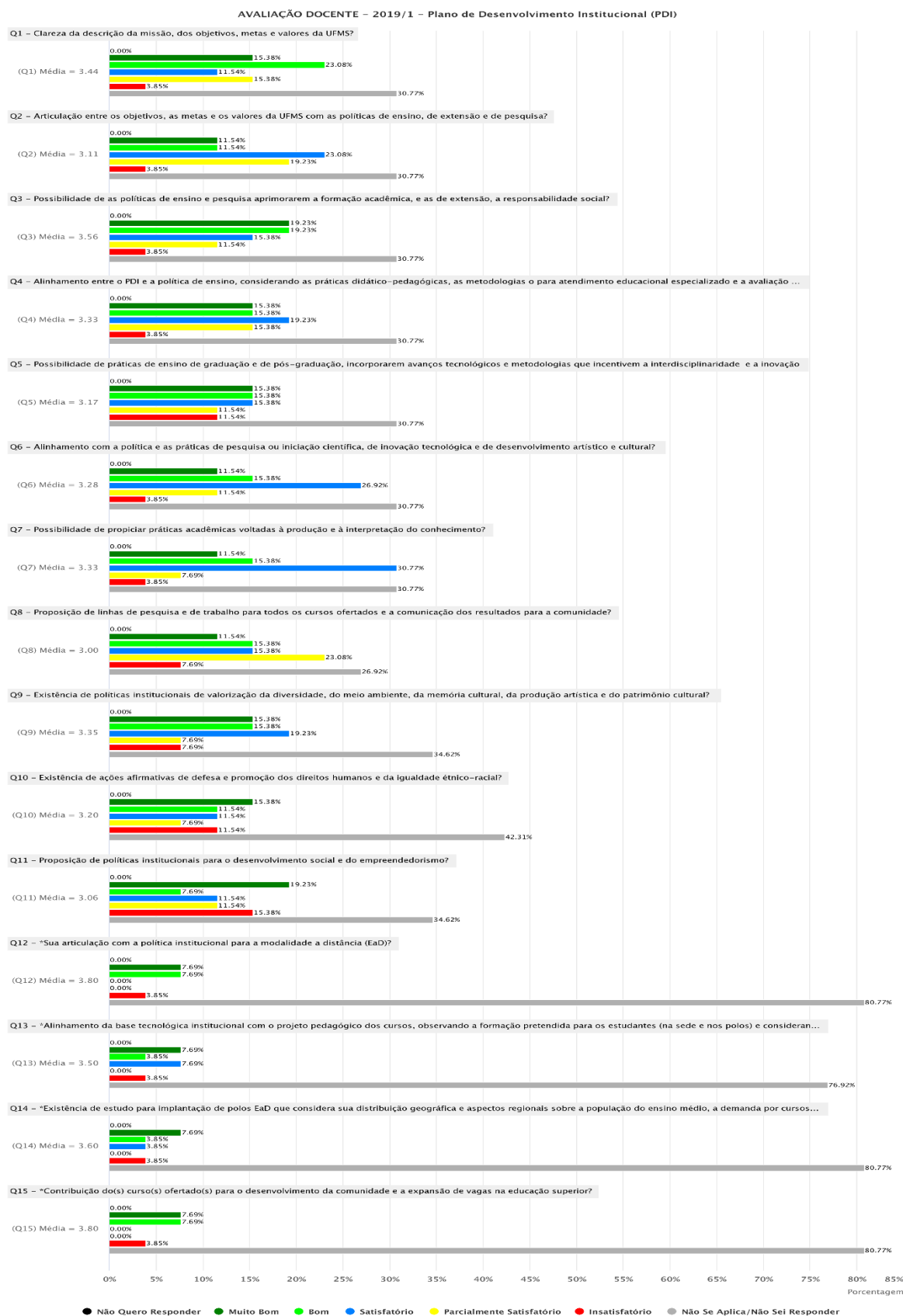
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 10 - Avaliação da Clareza da descrição da missão dos objetivos, metas e valores da UFMS, por parte dos Coordenadores de Cursos de Pós-graduação



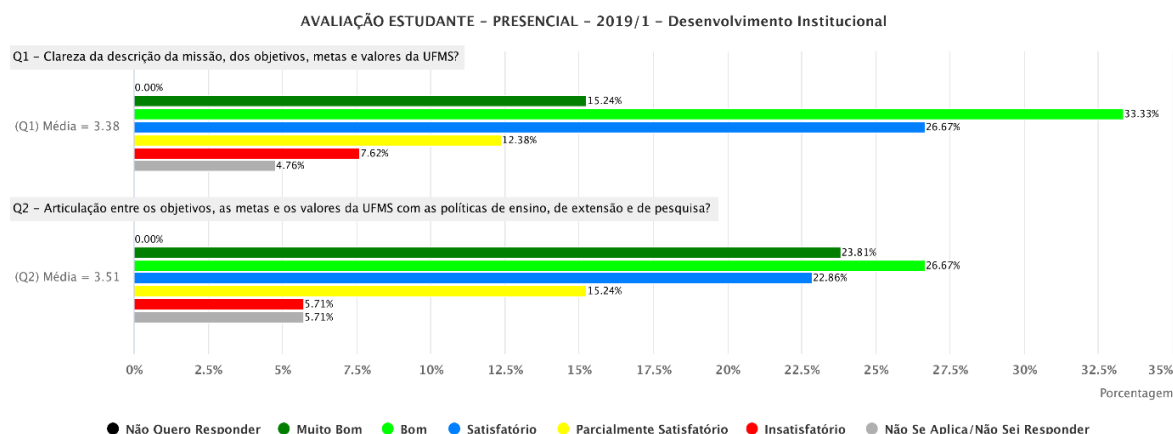
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 11 - Avaliação da Clareza da descrição da missão dos objetivos, metas e valores da UFMS, por parte dos Docentes



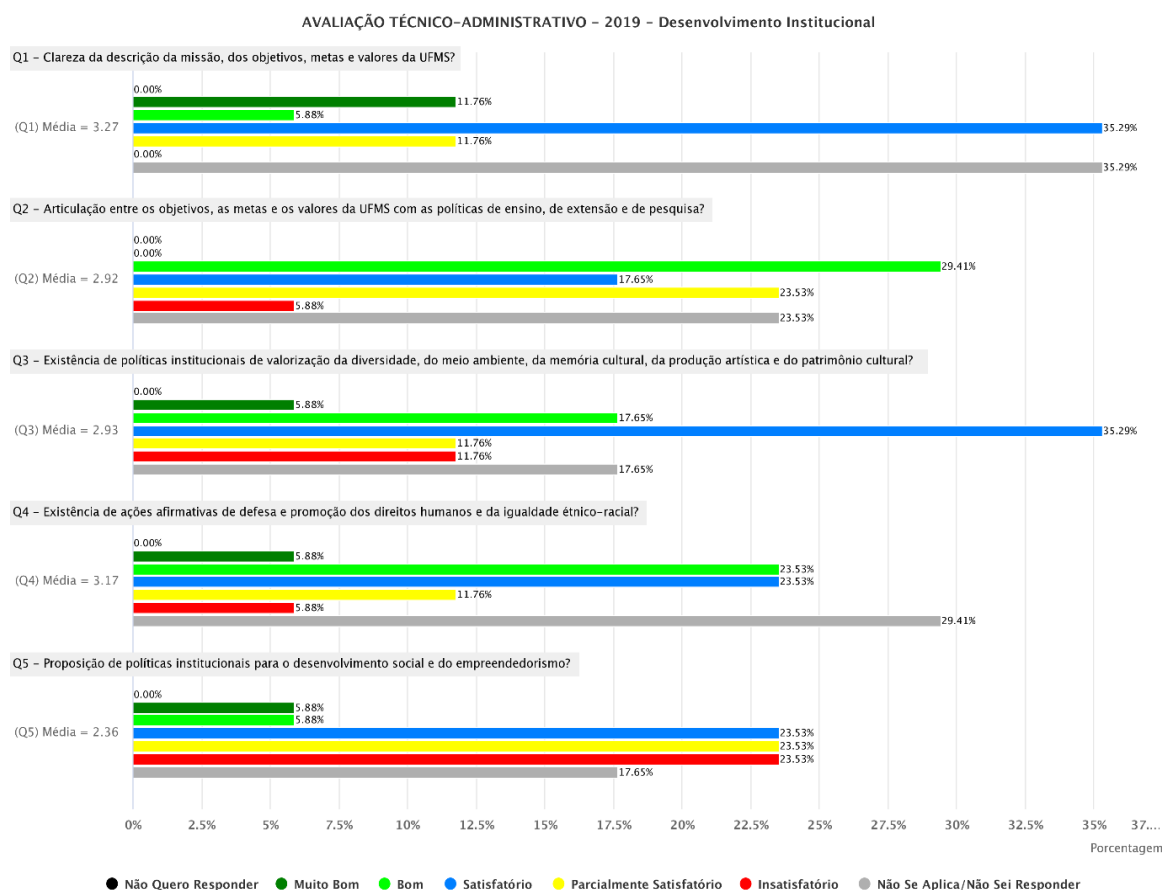
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 12 - Avaliação da Clareza da descrição da missão dos objetivos, metas e valores da UFMS, por parte dos Discentes- graduação presencial



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 13 - Avaliação da Clareza da descrição da missão dos objetivos, metas e valores da UFMS, por parte dos técnico-administrativos



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

De forma geral, o item que trata da clareza da descrição da missão, objetivos, metas e valores de instituição foi relativamente bem avaliado pelos partícipes. A articulação entre estes itens e as políticas praticadas pelo INQUI (ensino, pesquisa e extensão) também é avaliada positivamente pelos entes acadêmicos. Os itens que demandam especial atenção dizem respeito à proposição de políticas institucionais para o desenvolvimento social e do empreendedorismo e ao alinhamento entre o PDI e as práticas pedagógicas.

Quanto ao primeiro ponto, são sugeridas ações como: o incentivo à criação de empresa escola, à parceria com empresas do setor agroindustrial e a um maior número de projeto de extensão. Também é sugerido que o parque de equipamentos do INQUI possa ser usado para a prestação de serviços (como a análise de amostras), de forma que a infraestrutura possa ser mantida com mecanismos próprios de arrecadação. Cabe ressaltar que um convênio desta natureza foi recentemente estabelecido entre o Laboratório de Combustíveis (LABCOM) e a empresa Copagaz. O Comitê Gestor da Central Multiusuários também planeja a prestação de serviços à comunidade através de uma central analítica multiusuários, mas a instalação desta central está parada por falta de liberação de recursos para a aquisição de um equipamento de grande porte que será o pontapé inicial desta iniciativa.

O coordenador dos cursos de graduação considera que a) a proposição de linhas de pesquisa e de trabalho para os cursos ofertados pelo INQUI e b) a comunicação dos resultados dos referidos planos para a comunidade acadêmica são parcialmente satisfatórios. Neste âmbito, o Programa de Pós-Graduação em Química atualizou recentemente as suas linhas de pesquisa. Foram criadas as linhas de Química dos Materiais, Química Inorgânica e Química Teórica, de forma a ampliar as possibilidades de atuação dos nossos pós-graduandos e alinhar a pesquisa do INQUI ao que se pratica de mais moderno em termos de ciência.

Por fim, um discente comenta que a descrição da missão não deixou claro como será feito para "Desenvolver e socializar o conhecimento, promovendo a formação e o aperfeiçoamento do capital humano". Talvez uma pequena inserção nos textos dos novos PDI e PDU, comentando sobre as possíveis ações para o cumprimento destes objetivos, possa facilitar este entendimento.

3.2.2 Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

A Responsabilidade Social da UFMS é concretizada por meio das ações que articulam a universidade com segmentos da sociedade civil realizadas nas diferentes UAS. OBS.: Por um equívoco, foram retiradas as questões relativas à Responsabilidade Social, do instrumento de avaliação institucional aplicado em 2019-2. Na próxima avaliação, esse equívoco será corrigido.

3.3 EIXO 3 - Políticas Acadêmicas

O Eixo 3 que aborda as políticas acadêmicas, está subdividido em três dimensões: dimensão 2 - Políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão; dimensão 4 – Comunicação com a Sociedade; dimensão 9 – Políticas de atendimento ao discente, que serão tratadas a seguir.

3.3.1. Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Essa dimensão expressa o núcleo de atividades fins da universidade, a tríade que a identifica e distingue. Neste subitem são registradas as avaliações de todos os segmentos quanto às proposições de políticas e as ações efetivadas nos âmbitos do Ensino de Graduação e Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão nesta UAS.

3.3.1.1 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação

O ensino de graduação na UFMS é coordenado e supervisionado pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), que tem como responsabilidade a elaboração das políticas de ensino de graduação para apreciação do Conselho de Graduação e do Conselho Universitário e coordenar as atividades dos órgãos executores dessas políticas sob sua responsabilidade.

A organização curricular de cada curso de graduação é coordenada pelo Colegiado de Curso e apoiada, nas questões curriculares, pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), de acordo com a Resolução COEG 167, de 24 de novembro de 2010, e com as diretrizes curriculares nacionais e as normas institucionais para a elaboração do seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Em 2019, o INQUI ofereceu três cursos de graduação, relacionados na Tabela 5.

Tabela 5 - Cursos oferecidos pela UAS e número de vagas em 2019.

Curso	Turno	Sem	Número de vagas
Bacharelado em Química Tecnológica	M/V	1	25
Licenciatura em Química	N	1	45
Engenharia Química	M/V	1	35

Fonte: PPC dos cursos.

O curso de engenharia química foi implementado em 2019 com a oferta de 35 novas vagas para curso de graduação da UFMS. Em relação aos cursos de Bacharelado em Química e Licenciatura em Química, não houve alteração do quantitativo de vagas.

A Tabela 6 apresenta a quantidade programas desenvolvidos no âmbito da UAS e número de bolsistas atendidos.

Tabela 6 - Programas, ações e beneficiados relativos às políticas de ensino de graduação - 2019.

Programas, ações e beneficiados	2019
Disciplinas atendidas pelos programas de monitoria	08
Número de monitores bolsistas	04
Número de monitores voluntários	04
Número de bolsistas PIBID	18
Número de bolsistas de Residência Pedagógica	06
Número de voluntários de Residência Pedagógica	01
Número de bolsistas PIBIC (ago/2018 a jul 2019)	20
Número de bolsistas PIVIC (ago/2018 a jul 2019)	04
Número de bolsistas PET	12
Número de voluntários PET	03

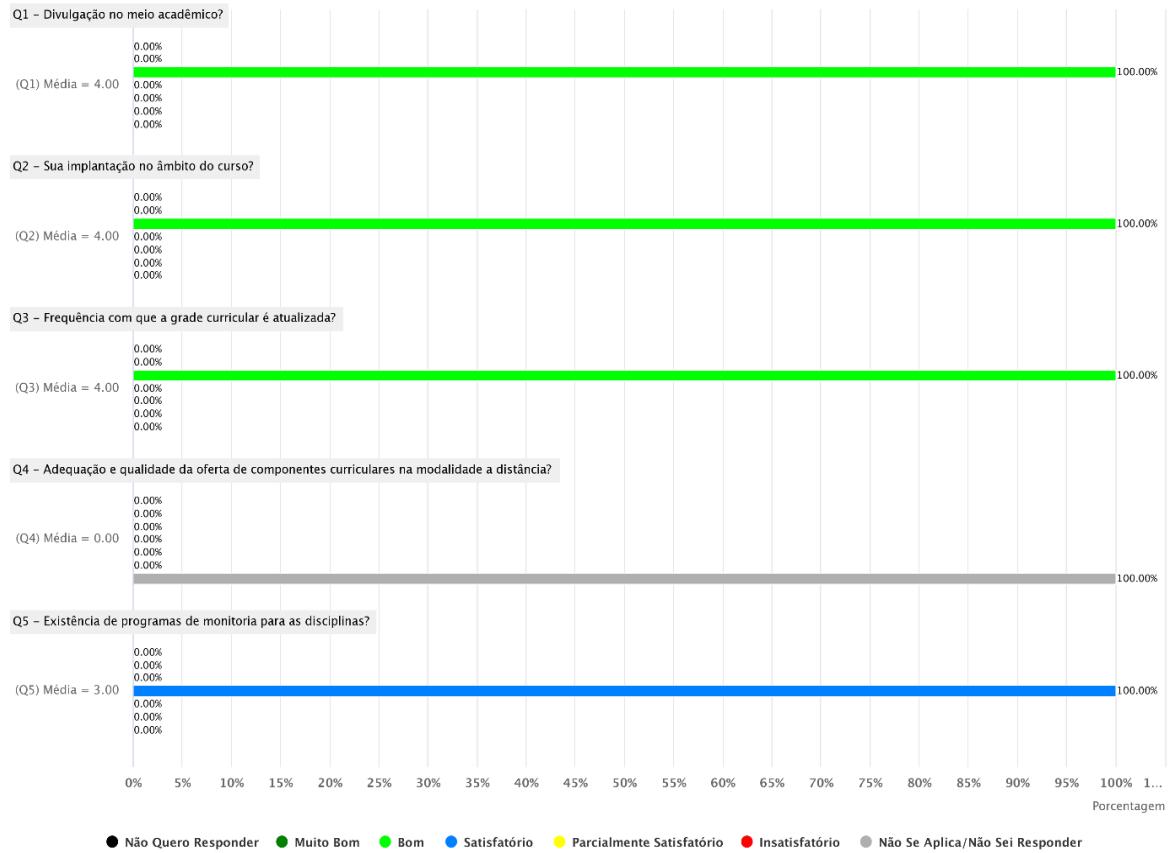
Fonte: PROPP, PROGRAD.

3.3.1.2 Percepção da comunidade acadêmica sobre as políticas de ensino de graduação

As políticas de ensino adotadas no âmbito dos cursos de graduação do INQUI foram avaliadas pela comunidade acadêmica. Os resultados, apresentados por segmento, aparecem nos gráficos de 14 a 19.

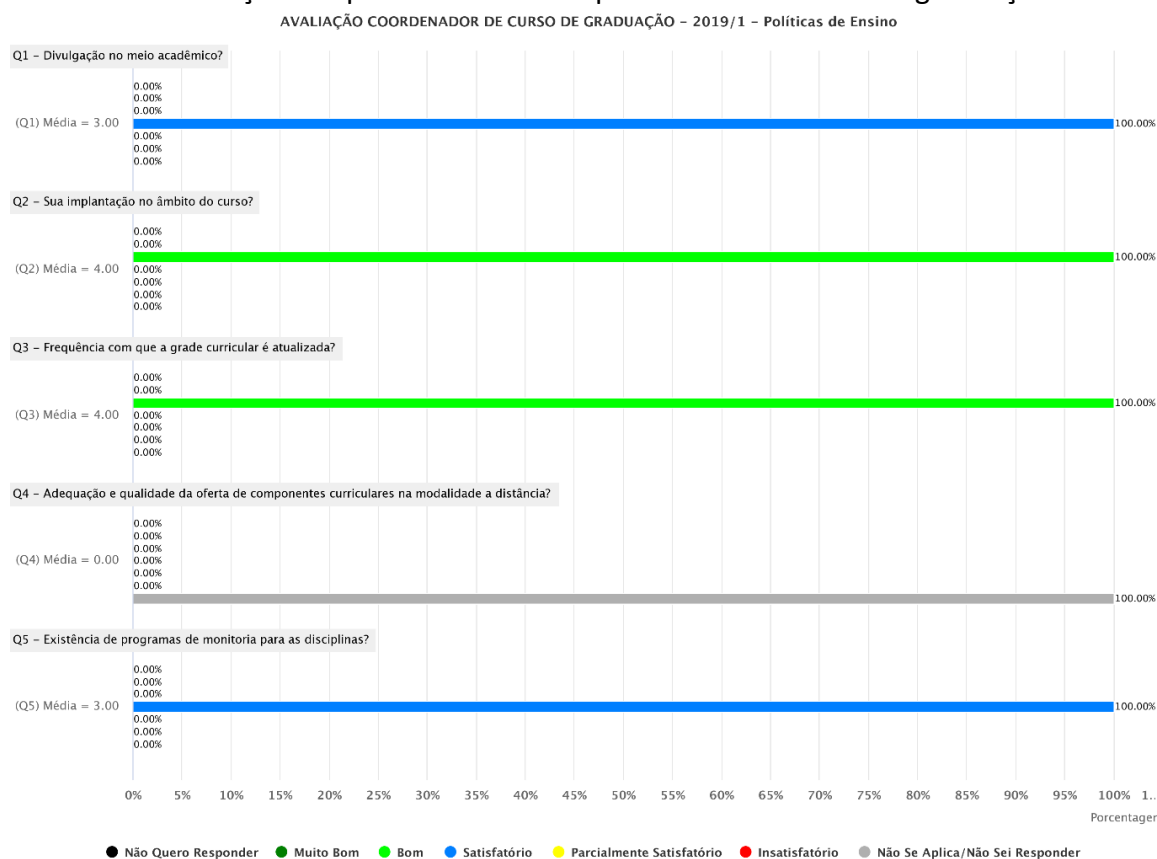
Gráfico 14 - Avaliação das políticas de ensino pelo diretor

AVALIAÇÃO DIRETOR - 2019/1 - Políticas de Ensino



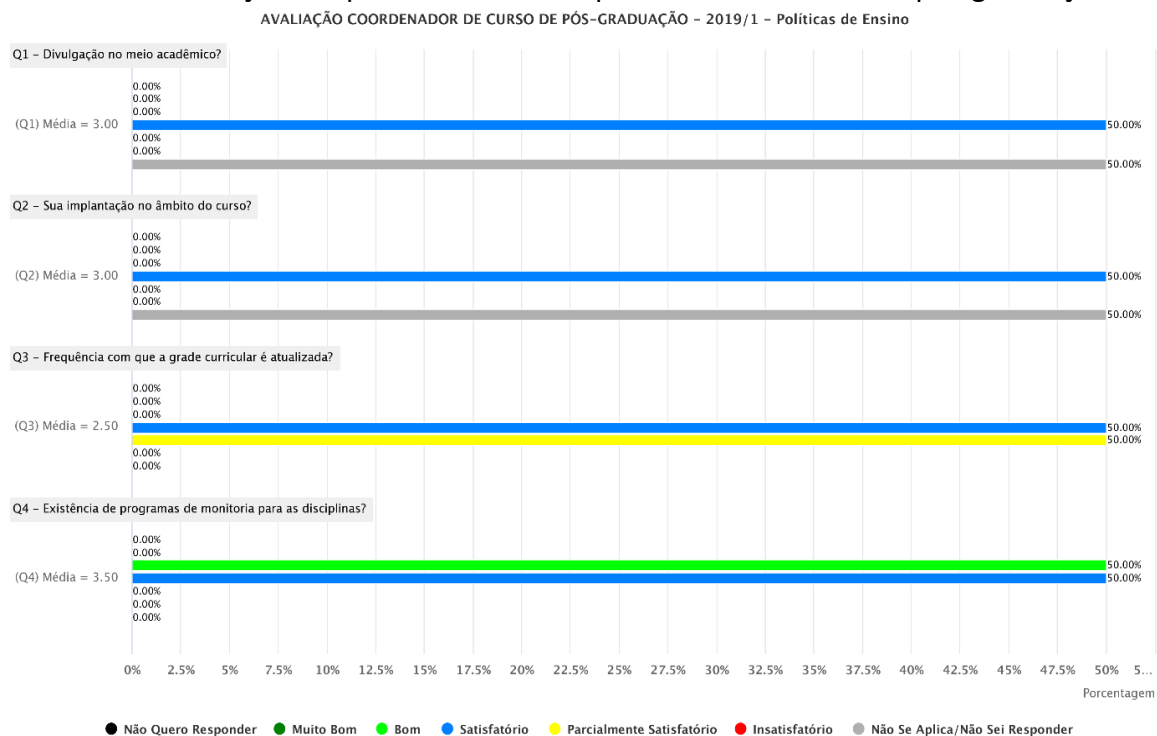
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 15 - Avaliação das políticas de ensino pelos coordenadores de graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

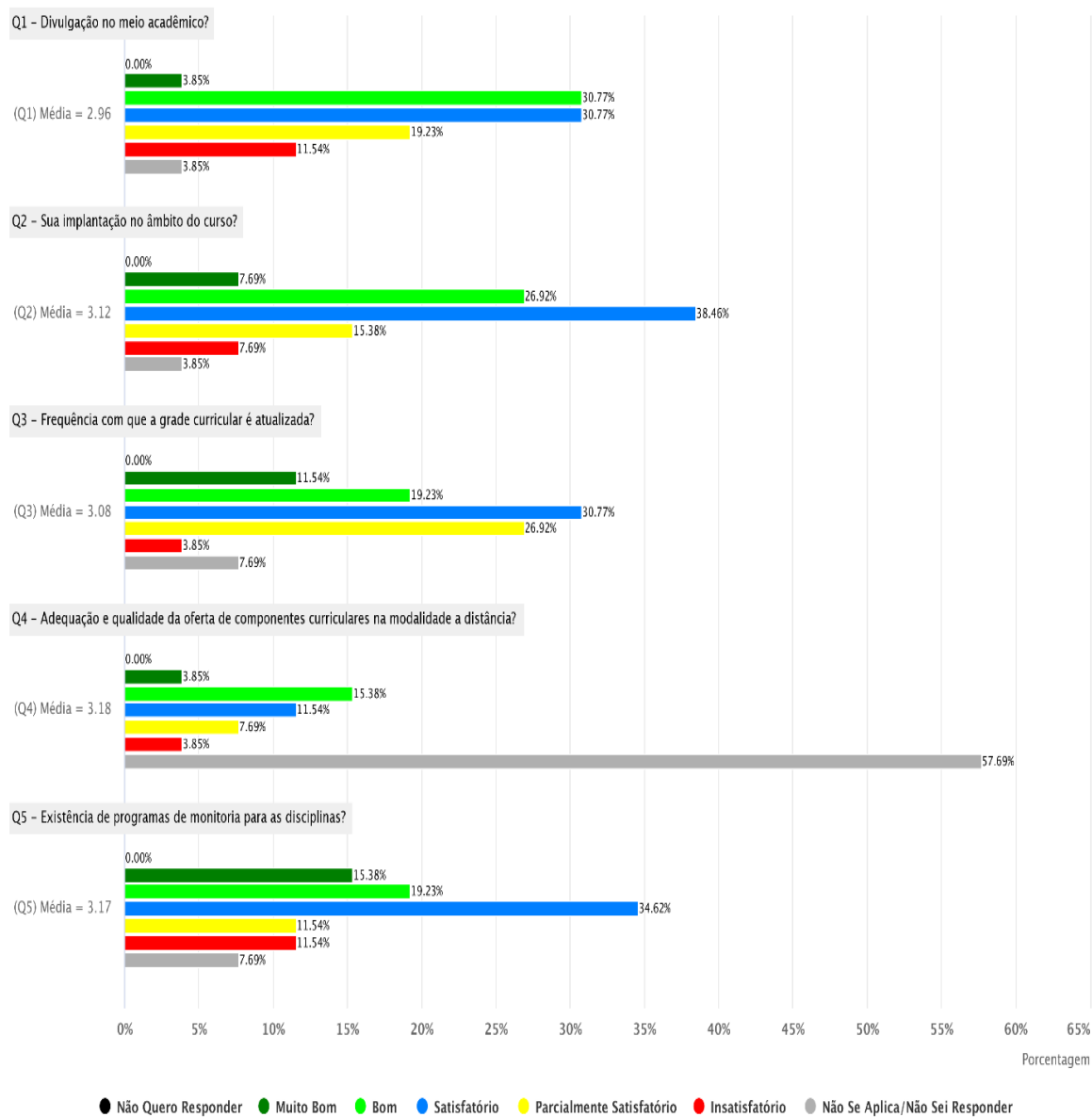
Gráfico 16 - Avaliação das políticas de ensino pelos coordenadores de pós-graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

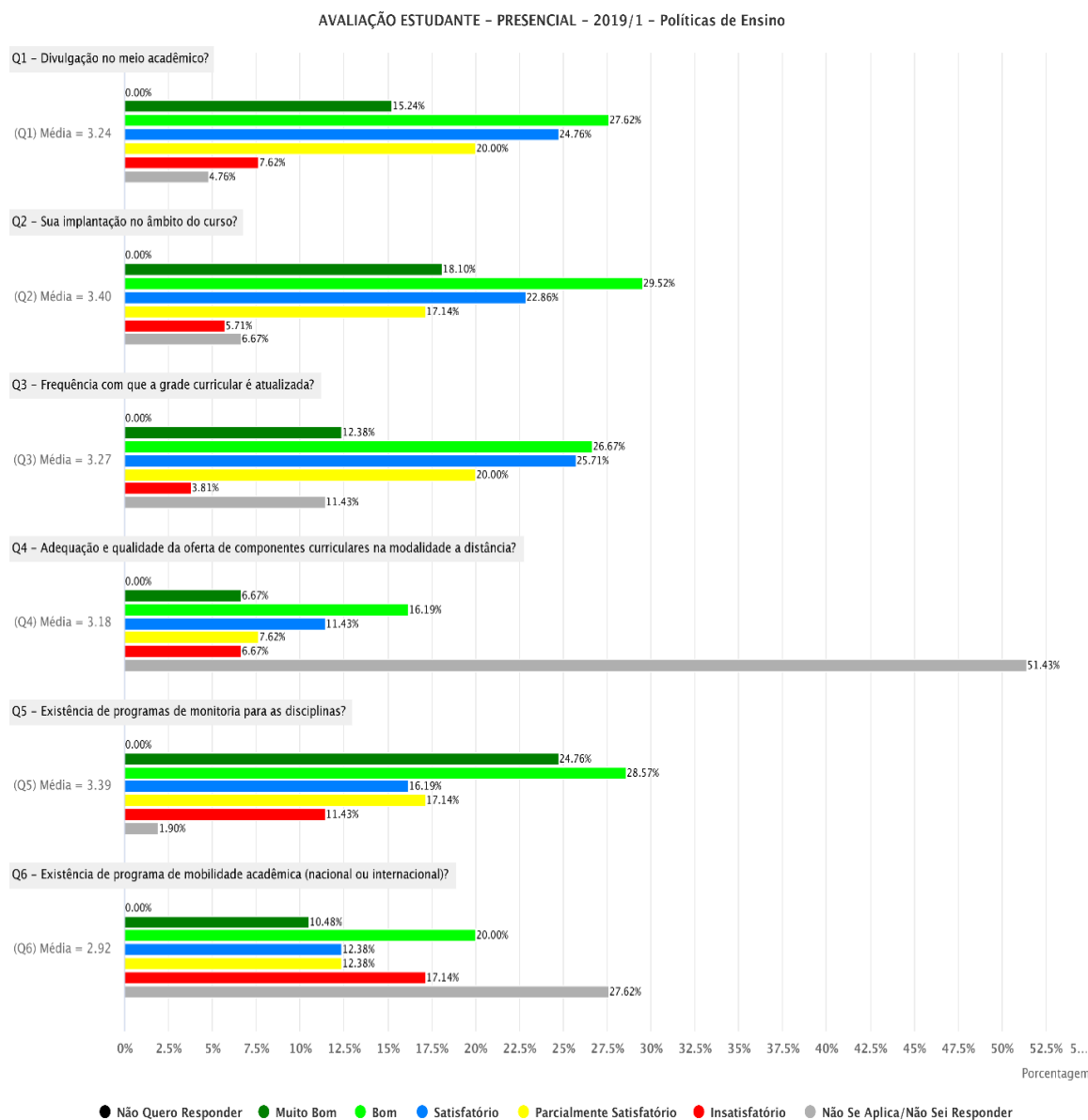
Gráfico 17 - Avaliação das políticas de ensino pelos docentes

AVALIAÇÃO DOCENTE - 2019/1 - Políticas de Ensino



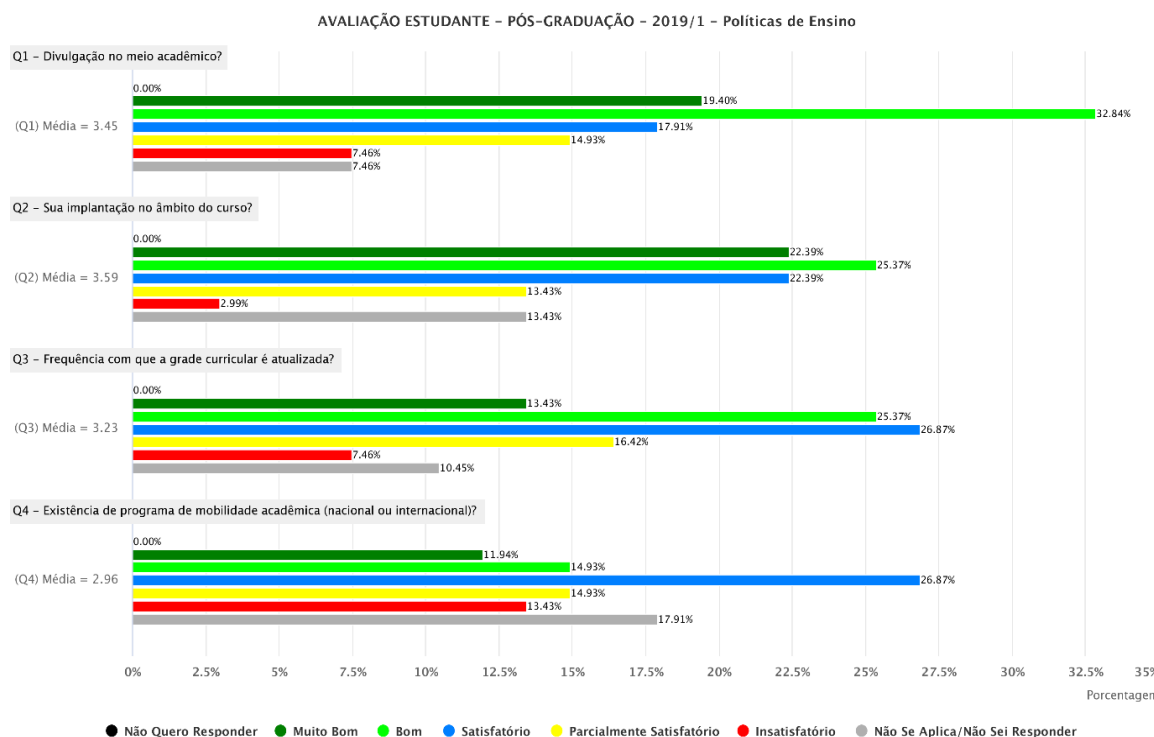
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 18 - Avaliação das políticas de ensino pelos discentes de graduação (presencial)



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 19 - Avaliação das políticas de ensino pelos discentes de pós-graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Neste item são avaliados quesitos relativos às políticas de ensino (a modalidade EaD não se aplica ao INQUI), que englobam a sua divulgação e implantação, a frequência com que a grade curricular é atualizada e a existência de programas de monitoria para as disciplinas. É interessante perceber que enquanto os discentes que as políticas de ensino são bem divulgadas, os docentes a consideram parcialmente satisfatória. Esta comissão sugere que os coordenadores de curso estejam mais atentos à divulgação das políticas de ensino junto à comunidade docente. O programa de monitoria institucional tem sido bem aproveitado pelo INQUI, e na média o resultado é bom. Há críticas sobre os programas de mobilidade acadêmica. Neste contexto, dois projetos CAPES-PrInt recentemente aprovados pelo INQUI devem fomentar a mobilidade acadêmica de estudantes de pós-graduação.

3.3.1.3 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação *stricto sensu*

A pós-graduação *stricto sensu* na UFMS objetiva promover a competência técnico-profissional, docente ou de pesquisa, com aprofundamento de conhecimentos e técnicas

de pesquisa científica, acadêmica ou artística, contribuindo para a formação de técnicos, docentes e pesquisadores autônomos. Espera-se, portanto, do estudante egresso de pós-graduação um perfil voltado para a formação de alto nível nas diferentes áreas do conhecimento.

O ensino de pós-graduação e a pesquisa na UFMS são supervisionados pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP). No INQUI são oferecidos os cursos apresentados na Tabela 7, com seus respectivos conceitos.

Tabela 7 - Cursos de Pós-graduação Stricto Sensu oferecidos pela UAS, matrículas e conceitos CAPES - 2019.

Programa	Nível	Número de estudantes matriculados	Conceito CAPES
Programa de Pós-Graduação em Química	M	21	4
Programa de Pós-Graduação em Química	D	95	4
Programa de Mestrado Profissional em Química em Rede Nacional	M	21	4

Fonte: PLATAFORMA SUCUPIRA e SIGPOS/UFMS

A integração entre graduação e pós-graduação se dá, principalmente, através dos programas de bolsas de iniciação científica do CNPq e da própria UFMS (PIBIC, PIBIT e PIVIC). E também, desde 2010, a UFMS conta com bolsistas de mestrado e doutorado financiados pelo MEC através do Programa REUNI. Dentre as ações previstas no Regulamento de Bolsas REUNI de Pós-Graduação, destaca-se o período de estágio obrigatório do mestrando ou doutorando nos diversos cursos de graduação da UFMS ligados pelas áreas do conhecimento. Nesse período, o estagiário bolsista poderá realizar algumas das atividades abaixo, a seu critério e em consonância com seu orientador:

- Atividades de monitoria em cursos de graduação;
- Minicursos/oficinas direcionadas à graduação;
- Cursos condensados de graduação;
- Projetos de ensino e pesquisa de graduação;
- Auxílio em disciplinas obrigatórias ou optativas, teóricas ou práticas, dos cursos de graduação, sempre sob supervisão do orientador;

- Colaboração na realização de eventos técnico-científicos que envolvam cursos de graduação;
- Auxílio no oferecimento de cursos de extensão ministrados pelo orientador do bolsista.

Na Tabela 8 estão quantificadas as relações que demonstram ações de interação entre os programas de pós-graduação e os cursos de graduação do INQUI.

Tabela 8 - Programas, ações e beneficiados relativos às políticas de ensino realizadas na pós-graduação Stricto Sensu - 2019.

Questões		Qtde
Proporção de professores (quadro permanente) da pós-graduação com estudantes de iniciação científica.		70,08%
Número de estudantes de pós-graduação em atividades na graduação	Monitoria	x
	Minicursos/oficinas	x
	Projeto de ensino/pesquisa de graduação	*
	Auxílio em disciplina de graduação	32
	Colaboração em eventos	x
	Auxílio em cursos de extensão	x

Fonte: SECAC/INQUI

*Apesar de vários dos nossos estudantes dos cursos de pós-graduação contribuírem ativamente com projetos de iniciação científica, não existem documentos comprobatórios, de forma que esses números não podem ser levantados.

3.3.1.4 Percepção da comunidade acadêmica sobre as políticas de ensino de pós-graduação

A comunidade acadêmica envolvida nos programas de pós-graduação do INQUI foi consultada quanto às políticas de ensino de pós-graduação. Foram consultados o diretor da unidade, os coordenadores de graduação e pós-graduação, os docentes e os discentes dos dois programas. Os dados relativos à análise são mostrados entre os Gráficos 20 e 24.

Gráfico 20 - Avaliação das políticas de ensino de pós-graduação pelo diretor

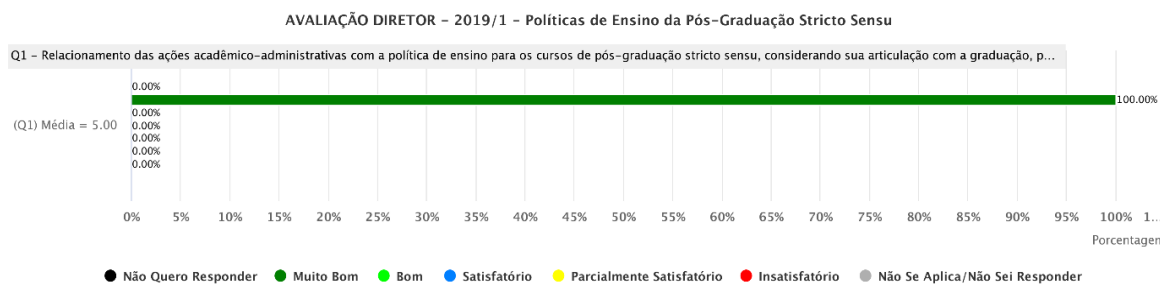
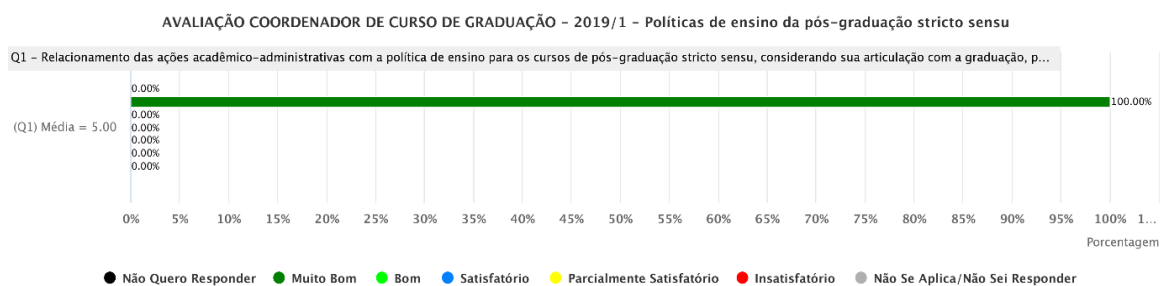
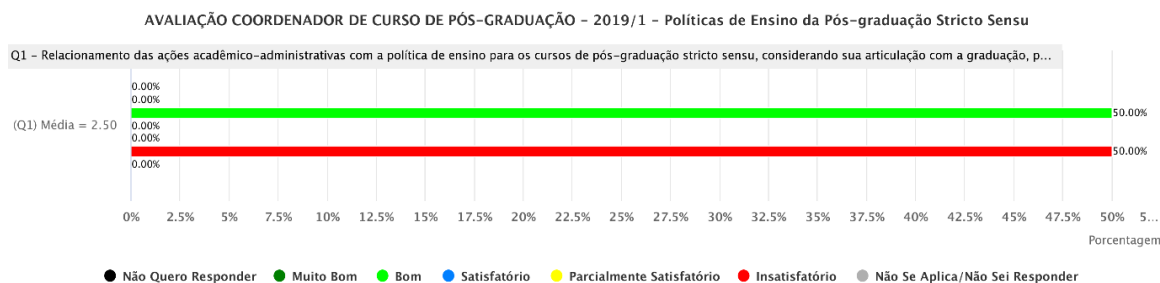


Gráfico 21 - Avaliação das políticas de ensino de pós-graduação pelos coordenadores de graduação



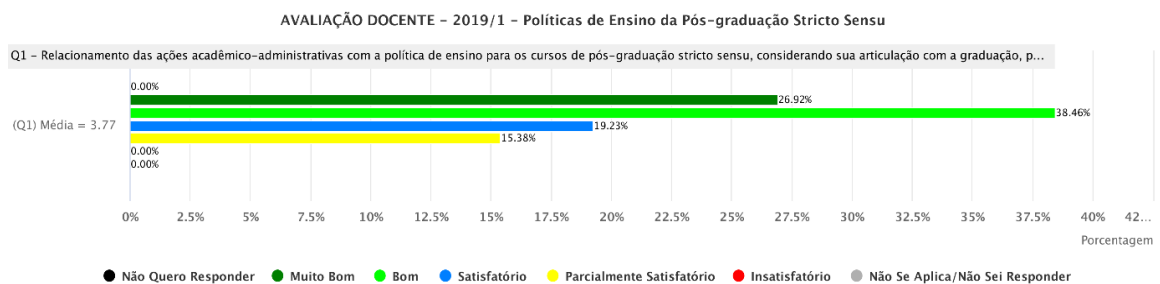
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 22 - Avaliação das políticas de ensino de pós-graduação pelos coordenadores de pós-graduação



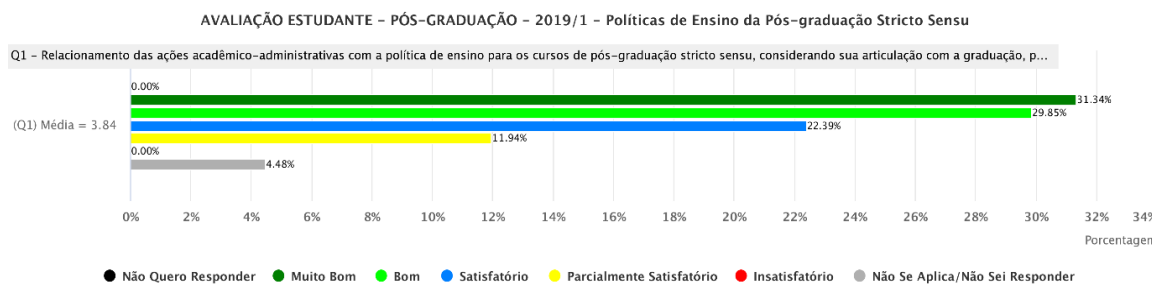
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 23 - Avaliação das políticas de ensino de pós-graduação pelos docentes



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 24 - Avaliação das políticas de ensino de pós-graduação pelos estudantes de pós-graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Chama atenção a discrepância de opinião entre os dois coordenadores de PG quanto ao relacionamento das ações acadêmico-administrativas com a política de ensino para os cursos de PG, o que provavelmente se deve ao fato de que o Mestrado Profissional em Química é um curso recente, com sede no Rio de Janeiro, e cujas demandas de ações são específicas para esta modalidade de pós-graduação.

Os outros envolvidos neste quesito (Diretor, coordenador de graduação, docentes e alunos de PG) consideram que há uma boa relação entre as ações do INQUI e as políticas de ensino dos nossos cursos de pós-graduação. Dentre as ações, pode-se destacar a política de contratação de professores do quadro e visitantes, que busca contemplar as linhas de pesquisa já estabelecidas, ao mesmo tempo em que visa ampliá-las, considerando o que existe de mais moderno na pesquisa científica internacional relacionada à química.

O INQUI ainda não possui programas de PG consolidados (conceito 5), mas várias ações vêm sendo tomadas para que o PPG Química atinja este patamar ao final deste ciclo quadrienal de avaliação. Para tanto, o PPG Química vem incentivando a publicação em periódicos de alto fator de impacto através da oferta cursos de redação científica e inglês instrumental voltado à redação de artigos científicos e cursos em inglês ministrados pelos nossos professores visitantes e pelos docentes estrangeiros que nos visitam como parte dos dois convênios CAPES-PrInt.

Em termos de articulação graduação-pós-graduação, todos os docentes credenciados nos PPGs do INQUI (e de outras US da UFMS) atuam também nos cursos de graduação. É desejo da coordenação do PPG Química que a partir do próximo ano a

disciplina “Seminários em Química”, obrigatória para nossos mestrandos e doutorandos, convide docentes do próprio instituto para ministrarem seminários sobre suas pesquisas, de forma a divulgar a ciência que se produz no INQUI.

Também está sendo gestado um projeto de ensino que prevê a oferta regular de seminários por parte dos nossos docentes, professores visitantes e alunos de pós-graduação aos acadêmicos dos cursos de graduação, de forma que as pesquisas do INQUI sejam mais difundidas. Atualmente, os principais mecanismos de articulação entre os dois níveis são os projetos de iniciação científica e à docência, os trabalhos de conclusão de curso (boa parte deles é desenvolvida nos laboratórios do INQUI), o estágio de docência dos pós-graduandos nas disciplinas de graduação e projetos de alunos de graduação vinculados ao Programa de Educação Tutorial (PET-UFMS).

3.3.1.5 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural.

A gestão da pesquisa na UFMS está a cargo da Coordenadoria de Pesquisa (CPQ/PROPP), por meio da Divisão de Projetos e Grupos de Pesquisa - DIPPE que acompanha o andamento dos projetos de pesquisa, de sua submissão ao seu encerramento. Assim, cada projeto de pesquisa tem sua documentação analisada pela Divisão e é submetido a consultores ad hoc que avaliam o mérito científico da proposta. Sendo aprovado, o projeto é considerado em andamento dentro da Universidade. Em seu término, o coordenador do projeto produz um relatório descrevendo os resultados e conclusões obtidas.

O cadastramento de projetos de pesquisa desenvolvido por docentes da UFMS é feito virtualmente por meio do Sistema de Informação e Gestão de Projetos - SIGProj. Os grupos de pesquisa seguem a mesma lógica dos projetos de pesquisa, sendo facultado ao líder do diretório de pesquisa (geralmente um docente pesquisador da UFMS) a manutenção do cadastro junto ao CNPq.

Os Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Iniciação Tecnológica e Inovação (PIBITI) e de Ações Afirmativas (PIBIC-AF) visam apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da

concessão de bolsas a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica. Os recursos são disponibilizados pelo CNPq e pela UFMS. Os estudantes tornam-se bolsistas a partir da indicação dos orientadores. A UFMS oferece também o Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntária (PIVIC).

Os programas objetivam despertar a vocação científica e incentivar novos talentos entre estudantes de graduação, contribuindo desta forma para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional.

A Tabela 9 apresenta o número de estudantes que participaram de iniciação científica em 2019 (ago-2018 a jul 2019), com bolsas CNPq, UFMS ou voluntários.

Tabela 9 - Número de estudantes em Iniciação Científica - Ciclo 2018/2019

Bolsa CNPq			Bolsa UFMS			Voluntário (PIVIC)	Total de estudantes em IC	Total de estudantes de graduação na Unidade
PIBIC	PIBIT	PIBIC-AF	PIBIC	PIBIT	PIBIC-AF			
12	02	-	06	-	-	04	22	320

Fonte: PROPP/UFMS

Observa-se que o número de acadêmicos que participam do programa de Iniciação Científica no INQUI não atinge 10 % do total de estudantes matriculados nos cursos de graduação. Considerando o número de docentes (efetivos e visitante) no INQUI e o número de estudantes de IC, constata-se que a razão aluno IC/docente INQUI é menor que 01 (um). Assim, uma política de incentivo a realização de projetos de pesquisa envolvendo acadêmicos de graduação precisa ser reforçado na unidade nos próximos anos.

3.3.1.6 Percepção da comunidade acadêmica sobre as políticas de pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural

Este item da avaliação tratou de analisar a percepção da comunidade acadêmica sobre as políticas de pesquisa e inovação tecnológica. Os resultados da avaliação estão compilados nos Gráficos de 25 a 30.

Gráfico 25 - Avaliação das políticas de pesquisa e inovação tecnológica pelo diretor



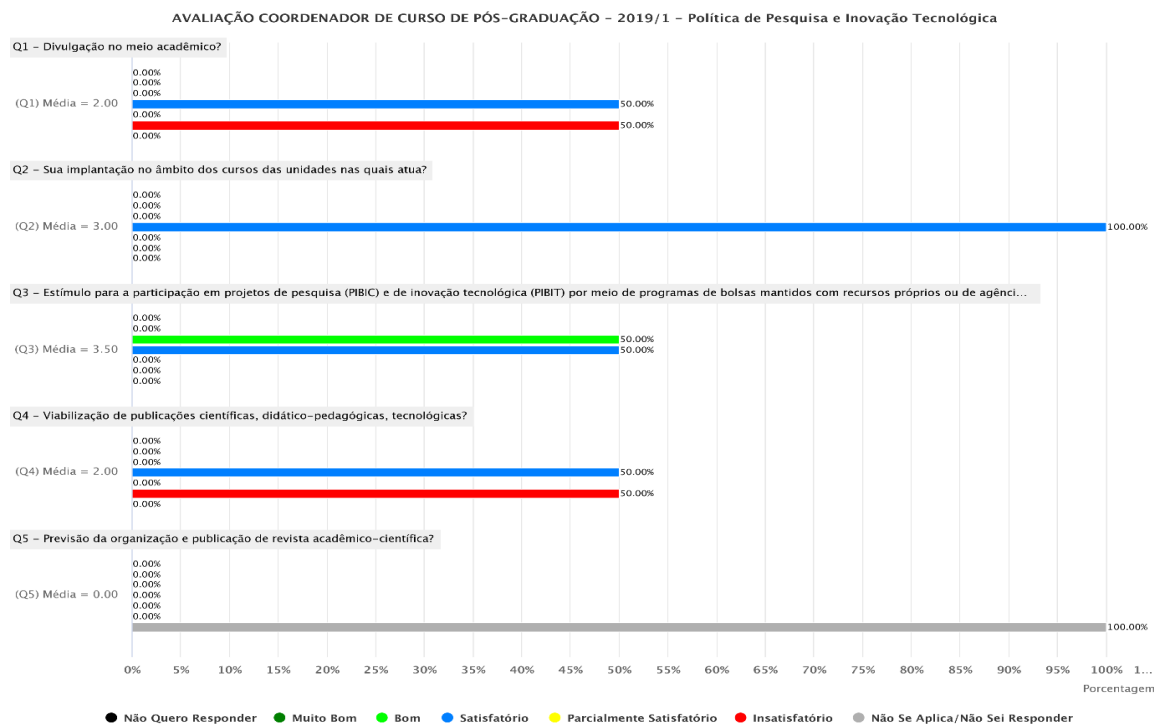
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 26 - Avaliação das políticas de pesquisa e inovação tecnológica pelos coordenadores de graduação



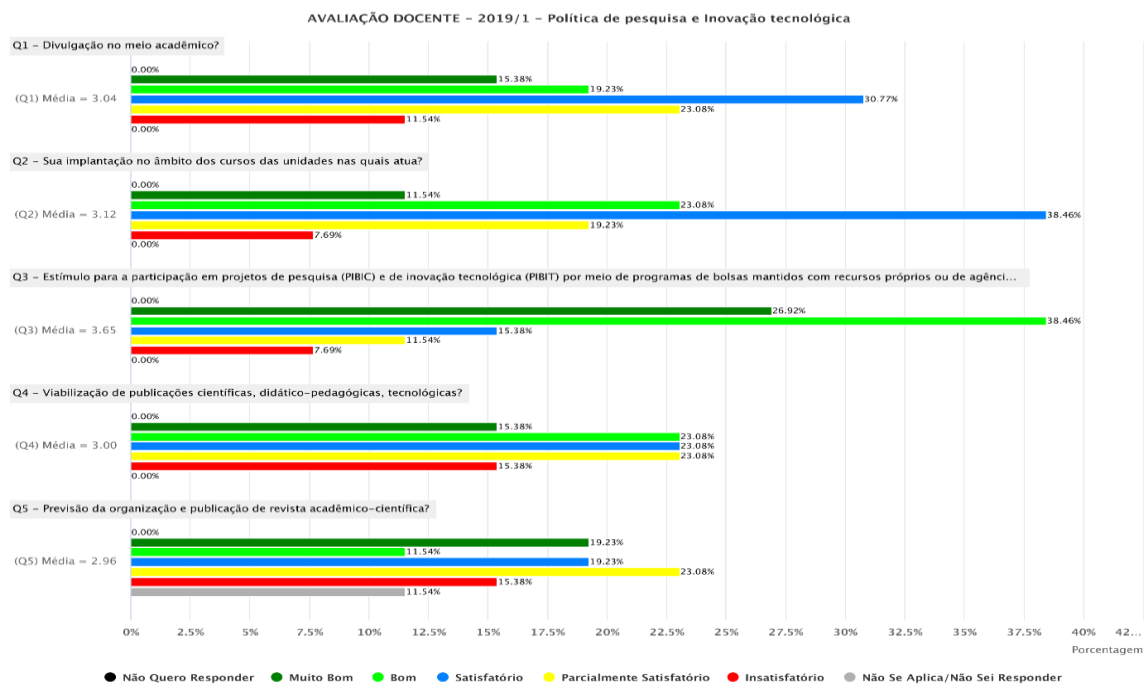
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 27 - Avaliação das políticas de pesquisa e inovação tecnológica pelos coordenadores de pós-graduação



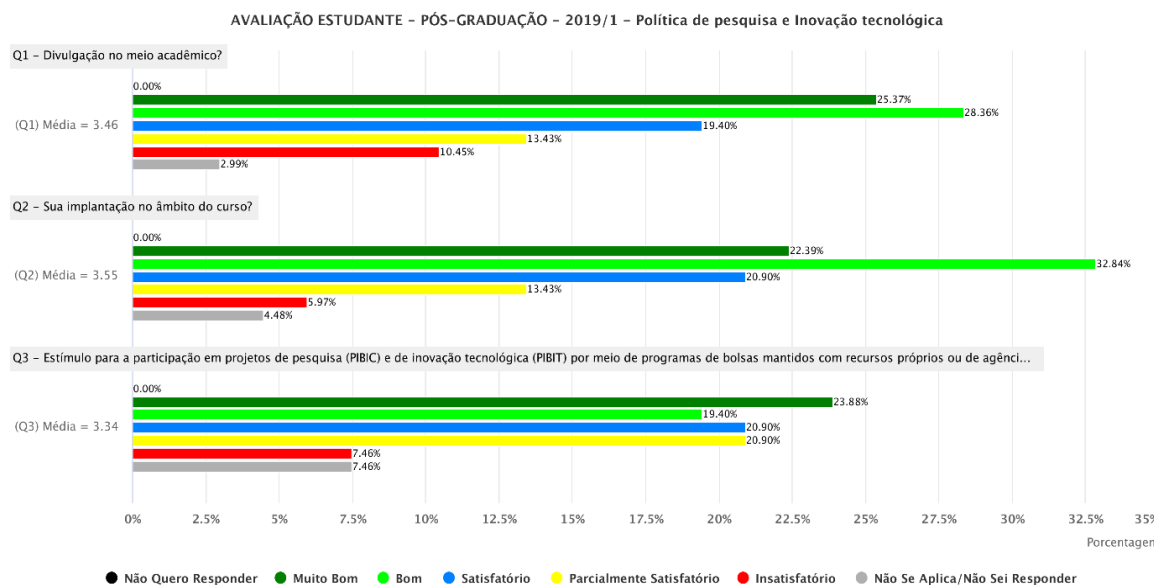
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 28 - Avaliação das políticas de pesquisa e inovação tecnológica pelos docentes



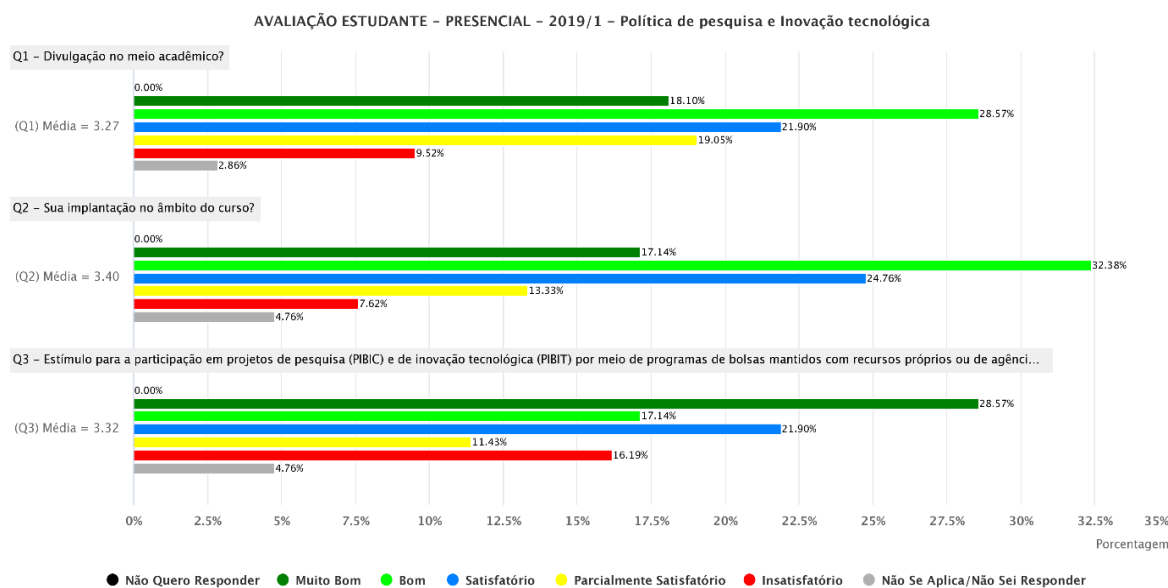
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 29 - Avaliação das políticas de pesquisa e inovação tecnológica pelos estudantes de pós-graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 30 - Avaliação das políticas de pesquisa e inovação tecnológica pelos estudantes de graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

A implantação de políticas de fomento à pesquisa e inovação tecnológica foi considerada parcialmente satisfatória pelo coordenador de graduação. Esta insatisfação provavelmente reflete o fato de que o INQUI é pujante na publicação de suas pesquisas na forma de artigos científicos, mas as produções de natureza tecnológica, como patentes, licenças e os mecanismos de transferência de tecnologia ainda são incipientes na nossa US.

Esta comissão sugere que o INQUI demande da AGINOVA visitas à nossa unidade e o estreitamento do contato, visando a tomada de ações que fomentem tais práticas. A comunidade em geral considera que a divulgação das políticas de fomento em C, T & I é satisfatória, que os alunos são estimulados a participar em projetos de pesquisa e que as publicações científicas e didático-pedagógicas são adequadamente viabilizadas pela US. O item “previsão da organização e publicação de revista acadêmico-científica” recebeu a menor média entre os docentes, embora o INQUI tenha um periódico eletrônico (Orbital) avaliado pela CAPES como B4. Esta comissão imagina que o periódico careça de maior visibilidade entre a comunidade docente.

3.3.1.7 Políticas institucionais de desenvolvimento da extensão, cultura e esporte

A gestão organizacional e operacional, orientação e avaliação das ações de extensão universitária da UFMS são de responsabilidade da Coordenadoria de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte. A Política de Extensão Universitária na UFMS é traçada a partir das deliberações do Conselho de Extensão, Cultura e Esporte (Coex) que, por sua vez, levam em consideração os documentos emanados pelo FORPROEX e as sugestões formuladas pela Comissão Central de Extensão. A Comissão Central de Extensão é presidida pelo chefe da Coordenadoria de Extensão e é composta por dois representantes para cada área temática: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção, e Trabalho.

No INQUI foram desenvolvidos 04 projetos de extensão em 2019 com participação de docentes e estudantes como mostrado na Tabela 10.

Tabela 10 - Projetos de extensão na unidade em 2019

Número de Projetos de Extensão	Número de docentes participantes	Número de estudantes participantes		Total de estudantes de graduação na Unidade
		Bolsistas	Voluntários	
05	08	04	ND	04

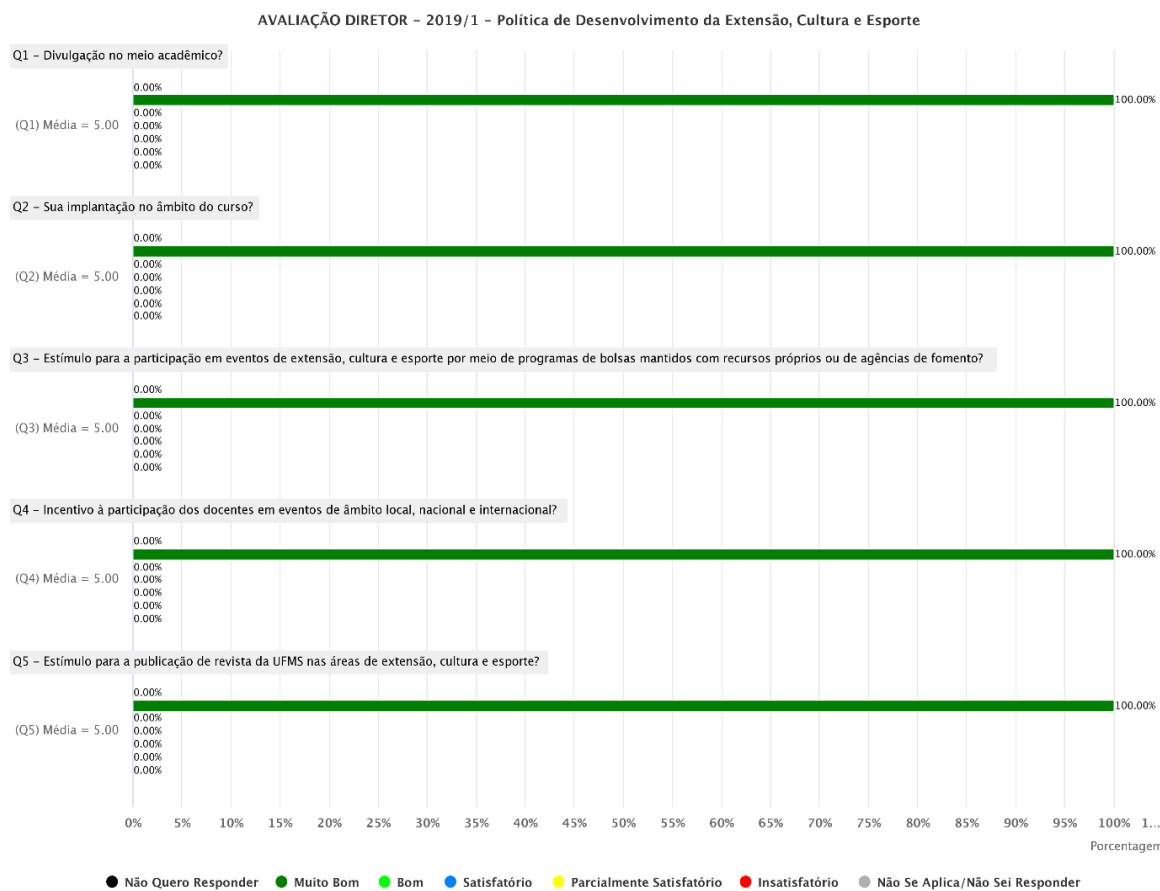
ND = Número não disponível. Fonte: PROECE/UFMS

Projetos de extensão têm sido desenvolvidos com acadêmicos do grupo PET-QUÍMICA e grupo ARANDU. Entre as ações, podemos destacar a semana de química, o show da química e a visita de escolas públicas no INQUI. Outros projetos como XIX Seminário Regional dos Peritos Oficiais de MS e VI Seminário Regional dos Peritos Criminais Federais; ECO – FORMA: Bioeconomia em novos manuseios; e Encontro de Divulgação das Pesquisas do Instituto de Química (ENDIPEQ) também foram desenvolvidos no INQUI.

3.3.1.8 Percepção da comunidade acadêmica sobre as políticas institucionais de desenvolvimento da extensão, cultura e esporte

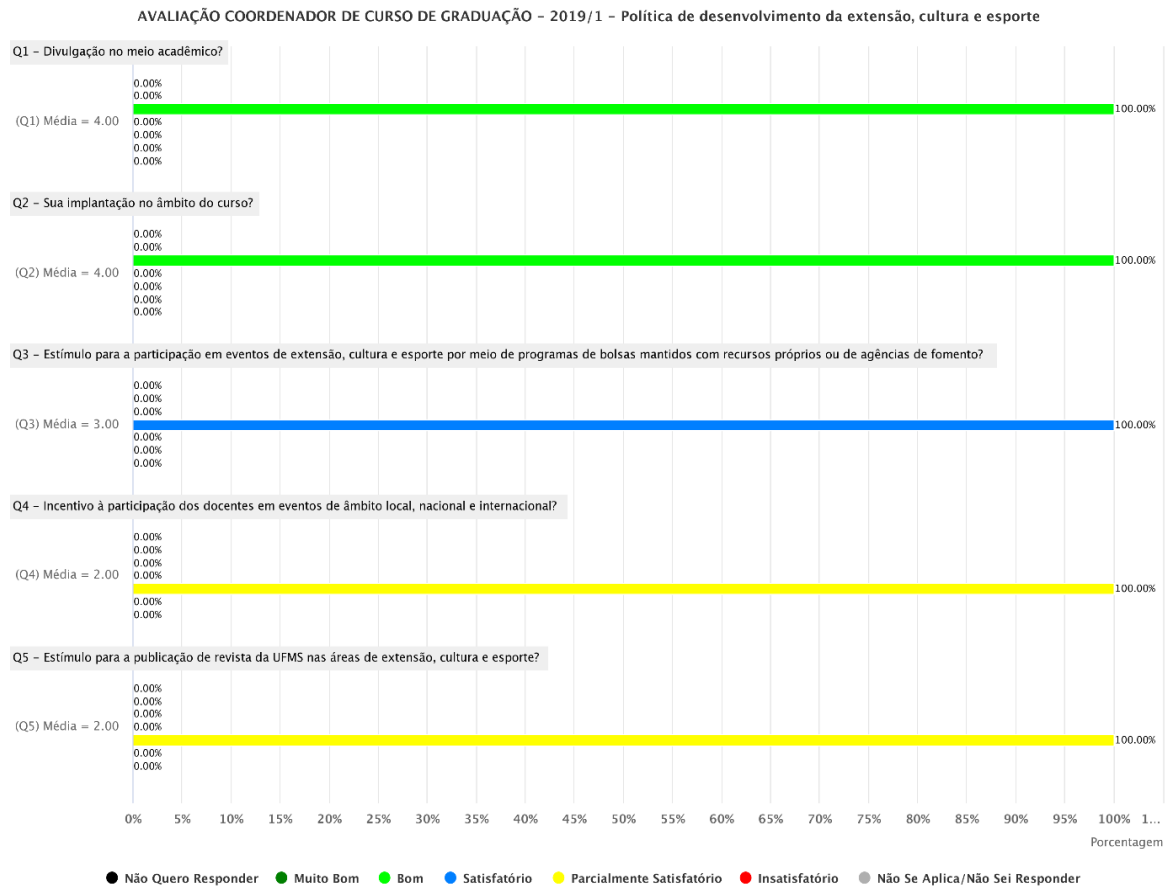
Este item da autoavaliação destinou-se a avaliar a percepção da comunidade acadêmica sobre questões que dizem respeito às políticas desenvolvimento da extensão, cultura e esporte. Foram consultados o diretor, os coordenadores de graduação e pós-graduação e os estudantes de graduação e pós-graduação. Os dados dos diferentes segmentos são compilados a seguir (Gráficos 31 a 36):

Gráfico 31 - Avaliação das políticas de extensão, cultura e esporte pelo diretor



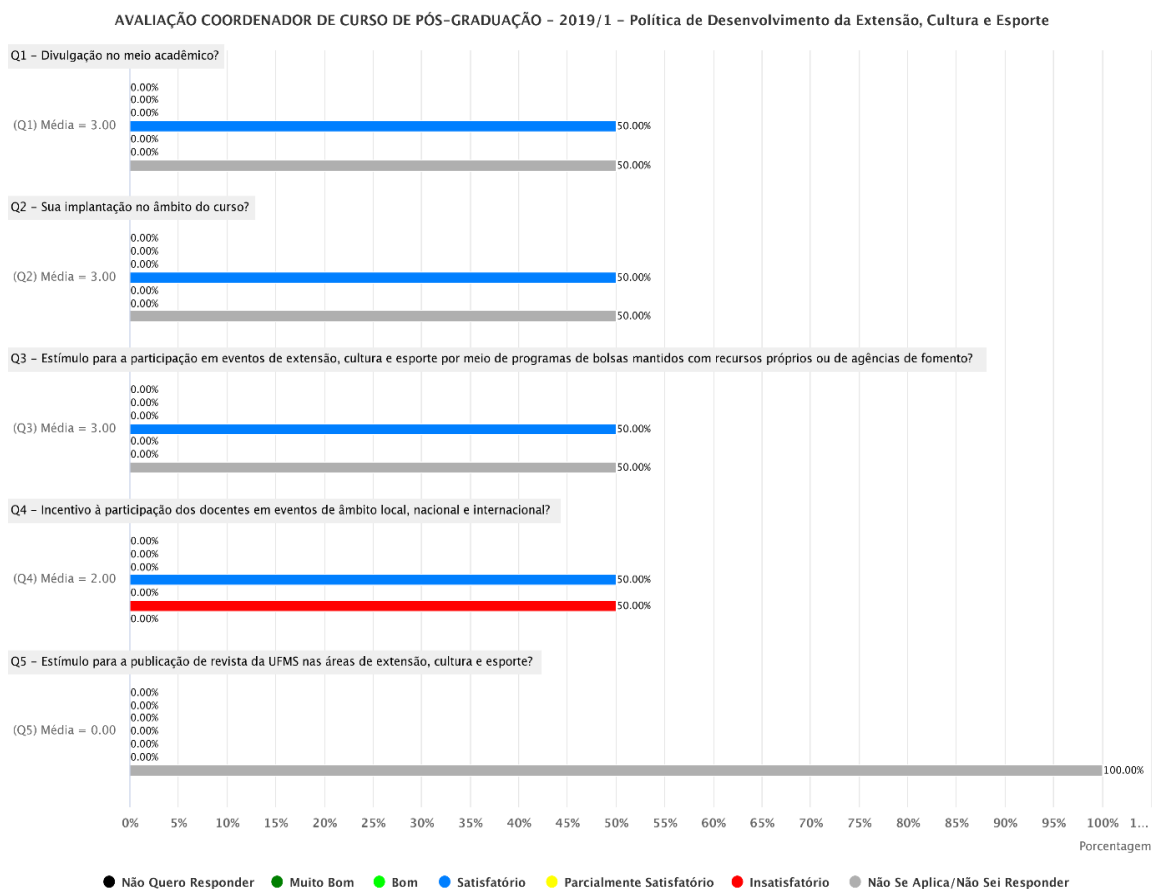
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 32 - Avaliação das políticas de extensão, cultura e esporte pelos coordenadores de graduação



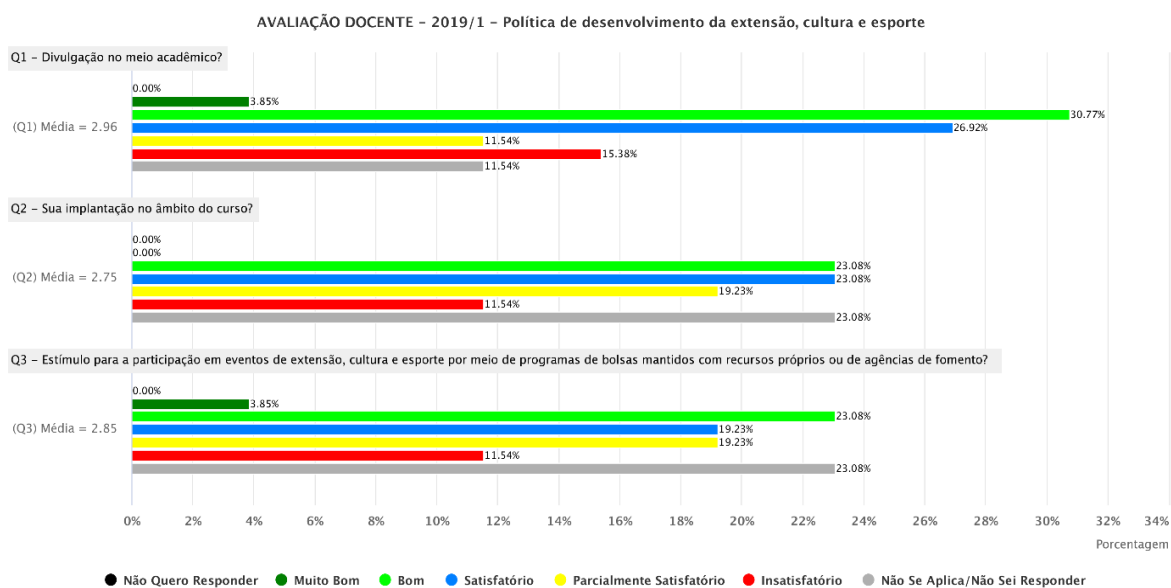
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 33 - Avaliação das políticas de extensão, cultura e esporte pelos coordenadores de pós-graduação



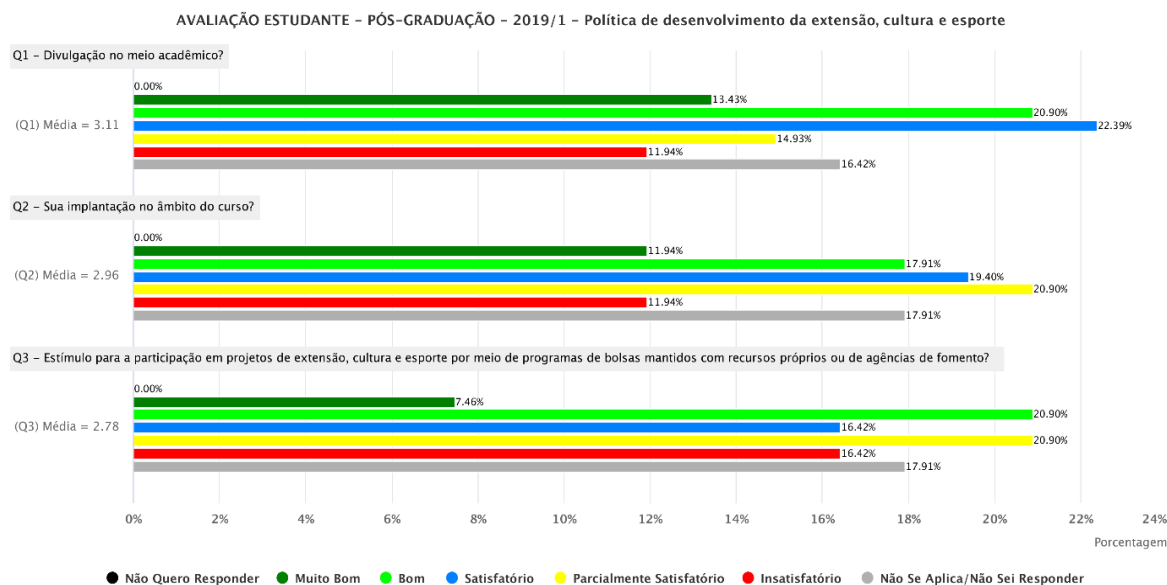
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 34 - Avaliação das políticas de extensão, cultura e esporte pelos docentes



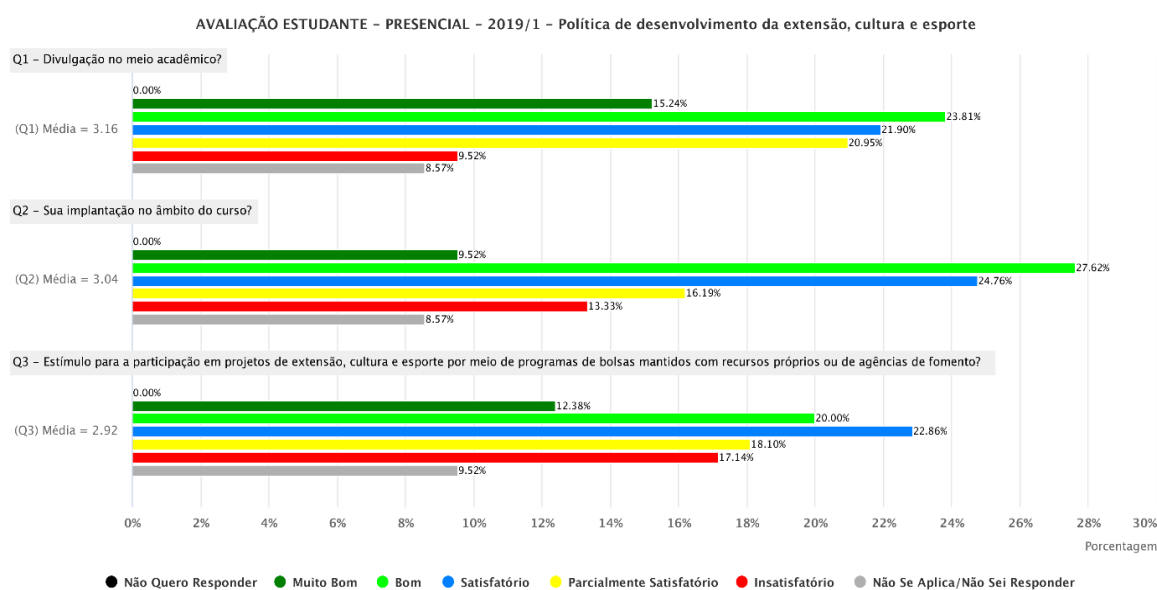
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 35 - Avaliação das políticas de extensão, cultura e esporte pelos estudantes de pós-graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 36 - Avaliação das políticas de extensão, cultura e esporte pelos estudantes de graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

As políticas de extensão, cultura e esporte foram avaliadas com notas mais baixas pela comunidade do INQUI. Uma das causas alegadas é que, fisicamente, o nosso instituto encontra-se relativamente afastado da maioria das US da UFMS, e o anúncio de atividades pela página da UFMS não costuma ser a forma de difusão mais conveniente, de acordo com

os acadêmicos. Para tentar aproximar o INQUI da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte, um docente do INQUI foi recentemente nomeado como uma espécie de “representante” da PROECE na unidade. A ideia é que se estabeleça um vínculo entre a Pró-Reitoria e a US, tornando mais fácil e rápida a divulgação das ações e dos eventos promovidos pela PROECE.

3.3.1.9 Política institucional de acompanhamento dos egressos

A preocupação com a formação de um profissional crítico, com visão humanista e comprometida com as transformações sociais tem acompanhado todo o contexto pedagógico dos cursos da UFMS. Todavia, a formação profissional, como processo dinâmico que é, exige constante reflexão e revisão dos procedimentos adotados, o que se dará através das avaliações próprias da Instituição e do acompanhamento do egresso.

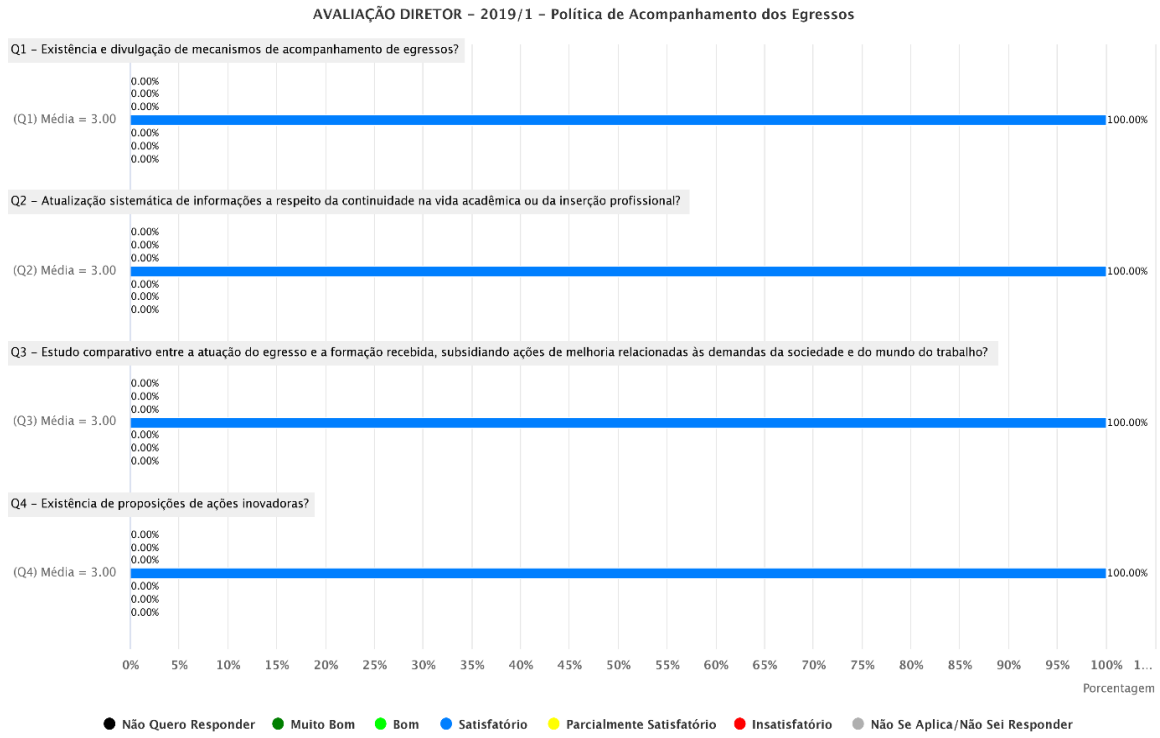
Neste contexto, a UFMS considera de grande relevância que sua relação com os estudantes não se encerre com o término do curso de graduação, mas que prossiga, embora de forma diferenciada, no decorrer da vida profissional. O acompanhamento ao egresso desempenha um papel bastante significativo, pois possibilita que se avaliem os cursos da Instituição, de forma direta, e ainda, se verifique o tipo de profissional formado e se o perfil apresentado vem ao encontro dos objetivos delineados no Projeto Pedagógico de cada Curso.

O INQUI está em fase de implementação de acompanhamento de seus egressos.

3.3.1.10 Percepção da comunidade acadêmica sobre a política institucional de acompanhamento dos egressos

Neste tópico são apresentados dados relativos à percepção do diretor, coordenadores de curso e docente sobre a política institucional de acompanhamento dos egressos. Os dados são mostrados nos Gráficos 37-40.

Gráfico 37 - Avaliação das políticas de acompanhamento de egressos pelo diretor



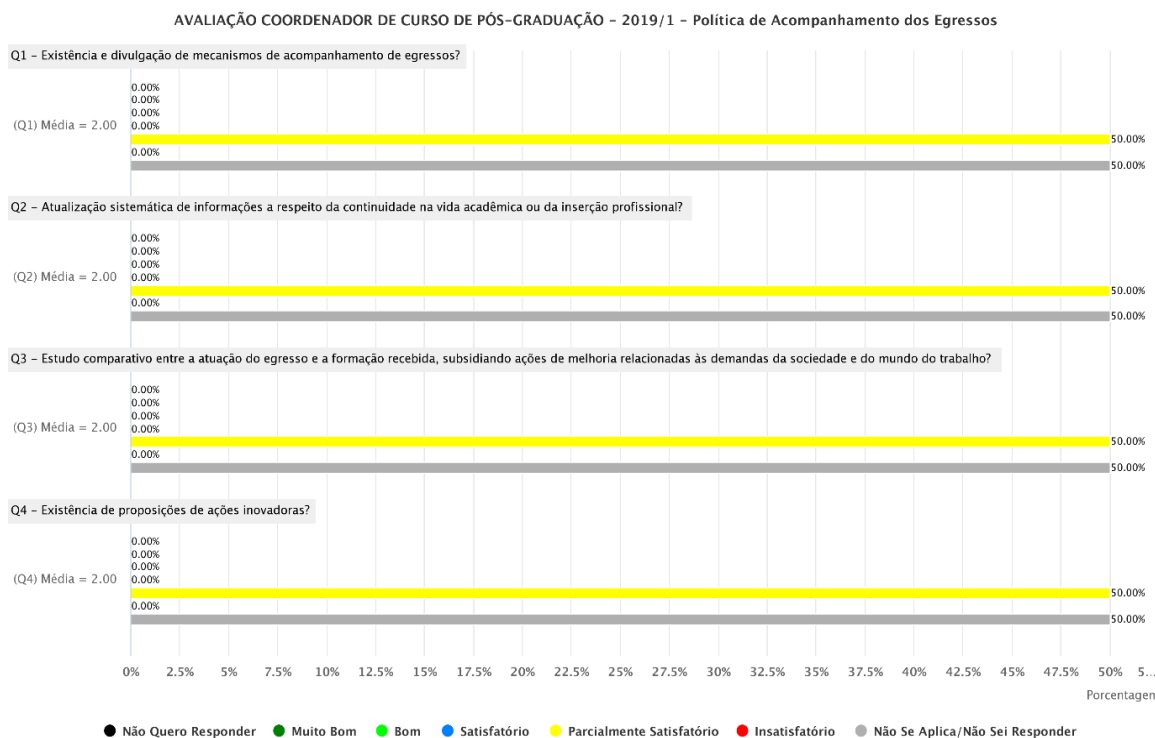
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 38 - Avaliação das políticas de acompanhamento de egressos pelos coordenadores de graduação



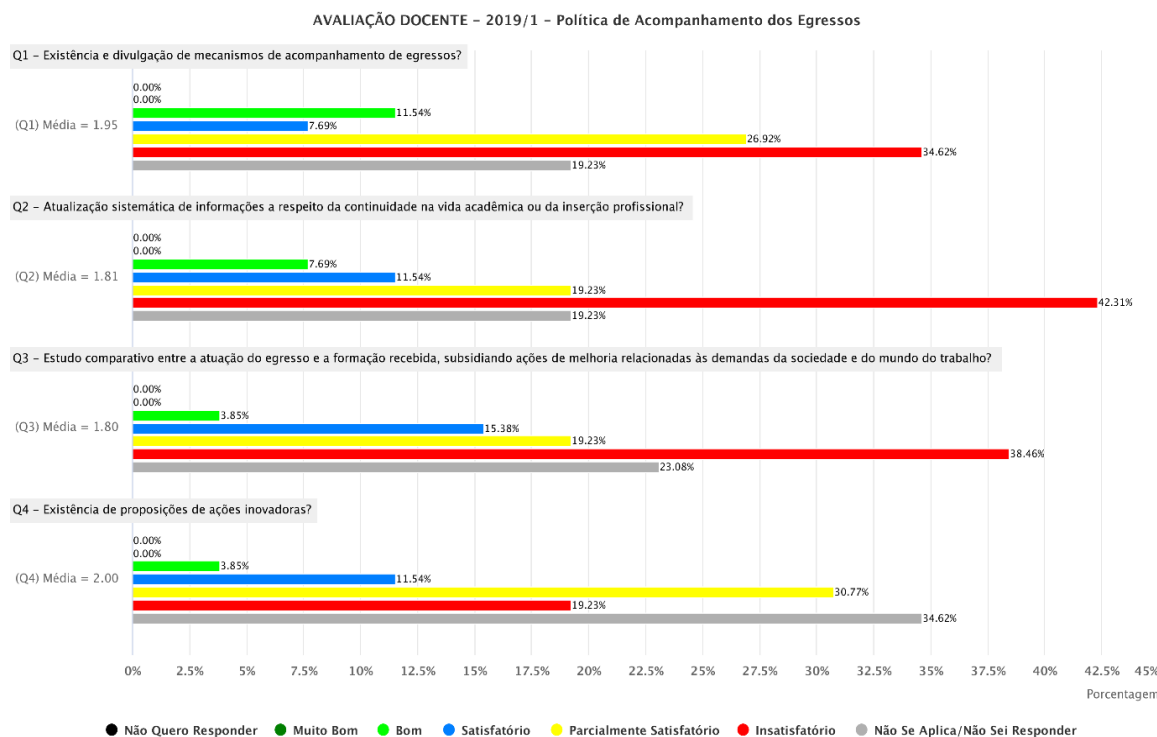
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 39 - Avaliação das políticas de acompanhamento de egressos pelos coordenadores de pós-graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 40 - Avaliação das políticas de acompanhamento de egressos pelos docentes



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

No que se refere aos nossos cursos de PG, um dos programas ainda não tem egressos (PROFIQUI). No entanto, as respostas do coordenador do programa acadêmico deixam claro que o acompanhamento é insatisfatório. Neste âmbito, recentemente a Coordenadoria de Pós-Graduação Stricto Sensu estabeleceu um grupo de trabalho responsável pela proposição de ações de acompanhamento dos nossos egressos de PG. O documento elaborado pelo grupo de trabalho foi endereçado à PROPP, que definirá as ações no âmbito institucional. Espera-se que a implementação de tais ações melhore as políticas de acompanhamento dos egressos e a percepção da comunidade acadêmica sobre este quesito.

3.3.1.11 Política institucional para internacionalização

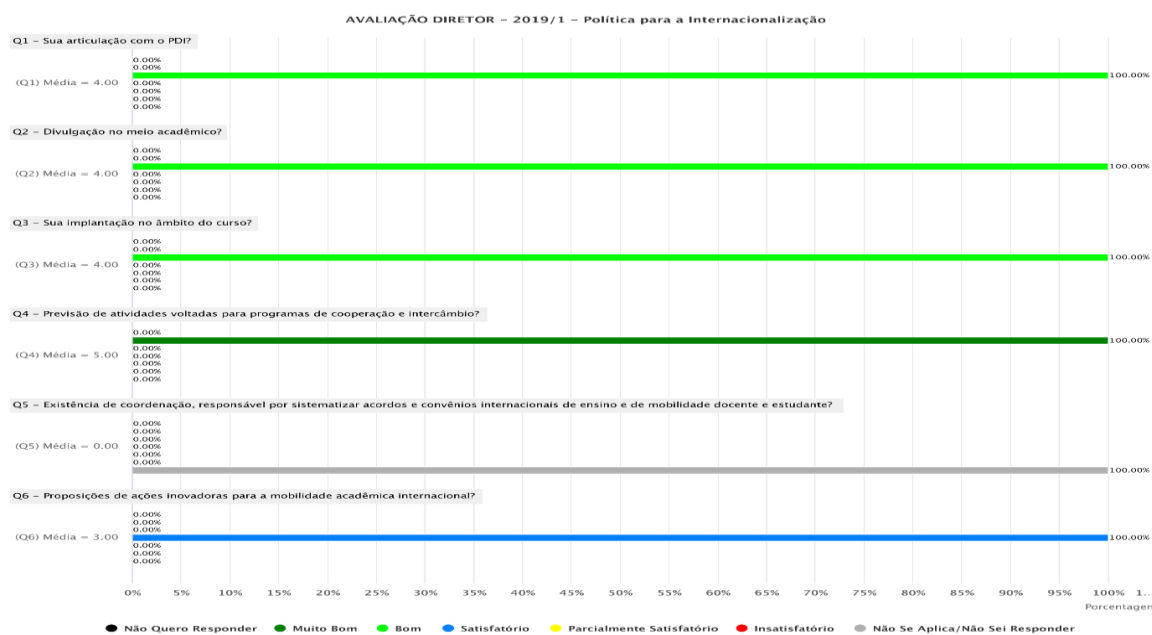
No campo das relações internacionais, a UFMS considera estratégica a consolidação dos acordos de cooperação científica e tecnológica e dos intercâmbios estudantes e de interação cultural que possibilitam criar oportunidades de aprimoramento profissional e capacitação aos estudantes de graduação, graduados e pós-graduados.

Há parcerias, convênios e projetos que oferecem mobilidade acadêmica internacional aos estudantes de graduação, como o programa Santander Luso-brasileiras Universidades, os projetos Erasmus Mundus – Ibrasil e Erasmus Mundus (Projeto EBW+). Há ainda estudantes participantes do Programa Ciências sem Fronteiras, em intercâmbio acadêmico. A internacionalização também se faz presente nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, uma vez que estudantes de outros países participam de atividades relacionadas aos programas de mestrado e doutorado.

3.3.1.12 Percepção da comunidade acadêmica sobre a política institucional para internacionalização

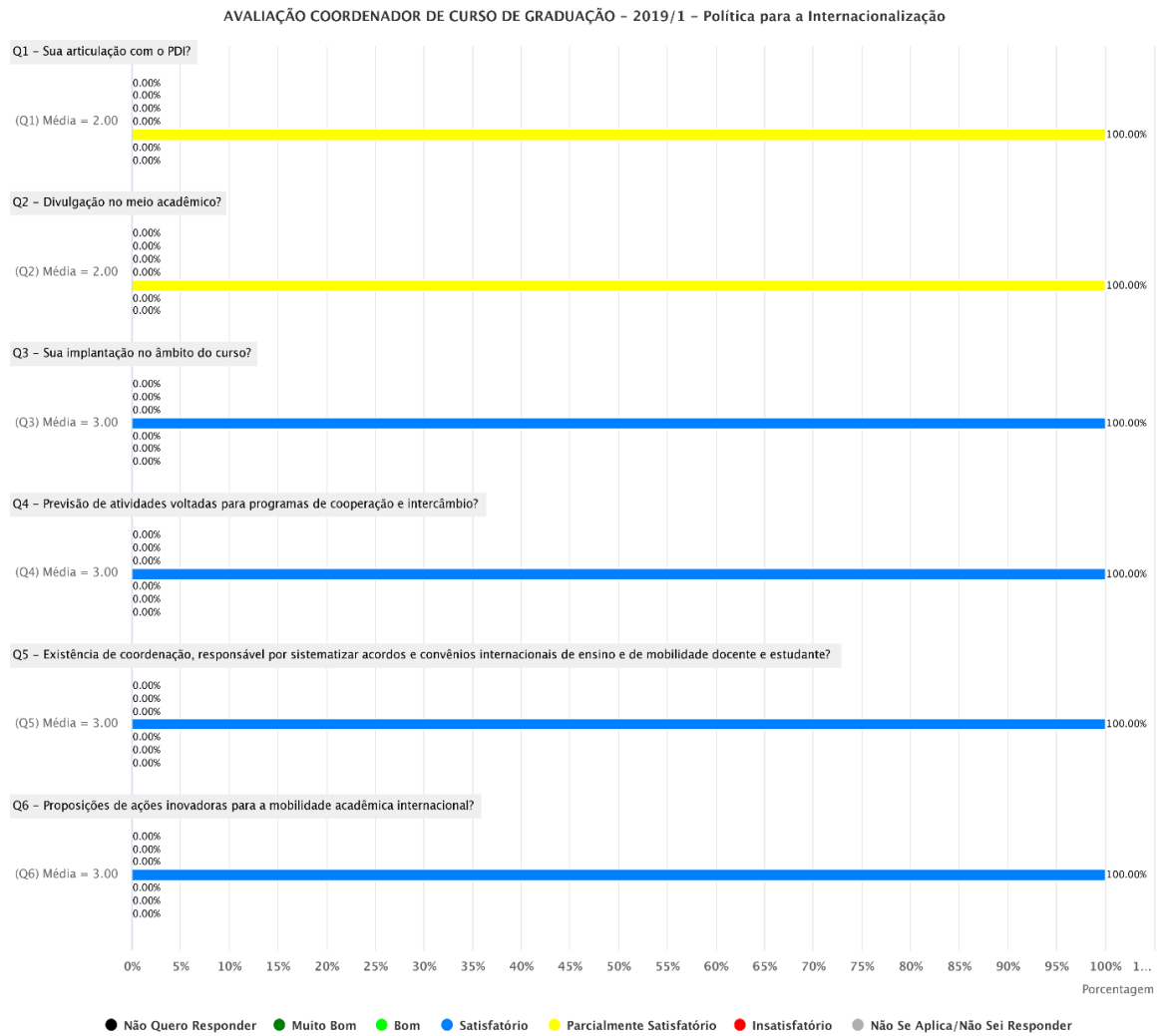
Este item trata da percepção da comunidade acadêmica (diretor, coordenadores, docentes e discentes) sobre o grupo de questões relativas às políticas para internacionalização. Os dados são mostrados nos Gráficos 41-46.

Gráfico 41 - Avaliação das políticas para internacionalização pelo diretor



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 42 - Avaliação das políticas para internacionalização pelos coordenadores de graduação



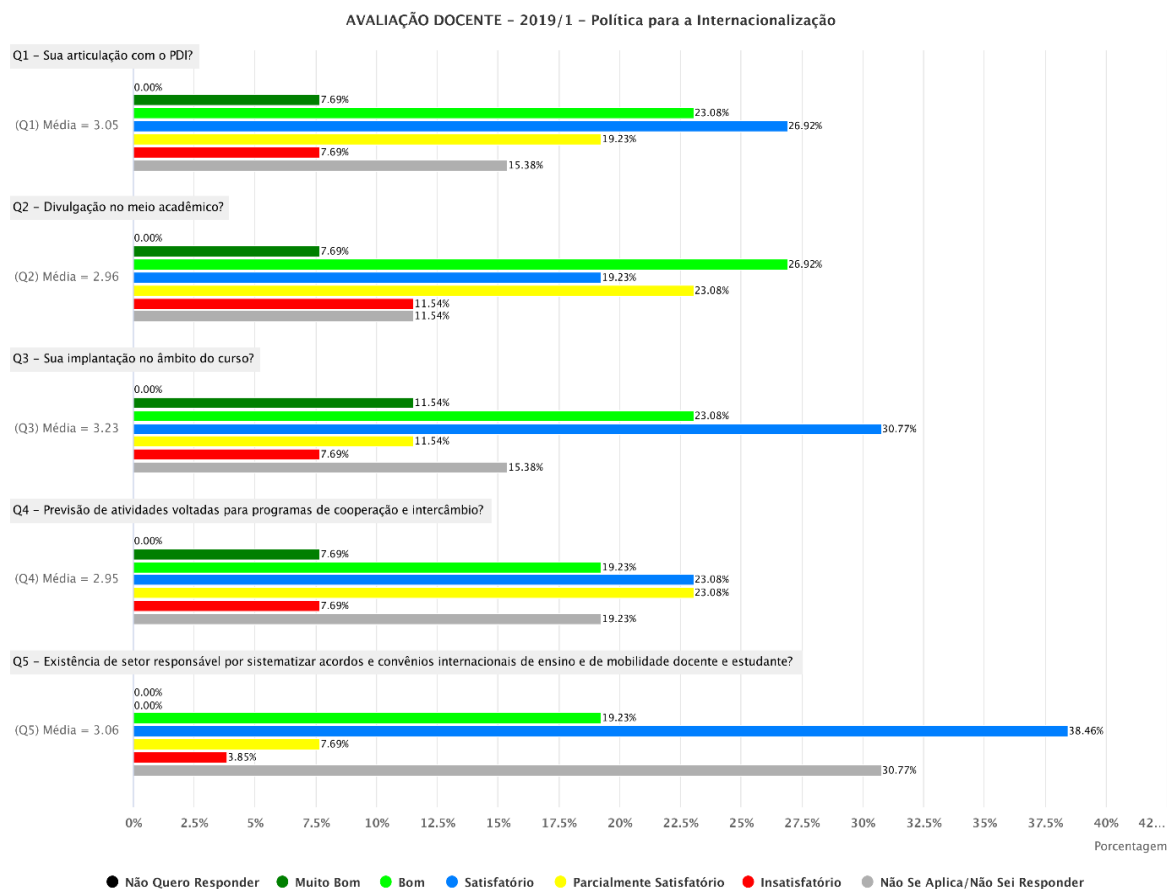
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 43 - Avaliação das políticas para internacionalização pelos coordenadores de pós-graduação



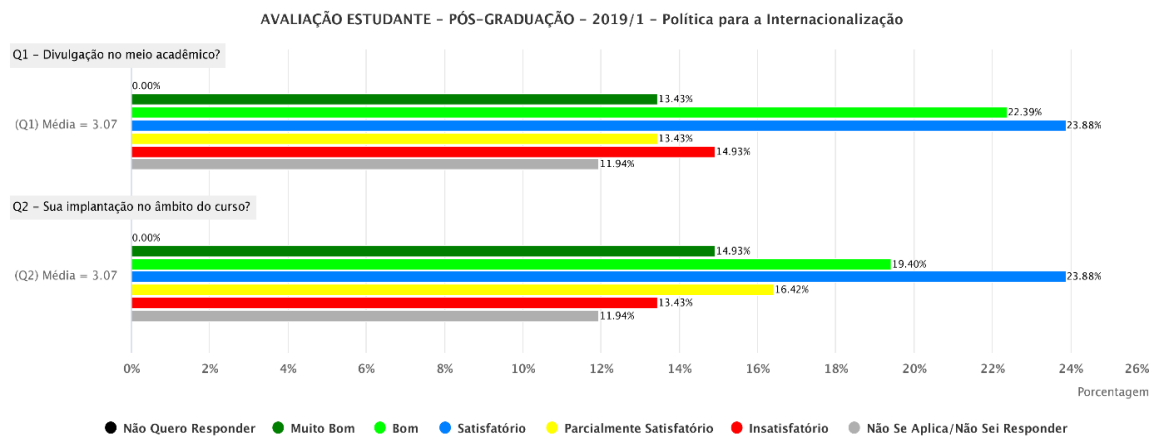
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 44 - Avaliação das políticas para internacionalização pelos docentes



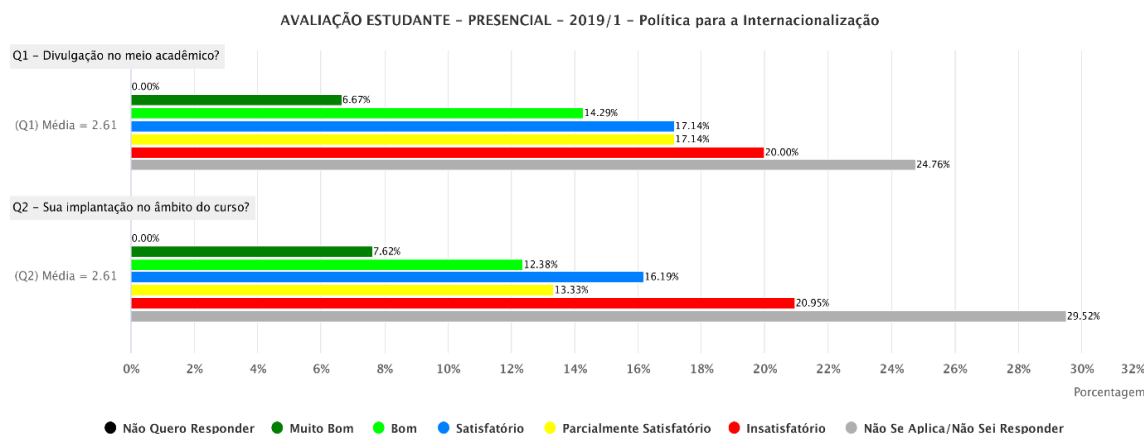
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 45 - Avaliação das políticas para internacionalização pelos estudantes de pós-graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 46 - Avaliação das políticas para internacionalização pelos estudantes de graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Quanto às políticas de internacionalização, chamam atenção as diferentes percepções da comunidade. Por exemplo, os dois coordenadores dos PPGs do INQUI forneceram respostas díspares quanto à articulação das políticas com o PDI, à divulgação no meio acadêmico, à implantação destas políticas no âmbito do curso, às atividades voltadas aos programas de cooperação e intercâmbio, etc. Esta comissão acredita que o Mestrado Profissional, pela própria vocação, é um curso menos voltado à internacionalização, o que pode ter contribuído para as divergências assinaladas.

Os docentes e discentes de pós-graduação, por sua vez, avaliam as políticas de internacionalização de forma mais favorável do que os estudantes de graduação, o que também é compreensível, pois desde a extinção do Ciência Sem Fronteiras, as possibilidades de intercâmbio dos estudantes de graduação tornaram-se bastante limitadas.

Neste contexto, recentemente docentes do INQUI aprovaram dois projetos de cooperação internacional na chamada CAPES-PrInt e já existem missões de estudo de pós-graduandos previstas a partir de 2020. Este é um dos aspectos positivos, mas existem outros. Por exemplo, atualmente temos dois professores visitantes do Paquistão, que, a princípio, permanecerão por até 4 anos no INQUI. Também existem grupos de pesquisa que têm parcerias de longa data estabelecidas com Universidades da Espanha (Alicante), Argentina (La Plata) e França (Toulouse e Grenoble). Estas parcerias permitem que vários

trabalhos científicos desenvolvidos no INQUI tenham um caráter de cooperação verdadeiramente internacional, e as visitas de pesquisadores estrangeiros ao nosso instituto criam uma atmosfera de heterogeneidade cultural que pode ser transformadora. A título de exemplo, recentemente o Prof. Ian Colbeck (University of Essex, UK) visitou todos os laboratórios de pesquisa do INQUI, e em cada um deles um estudante voluntariou-se a explicar, de forma sucinta, as pesquisas ali realizadas. Também é comum que pesquisadores estrangeiros ministrem palestras no INQUI e a maioria dos nossos docentes tem experiência em alguma instituição no exterior, sendo que vários deles mantêm o vínculo com os grupos de pesquisa por onde passaram.

Apesar destes esforços, a percepção de internacionalização da US tem pouca penetração nos nossos alunos de graduação, o que sugere que a divulgação das atividades de pesquisa tem sido insuficiente entre os acadêmicos.

3.3.2 Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Essa dimensão apresenta a comunicação da INQUI e da UFMS com a sociedade, o que inclui o público interno e externo.

3.3.2.1 Comunicação da Unidade Setorial com a comunidade interna e externa

A comunicação do INQUI com a comunidade é realizada através do Portal da UFMS, onde são divulgados os boletins de serviço, além de notícias diversas de interesse da comunidade em geral, sendo esse serviço de responsabilidade do técnico de informática do INQUI. Conta-se ainda com serviço de telefonia e e-mail. Esse serviço está sobre responsabilidade dos secretários e chefes de setor.

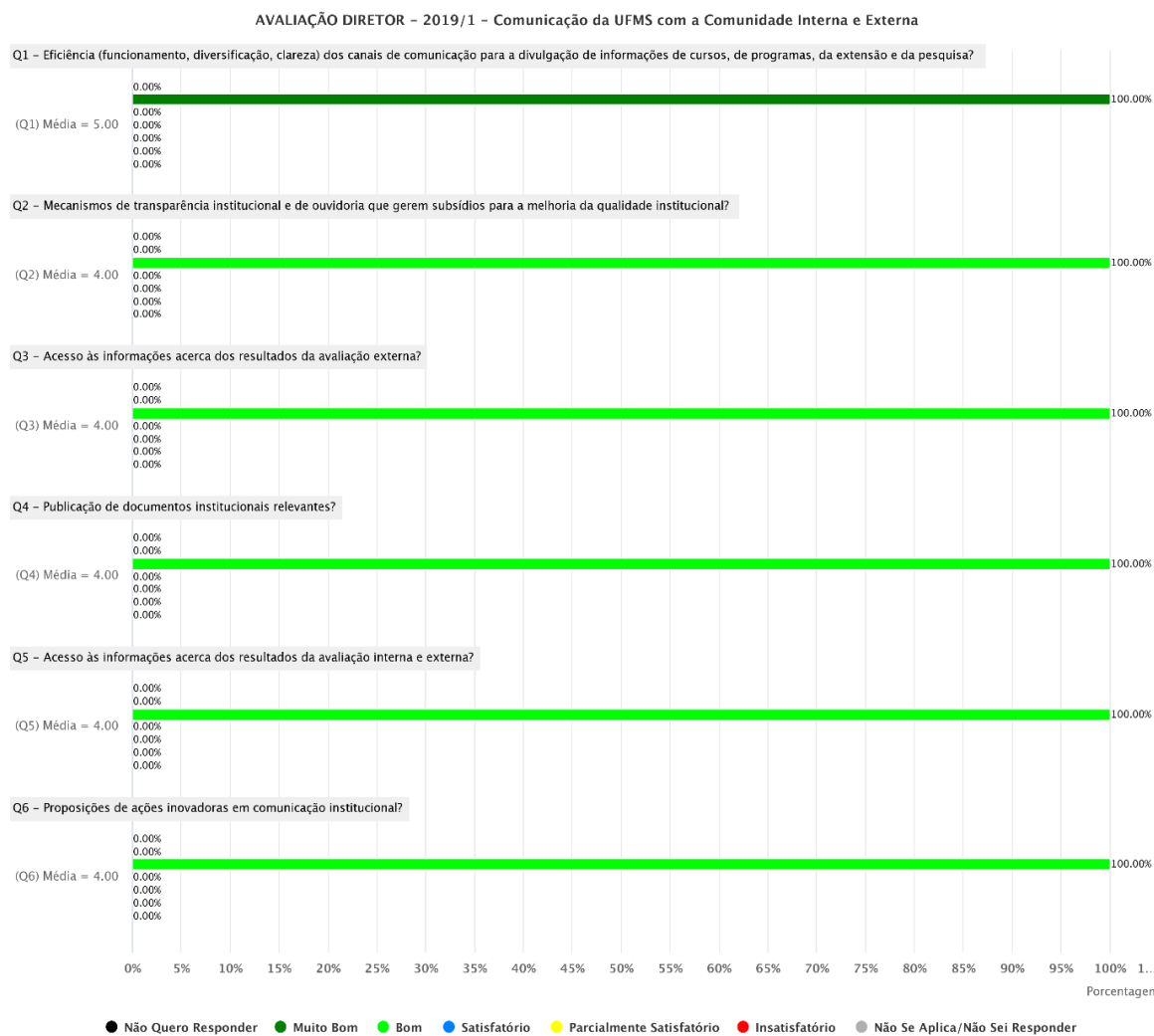
Há também, à disposição da comunidade, a Ouvidoria da UFMS, que tem por objetivo atuar no pós-atendimento através de um canal de comunicação direta entre o cidadão e a Instituição, visando o aprimoramento das ações e serviços prestados pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

3.3.2.2 Percepção da comunidade acadêmica sobre a comunicação da UFMS com a comunidade interna e externa

Neste item da autoavaliação, foi pedido ao diretor, aos coordenadores de graduação e pós-graduação, estudantes de graduação presencial, estudantes de pós-graduação e docentes que avaliassem a comunicação da UFMS com as comunidades interna e externa. Ressalta-se que o número e natureza dos itens varia de acordo com o participante. Especificamente, foram avaliados a eficiência dos canais de comunicação, os subsídios de melhoria da instituição gerados pelos mecanismos de transparência e ouvidoria, o acesso às informações relativas às avaliações interna e externa, a publicação de documentos institucionais e a proposição de ações inovadoras em comunicação institucional.

Ao diretor e coordenador de cursos de graduação, pediu-se que avaliassem os seguintes itens: (1) Eficiência (funcionamento, diversificação, clareza) dos canais de comunicação para a divulgação de informações de cursos, de programas, da extensão e da pesquisa; (2) Mecanismos de transparência institucional e de ouvidoria que gerem subsídios para a melhoria da qualidade institucional; (3) Acesso às informações acerca dos resultados da avaliação externa; (4) Publicação de documentos institucionais relevantes (5) Acesso às informações acerca dos resultados da avaliação interna e externa; (6) Proposições de ações inovadoras em comunicação institucional.

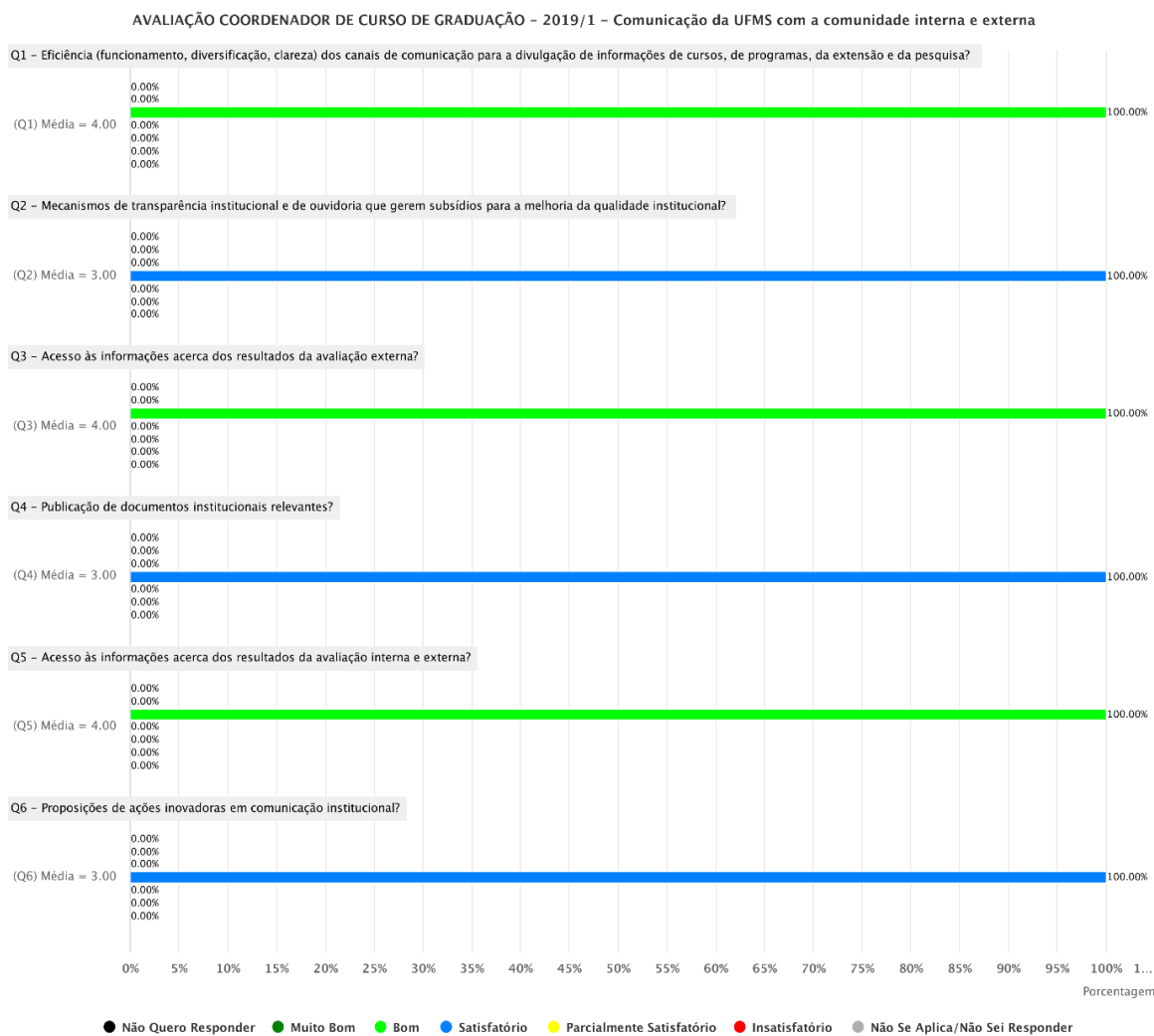
Gráfico 47 - Avaliação da comunicação da UFMS com a comunidade pelo diretor



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Dentre os 6 itens avaliados, o diretor do INQUI atribuiu conceito ótimo ao primeiro item (5,00 pontos na escala de 1,00 a 5,00) e considerou os demais itens como bons (média de 4,00 pontos na mesma escala).

Gráfico 48 - Avaliação da comunicação da UFMS com a comunidade pelos coordenadores de graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Dos 6 itens avaliados, o coordenador dos cursos de graduação atribuiu conceito bom aos itens 1, 3 e 5 (com uma média de 4,00 pontos) e considerou os demais itens como satisfatórios (média de 3,00 pontos na escala de 1,00 a 5,00).

Gráfico 49 - Avaliação da comunicação da UFMS com a comunidade pelos coordenadores de pós-graduação

Coube aos 2 coordenadores dos cursos de pós-graduação avaliarem os mesmos itens de 1 a 6 do questionário.

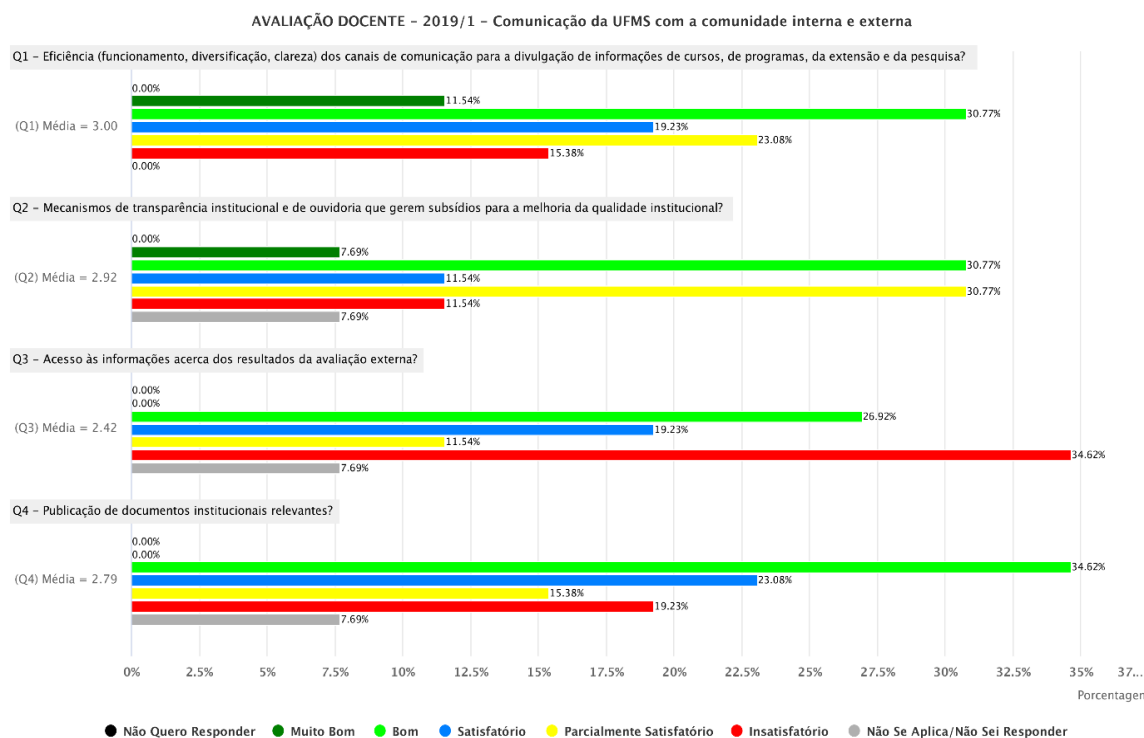


Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Dentre os 6 itens avaliados, atribuiu-se uma média de 2,00 e 2,50 pontos aos itens 1 e 2 respectivamente. Aos demais (3, 4, 5 e 6) foi atribuída uma média de 3,00 pontos.

Gráfico 50 - Avaliação da comunicação da UFMS com a comunidade pelos docentes

Aos docentes coube responder aos itens de 1 a 4 do questionário apresentado anteriormente.

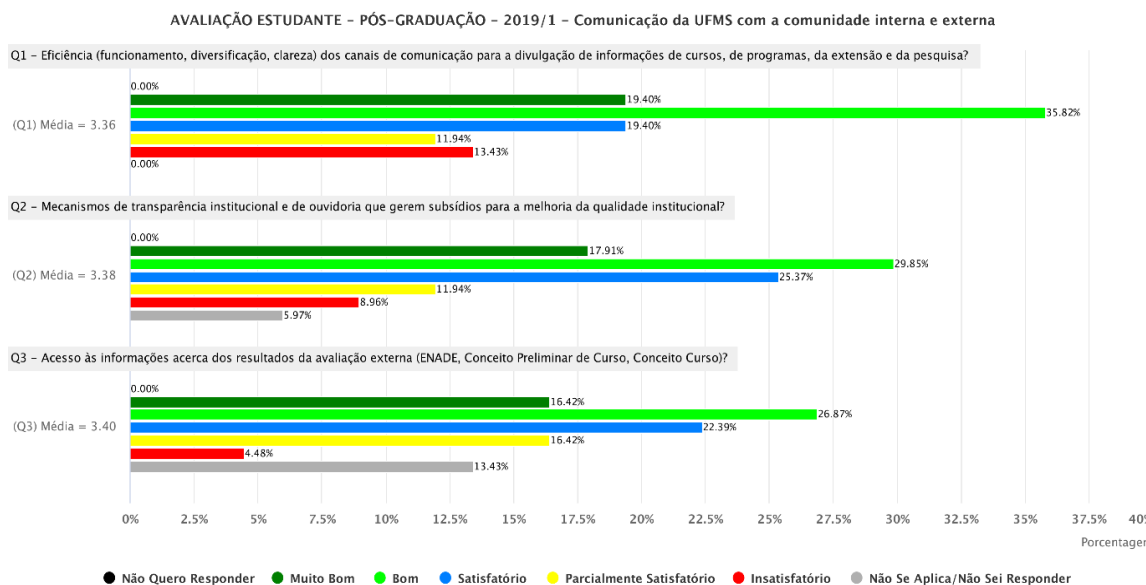


Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Um total de 26 docentes responderam ao questionário. Ao item 1 atribuiu-se uma média de 3,00 pontos, ao item 2 uma média de 2,92, aos itens 3 e 4 uma média de 2,42 e 2,79 pontos respectivamente.

Aos alunos de pós-graduação pediu-se que avaliassem os itens: (1) Eficiência (funcionamento, diversificação, clareza) dos canais de comunicação para a divulgação de informações de cursos, de programas, da extensão e da pesquisa; (2) Mecanismos de transparência institucional e de ouvidoria que gerem subsídios para a melhoria da qualidade institucional; (3) Acesso às informações acerca dos resultados da avaliação externa (ENADE, Conceito Preliminar de Curso, Conceito do Curso).

Gráfico 51 - Avaliação da comunicação da UFMS com a comunidade pelos estudantes de pós-graduação

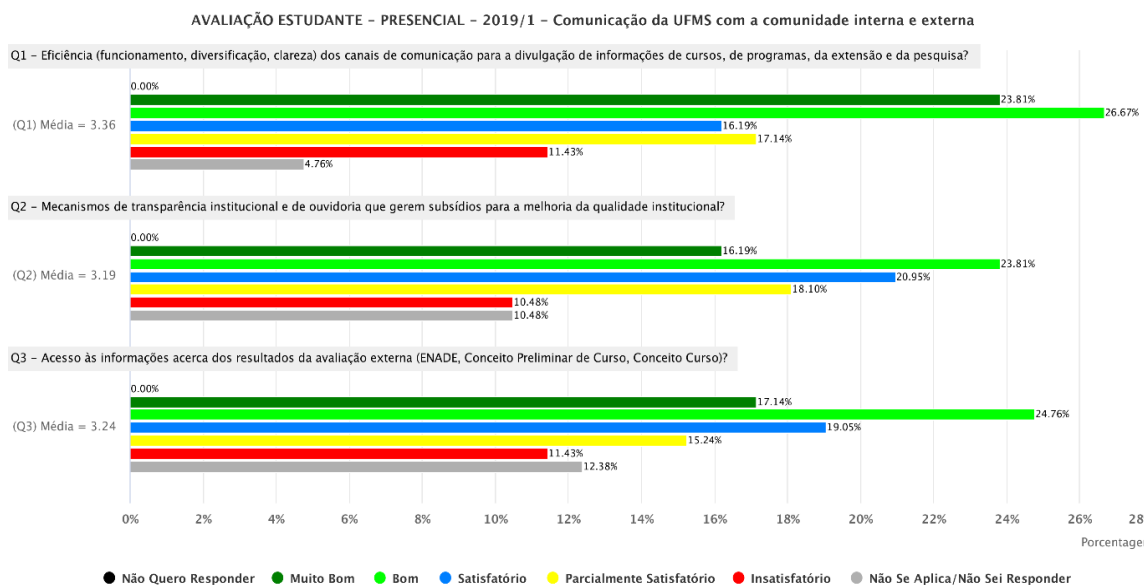


Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Um total de 67 discentes responderam ao questionário, atribuindo ao item 1 uma média de 3,36 pontos e aos itens 2 e 3 uma média de 3,38 e 3,40 pontos respectivamente. Os itens avaliados são considerados com conceito bom pela maioria dos estudantes.

Aos alunos de graduação pediu-se que avaliassem os itens: (1) Eficiência (funcionamento, diversificação, clareza) dos canais de comunicação para a divulgação de informações de cursos, de programas, da extensão e da pesquisa; (2) Mecanismos de transparência institucional e de ouvidoria que gerem subsídios para a melhoria da qualidade institucional; (3) Acesso às informações acerca dos resultados da avaliação externa (ENADE, Conceito Preliminar de Curso, Conceito Curso).

Gráfico 52 - Avaliação da comunicação da UFMS com a comunidade pelos estudantes de graduação

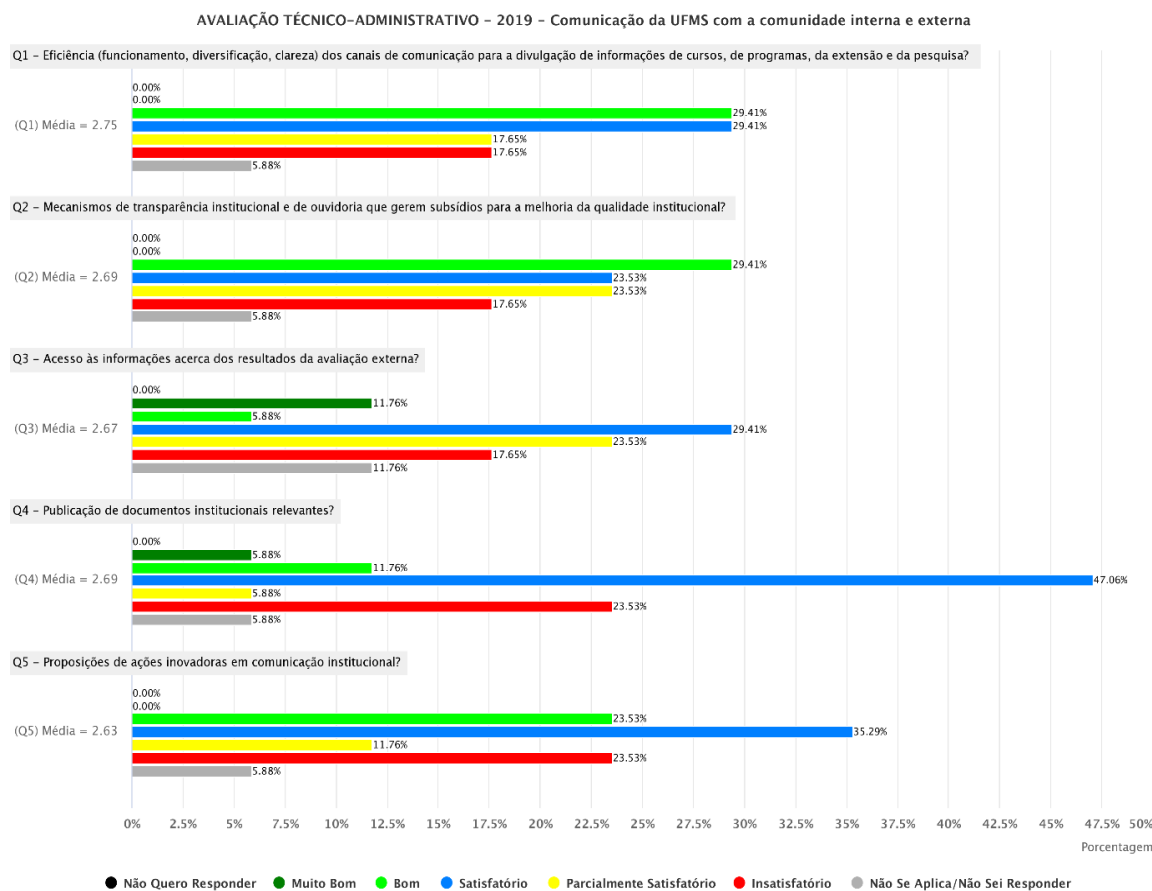


Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

O questionário foi respondido por um total de 105 estudantes. Atribui-se ao item 1 uma média de 3,36 pontos e aos itens 2 e 3 uma média de 3,19 e 3,24 pontos respectivamente. A maioria dos discentes conceitua os 3 itens avaliados com conceito bom.

Aos técnicos-administrativos pediu-se que avaliassem os itens: (1) Eficiência (funcionamento, diversificação, clareza) dos canais de comunicação para a divulgação de informações de cursos, de programas, da extensão e da pesquisa; (2) Mecanismos de transparência institucional e de ouvidoria que gerem subsídios para a melhoria da qualidade institucional; (3) Acesso às informações acerca dos resultados da avaliação externa; (4) Publicação de documentos institucionais relevantes; (5) Proposições de ações inovadoras em comunicação institucional.

Gráfico 53 - Avaliação da comunicação da UFMS com a comunidade pelos técnicos-administrativos



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

O questionário foi respondido por 17 técnicos-administrativos. O item 1 foi considerado bom ou parcialmente satisfatório pela maioria, recebendo uma média de 2,75 pontos. O item 2 com uma média de 2,69 foi considerado bom e os itens 3, 4 e 5 foram avaliados como satisfatórios pela maior parte dos mesmos.

O diretor da unidade e o coordenador avaliaram que todos os quesitos são no mínimo satisfatórios. Um dos coordenadores de PG considera que a eficiência dos canais de comunicação é insatisfatória e que os mecanismos de transparência e ouvidoria não geram subsídios suficientes para a melhoria das condições institucionais. Estranhamente, os docentes e técnicos do INQUI foram mais críticos quanto aos quesitos listados acima do que a comunidade discente (G e PG). Esta comissão não consegue explicar tais discrepâncias, pois as comunicações oficiais são feitas com regularidade no boletim de

serviços da UFMS, na página do PPG Química, na página do INQUI e enviadas por e-mail. Uma vez que os jovens usam principalmente as redes sociais como canais de informação e divulgação, seria de se esperar que estes se sentissem mais distantes dos canais oficiais, o que não é o caso. No entanto, é dever de todo servidor público manter-se informado acerca das ações que envolvem o seu ambiente de trabalho e a sua função. Tais discrepâncias sugerem que os docentes e técnicos são mais conscientes de que as estratégias de comunicação podem ser melhoradas.

Dentre as ações tomadas ao longo de 2019 destacam-se: a atualização constante da página do PPG Química, aliada à comunicação por e-mail, para que docentes e alunos adquiram o hábito de consultar a página e confiem que todas as informações relevantes (relativas ao PPG) estarão disponíveis lá; a criação de um grupo de WhatsApp que serve como canal de comunicação do coordenador do PPG Química com a comunidade de pós-graduandos.

3.3.3 Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

Na dimensão 9 são expostas as políticas de atendimento aos discentes, envolvendo os programas de atendimento aos estudantes e os programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.

3.3.3.1 Política de atendimento aos discentes

A Coordenadoria de Integração e Assistência Estudantil, da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), é a unidade responsável pela coordenação, execução, acompanhamento e avaliação da política de assistência estudantil e acompanhamento das ações dirigidas ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A UFMS oferece diversos programas de apoio pedagógico e financeiro como estímulo à permanência discente:

- Projetos de extensão - com oferecimento de bolsas
- Ações de desporto - com oferecimento de bolsas
- Ações de cultura - com oferecimento de bolsas
- Projetos de pesquisa - com oferecimento de bolsas

- Programa de monitoria - com oferecimento de bolsas
- Cursos de nivelamento para calouros
- Ação de Atenção à Saúde do acadêmico
- Assistência estudantil:
- Bolsa Permanência/UFMS
- Bolsa Permanência/MEC
- Auxílio Alimentação
- Auxílio Emergencial
- Auxílio Creche
- Auxílio Moradia
- Suporte Instrumental/KIT

Na Tabela 11 estão apresentados os estudantes que receberam auxílios e bolsas na INQUI em 2019.

Tabela 11 - Número de estudantes beneficiados por Auxílios e bolsas - 2019.

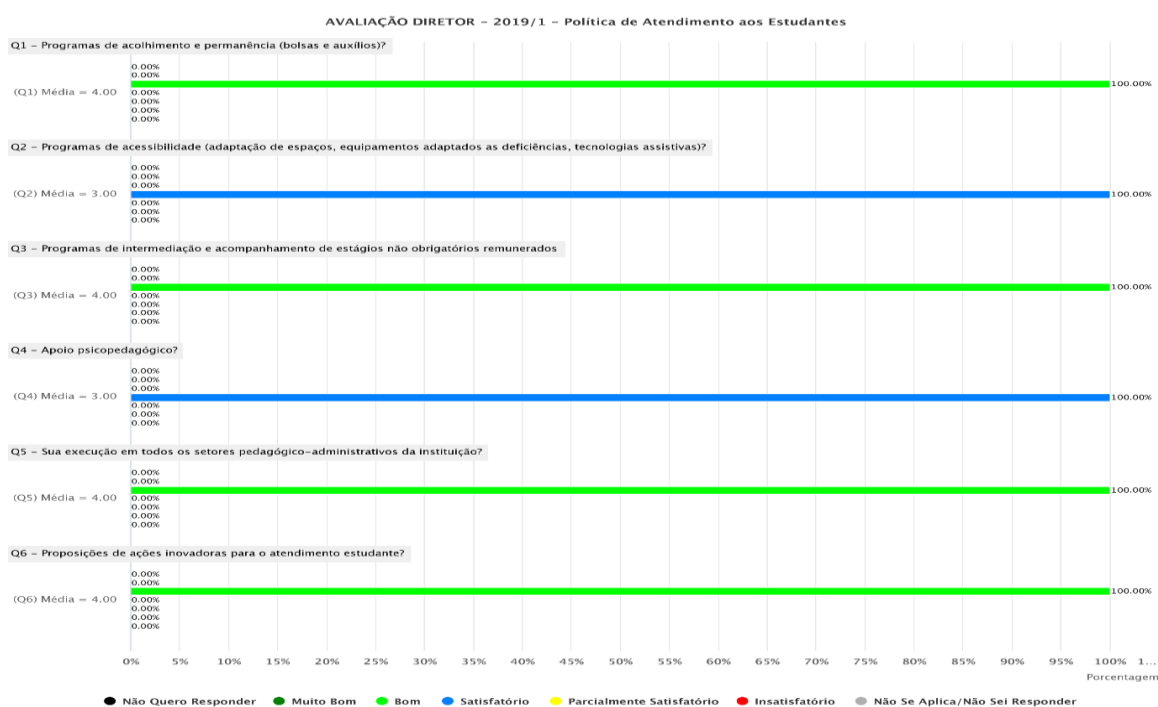
Tipo de auxílio/bolsa	Número de estudantes
Permanência	25
Moradia	10
Creche	-
Emergencial	-
Alimentação	-
Atleta	-
Esporte universitário	-
Mais cultura	-
Total	35

Fonte: PROAES/UFMS

3.3.3.2. Percepção da comunidade acadêmica sobre a política de atendimento aos discentes

Sobre a percepção da comunidade acadêmica sobre a política de atendimento aos discentes foi pedido ao diretor, coordenadores de graduação e pós-graduação, estudantes de graduação presencial e EAD, estudantes de pós-graduação, docentes e técnicos-administrativos que respondessem aos seguintes questionamentos: (1) Programas de acolhimento e permanência (bolsas e auxílios); (2) Programas de acessibilidade (adaptação de espaços, equipamentos adaptados às deficiências, tecnologias assistivas); (3) Programas de intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados; (4) Apoio psicopedagógico; (5) Sua execução em todos os setores pedagógico-administrativos da instituição; (6) Proposições de ações inovadoras para o atendimento estudante.

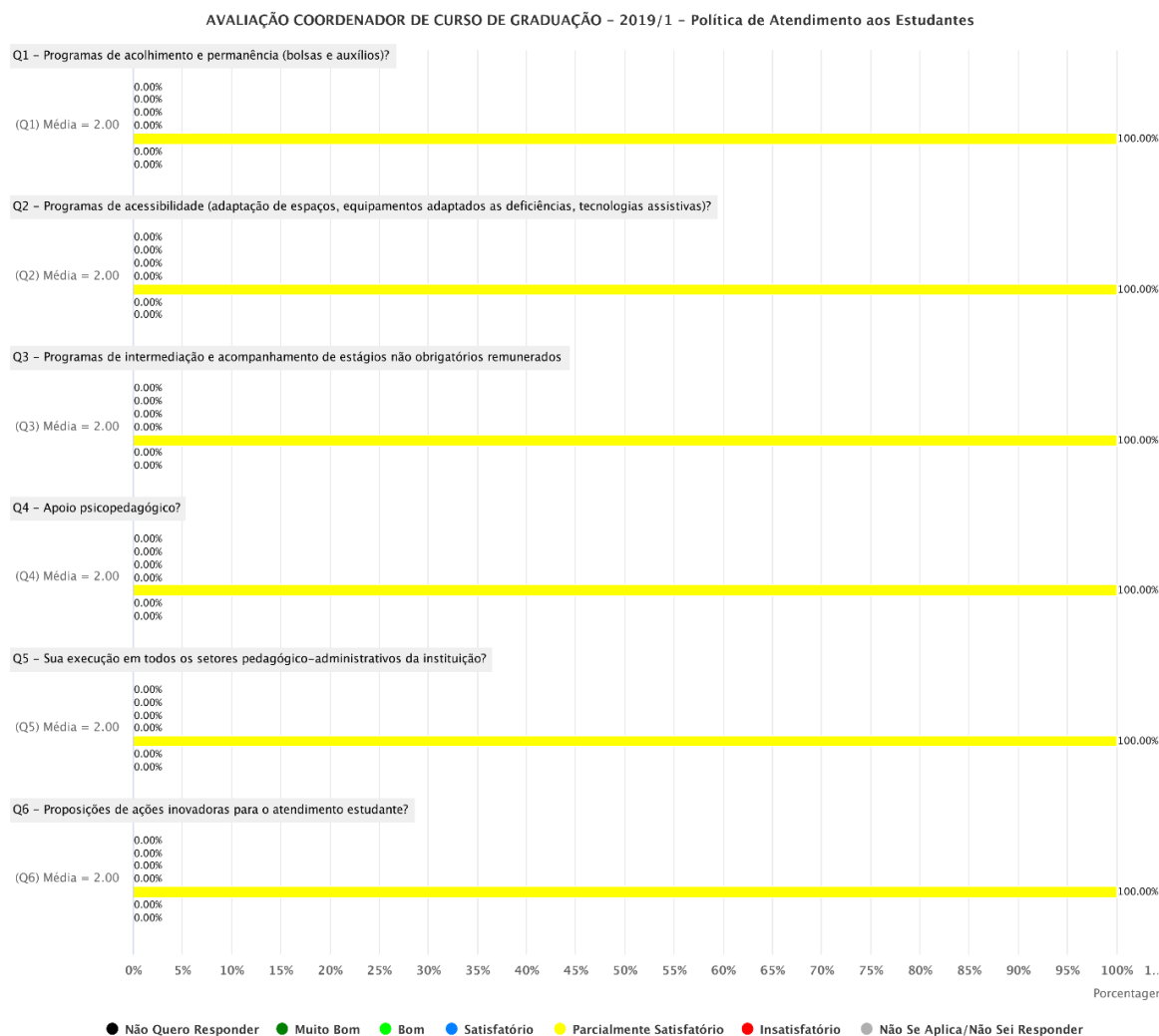
Gráfico 54 - Avaliação da política de atendimento aos estudantes pelo diretor



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Dentre os 6 itens avaliados quanto à política de atendimento aos estudantes, o diretor do INQUI atribuiu conceito bom aos itens 1, 3, 5 e 6 (4,00 pontos) e considerou os itens 2, 3 e 4 como satisfatórios (4,00 pontos na mesma escala).

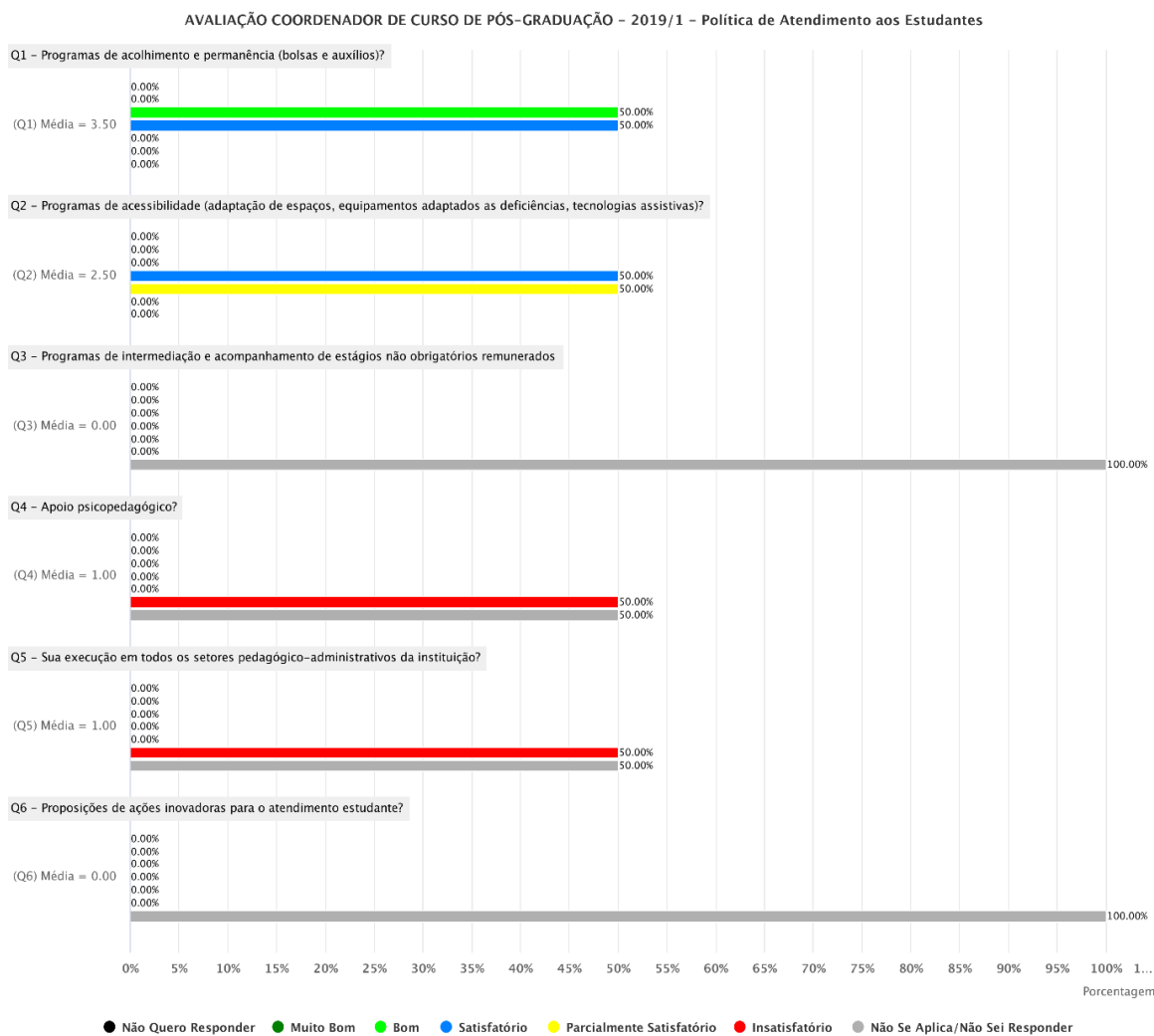
Gráfico 55 - Avaliação da política de atendimento aos estudantes pelos coordenadores de graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Quanto à política de atendimento aos estudantes, o coordenador dos cursos de graduação considerou todos os 6 itens avaliados como parcialmente satisfatórios, atribuindo aos mesmos 2,00 pontos de média.

Gráfico 56 - Avaliação da política de atendimento aos estudantes pelos coordenadores de pós-graduação

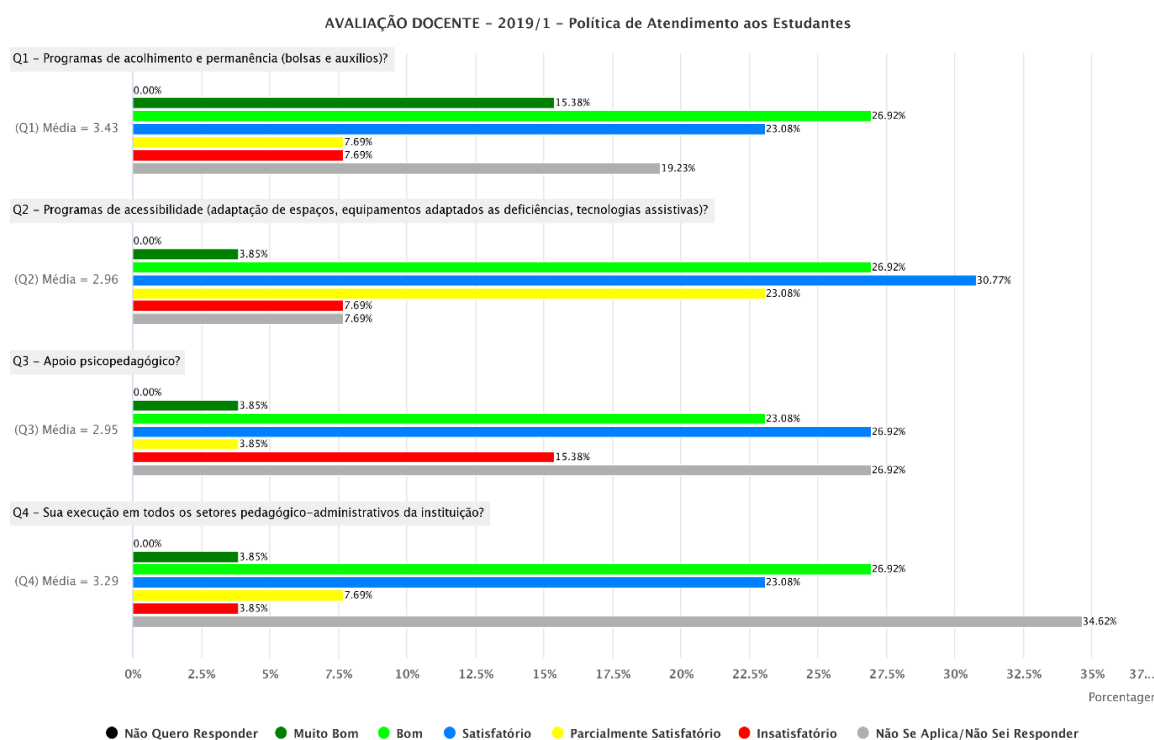


Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Os 2 coordenadores dos cursos de pós-graduação consideraram o item 1 bom ou satisfatório (média de 3,50 pontos). O item 2 foi considerado satisfatório ou parcialmente satisfatório (2,50 de média) e os itens 4 e 5 como insatisfatório ou não se aplica/não sei responder (1,00 pontos). Os itens 3 e 6 foram considerados como não se aplica/não sei responder por ambos.

Gráfico 57 - Avaliação da política de atendimento aos estudantes pelos docentes

Sobre a percepção da comunidade acadêmica sobre a política de atendimento aos discentes foi pedido aos docentes que avaliassem aos seguintes questionamentos: (1) Programas de acolhimento e permanência (bolsas e auxílios); (2) Programas de acessibilidade (adaptação de espaços, equipamentos adaptados às deficiências, tecnologias assistivas); (3) Apoio psicopedagógico; (4) Sua execução em todos os setores pedagógico-administrativos da instituição.

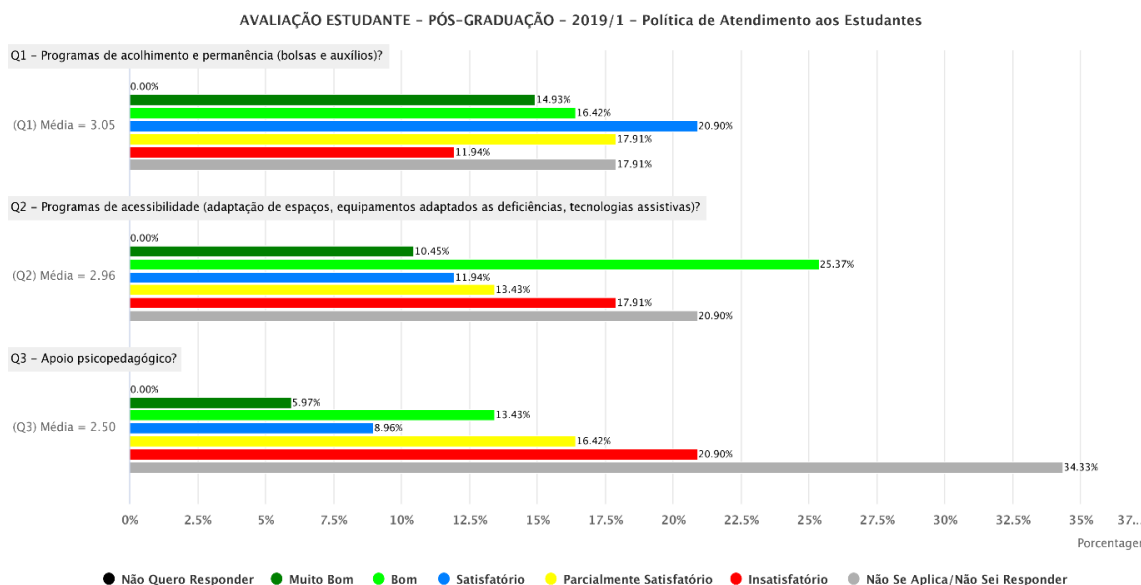


Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

A maioria dos docentes considerou o item 1 como bom, atribuindo-lhe uma média de 3,43 pontos, enquanto os itens 2 (2,96 pontos) e 3 (2,95 pontos) do questionário foram considerados satisfatórios. O item 4 foi considerado como não se aplica/não sei responder pela maioria dos professores.

Gráfico 58 - Avaliação da política de atendimento aos estudantes pelos estudantes de pós-graduação

Sobre a percepção da comunidade acadêmica sobre a política de atendimento aos discentes requereu-se aos estudantes de pós-graduação que avaliassem aos seguintes itens: (1) Programas de acolhimento e permanência (bolsas e auxílios); (2) Programas de acessibilidade (adaptação de espaços, equipamentos adaptados às deficiências, tecnologias assistivas); (3) Apoio psicopedagógico.

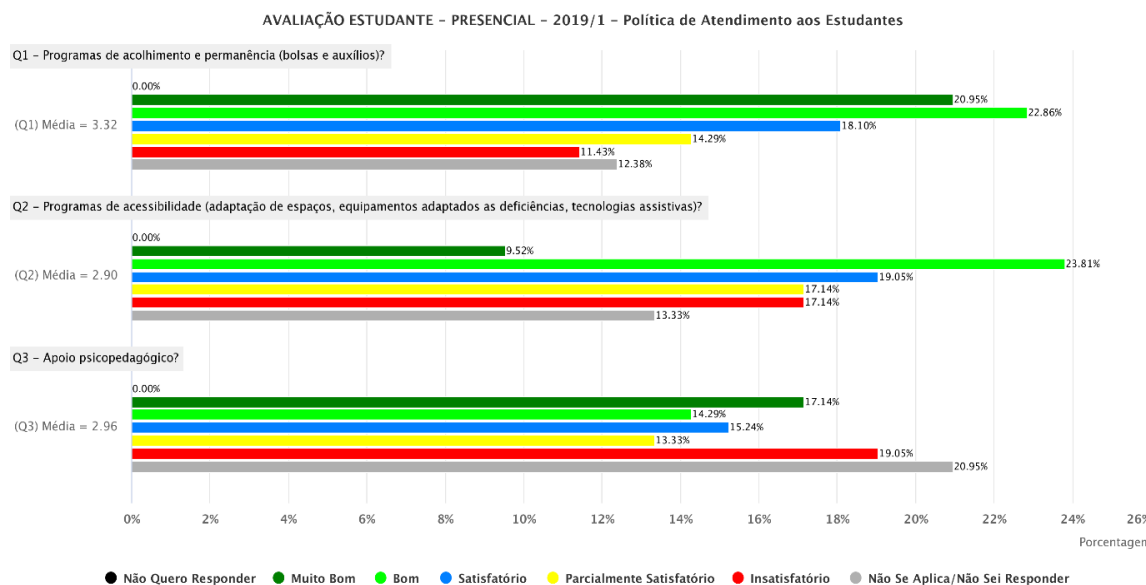


Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

O item 1 foi considerado satisfatório pela maior parcela dos estudantes (20,90%) com uma média de 3,05 pontos. O item 2 (média de 2,96 pontos) é avaliado como bom e o item 3 não se aplicou ou não soube ser respondido por 34,33% dos alunos.

Aos discentes dos cursos de graduação do INQUI foi requerido que quanto à política de atendimento aos estudantes fossem avaliados os seguintes itens: (1) Programas de acolhimento e permanência (bolsas e auxílios); (2) Programas de acessibilidade (adaptação de espaços, equipamentos adaptados às deficiências, tecnologias assistivas); (3) Apoio psicopedagógico.

Gráfico 59 - Avaliação da política de atendimento aos estudantes pelos estudantes de graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Os discentes, majoritariamente, avaliaram os itens 1 e 2 como bons, com uma média de 3,32 e 2,90 pontos respectivamente. O item 3, entretanto é avaliado como ótimo por 17,14% e como não aplicável ou não souberam responder por 20,95% dos alunos apresentando uma média de 2,96 pontos.

3.3.3.3 Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos

A UFMS, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, oferece o Auxílio para Participação de Estudantes em Eventos – APEE. O APEE tem por objeto contribuir com a formação acadêmica dos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e de pós-graduação stricto sensu da UFMS, com o apoio financeiro para participação em conferências, congressos, cursos e outros eventos de caráter científico, técnico-científico, de inovação, empreendedorismo, artísticos e culturais.

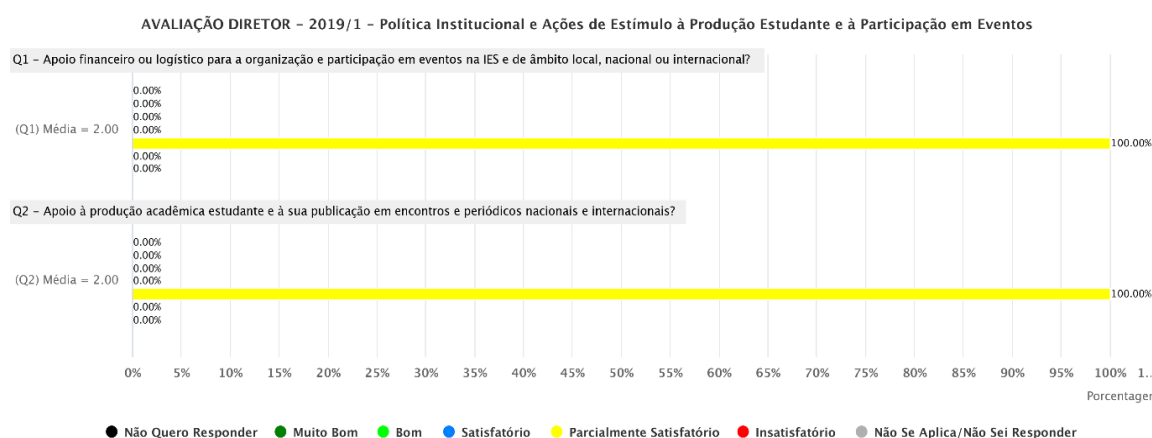
O APEE é oferecido em diversas modalidades, abrangendo: a participação individual ou coletiva de estudantes de graduação em eventos científicos, tecnológicos ou de inovação, de caráter científico, cultural, esportivo acadêmico e de empreendedorismo,

com convite da organização do evento, ou para apresentação de trabalho; a participação coletiva de estudantes para representação institucional da UFMS: Empresas Juniores, Atléticas, Diretório Central dos Estudantes (DCE), Ligas Acadêmicas, Programa de Educação Tutorial (PET), Grupos Artísticos ou outras formas de representação; e a participação individual de estudante de programa de pós-graduação stricto sensu (PPG) para apresentar trabalhos em eventos científicos.

3.3.3.4 Percepção da comunidade acadêmica sobre as políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos

Neste quesito da autoavaliação, pediu-se ao diretor, coordenadores de graduação e pós, graduação, estudantes de graduação presencial e EAD, estudantes de pós-graduação, docentes e técnicos-administrativos que respondessem a dois quesitos: (1) Apoio financeiro ou logístico para a organização e participação em eventos na IES e de âmbito local, nacional ou internacional; (2) Apoio à produção acadêmica estudante e à sua publicação em encontros e periódicos nacionais e internacionais.

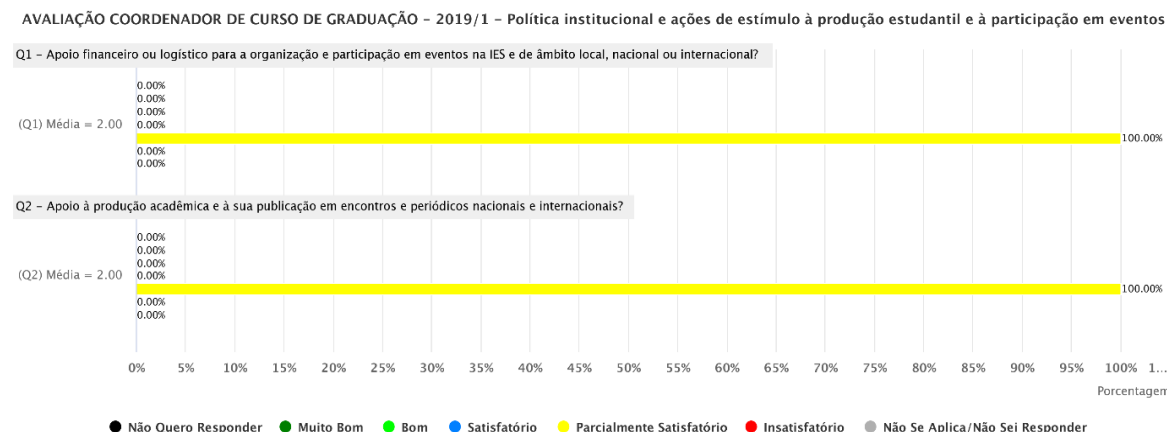
Gráfico 60 - Avaliação das políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos pelo diretor



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

O diretor avaliou os itens 1 e 2 do questionário como parcialmente satisfatórios (2,00 pontos, na escala de 1,00 a 5,00).

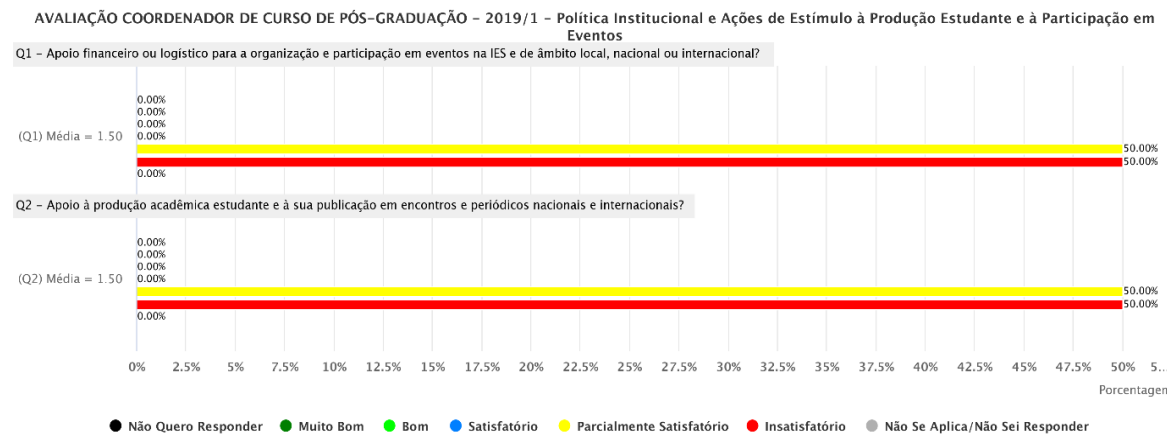
Gráfico 61 - Avaliação das políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos pelos coordenadores de graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Ambos os itens em avaliação foram considerados parcialmente satisfatórios pelo coordenador dos cursos de graduação (2,00 pontos de média na escala de 1,00 a 5,00).

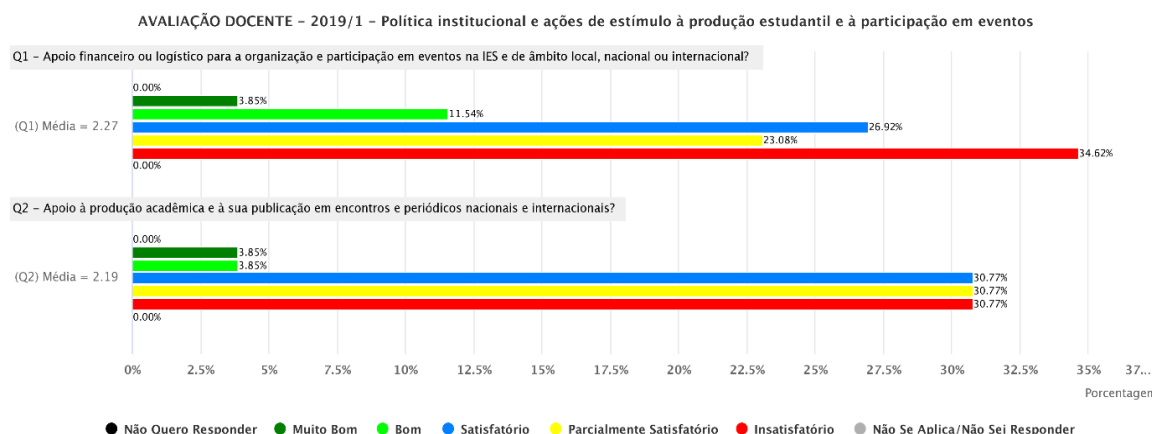
Gráfico 62 - Avaliação das políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos pelos coordenadores de pós-graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Os coordenadores dos cursos de pós-graduação avaliaram os itens 1 e 2 do questionário como parcialmente satisfatório ou insatisfatório com uma média de 1,50 pontos para ambos.

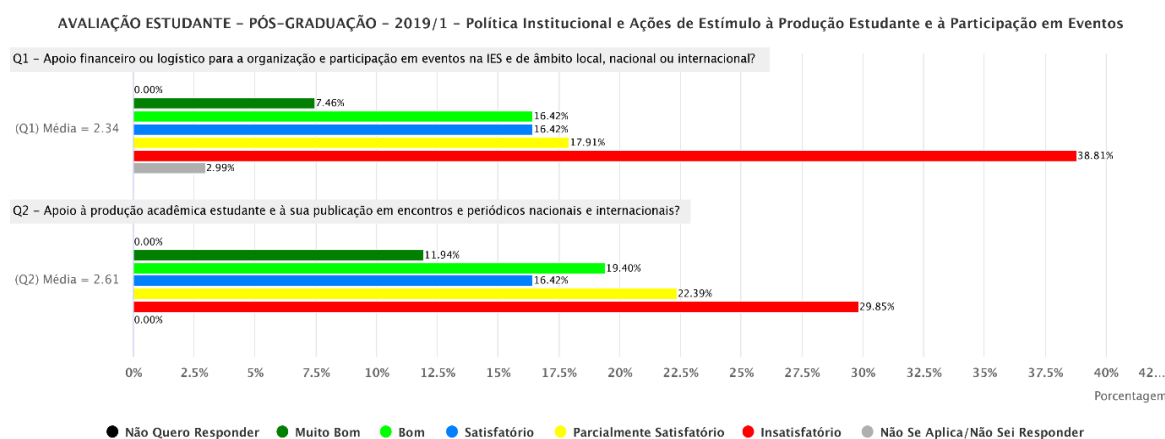
Gráfico 63 - Avaliação das políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos pelos docentes



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Os docentes, em sua maioria, mostraram insatisfação com o item 1 (média de 2,27 pontos). Para o item 2 do questionário, houve um empate de 30,77% de professores que consideraram o mesmo satisfatório, parcialmente satisfatório ou insatisfatório (2,19 pontos de média).

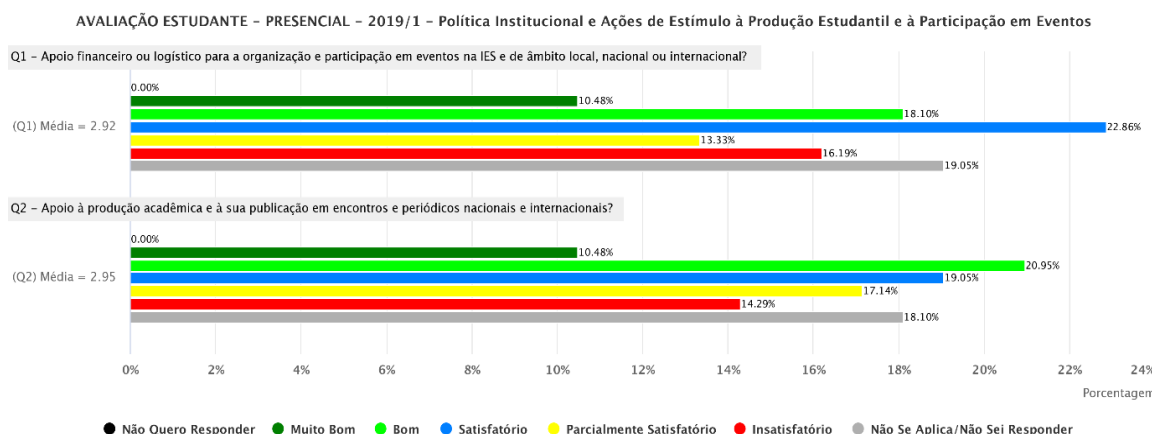
Gráfico 64 - Avaliação das políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos pelos estudantes de pós-graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Os estudantes de pós-graduação, em sua maioria, mostraram insatisfação com ambos os itens avaliados, atribuindo uma média de 2,34 pontos para o item 1 e de 2,61 para o item 2.

Gráfico 65 - Avaliação das políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos pelos estudantes de graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Os alunos de graduação consideraram como satisfatório o item 1 (média de 2,92 na escala de 1,00 a 5,00 pontos). O item 2 foi considerado bom por 20,95% dos estudantes.

No Eixo 4 serão descritas as políticas de Gestão da UFMS, bem como a identificação das potencialidades e fragilidades, das dimensões: políticas de pessoal; organização e gestão da Instituição; e sustentabilidade financeira.

3.4.1 Dimensão 5: Políticas de Pessoal

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho (PROGEP) é a unidade responsável pelo planejamento, coordenação e execução das atividades de administração de pessoal e de recursos humanos da UFMS. As políticas de pessoal também são desenvolvidas pela Divisão de Formação de Professores, Articulação e Aperfeiçoamento Pedagógico (DIFOR), e divisão da Secretaria Especial de Educação a Distância e Formação de Professores (SEDFOR).

A Gestão de Pessoas é umas das grandes prioridades da Administração da UFMS, objetivando viabilizar e fortalecer a política de recursos humanos, proporcionando não apenas um aumento significativo no quantitativo da força de trabalho, bem como a capacitação e qualificação dos servidores, mas acima de tudo qualidade de vida no trabalho.

3.4.1.1 Titulação do corpo docente

O corpo docente permanente do INQUI é composto por 100% de mestres e doutores, e por 94,6 % de docentes em tempo integral, distribuído conforme Tabela 12.

Tabela 12 - Titulação e regime de trabalho dos docentes da INQUI

Titulação/Regime de Trabalho	Integral	Parcial	Horista	Total
Doutor	34	-	02	36
Mestre	01	-	-	01
Especialista	-	-	-	-
Total	35	-	02	37

Fonte: CSa/INQUI

3.4.1.2 Política de capacitação docente e formação continuada

A política de capacitação segue as normas gerais para a capacitação do Docente integrante da Carreira do Magistério Superior, aprovadas na UFMS, que propicia a sua participação em cursos de pós-graduação stricto sensu, compreendendo programas em níveis de mestrado e doutorado e ainda, estágio pós-doutoral. Os critérios de seleção, priorização e qualificação para os afastamentos dos docentes, seguem os seguintes princípios: a) desempenho acadêmico do docente; b) o plano de estudos do docente; c) a expectativa de sua contribuição futura para a UFMS; e, d) o credenciamento do Curso de Mestrado e Doutorado, no país, pela Capes.

As normas estão publicadas na página da PROGEP, no portal da Universidade, e estão de acordo com a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal (Decreto nº 5.707/2006).

Na Tabela 13 está apresentado o quantitativo de docentes em qualificação acadêmica no ano de 2019.

Tabela 13 - Tabela com número de docentes em qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado em 2019 (afastados ou não)

Pós-doutorado	Doutorado	Mestrado
2	1	-

Fonte: COAD/INQUI

Também, como política, há o Programa de Capacitação e Qualificação, com o objetivo de oportunizar a participação dos docentes em atividades que visem sua capacitação profissional permanente e a formação e aperfeiçoamento pedagógico de forma continuada. O Programa tem suas ações publicadas no Plano Anual de Capacitação dos Servidores da UFMS, também disponível no portal da Universidade e amplamente e divulgado aos docentes.

Mais informações sobre o plano estão disponíveis na página eletrônica da Progep (https://progep.ufms.br/coordenadorias/desenvolvimento-e-recrutamento/capacitacao_qualificacao).

Em 2019, não foram oferecidos cursos aos docentes da INQUI. A Tabela 14 ilustra a ausência de participação docente em cursos e o não recebimento de auxílio para participação em eventos.

Tabela 14 - Participação em cursos e auxílio para eventos

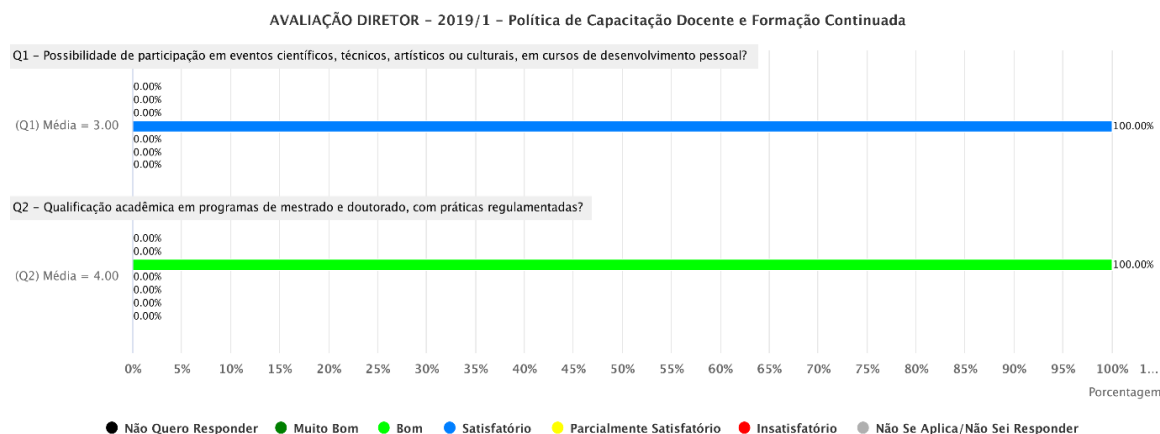
Tipos de atividades	Nº de docentes
Participação em cursos na IES	-
Auxílios para eventos	-

Fonte: CSa/INQUI

3.4.1.3 Percepção da comunidade acadêmica sobre a política de capacitação docente

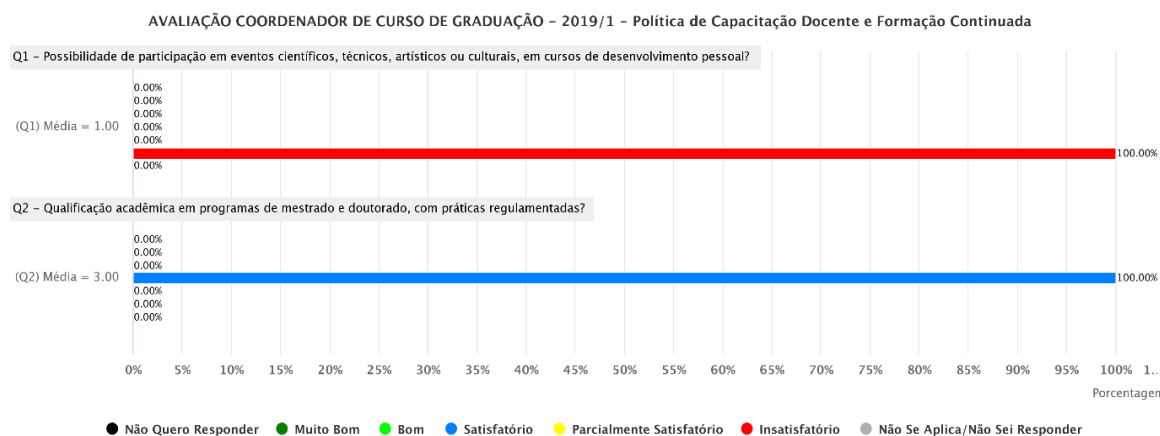
A capacitação docente possibilita, através da atualização profissional e formação continuada, melhorias no desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Neste item da autoavaliação a direção. Os coordenadores de curso e os docentes responderam sobre: a possibilidade de participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal; e a qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado, com práticas regulamentadas. As respostas são apresentadas nos Gráficos 66 a 69.

Gráfico 66 - Avaliação da política de capacitação docente e formação continuada pelo diretor



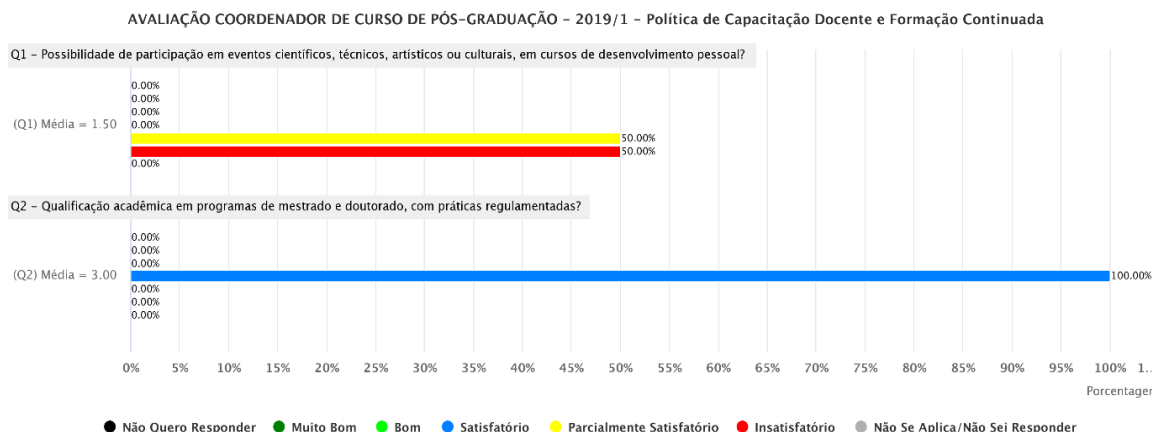
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 67 - Avaliação da política de capacitação docente e formação continuada pelos coordenadores de graduação



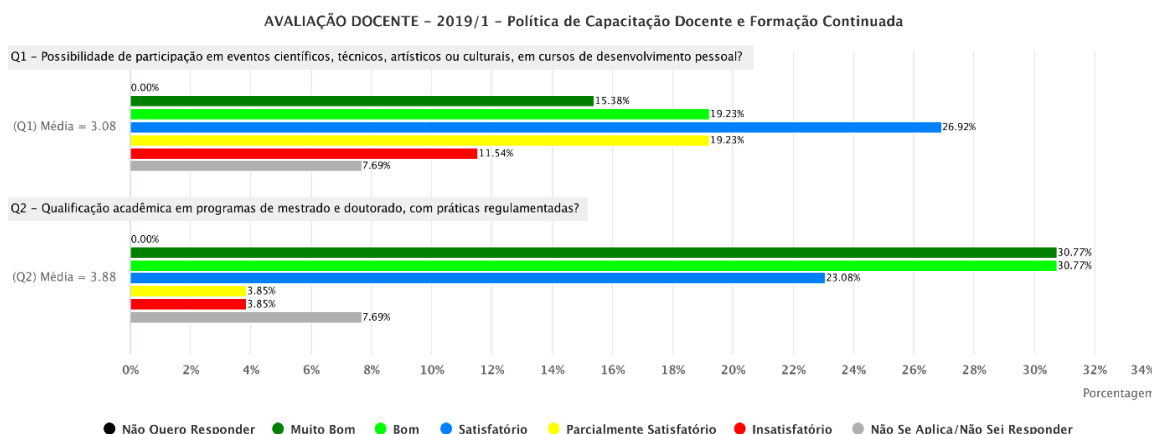
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 68 - Avaliação da política de capacitação docente e formação continuada pelos coordenadores de pós-graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 69 - Avaliação da política de capacitação docente e formação continuada pelos docentes



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Ao ingressar na UFMS, o docente participa do curso de formação inicial de professores, o qual faz uma introdução aos principais serviços disponibilizados, além de apresentar a estrutura e funcionamento da Universidade. Apesar da importância na formação profissional, não existe uma grande oferta de cursos especificamente direcionada aos servidores docentes.

Em relação à participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, muitos docentes utilizam recursos próprios para tal finalidade, o que explica o baixo número de servidores que receberam auxílio da Unidade.

No INQUI, quase que a totalidade do corpo docente é composta por Doutores, sendo que o único servidor com titulação de Mestre encontra-se afastado atualmente cursando o Doutorado.

No geral, pode-se dizer que a disponibilidade de recursos para participação em eventos é pequena, contemplando poucos docentes. No entanto, na Unidade sempre houve apoio para que os seus servidores buscassem cursos para o desenvolvimento pessoal e, principalmente, para a qualificação acadêmica, que possui impacto na qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No ano de 2019 tivemos o retorno do Prof. Adilson Beatriz de um pós-doutorado e recentemente o Prof. Amílcar Machulek Júnior afastou-se para realização de estágio de pós-doutorado, através do programa CAPES-PrInt.

3.4.1.4 Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo

A UFMS tem incentivado a capacitação do corpo técnico-administrativo buscando promover um conjunto de ações e programas permanentes voltados para a interação da tríade trabalho x servidor x instituição. Esses programas e ações são publicados no Plano Anual de Capacitação dos Servidores da UFMS.

O plano está disponível no portal da Universidade e é amplamente divulgado aos técnicos-administrativos. Neste contexto, estão previstas ações voltadas à formação continuada dos servidores técnico-administrativos em áreas prioritariamente ligadas às atividades profissionais; programa de habilitação formal visando ao desenvolvimento do servidor; treinamento introdutório para os servidores em início de atividades; programas de pós-graduação voltados para o desenvolvimento das áreas administrativas; cursos em gestão pública destinados a qualificar os servidores e capacitá-los para exercerem funções de chefia e direção; critérios para afastamentos para pós-graduação em que a prioridade seja para as linhas de desenvolvimento institucional.

Com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais, por meio do desenvolvimento de competências individuais, a Divisão de Capacitação e Qualificação (DICQ/CDR/PROGEP) possibilita ajuda de custo com o pagamento da inscrição, diárias e passagens em participação de eventos de curta duração,

tais como: congressos, encontros, conferências, seminários, fóruns, palestras, mesas redondas, workshops, oficinas, cursos e similares. O evento deve estar diretamente relacionado com as atividades laborais do requerente.

As normas para capacitação e para solicitação de auxílio estão publicadas na página da PROGEP, no portal da Universidade, e estão de acordo com o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação (PDI-PCCTAE), elaborado de acordo com o disposto no artigo 24 da Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005, bem como as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 5.825 de 29 de junho de 2006.

A Tabela 15 apresenta o quantitativo de técnicos na Unidade e sua distribuição por titulação. Ao longo de 2019 os técnicos do INQUI não participaram de cursos, não receberam auxílios para participação em eventos/cursos nem participaram de programas de qualificação acadêmica.

Tabela 15 - Número de técnico-administrativos na Unidade

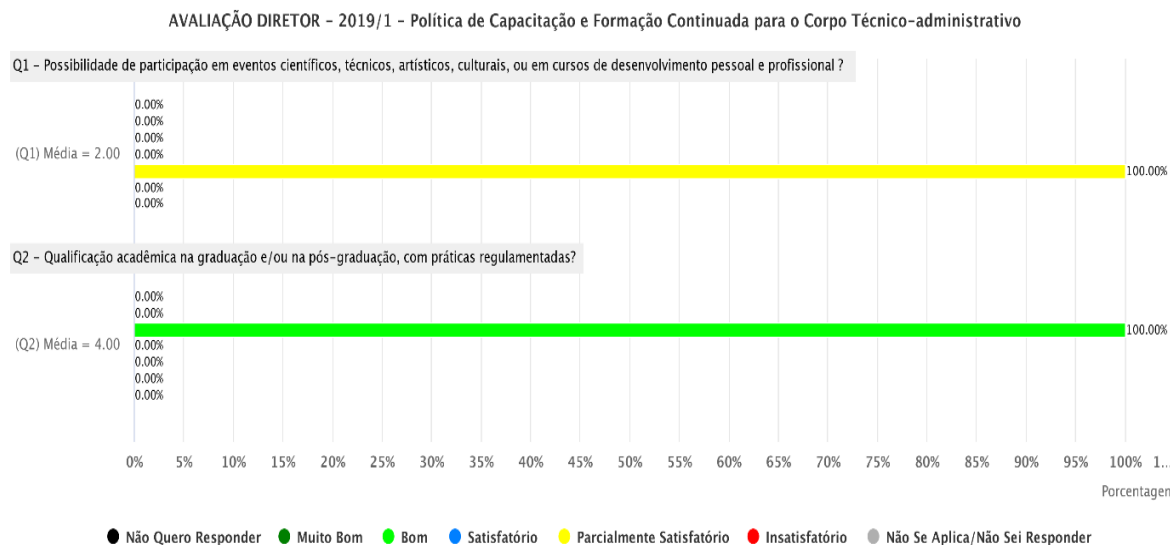
Ensino Fundamental	Ensino Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total
x	x	7	2	6	6	21

Fonte: CSA/INQUI

3.4.1.5 Percepção da comunidade acadêmica sobre a política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo

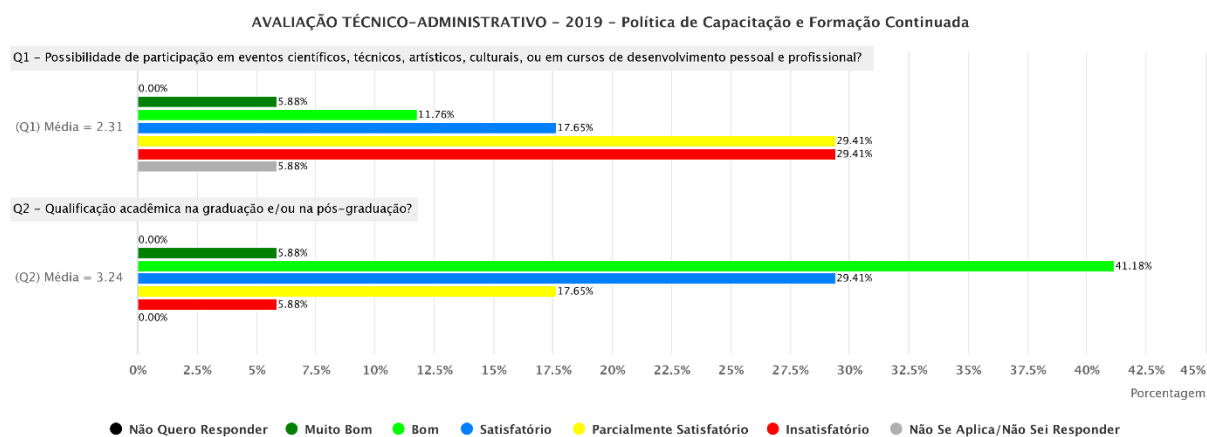
Com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à comunidade, a Instituição promove o desenvolvimento contínuo do servidor através de cursos de capacitação profissional e de formação continuada. A direção e o corpo técnico administrativo responderam sobre: a possibilidade de participação em eventos científicos, técnicos, artísticos, culturais, ou em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional; e a qualificação acadêmica na graduação e/ou na pós-graduação. As respostas são apresentadas nos Gráficos abaixo.

Gráfico 70 - Avaliação da política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo pelo diretor



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 71 - Avaliação da política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo pelos técnicos-administrativos



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

O INQUI apoia e incentiva a participação dos técnicos-administrativos tanto em cursos de capacitação quanto na qualificação acadêmica (Mestrado e Doutorado), em que mais de 50% do corpo técnico-administrativo considera a possibilidade de participação em eventos e cursos, e a qualificação acadêmica pelo menos satisfatória.

O Plano Anual de Capacitação foi aprovado pelo Conselho Diretor, Resolução nº 49(CD), de 15 de março de 2019, visando o aperfeiçoamento de competências individuais e profissionais do Quadro Funcional da UFMS.

No entanto, as respostas do item Q1 revelam um descontentamento quanto incentivo por parte do INQUI para que os técnicos participem mais ativamente neste tipo evento. Esta comissão sugere que, a exemplo do plano anual de capacitação, as verbas destinadas ao custeio do instituto prevejam tais atividades.

3.4.2. Dimensão 6: Organização e Gestão de Instituição

Neste item são apresentadas informações sobre a forma de gestão do INQUI.

3.4.2.1 Processos de gestão institucional

A administração do Instituto de Química é exercida pelo Conselho do Instituto (deliberativo) e pela Diretoria (executivo). Fica a cargo da Coordenação Administrativa a assessoria e colaboração com a Diretoria nos diversos assuntos relacionados à gestão acadêmica e gestão administrativa. Compõem também os órgãos gestores a Coordenação Acadêmica e as Coordenações dos cursos de Graduação e Pós-Graduação.

No INQUI os órgãos gestores são compostos por Lincoln Carlos Silva de Oliveira (Diretor), Ademar Alves Ferreira (Coordenação Administrativa), Vanessa Cristina Marracini (Coordenação de Gestão Acadêmica), Carlos Eduardo Domingues Nazário (Coordenador dos cursos de Graduação), Giuseppe Abíola Câmara da Silva, (Coordenador dos cursos de Mestrado e Doutorado em Química) e Walmir Silva Garcez (Coordenador Local do Curso de Mestrado Profissional em Química).

O Conselho do Instituto de Química é composto por Lincoln Carlos Silva de Oliveira, presidente, Carlos Eduardo Domingues Nazário, Coordenador dos cursos de Graduação, Giuseppe Abíola Câmara da Silva, Coordenador dos cursos de Mestrado e Doutorado em Química, Vanessa Cristina Marracini, Coordenadora de Gestão Acadêmica, Dênis Pires de Lima, Gleison Antônio Casagrande e Leandro Moreira de Campos Pinto, representantes docentes eleitos, Gilberto Maia, representante docente indicado pela ADUFMS, Luciana Marçal Ravaglia, representante dos técnicos administrativos indicada pelo SISTA/UFMS, Rafael Gonçalves Padilha, representante discente dos cursos de Mestrado e Doutorado

indicado pelo DCE/UFMS, e Elis Regina da Silva Gonçalves, representante discente dos cursos de Graduação, indicada pelo DCE/UFMS.

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Química é composto por Carlos Eduardo Domingues Nazário, Walmir Silva Garcez, Sérgio Carvalho de Araújo e Daniele Correia.

O Colegiado dos Cursos de Engenharia Química e Bacharelado em Química Tecnológica é composto por Carlos Eduardo Domingues Nazário, Walmir Silva Garcez, Sérgio Carvalho de Araújo, Onofre Salgado Siqueira e Patrick da Silva Mirowski (representante discente).

O Colegiado do Cursos de Mestrado e Doutorado em Química é composto por Giuseppe Abíola Câmara da Silva, presidente, Dênis Pires de Lima, Jorge Luiz Raposo Júnior, Leandro Moreira de Campos Pinto, Lincoln Carlos Silva de Oliveira, e Marco Antonio Utrera Martines, representantes docentes, e Bibiana Karling Marni, representante discente.

A composição do Conselho do Instituto e dos Colegiados, bem como o mandato obedecem a regulamentação estabelecida na UFMS:

- Resolução nº 35(COUN), de 13 de maio de 2011, Estatuto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 78(COUN), de 22 de setembro de 2011, Regimento geral da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 550(COGRAD), de 20 de novembro de 2018, Regulamento Geral dos Cursos de Graduação;
- Resolução nº 301(COPP), de 20 de dezembro de 2017, Normas para pós-graduação; stricto sensu;
- Resolução nº 177(COPP), de 16 de julho de 2018, Regulamento dos cursos de Mestrado e Doutorado em Química.

As decisões tomadas pelos Colegiados de curso e pelo Conselho de Instituto são de domínio público, sendo que as atas e deliberações são divulgadas no Boletim Oficial da Instituição e de livre acesso.

3.4.2.2 Percepção da comunidade acadêmica sobre os processos de gestão institucional

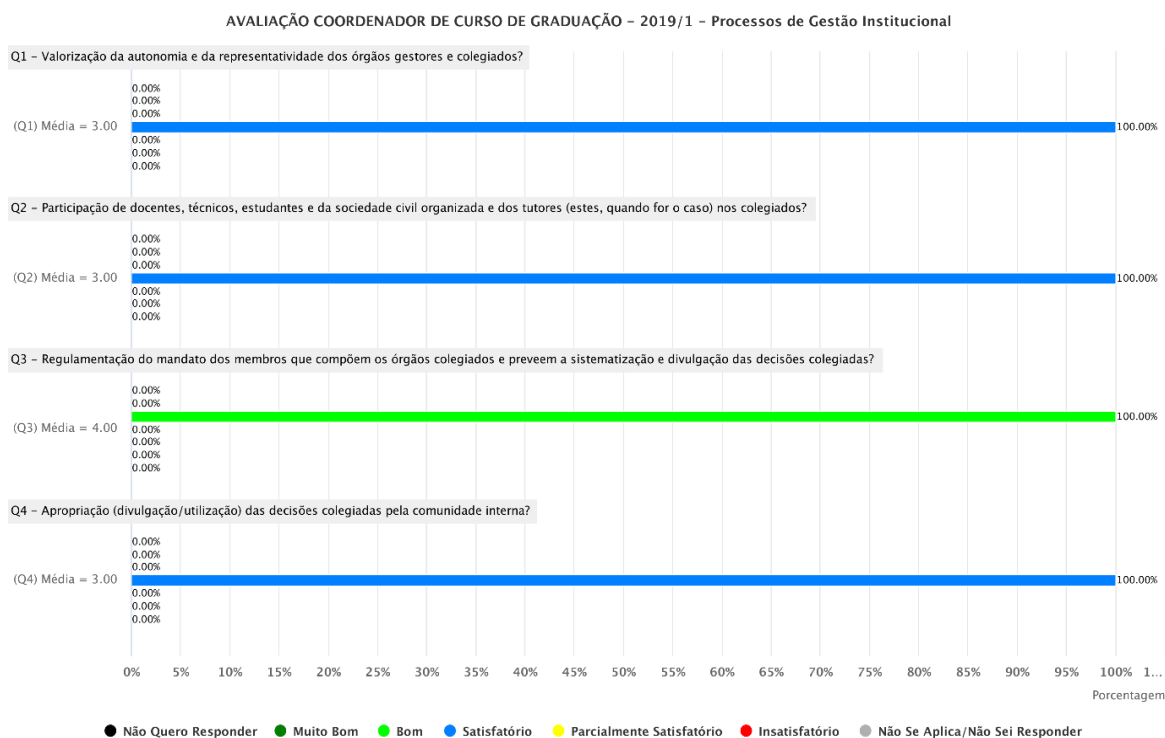
A política de gestão institucional deve orientar o planejamento, bem como coordenar e executar as atividades a serem desenvolvidas na Unidade. A direção, os docentes, os discentes de graduação (presencial) e o corpo técnico-administrativo responderam sobre: a valorização da autonomia e da representatividade dos órgãos gestores e colegiados; a participação de docentes, técnicos, estudantes e da sociedade civil organizada e dos tutores (estes, quando for o caso) nos colegiados; a regulamentação do mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados e preveem a sistematização e divulgação das decisões colegiadas; e a apropriação (divulgação/utilização) das decisões colegiadas pela comunidade interna. As respostas são apresentadas nos Gráficos a seguir.

Gráfico 72 - Avaliação dos processos de gestão institucional pelo diretor



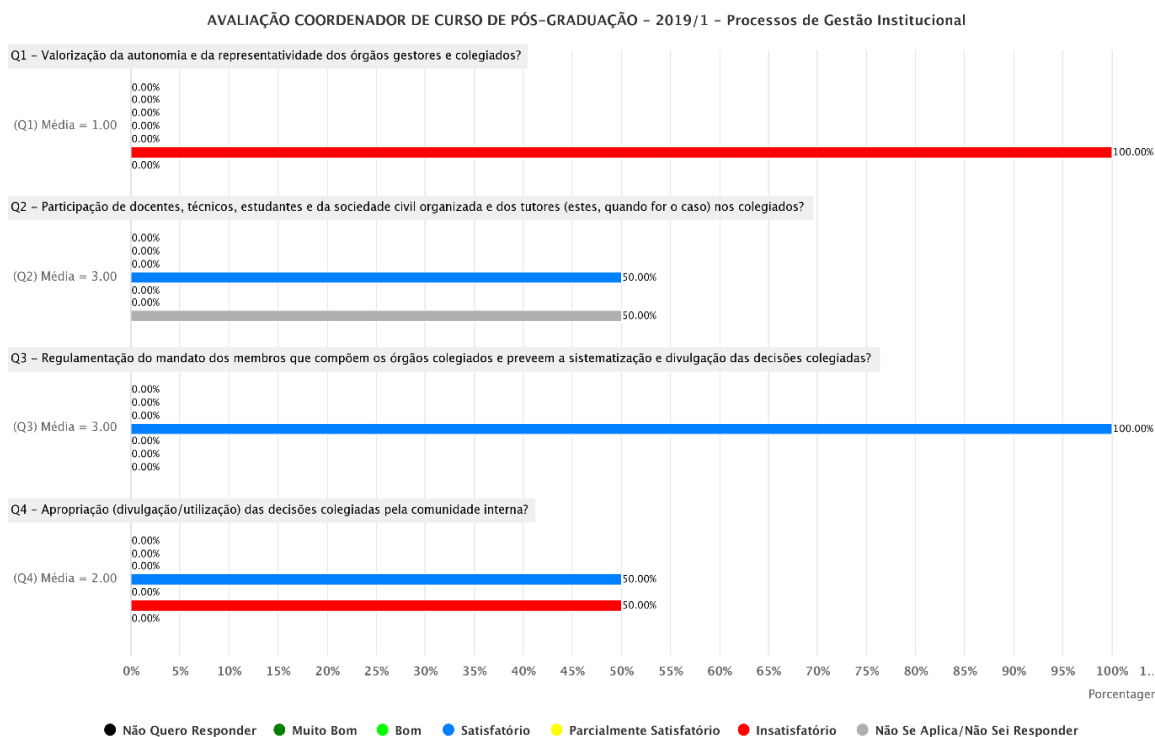
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 73 - Avaliação dos processos de gestão institucional pelos coordenadores de graduação



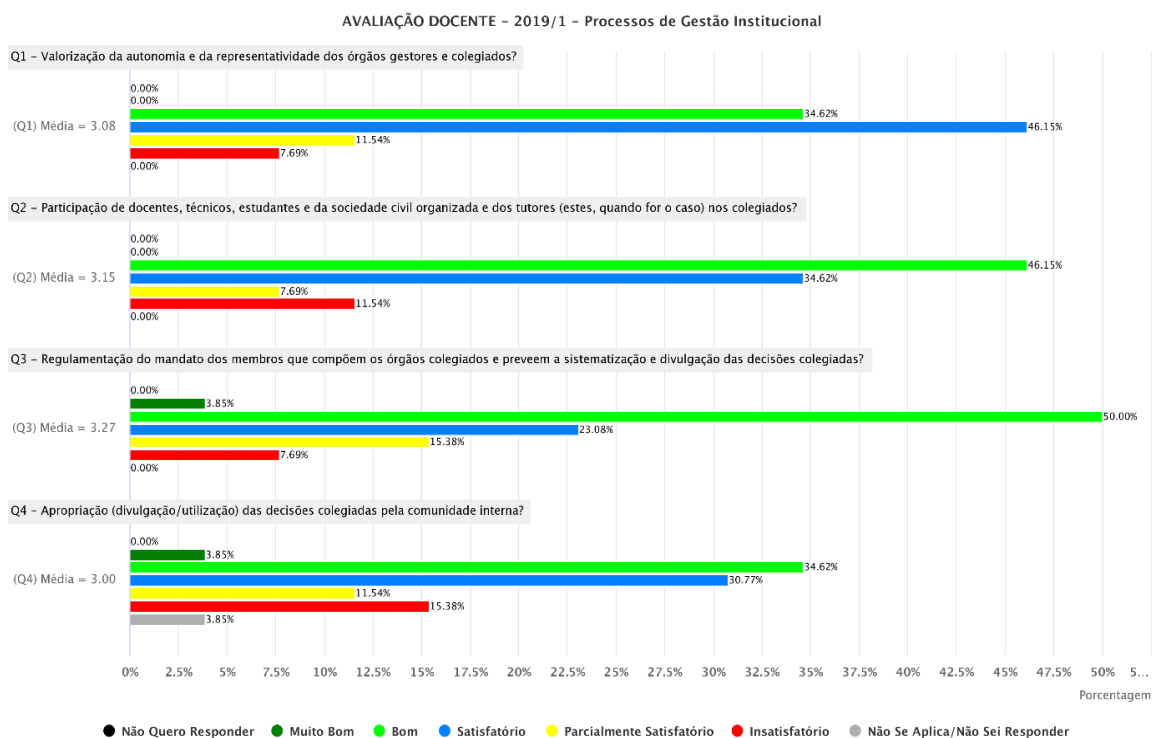
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 74 - Avaliação dos processos de gestão institucional pelos coordenadores de pós-graduação



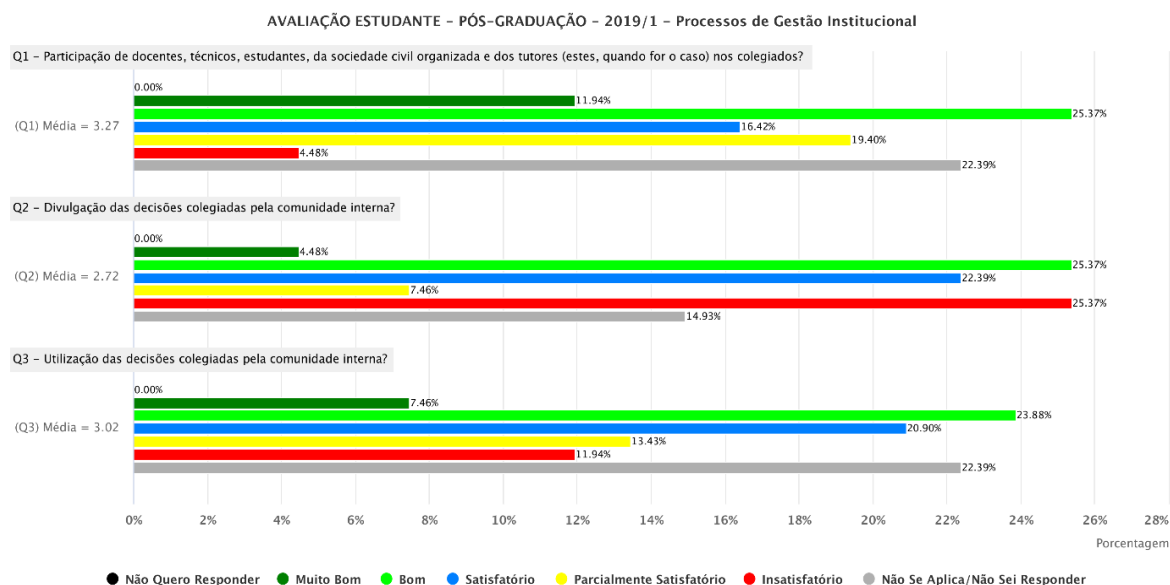
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 75 - Avaliação dos processos de gestão institucional pelos docentes



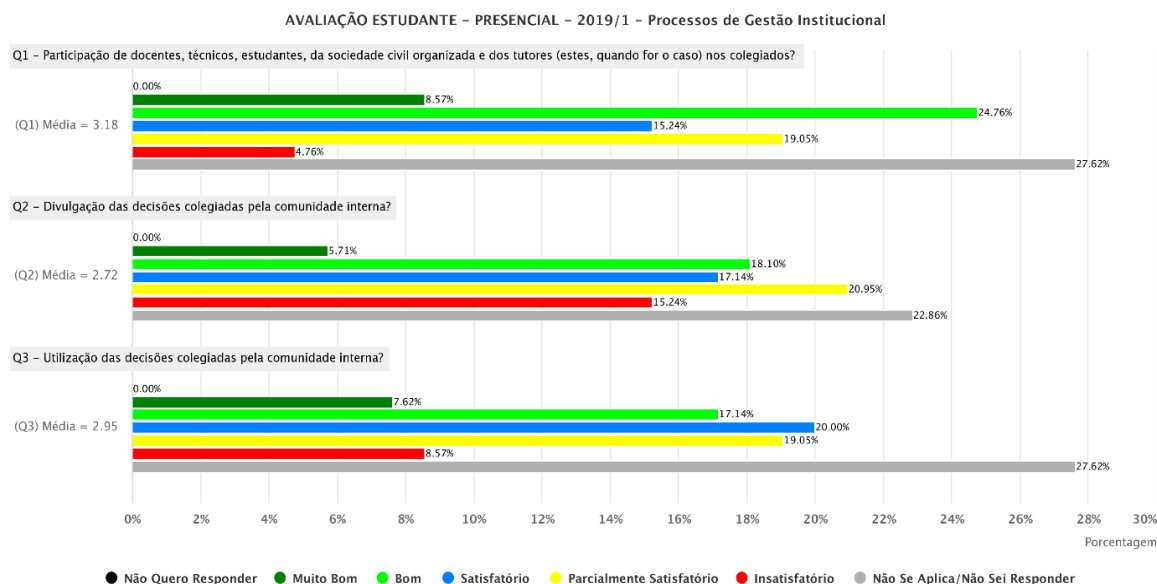
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 76 - Avaliação dos processos de gestão institucional pelos estudantes de pós-graduação



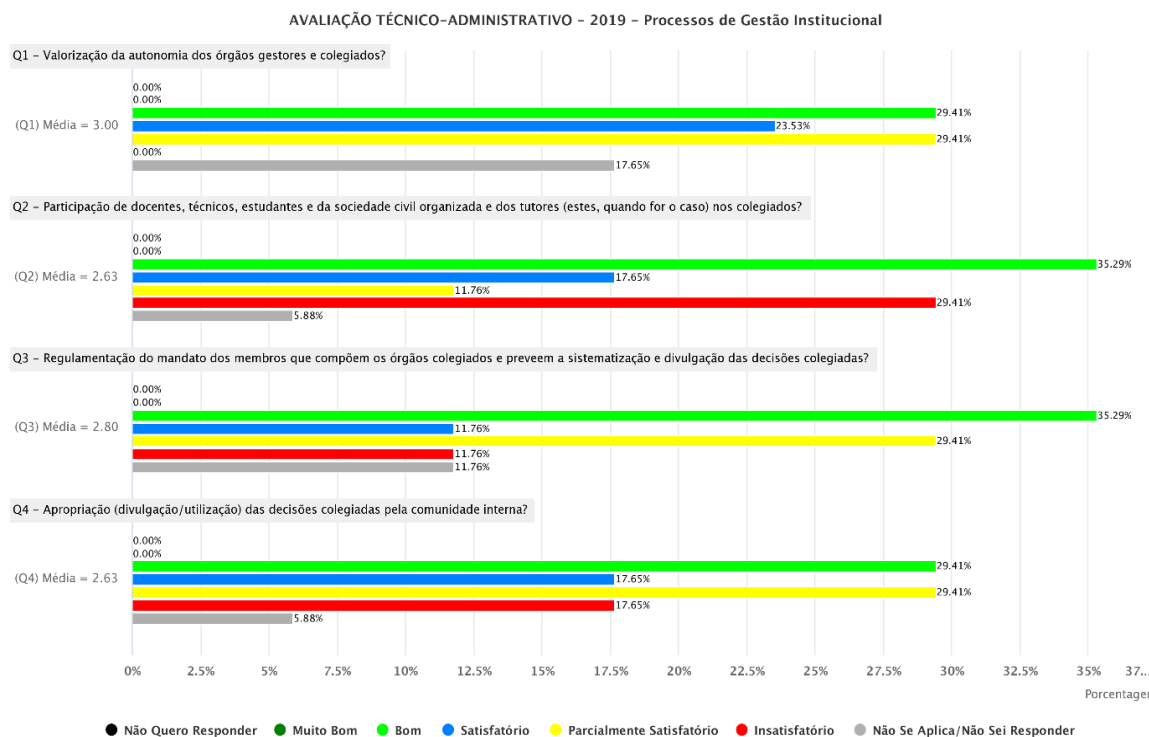
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 77 - Avaliação dos processos de gestão institucional pelos estudantes de graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 78 - Avaliação dos processos de gestão institucional pelos técnicos-administrativos



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Entende-se a partir dos dados obtidos que os resultados são considerados satisfatórios para o eixo processos de gestão institucional. Em comparação ao último relatório, vemos que a percepção dos estudantes de graduação quanto a atuação nos órgãos de colegiado melhorou consideravelmente, fato esse, devido aos resultados que os mesmos obtiveram tendo participação mais ativa nos grupos citados.

No INQUI os processos de gestão institucional consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados e a participação de docentes, técnicos, estudantes, sendo que as decisões colegiadas são amplamente divulgadas. O mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados é regulamentado de acordo com as normas/regulamentos da UFMS.

O INQUI continuará com transparência, tomando decisões através dos órgãos gestores e colegiados que viabilizem o funcionamento de todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

3.4.3 Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

Na dimensão 10 são apresentadas informações sobre a gestão Orçamentária e Financeira do INQUI, assim como a participação da comunidade interna no direcionamento de recursos da unidade.

3.4.3.1 Sustentabilidade financeira

No INQUI, o orçamento é direcionado de modo a garantir o funcionamento com qualidade de todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Assim, é realizado um levantamento das necessidades prioritárias, das demandas de aulas práticas, e de melhorias que podem ser abrangidas. Não menos importante, também é levado em consideração as demandas apontadas nos relatórios de avaliação interna anteriores.

Atualmente, os recursos têm sido destinados para a realização das atividades que estavam previstas no PDI-setorial.

O orçamento disponível no INQUI é basicamente proveniente de verba repassada pela UFMS. Outros recursos disponíveis são coordenados diretamente por pesquisadores que solicitam auxílio financeiro através de editais específicos nos órgãos de fomento: CNPq, CAPES, FINEP, FUNDECT.

Da verba destinada à Unidade pela UFMS, foram disponibilizados: R\$ 39.471,72 para revitalização de laboratórios e R\$ 64.623,20 de custeio (diárias/passagens, cesta e manutenção). Não houve verba para investimento no ano corrente.

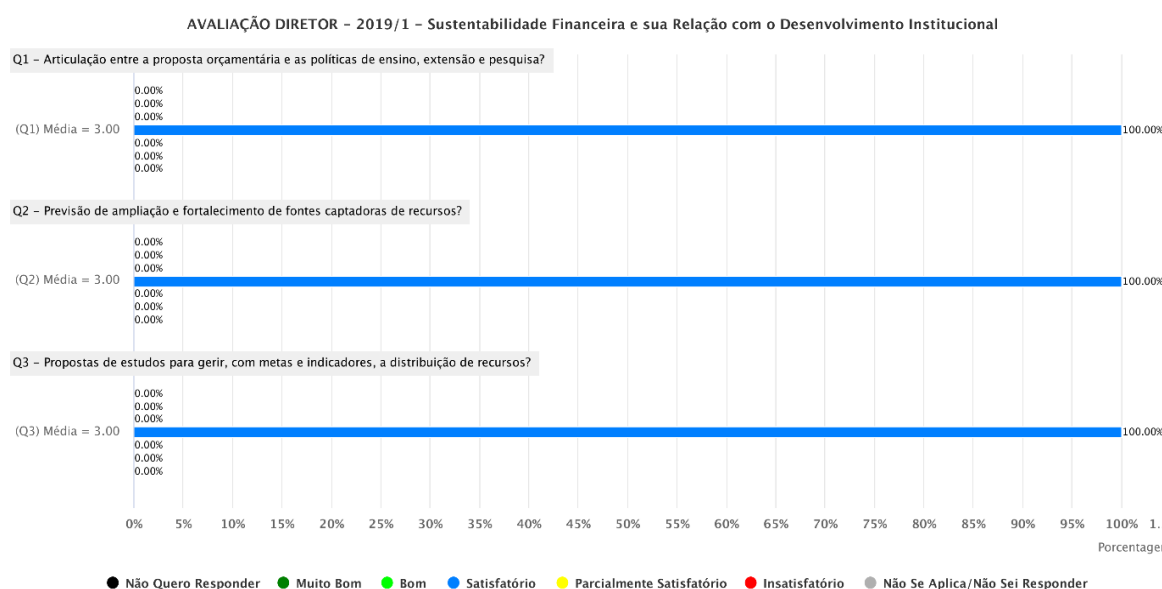
A utilização dos valores na Unidade segue como critério a demanda de prioridades, como a compra de reagentes para utilização em aulas práticas e a instalação de aparelhos de ar condicionado. Solicitações reportadas nos relatórios de avaliação interna anteriores também são levadas em consideração. Pode-se citar como exemplo a demanda dos discentes pela instalação de bebedouros e bancos nas dependências do Instituto, que foram atendidas. No entanto, o repasse para a Unidade de recursos para manutenção foram limitados e não houveram recursos para reforma.

As deliberações para a utilização do orçamento são acompanhadas pelo Conselho do Instituto e pelos Colegiados de Cursos, que auxiliam na tomada de decisões para melhor aplicação do orçamento da Unidade.

3.4.3.2 Percepção da comunidade acadêmica sobre a sustentabilidade financeira

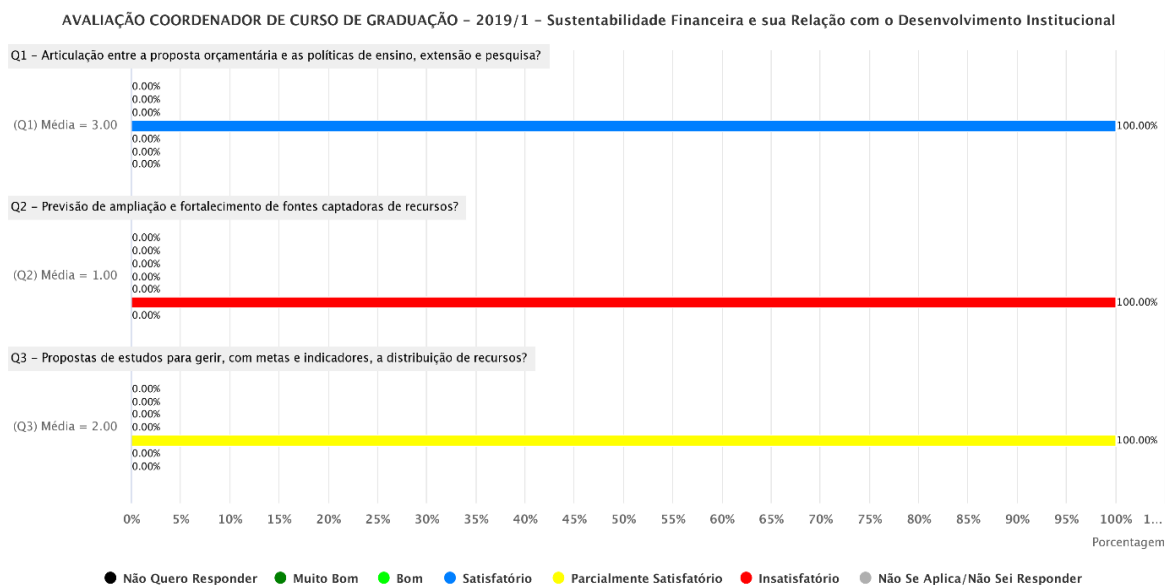
No quesito sustentabilidade financeira e sua relação com o desenvolvimento institucional e com a participação da comunidade interna, a direção respondeu sobre: a articulação entre a proposta orçamentária e as políticas de ensino, extensão e pesquisa; a previsão de ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos; as propostas de estudos para gerir, com metas e indicadores, a distribuição de recursos. No mesmo quesito, o corpo técnico-administrativo respondeu sobre a previsão de ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos. As respostas são apresentadas abaixo.

Gráfico 79 - Avaliação da sustentabilidade financeira pelo diretor



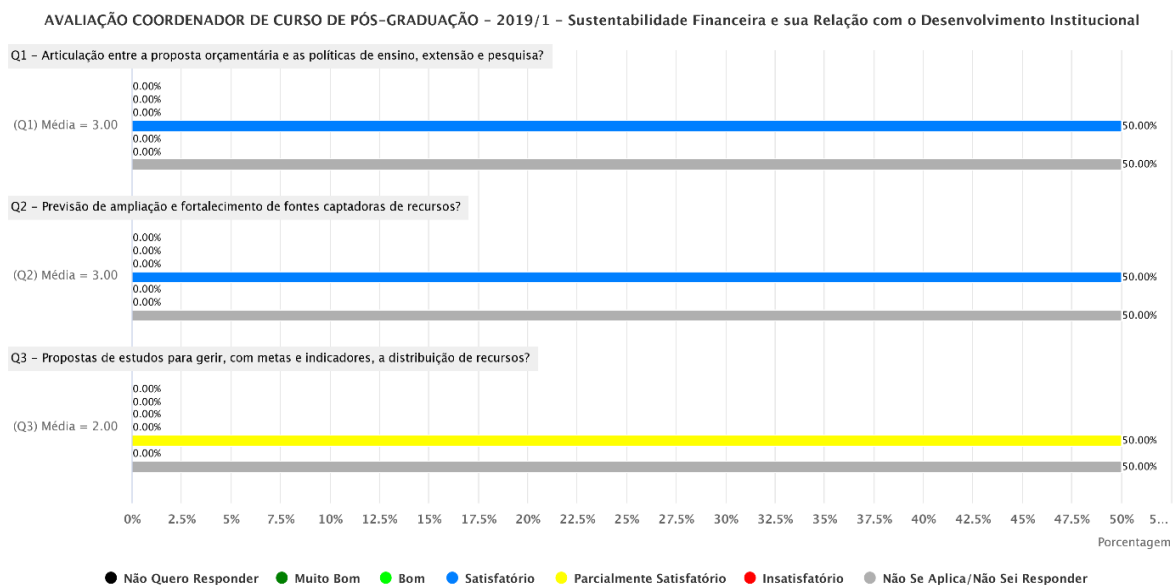
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 80 - Avaliação da sustentabilidade financeira pelos coordenadores de graduação



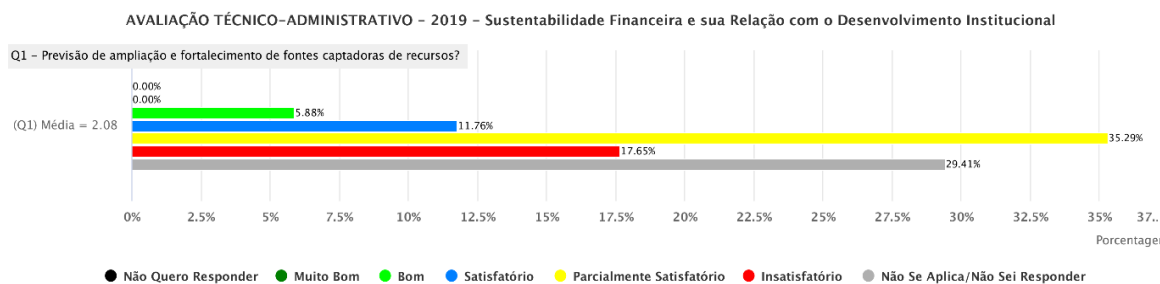
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 81 - Avaliação da sustentabilidade financeira pelos coordenadores de pós-graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 82 - Avaliação da sustentabilidade financeira pelos técnicos-administrativos



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

A percepção dos partícipes foi crítica com relação à articulação entre a proposta orçamentária e as políticas de ensino, pesquisa e extensão. A percepção sobre a previsão de ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos e as propostas de gestão da distribuição de recursos também foram consideradas apenas parcialmente satisfatórias pelos avaliadores. É importante destacar que as recentes políticas de contingenciamento impostas às universidades afetam sobremaneira as ações de execução orçamentária previstas. Provavelmente estas limitações afetaram a percepção dos partícipes e mesmo as expectativas de execução orçamentária no futuro. Outras formas de aporte de recursos ao INQUI a partir do financiamento de projetos de pesquisa individuais (CNPq, FUNDECT, etc.) e institucionais (principalmente CAPES e FINEP) por órgãos de fomento externos à instituição também foram fortemente afetadas, de maneira que no atual momento é difícil fazer previsões do uso de recursos com vistas à melhoria das condições de infraestrutura. No entanto, é importante ressaltar que as ações relacionadas à execução orçamentária são pautadas pelo PDI e PDU e a comunidade é consultada pela direção para a definição de prioridades.

3.5 EIXO 5 - INFRAESTRUTURA

Neste eixo são apresentadas as informações sobre a infraestrutura física do INQUI, obtidas junto à Coordenação Administrativa (COAD) que é a unidade responsável por assessorar e colaborar com a Direção da Unidade Setorial, no planejamento, na execução e na coordenação das atividades de gestão administrativa.

3.5.1 Dimensão 7: Infraestrutura Física

Neste eixo são apresentadas as informações sobre a infraestrutura física do INQUI, obtidas junto à Coordenação Administrativa (COAD) cujo papel é subsidiar a plena realização das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão na Unidade Setorial. No PDI 2015-2019, com realinhamento em 2017, a modernização da infraestrutura consta como um dos objetivos institucionais.

3.5.1.1 Instalações administrativas

Na Tabela 16 estão expostos o número de servidores e equipamentos disponíveis, por sala da INQUI.

Tabela 16 - Número de servidores e equipamentos

Nome ou Nº da Sala	Nº de servidores	Nº de computadores com acesso à internet	Nº de condicionadores de ar
Laboratório de pesquisa 6	x	5	5
Laboratório de pesquisa 5	1	3	3
Almoxarifado	X	X	2
Epiagro	2	2	4
Laboratório ensino 1	1	2	3
Laboratório ensino 2	1	4	2
Laboratório ensino 3	1	2	2
Laboratório ensino 4			

	1	2	2
Sala dos Técnicos	1	2	1
Laboratório pesquisa 3	x	x	4
Laboratório de pesquisa 4	1	1	3
Laboratório de pesquisa 2	x	4	3
Laboratório de pesquisa 1	1	3	6
Laboratório de ressonância magnética	2	3	4
Laboratório de combustíveis	1	6	5
Sala informática	1	4	1
Grupo Arandú	1	8	1
Grupo GEPEC	x	x	1
Bloco A	x	x	10
SL 02-BL ADM	2	2	1
SL 03-BL ADM	2	1	1
SL 04-BL ADM	2	1	1
SL 05-BL ADM	2	2	1
SL 06-BL ADM	2	2	1
SL 07-BL ADM	2	1	1

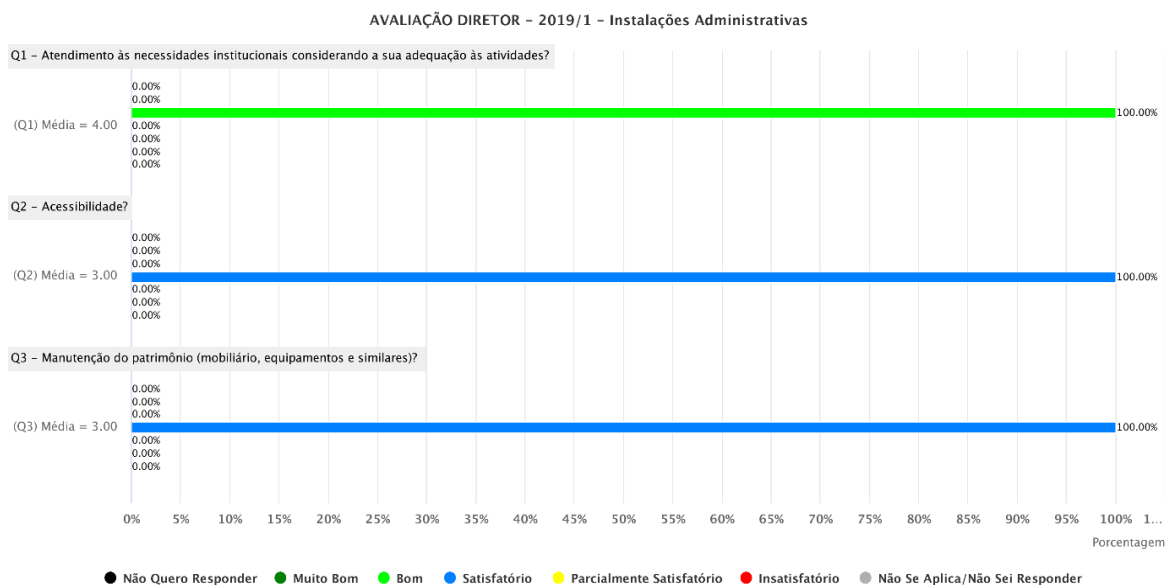
SL 08-BL ADM	2	1	1
SL 09-BL ADM	2	2	1
SL 10-BL ADM	2	1	1
SL 11-BL ADM	2	1	1
SL 12-BL ADM	2	2	1
SL 13-BL ADM	2	1	1
SL 14-BL ADM	2	x	1
SL 15-BL ADM	2	2	1
SL 03-BL ADM	x	x	x
COORD GRADUAÇÃO	1	1	1
SECAC INQUI	3	3	1
COAD INQUI	1	1	1
SALA DIREÇÃO INQUI	1	1	1

Fonte: COAD/INQUI

3.5.1.2 Percepção da comunidade acadêmica sobre as instalações administrativas

A dimensão “Percepção da comunidade sobre as instalações administrativas” foi avaliada pelo diretor, coordenador de graduação e pós-graduação como também pelo corpo técnico do Instituto. O tópico pedia que o participante avaliasse a percepção sobre as instalações administrativas nos quesitos: 1- Atendimento às necessidades institucionais considerando a sua adequação às atividades, 2- Acessibilidade e 3- Manutenção do patrimônio (mobiliário, equipamentos e similares).

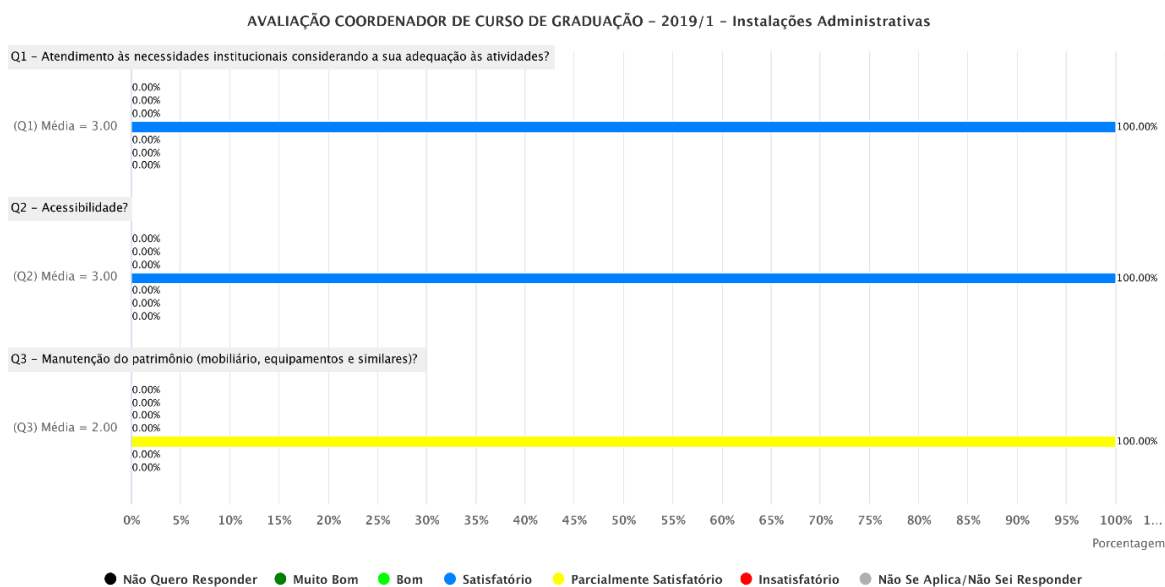
Gráfico 83 - Avaliação das instalações administrativas pelo diretor.



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Inferre-se a partir do gráfico 83 que a avaliação do diretor nos três critérios adotados flutua de muito bom para bom, ou seja, atende satisfatoriamente às necessidades da comunidade acadêmica.

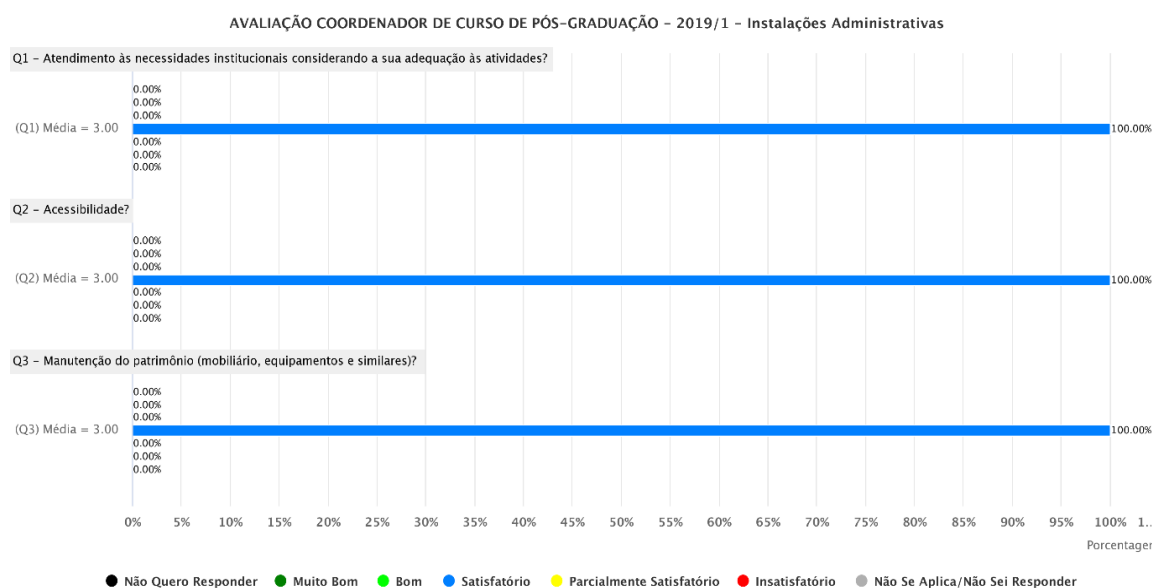
Gráfico 84 - Avaliação das instalações administrativas pelo(s) coordenador(es) de graduação.



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Na visão do coordenador dos cursos de graduação e engenharia, podemos notar que somente os dois primeiros itens (atendimento às necessidades institucionais considerando a sua adequação às atividades e Acessibilidade) foram considerados como bons e o item manutenção como pouco satisfatório.

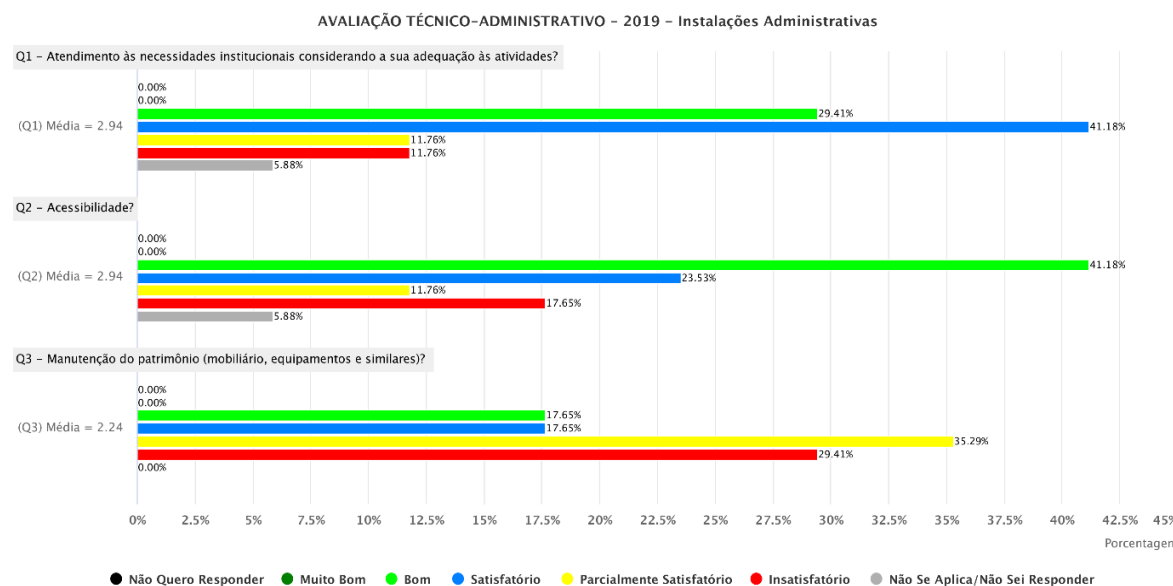
Gráfico 85 - Avaliação das instalações administrativas pelo(s) coordenador(es) de pós-graduação.



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Já na visão do coordenador de cursos de pós-graduação, podemos perceber que os três itens foram considerados satisfatórios e que atendem à demanda da comunidade acadêmica.

Gráfico 86 - Avaliação das instalações administrativas pelo(s) técnico(s) administrativo(s).



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Analisando a percepção do corpo técnico vemos que grande parte considera (dadas as flutuações das análises) os itens avaliados como satisfatórios e bons.

A partir da análise conclui-se que as instalações administrativas atendem às necessidades institucionais básicas considerando sua adequação às atividades e fornecem o mínimo de conforto ao servidor, porém há ressalvas em pontos relacionados a manutenção do patrimônio. Em reuniões realizadas junto à direção, a CSA repassou essas demandas.

3.5.1.3 Salas de aula

O INQUI possui 11 salas de aula, com capacidade para atender, no total, 440 estudantes. Na Tabela 17 constam dados de 2019, relativos às salas de aula, observando-se que a unidade atendeu a 1052 discentes, em 11 cursos.

Tabela 17 - Descrição das salas de aula da INQUI - 2019.

Descrição	Número
Salas de aula com computador	x

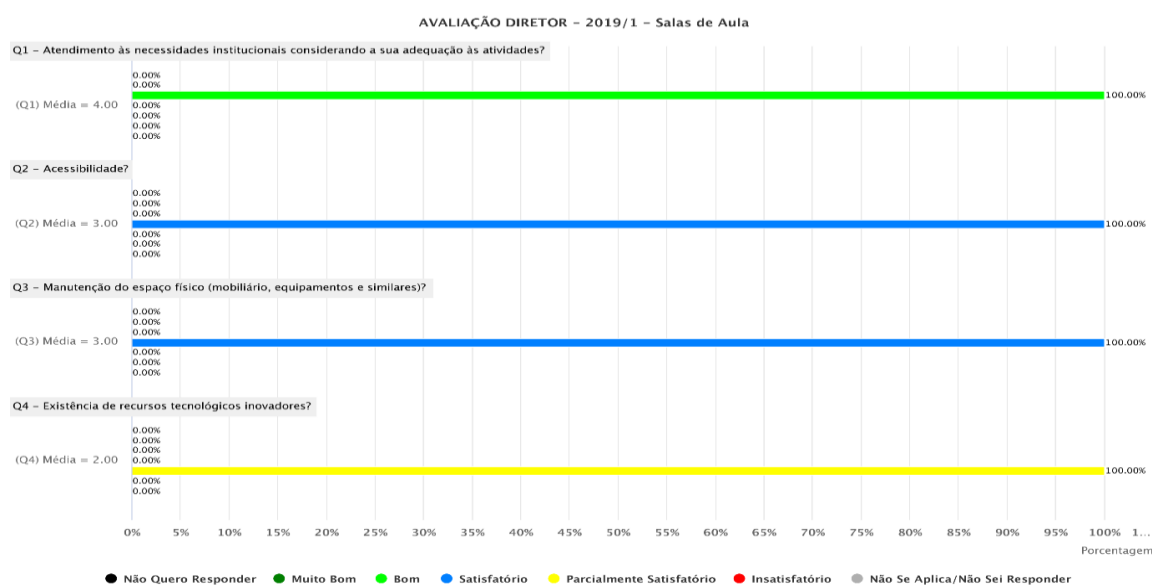
Salas de aula com projetor	9
Salas de aula com Condicionador de ar	11

Fonte: COAD/INQUI

3.5.1.4 Percepção da comunidade acadêmica sobre as salas de aula

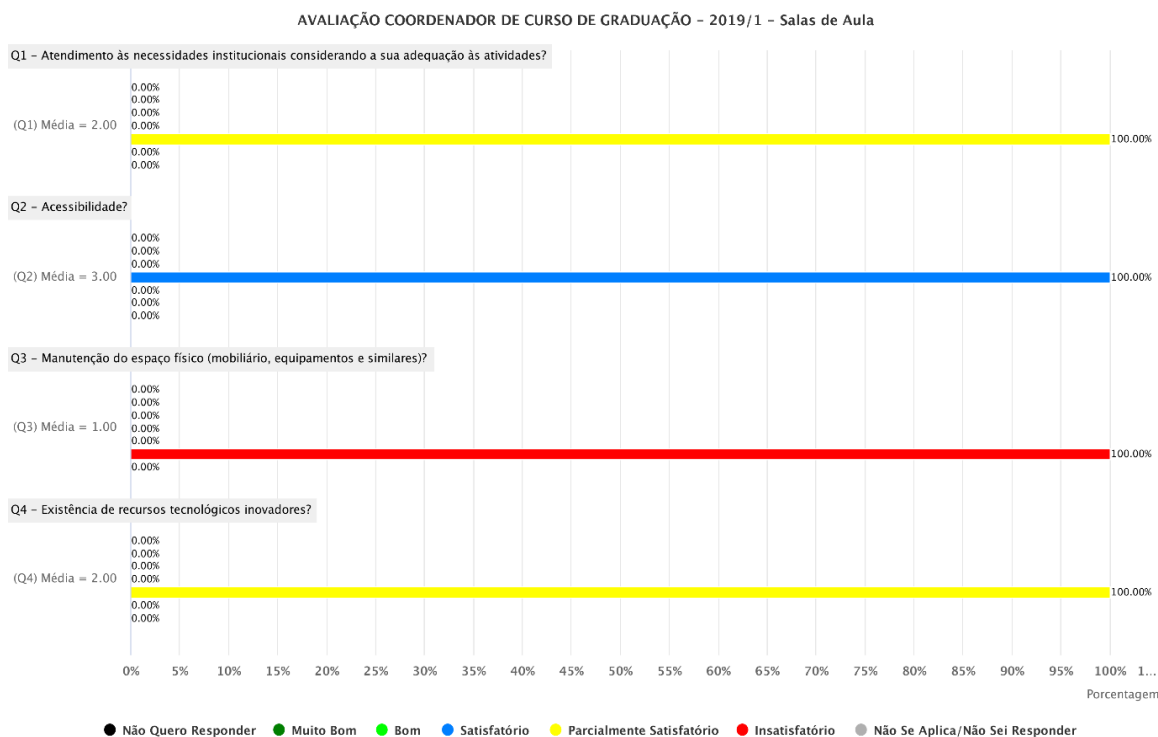
A dimensão “Percepção da comunidade sobre as salas de aula” foi avaliada pelo diretor, coordenador de graduação e pós-graduação como também pelo corpo docente do Instituto. O tópico pedia que os participantes avaliassem a percepção sobre as salas de aula nos quesitos ,1 Atendimento às necessidades institucionais considerando a sua adequação às atividades, 2- Acessibilidade, 3 – Manutenção do patrimônio (mobiliário, equipamentos e similares) e 4- Existência de recursos tecnológicos inovadores.

Gráfico 87 - Avaliação das salas de aula pelo diretor.



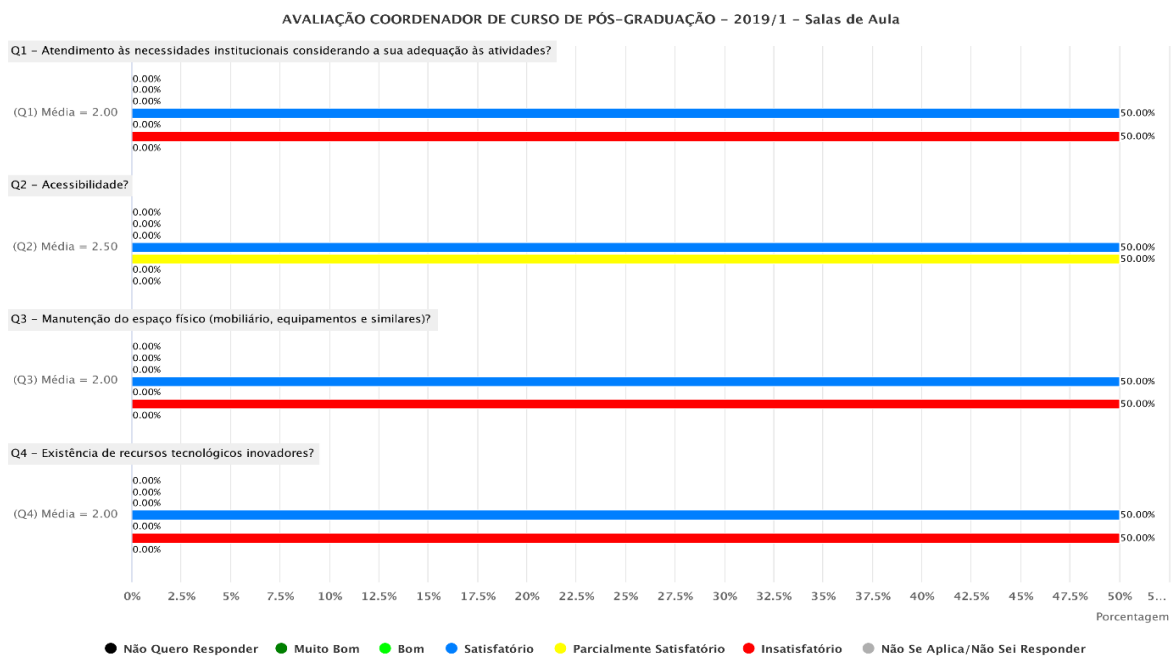
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 88 - Avaliação das salas de aula pelo(s) coordenador(es) de graduação.



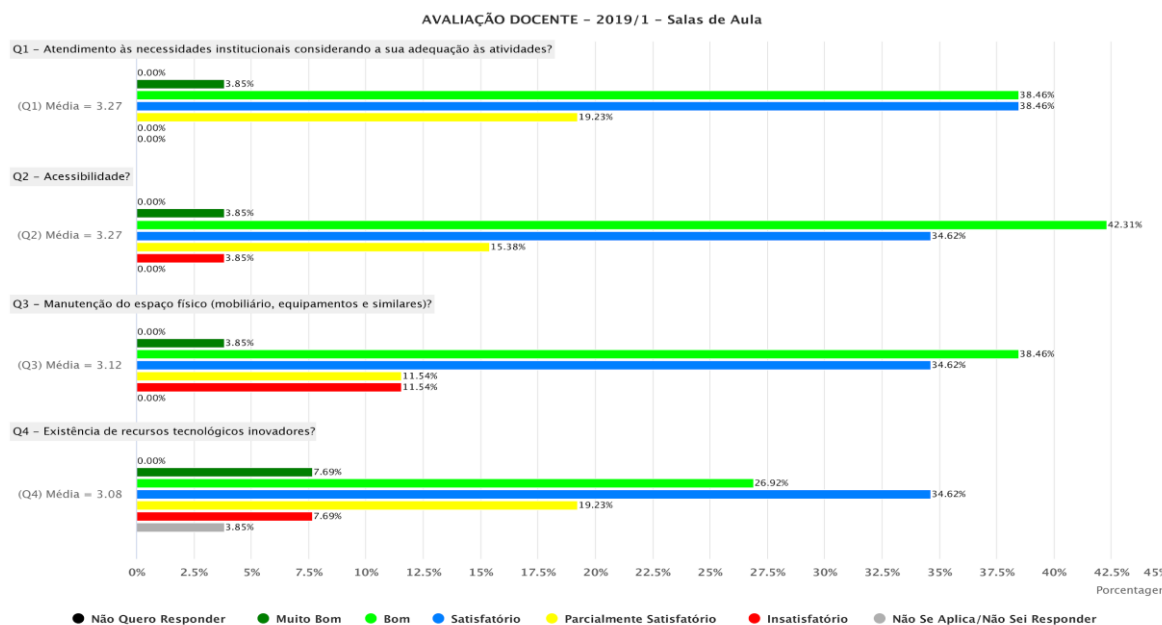
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 89 - Avaliação das salas de aula pelo(s) coordenador(es) de pós-graduação.



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 90 - Avaliação das salas de aula pelo corpo docente do instituto.



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Após análise da percepção da comunidade conclui-se que as salas atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, com ressalvas para o item existência de recursos tecnológicos, onde podemos notar que todos consideraram em sua maioria parcialmente ou insatisfatório.

3.5.1.5 Auditório

Na Tabela 18 constam dados de 2019, relativos ao auditório disponível no INQUI.

Tabela 18 - Descrição dos auditórios da INQUI - 2019.

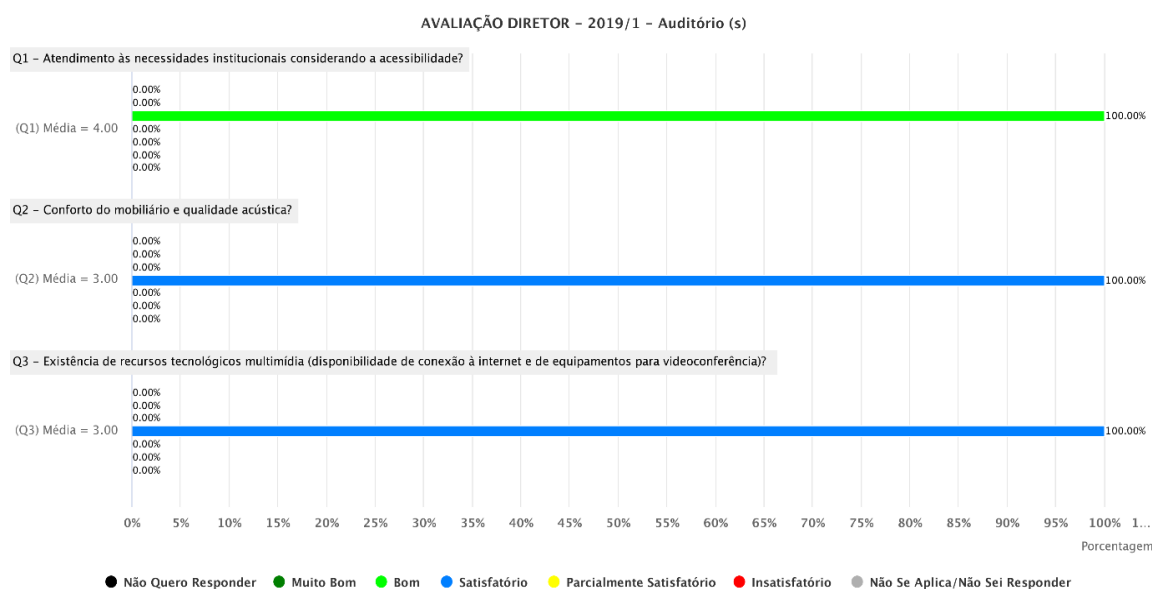
Descrição	Número
Auditórios	1
Capacidade total (soma das capacidades de todos os auditórios)	100
Auditórios com computador	x
Auditórios com projetor	1
Auditórios com sistema de refrigeração	1

Fonte: COAD/INQUI

3.5.1.6 Percepção da comunidade acadêmica sobre o auditório

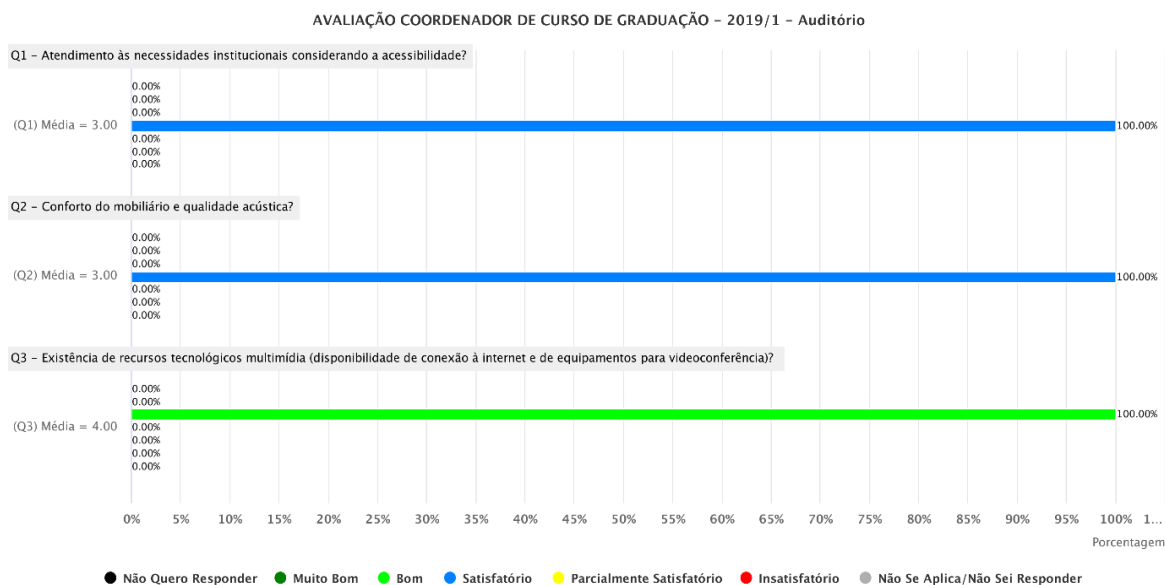
A dimensão “percepção da comunidade acadêmica sobre os auditórios” foi avaliada pelo diretor, pelos estudantes de graduação presencial, docente e técnicos administrativos. Os gráficos a seguir apresentam os resultados obtidos, por segmento. O tópico pedia que o participante avaliasse o Atendimento às necessidades institucionais considerando a acessibilidade, Conforto do mobiliário e qualidade acústica e Existência de recursos tecnológicos multimídia (disponibilidade de conexão à internet e de equipamentos para videoconferência).

Gráfico 91 - Avaliação do auditório pelo diretor.



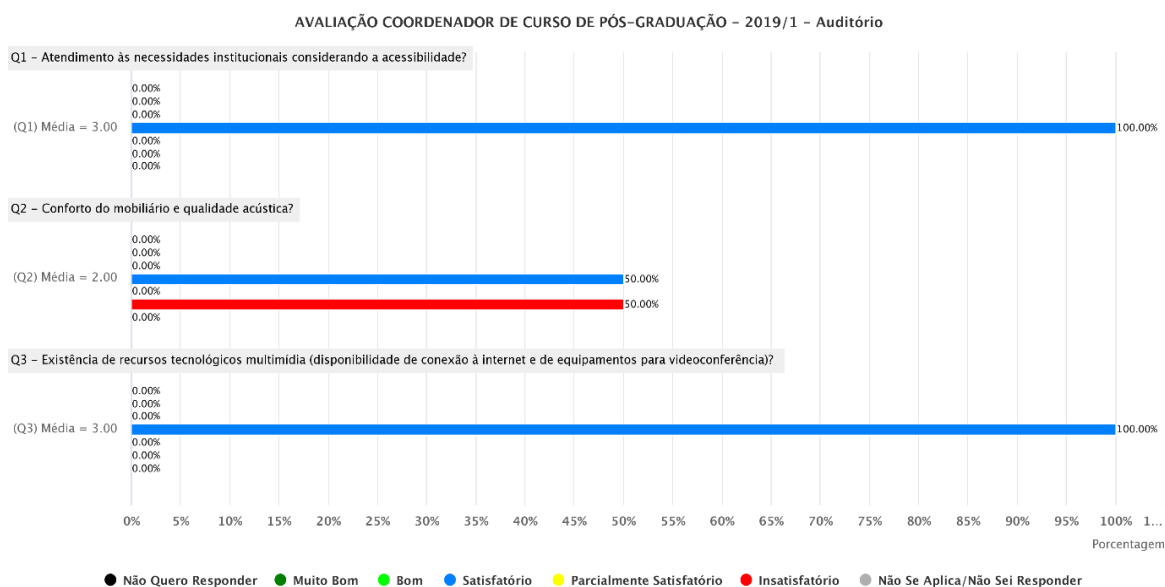
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 92 - Avaliação do auditório pelo(s) coordenador(es) de graduação.



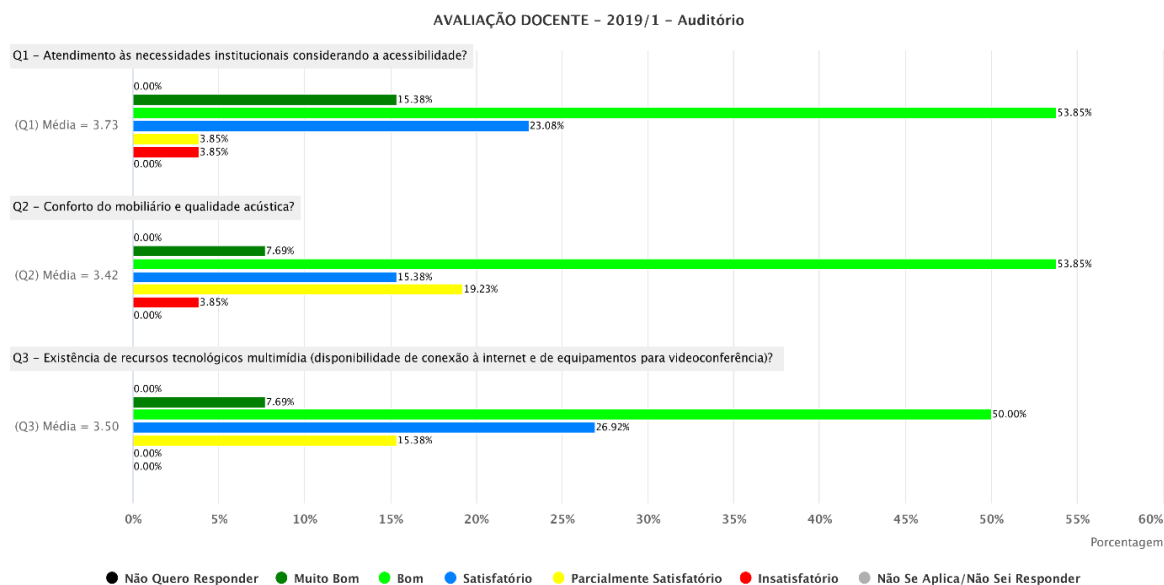
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 93 - Avaliação do auditório pelo(s) coordenador(es) de pós-graduação.



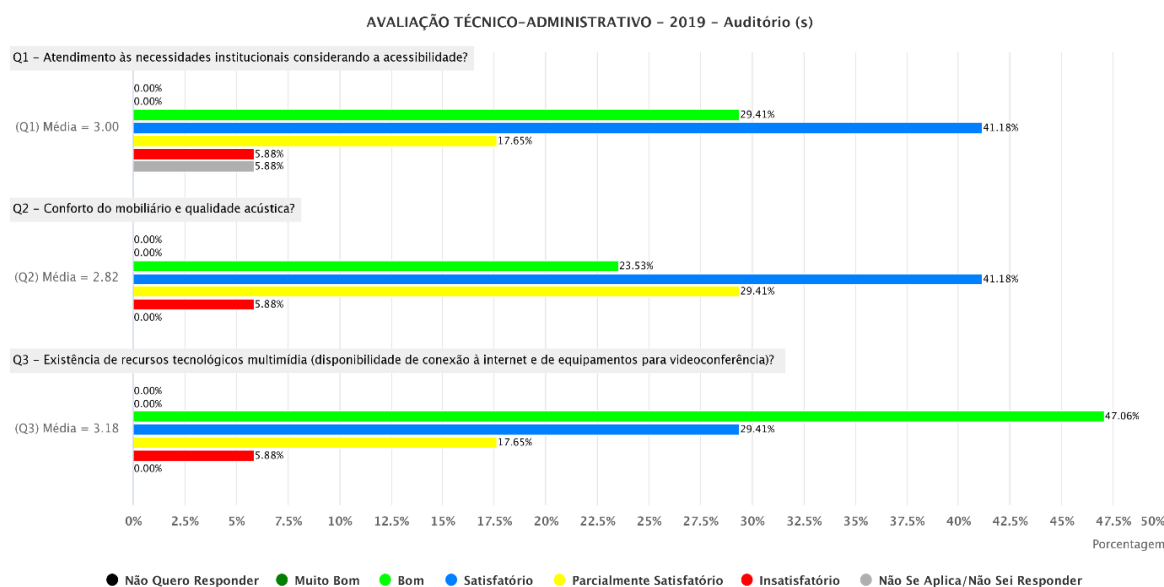
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 94 - Avaliação do auditório pelo(s) docente(s).



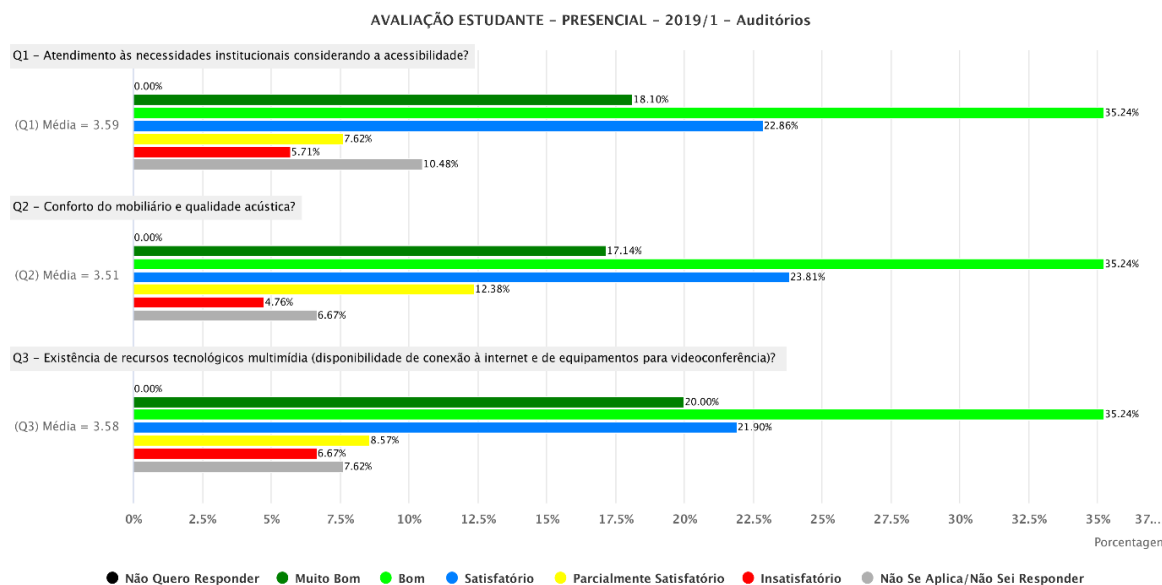
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 95 - Avaliação do auditório pelo(s) técnico(s) administrativo(s).



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 96 - Avaliação do auditório pelo(s) discente(s) de graduação.



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

A partir da análise conclui-se que o auditório atende às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, e a existência de recursos tecnológicos. A administração do instituto - visando o melhor atendimento da comunidade - está sempre zelando pelas melhores condições de uso do auditório, como por exemplo, manutenção constante nos recursos tecnológicos (data show, sistema de som e videoconferência), visto que o mesmo está sendo usado constantemente não somente pelo Instituto, mas por outras unidades que reservam o espaço pelos sistemas da UFMS.

3.5.1.7 Sala de professores e espaços para atendimento aos discentes

Na Tabela 19 são apresentadas informações sobre as salas de professores e espaços para atendimentos aos discentes, disponíveis no INQUI, observando-se que constam 31 docentes lotados na referida unidade.

Tabela 19 - Salas de professores e espaços para atendimento aos docentes - 2019.

Descrição	Número
Sala de professores	14
Salas com computador	14
Salas com sistema de refrigeração	14

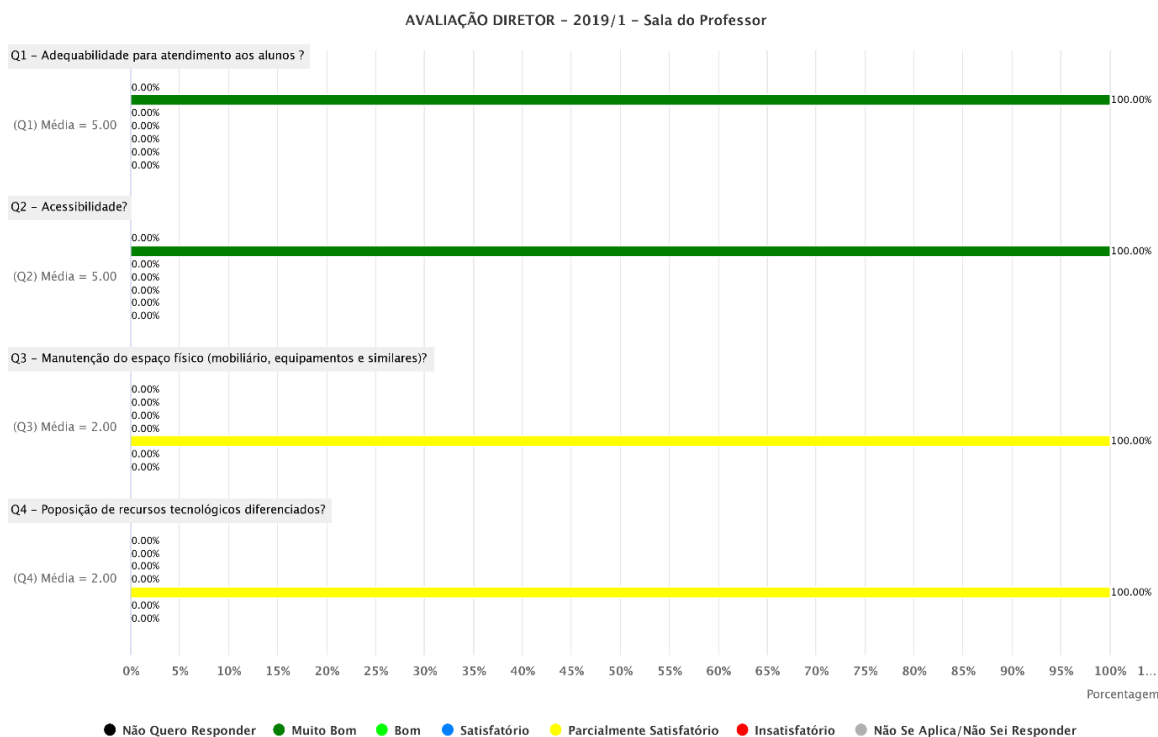
Fonte: CSA/INQUI

Todas as salas de professores possuem condições mínimas para atender os discentes.

3.5.1.8 Percepção da comunidade acadêmica sobre as salas de professores e espaços para atendimento aos discentes

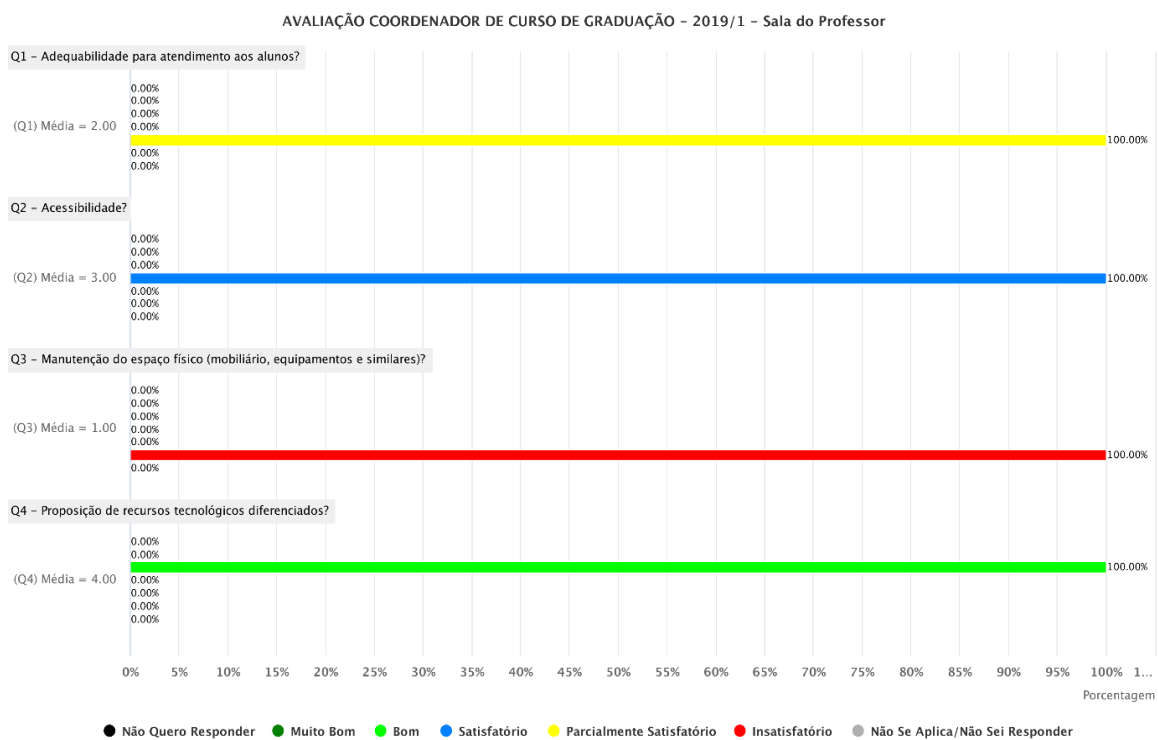
A dimensão “Percepção da comunidade acadêmica sobre as salas de professores e espaços para atendimento aos discentes” foi avaliada pelo diretor, pelos coordenadores de graduação e pós-graduação e docentes. Os gráficos abaixo apresentam os resultados obtidos, por segmento. Os tópicos pediam que os participantes avaliassem a Adequabilidade para atendimento aos alunos, Acessibilidade, Manutenção do espaço físico e proposição de recursos tecnológicos diferenciados.

Gráfico 97 - Avaliação das salas de professores pelo diretor.



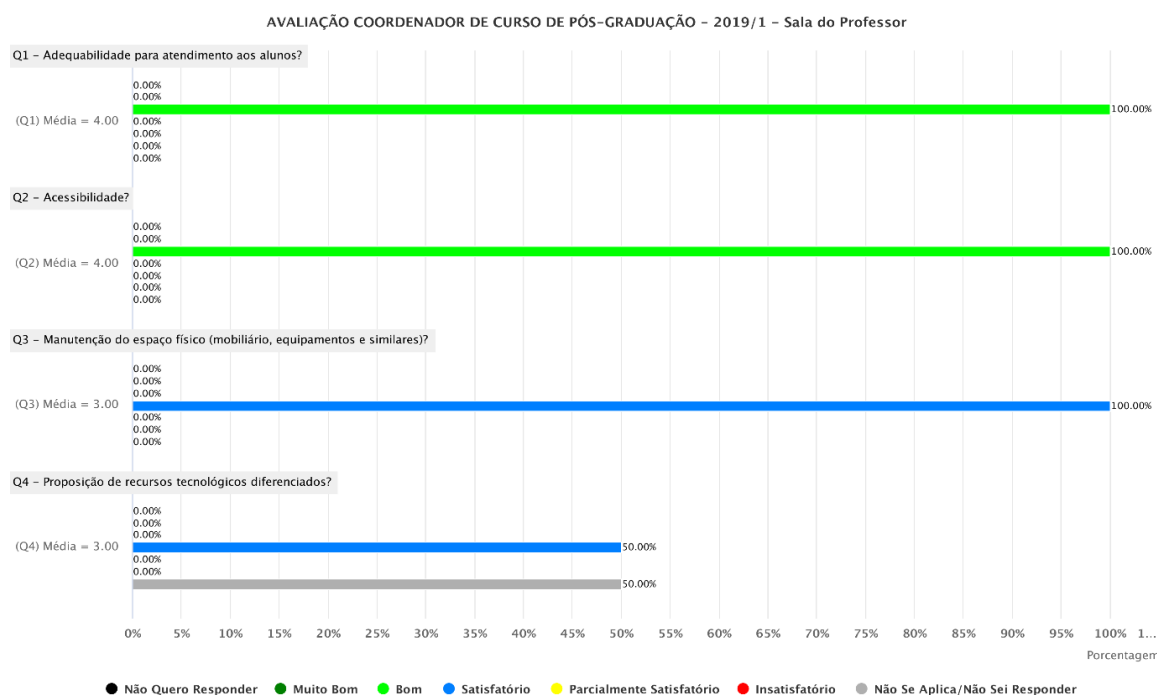
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 98 - Avaliação das salas de professores pelo(s) coordenador(es) de graduação.



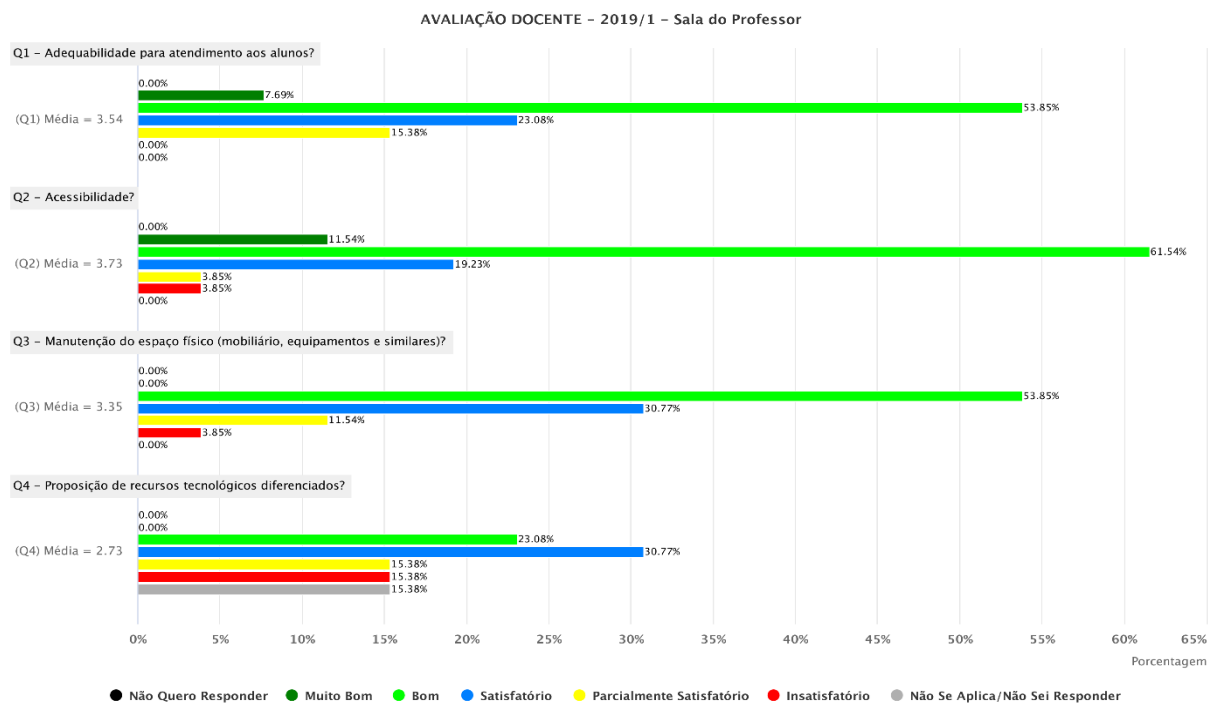
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 99 - Avaliação das salas de professores pelo(s) coordenador(es) de pós-graduação.



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 100 - Avaliação das salas de professores pelo(s) docente(s).



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

A partir da análise conclui-se que as salas de professores e os espaços de atendimento aos estudantes atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, e a existência de recursos tecnológicos. Ressalva para o item 3 (Manutenção do espaço físico), pois o prédio onde os docentes estão lotados apresentou e ainda apresenta problemas estruturais devido a qualidade da obra entregue.

A administração geral juntamente com a administração do instituto, através de dispositivo constante no contrato, acionou a empresa prestadora de serviços e a mesma vem realizando os reparos necessários.

3.5.1.9 Espaços de convivência e de alimentação

Na Tabela 20 são apresentadas informações sobre os espaços de convivência e de alimentação disponíveis na INQUI, observando-se que constam 31 docentes lotados na referida unidade.

Tabela 20 - Descrição dos espaços de convivência e de alimentação

Descrição	Número
Espaços de convivência	2
Espaços de alimentação	2
Capacidade total (soma das capacidades de todos os espaços)	100
Espaços com sistema de refrigeração	x

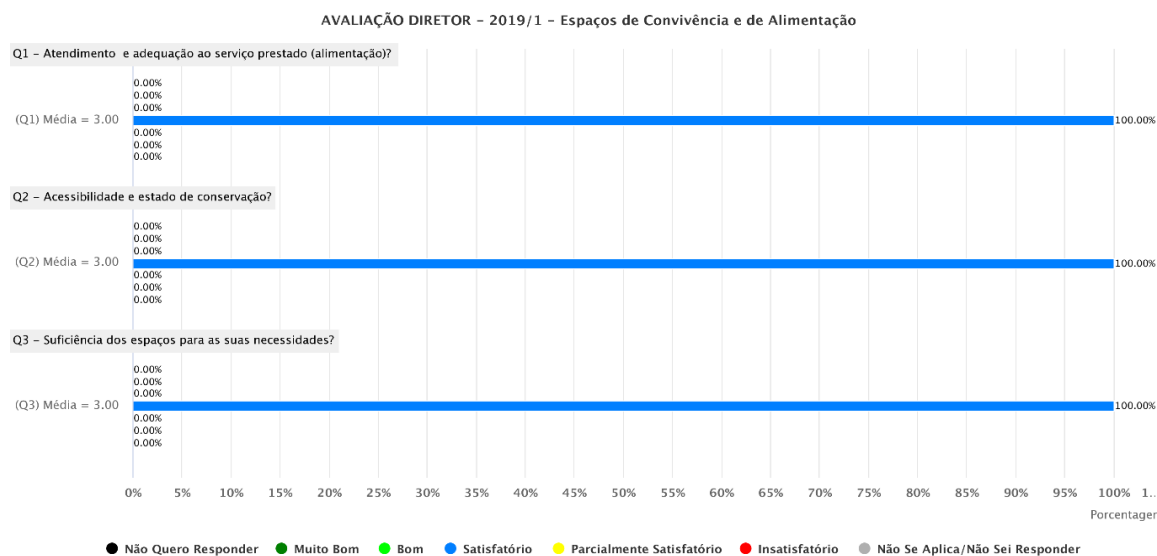
Fonte: CSA/INQUI

3.5.1.10 Percepção da comunidade acadêmica sobre os espaços de convivência e de alimentação

A dimensão “Percepção da comunidade acadêmica sobre os espaços de convivência e de alimentação” foi avaliada pelo diretor, pelos coordenadores de graduação e pós-graduação, estudantes de graduação presencial e EAD, estudantes de pós-graduação, docentes e técnicos-administrativo. Os gráficos a seguir apresentam os resultados obtidos, por segmento. O tópico pedia que o participante avaliasse a Percepção da comunidade acadêmica sobre os espaços de convivência e de alimentação

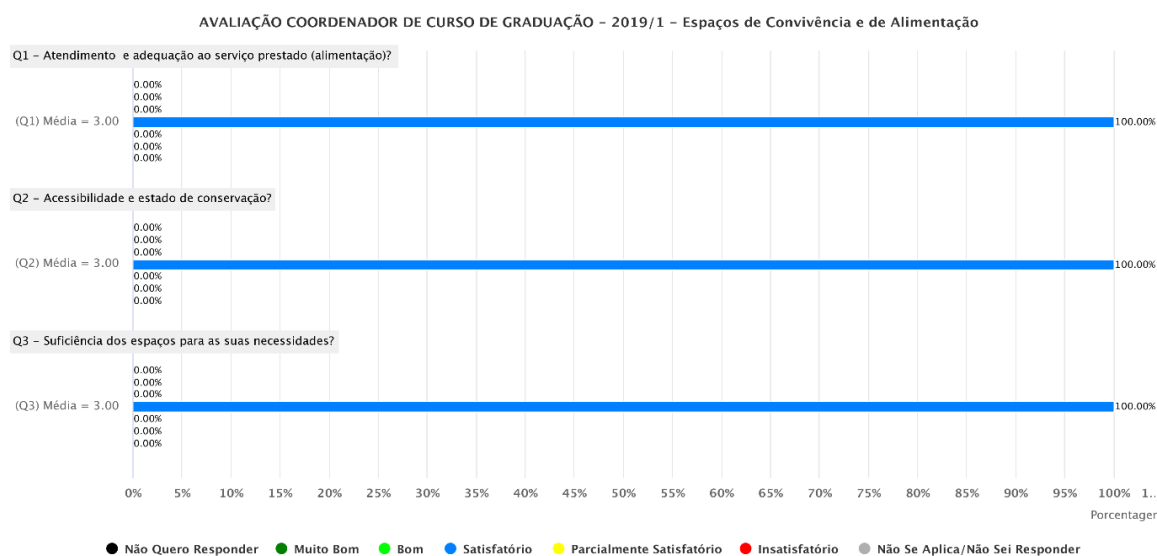
quanto ao Atendimento e adequação ao serviço prestado (alimentação), Acessibilidade e estado de conservação e Suficiência dos espaços para as suas necessidades.

Gráfico 101 - Avaliação dos espaços de convivência e de alimentação pelo diretor.



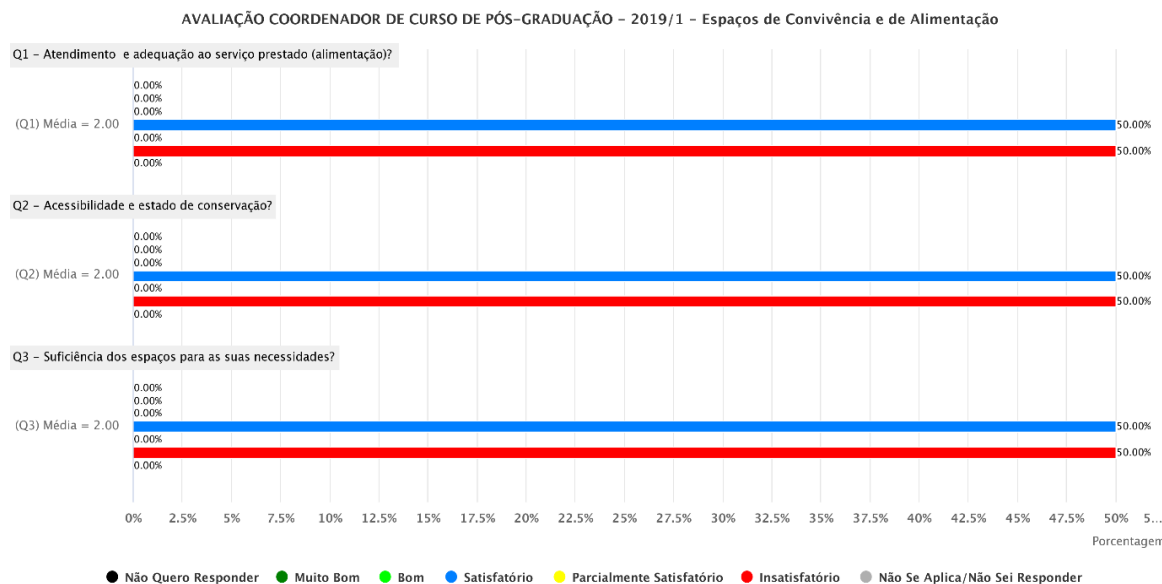
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 102 - Avaliação dos espaços de convivência e de alimentação pelo(s) coordenador(es) de graduação.



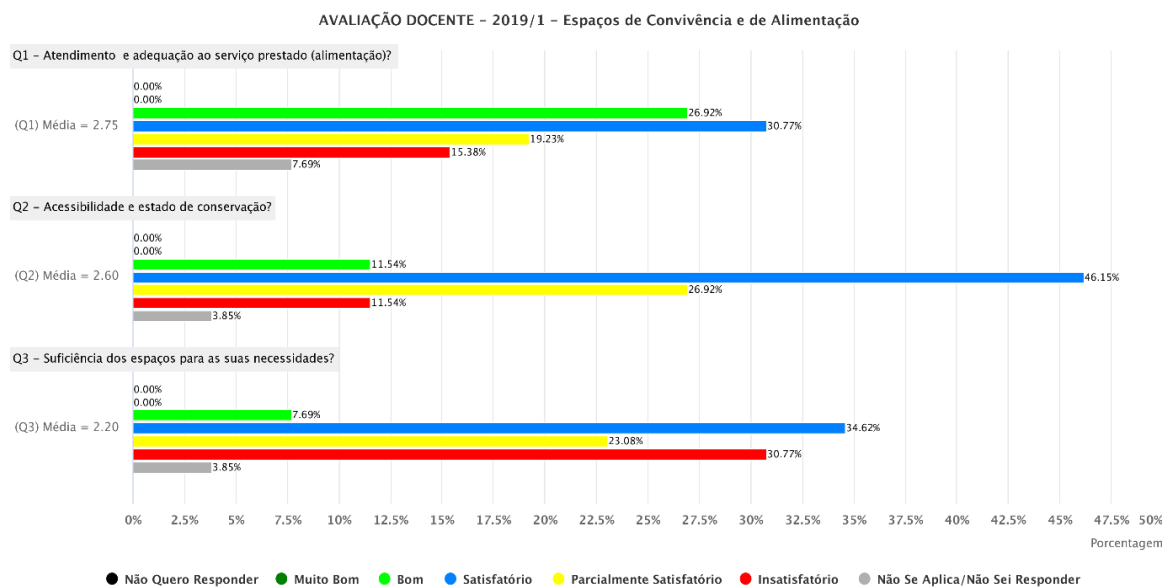
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 103 - Avaliação dos espaços de convivência e de alimentação pelo(s) coordenador(es) de pós-graduação.



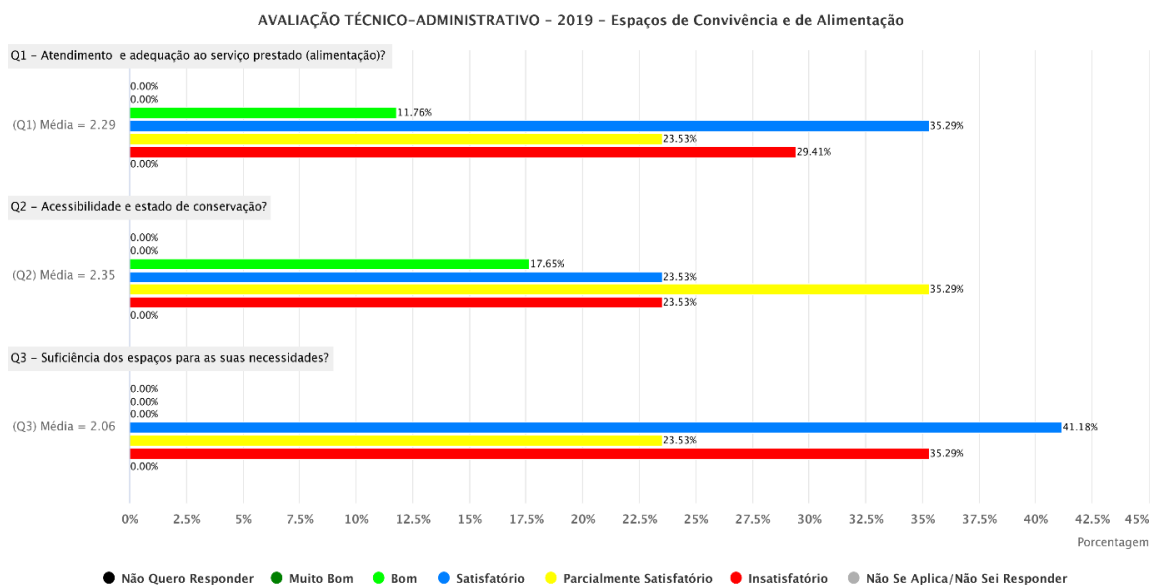
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 104 - Avaliação dos espaços de convivência e de alimentação pelo(s) docente(s).



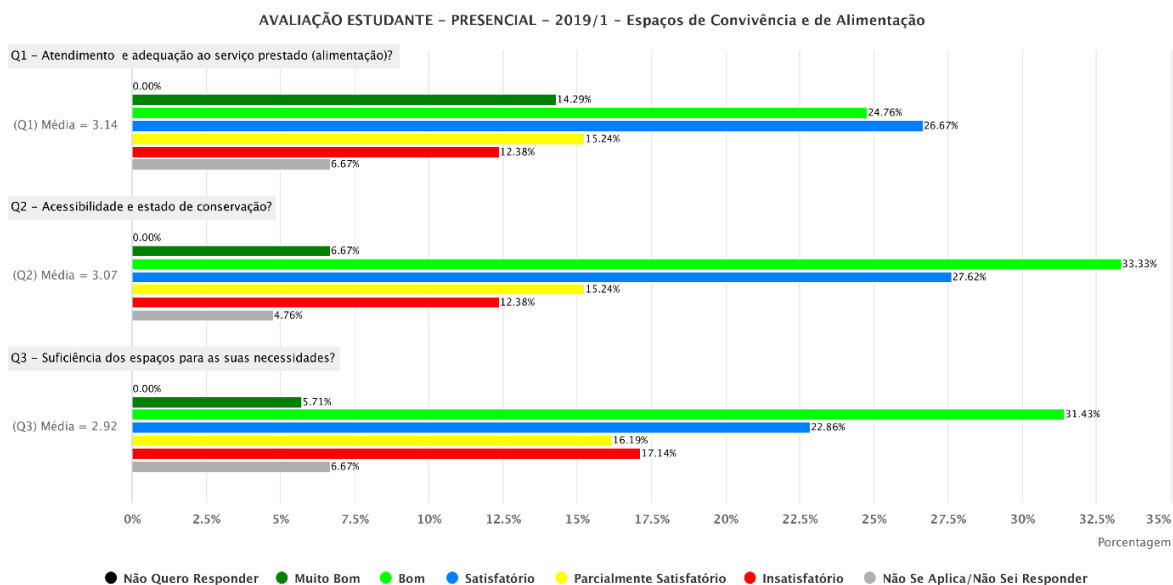
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 105 - Avaliação dos espaços de convivência e de alimentação pelo(s) técnico(s) administrativo(s).



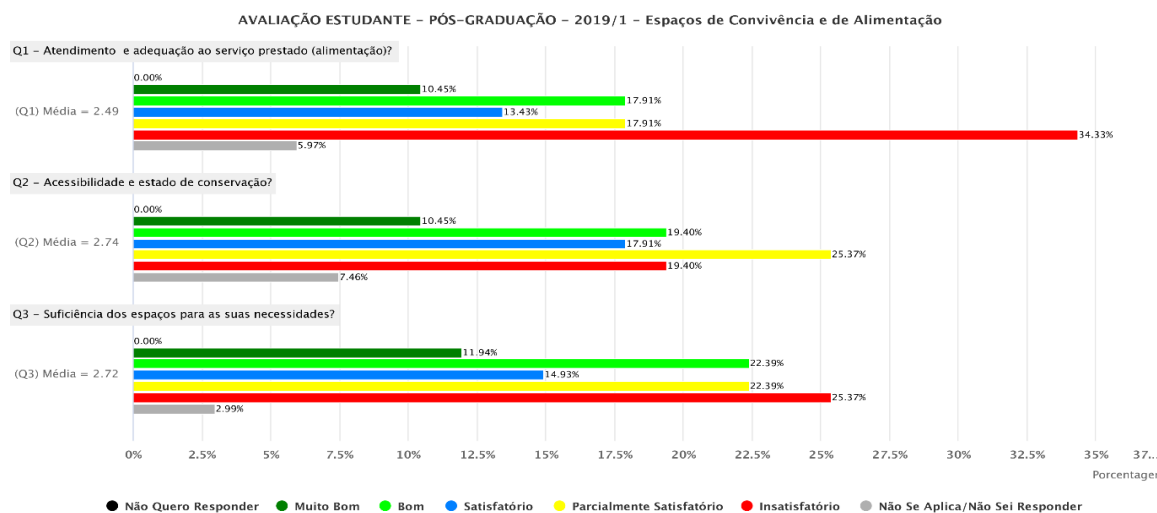
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 106 - Avaliação dos espaços de convivência e de alimentação pelo(s) discente(s) de graduação.



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 107 - Avaliação dos espaços de convivência e de alimentação pelo(s) discente(s) de pós-graduação.



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

A partir da análise conclui-se que os espaços de convivência e de alimentação atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a dimensão necessária para integração entre os membros da comunidade acadêmica.

A partir da exposição dos dados obtidos pelos relatórios de avaliação institucional em reuniões com a administração do instituto foram feitas mudanças e instalações comodidades para a comunidade (bebedouro, aparelho de micro-ondas, geladeira, mesas e cadeiras nas copas, etc.).

3.5.1.11 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física

Na Tabela 21 consta o quantitativo de laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas.

Tabela 21 - Descrição de laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas - 2019.

Descrição	Número
Nº de laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas	13
Capacidade total (soma das capacidades de todos os espaços)	185

Fonte: CSA/INQUI

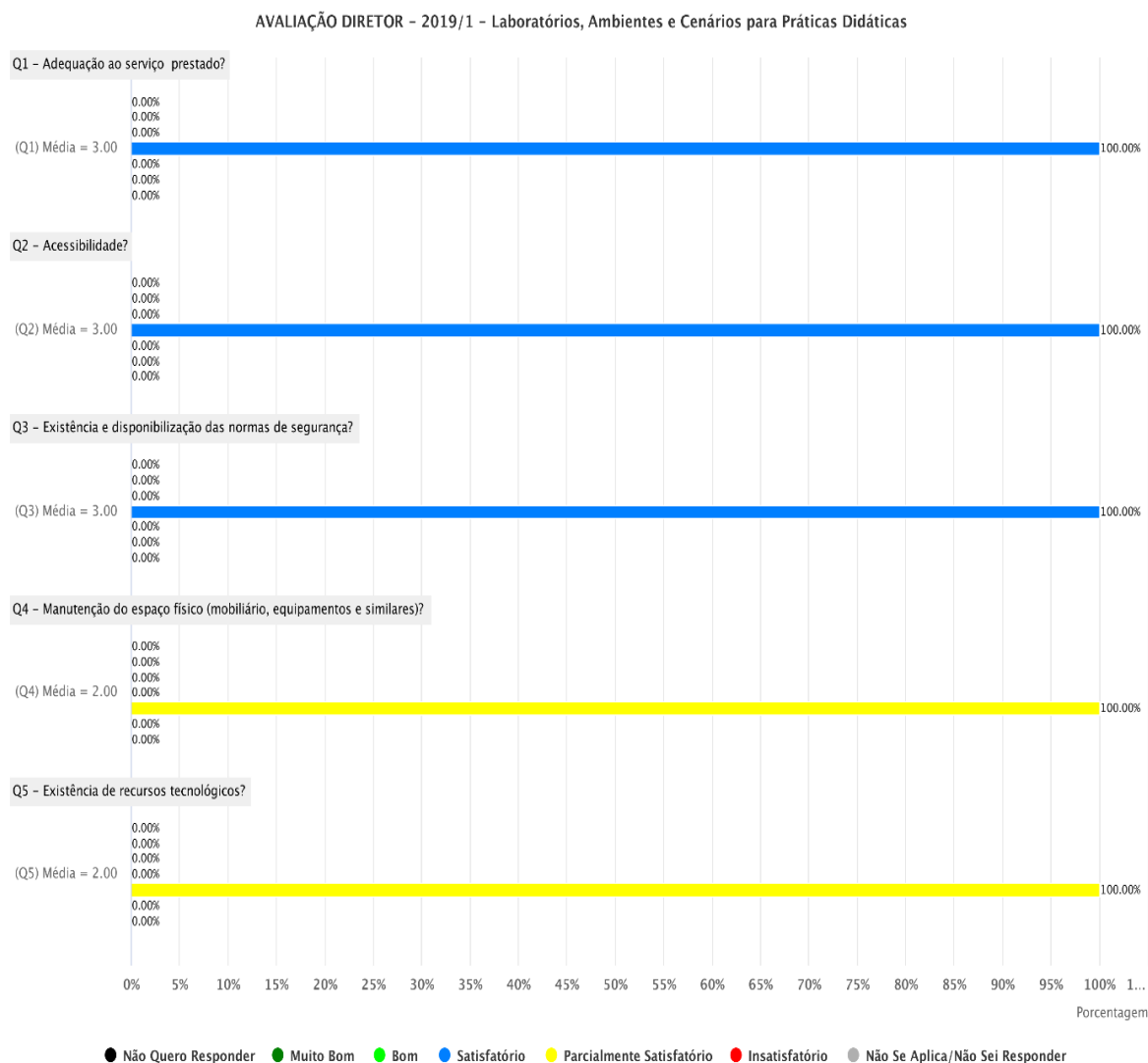
Para as práticas de ensino nos laboratórios são necessárias atender algumas regras de segurança, tais como: Uso de jaleco de algodão e manga comprida; óculos de proteção (caso o aluno use óculos de correção, necessária adaptação de óculos que sobreponham os seus); Luvas de látex para manuseio de reagentes.

Os laboratórios de ensino e práticas didáticas estão equipados (mas não se limitam) com os seguintes itens: Mantas de aquecimento; Capelas de exaustão; balanças analíticas; Destiladores e deionizadores de água; Agitadores magnéticos; Fornos, muflas, etc.

3.5.1.12 Percepção da comunidade acadêmica sobre os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física

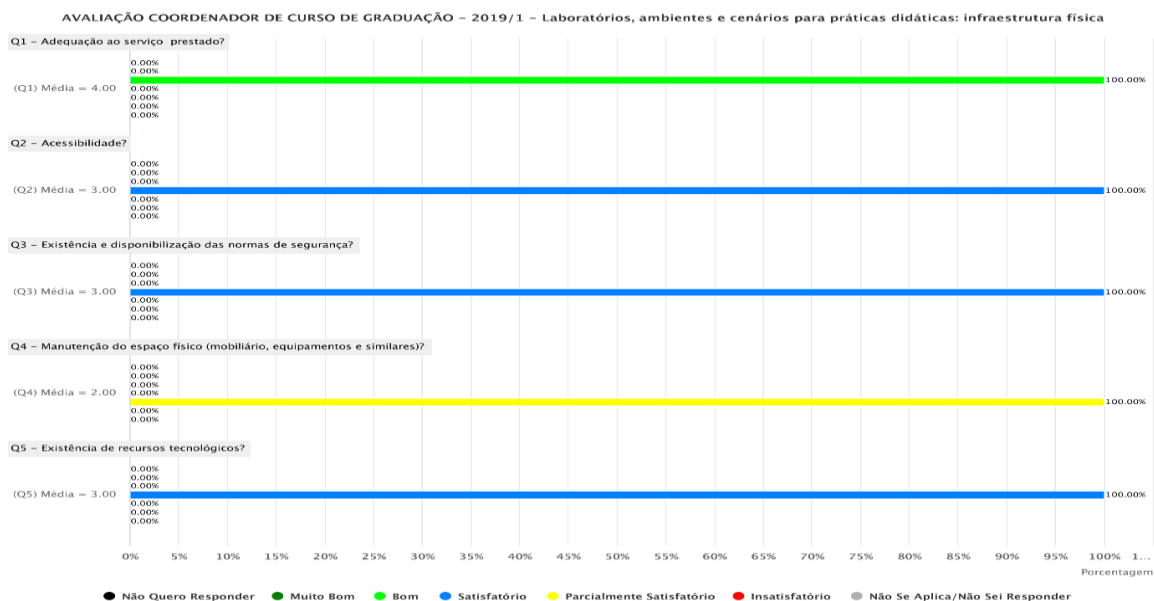
A dimensão “Percepção da comunidade acadêmica sobre os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física” foi avaliada pelo diretor, pelos coordenadores de graduação e pós-graduação e docentes. Os gráficos 108 a 111 apresentam os resultados obtidos, por segmento. O tópico pedia que o participante avaliasse a Percepção da comunidade acadêmica sobre os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física quanto a(os): 1-Adequação ao serviço prestado, 2-Acessibilidade, 3-Existência e disponibilização das normas de segurança, 4-Manutenção do espaço físico (mobiliário, equipamentos e similares), 5-Existência de recursos tecnológicos.

Gráfico 108 - Avaliação dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas pelo diretor.



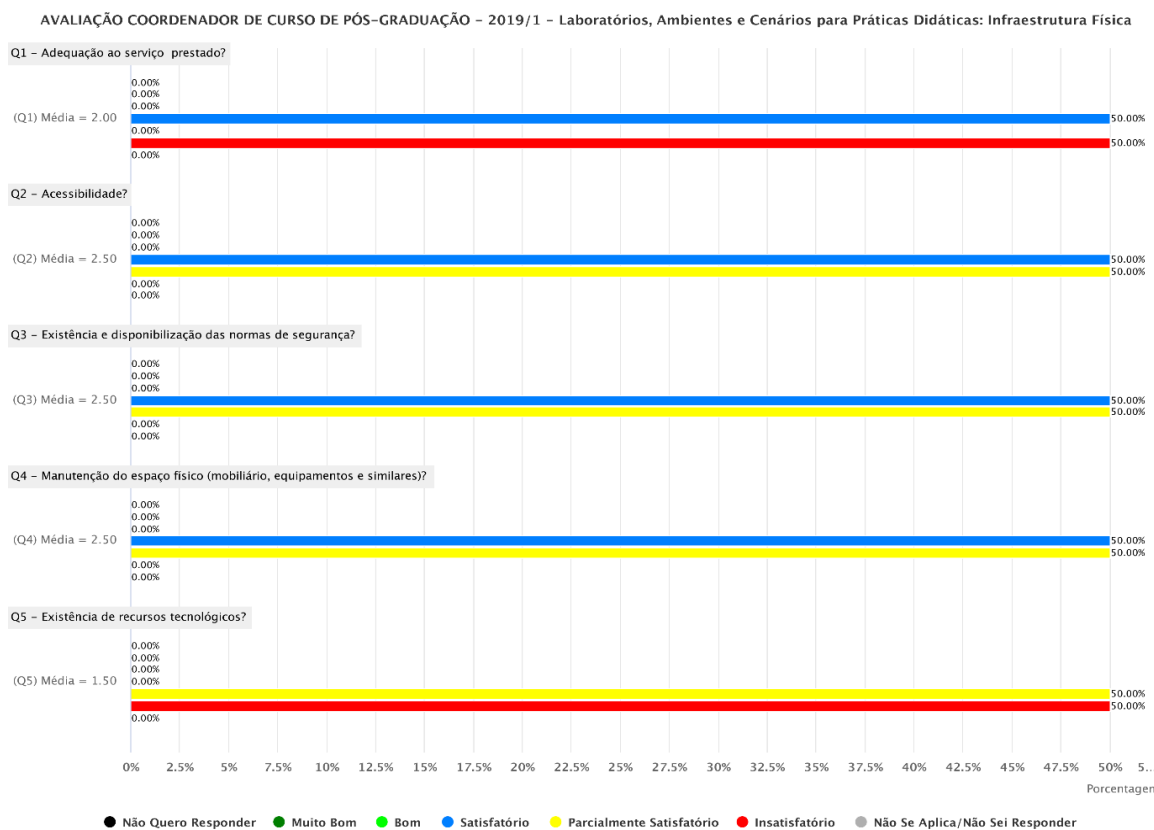
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 109 - Avaliação dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas pelo(s) coordenador(es) de graduação.



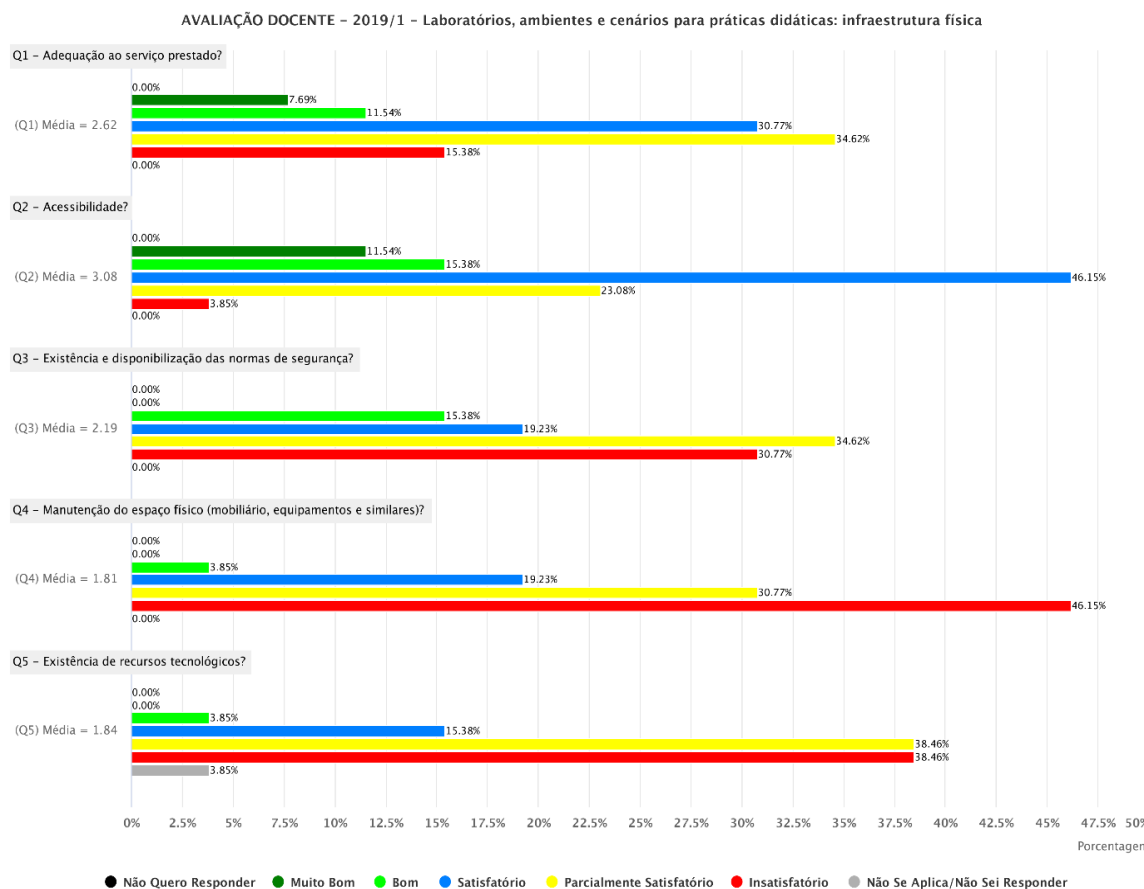
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 110 - Avaliação dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas pelo(s) coordenador(es) de pós-graduação.



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 111 - Avaliação dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas pelo(s) docente(s).



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

A partir da análise conclui-se que os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, às normas de segurança e a existência de recursos tecnológicos diferenciados. Pode-se notar a partir dos dados, que no item 5 (existência de recursos tecnológicos), o corpo docente o considerou insatisfatório, porém como ações adotadas pela unidade, confirma-se através do plano de desenvolvimento, aquisição de bens e materiais para tal finalidade. Aquisições estas dependentes de matrizes orçamentárias.

3.5.1.13 Infraestrutura física e tecnológica destinada à CSA

Não há no Instituto de Química infraestrutura destinada à CSA.

3.5.1.14 Percepção da comunidade acadêmica sobre a infraestrutura física e tecnológica destinada à CSA

Não se aplica.

3.5.1.15 Biblioteca¹: infraestrutura

*Não se aplica, pois o INQUI não dispõe de biblioteca setorial.

3.5.1.16 Percepção da comunidade acadêmica sobre a infraestrutura da Biblioteca

*Não se aplica

3.5.1.17 Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente

Na Tabela 22 são descritos os espaços exclusivos destinados às salas de apoio de informática ou estrutura equivalente. No INQUI há um técnico para o atendimento dessas salas.

Tabela 22 - Descrição das salas de apoio de informática ou estrutura equivalente.

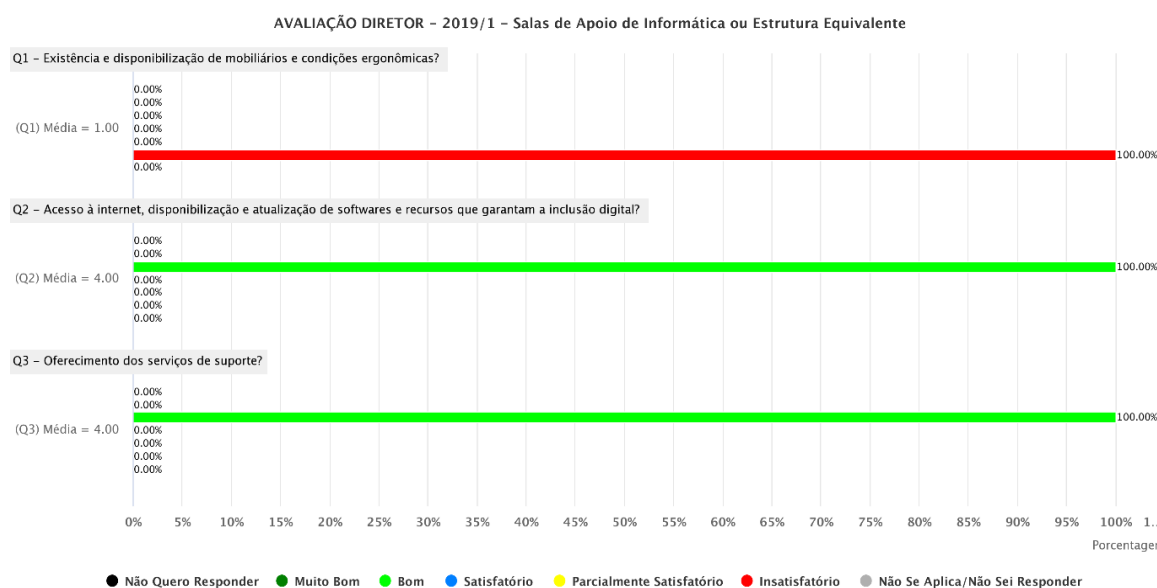
Computadores com acesso à internet	4
Velocidade de download da rede	3gb
Velocidade de upload da rede	3gb
Porcentagem da unidade coberta por rede wifi	100 %

Fonte: CSA/INQUI

3.5.1.18 Percepção da comunidade acadêmica sobre as salas de apoio de informática ou estrutura equivalente

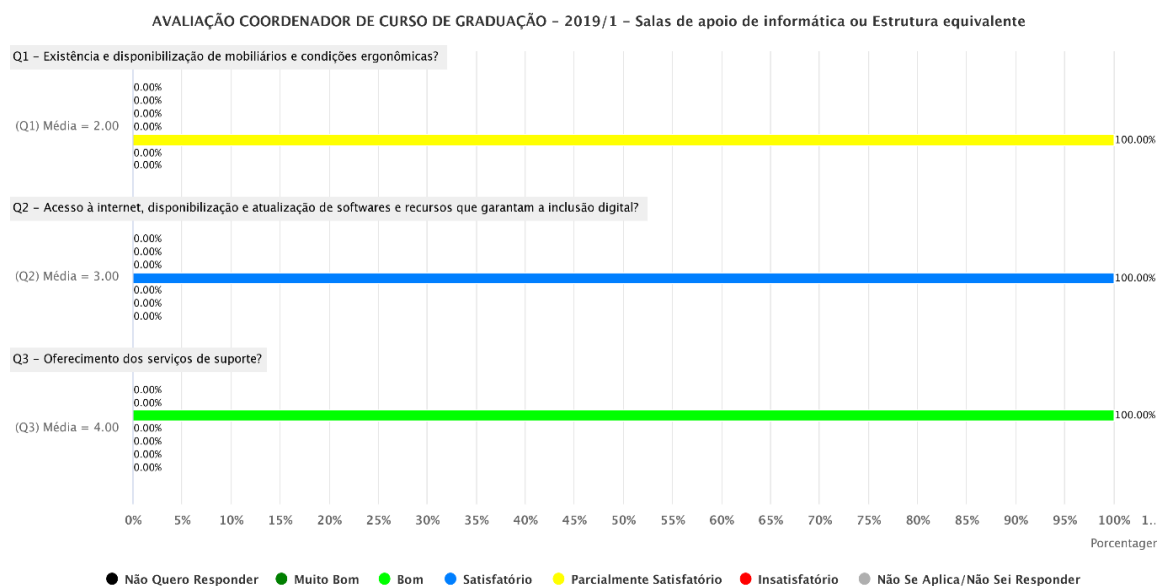
A dimensão “Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente” foi avaliada pelo diretor, pelos coordenadores de graduação e pós-graduação, estudantes de graduação presencial, estudantes de pós-graduação, docentes e técnicos-administrativos. Os gráficos a seguir apresentam os resultados obtidos, por segmento. O tópico pedia que o participante avaliasse a Existência e disponibilização de mobiliários e condições ergonômicas, Acesso à internet, disponibilização e atualização de softwares e recursos que garantam a inclusão digital e Oferecimento dos serviços de suporte.

Gráfico 112 - Avaliação das salas de apoio de informática ou estrutura equivalente pelo diretor.



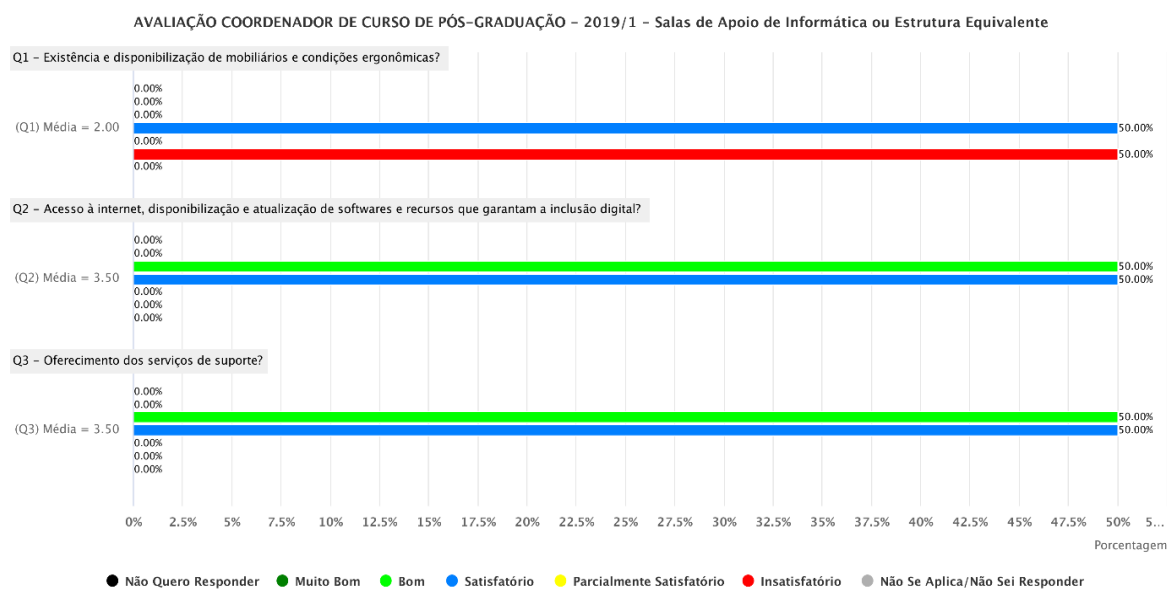
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 113 - Avaliação das salas de apoio de informática ou estrutura equivalente pelo(s) coordenador(es) de graduação.



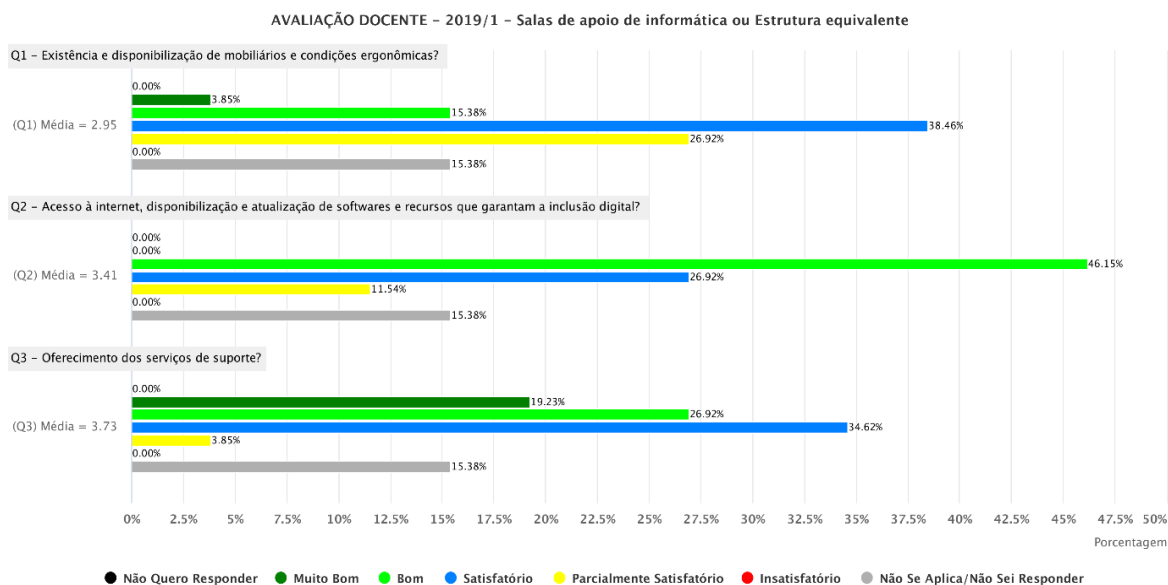
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 114 - Avaliação das salas de apoio de informática ou estrutura equivalente pelo(s) coordenador(es) de pós-graduação.



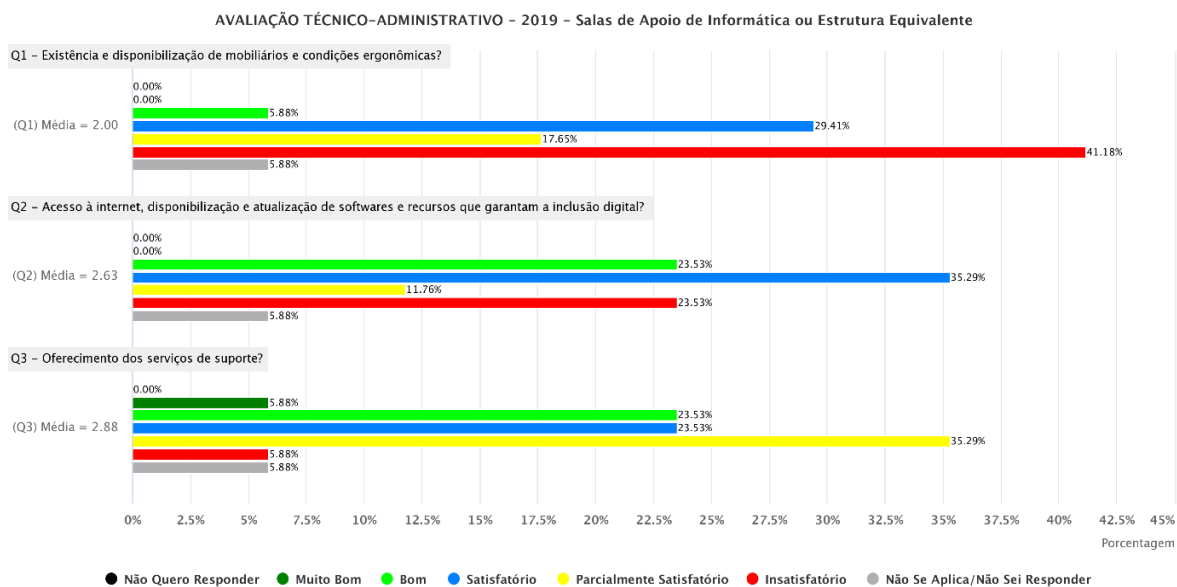
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 115 - Avaliação das salas de apoio de informática ou estrutura equivalente pelo(s) docente(s).



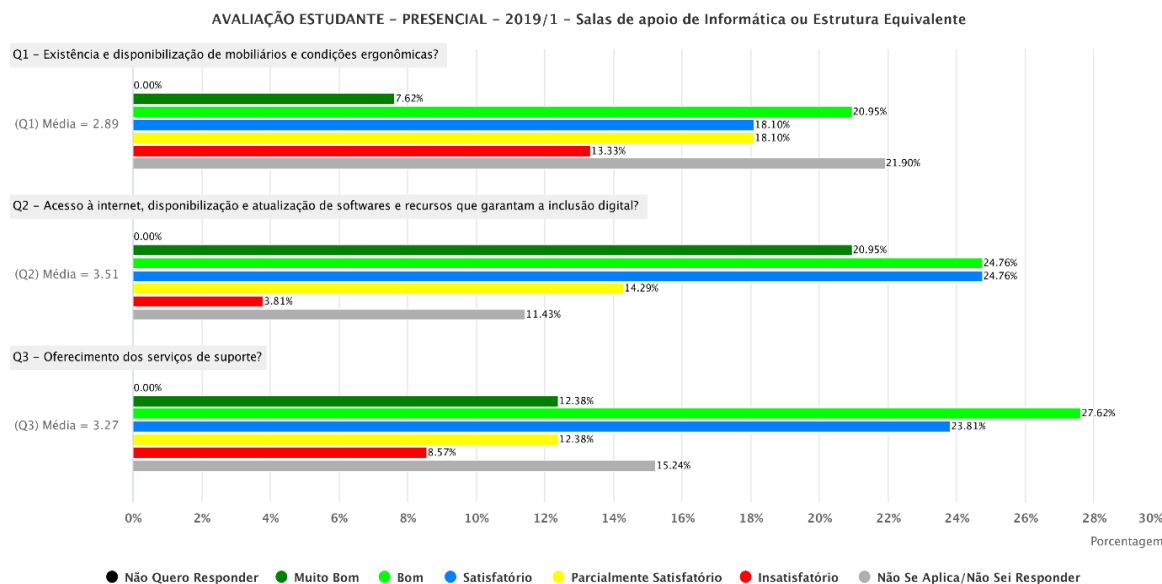
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 116 - Avaliação das salas de apoio de informática ou estrutura equivalente pelo(s) técnico(s) administrativo(s).



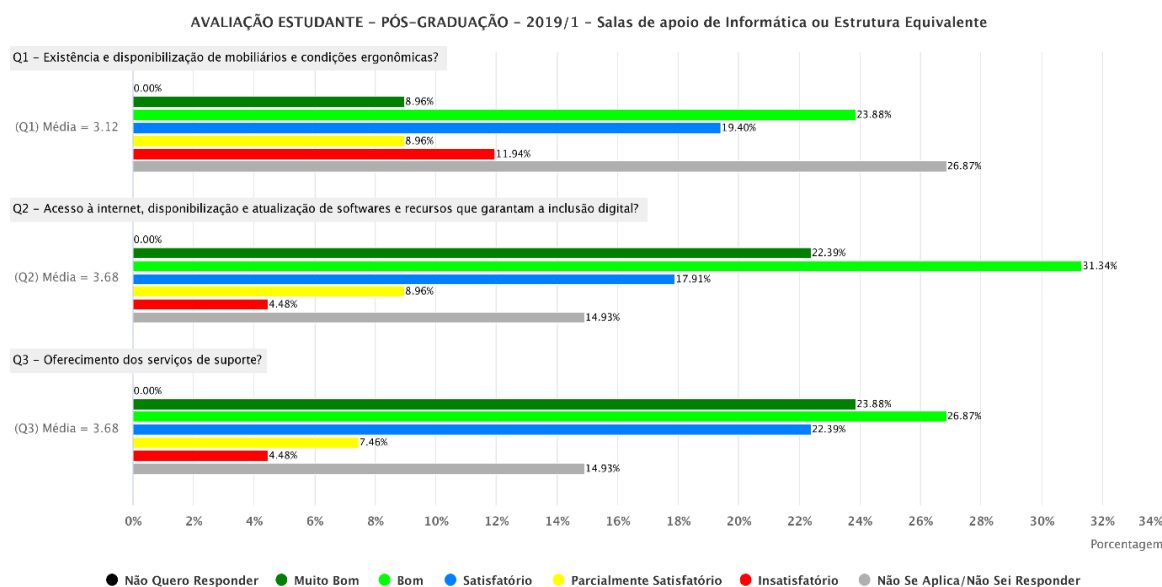
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 117 - Avaliação das salas de apoio de informática ou estrutura equivalente pelo(s) discente(s) de graduação.



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 118 - Avaliação das salas de apoio de informática ou estrutura equivalente pelo(s) discente(s) de pós-graduação.



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

A partir da análise conclui-se que as salas de apoio de informática ou estrutura equivalente atendem às necessidades institucionais, considerando os equipamentos, o espaço físico, o acesso à internet, os serviços e o suporte.

Há nesta dimensão avaliada um ponto que merece destaque atenção, mobiliário e condições ergonômicas, onde alguns dos membros avaliados pontuam como não satisfatório ou pouco satisfatório, porém em reunião com as pró-reitorias, foi repassado que está constando no plano de desenvolvimento a aquisição de novos mobiliários e ativos (computadores, monitores, etc.) novos para o próximo ano.

3.5.1.19 Instalações sanitárias

Na Tabela 23 são descritas as instalações sanitárias disponíveis no INQUI.

Tabela 23 - Descrição das Instalações Sanitárias. 2019.

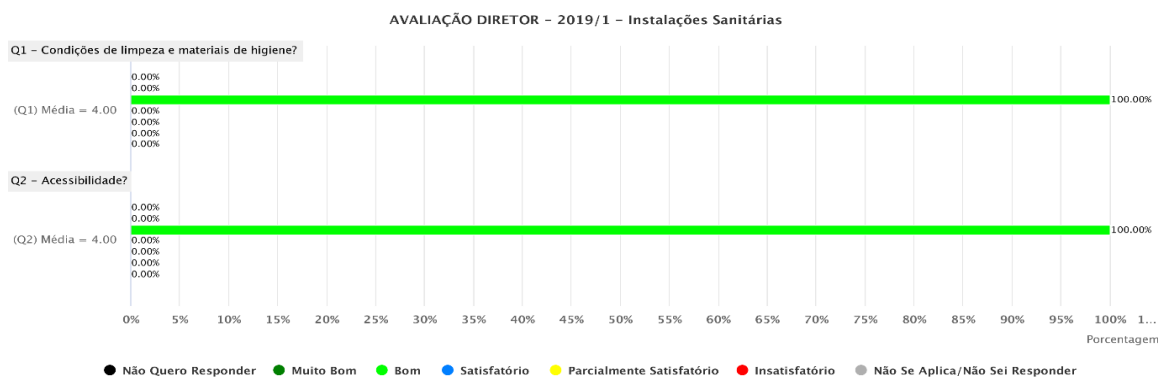
Descrição	Número
Sanitários	36
Sanitários adaptados para cadeirantes	4
Sanitários familiares e/ou com fraldários	x
Frequência diária de limpeza dos sanitários	2 x ao dia

Fonte: CSA/INQUI

3.5.1.20 Percepção da comunidade acadêmica sobre as instalações sanitárias

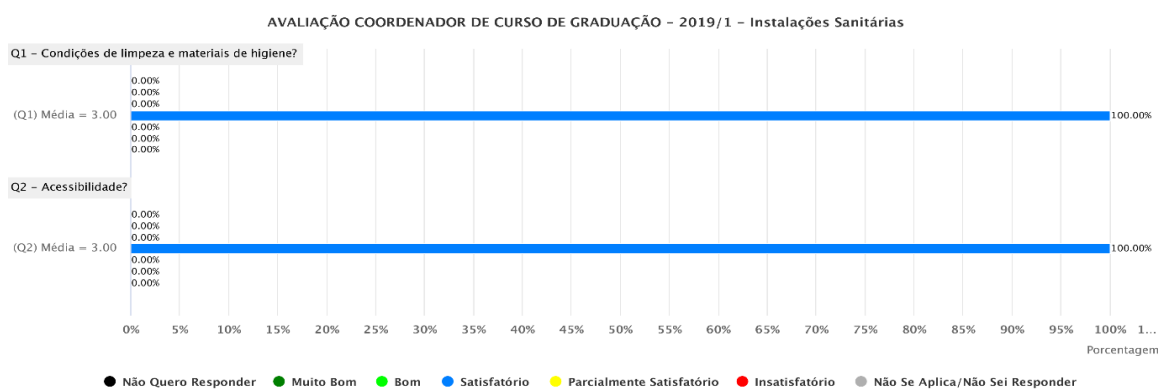
A dimensão “instalações sanitárias” foi avaliada pelo diretor, pelos coordenadores de graduação e pós-graduação, estudantes de graduação presencial, estudantes de pós-graduação, docentes e técnicos-administrativos. Os gráficos abaixo apresentam os resultados obtidos, por segmento. O tópico pedia que o participante avaliasse as Condições de limpeza e materiais de higiene e Acessibilidade.

Gráfico 119 - Avaliação das instalações sanitárias pelo diretor.



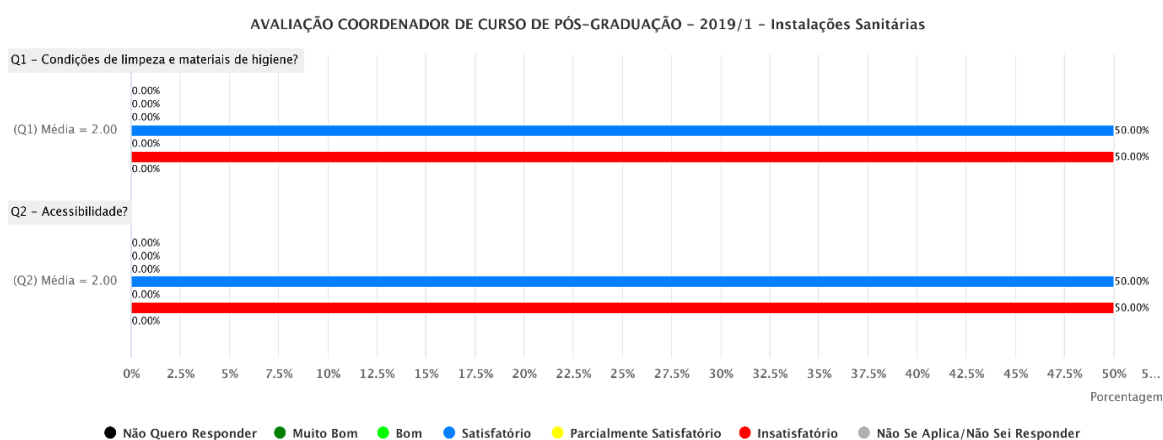
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 120 - Avaliação das instalações sanitárias pelo(s) coordenador(es) de graduação.



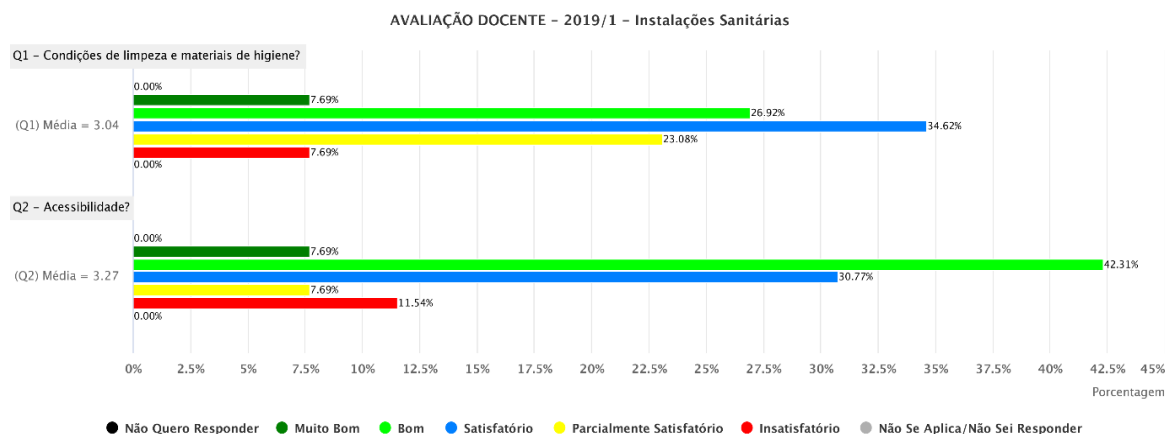
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 121 - Avaliação das instalações sanitárias pelo(s) coordenador(es) de pós-graduação.



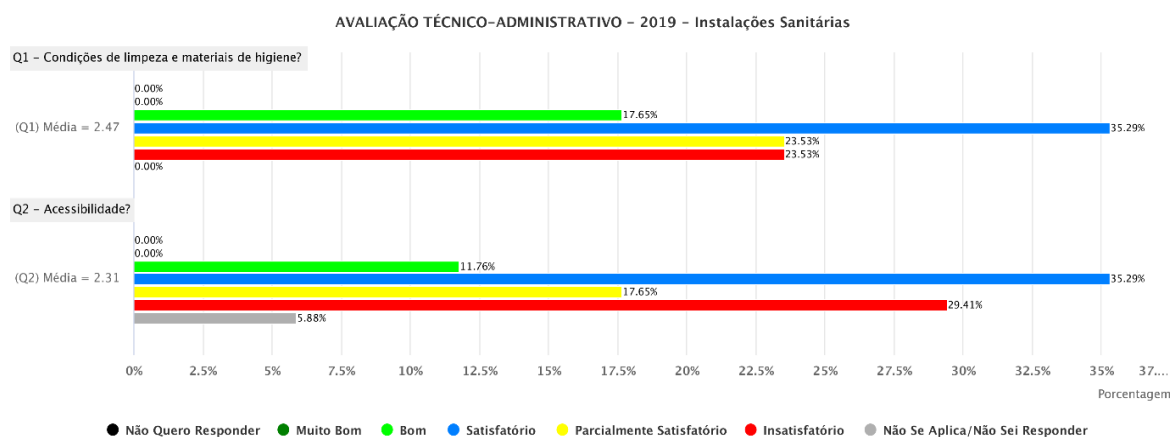
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 122 - Avaliação das instalações sanitárias pelo(s) docente(s).



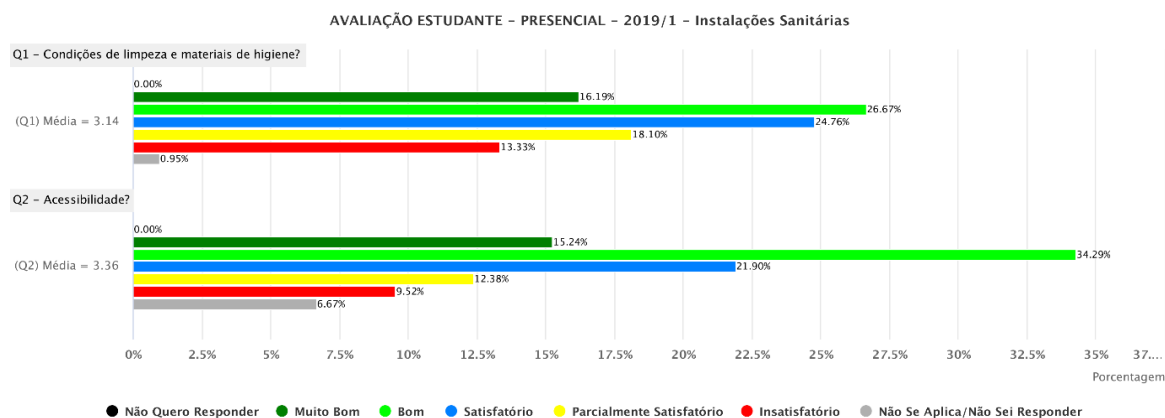
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 123 - Avaliação das instalações sanitárias pelo(s) técnico(s) administrativo(s).



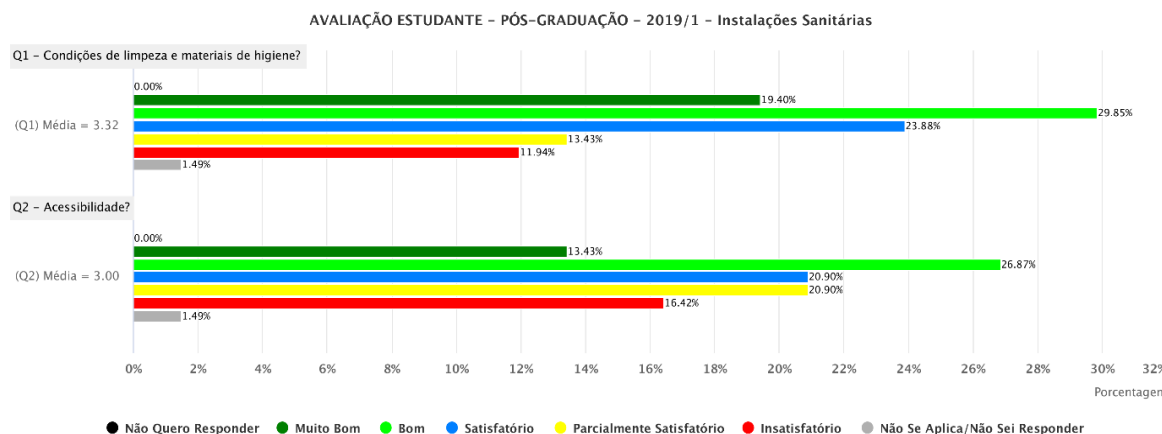
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 124 - Avaliação das instalações sanitárias pelo(s) discente(s) de graduação.



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 125 - Avaliação das instalações sanitárias pelo(s) discente(s) de pós-graduação.



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Inferre-se a partir dos dados obtidos que as instalações sanitárias atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, as condições de limpeza e segurança, a acessibilidade e a existência de banheiros familiares e fraldários.

Devido ao processo de avaliação mensal dos serviços prestados pela empresa responsável pela limpeza, pode-se notar melhora nos serviços prestados nesta dimensão, visto que a comunicação da comunidade com a gestora é mais rápida e eficiente.

3.5.1.21 Infraestrutura tecnológica

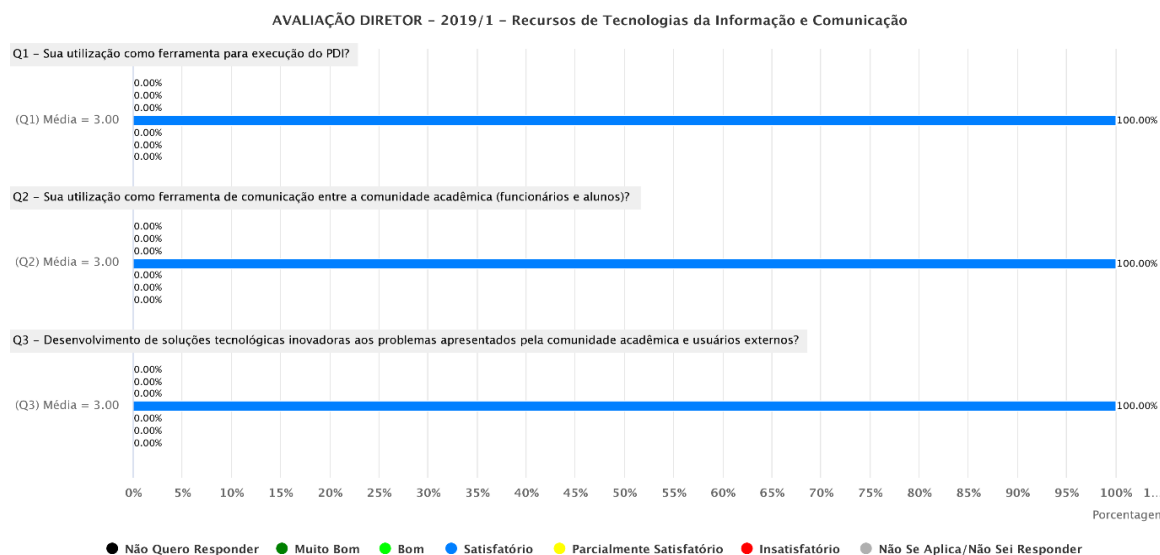
A base tecnológica explicitada no PDI apresenta a descrição dos recursos tecnológicos disponíveis e considera a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordo do nível de serviço, a segurança da informação e o plano de contingência, com condições de funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana. Como recursos usados para comunicação na comunidade acadêmica podemos citar: E-mail institucional; Sistema Eletrônico de Informações (SEI); Clientes de mensagem instantânea; Plataforma MOODLE; Telefonia VOIP e Aplicativos proprietários.

3.5.1.22 Percepção da comunidade acadêmica sobre os recursos de tecnologias de informação e comunicação

A dimensão “tecnologias da informação e comunicação” foi avaliada pelo diretor, pelos coordenadores de graduação e pós-graduação, docentes e técnicos-administrativos. Os gráficos 126 a 130 apresentam os resultados obtidos, por segmento. O tópico pedia que

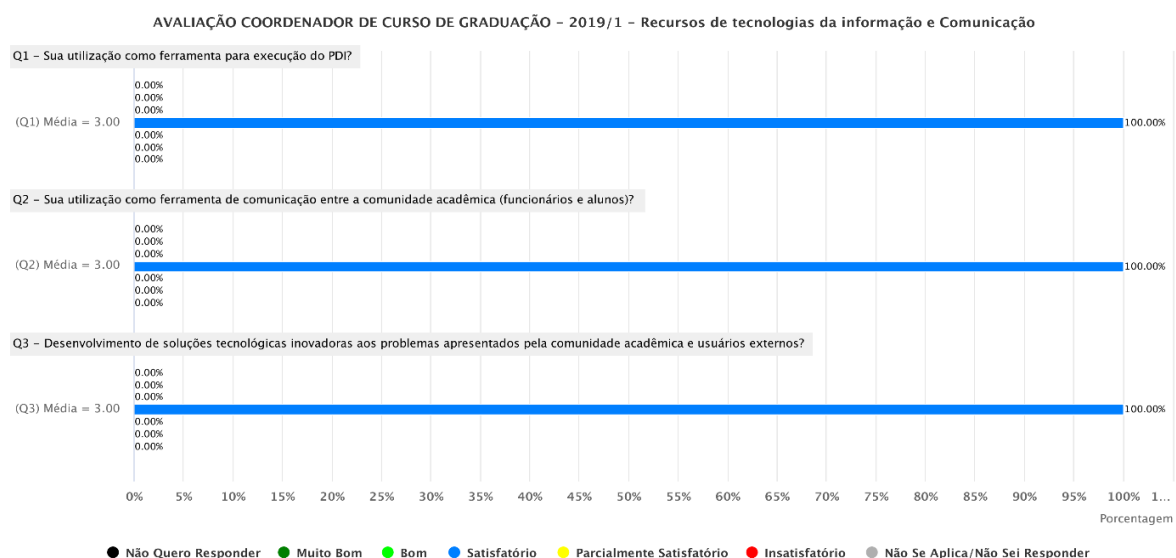
o participante avaliasse sua utilização como ferramenta para execução do PDI, sua utilização como ferramenta de comunicação entre a comunidade acadêmica (funcionários e alunos) e Desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras aos problemas apresentados pela comunidade acadêmica e usuários externos.

Gráfico 126 - Avaliação das tecnologias da informação e comunicação pelo diretor.



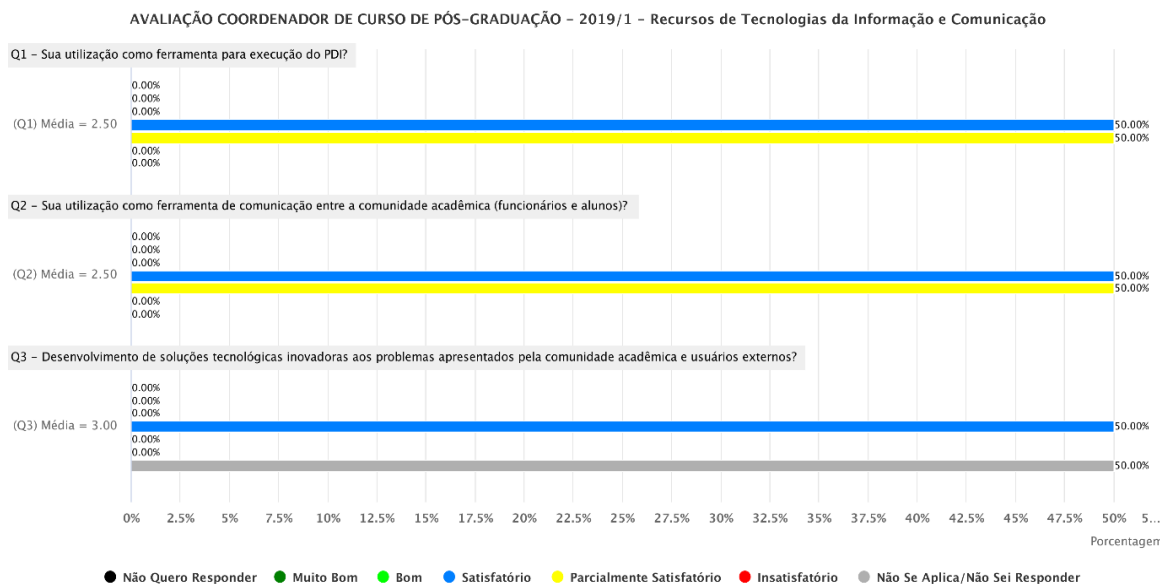
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 127 - Avaliação das tecnologias da informação e comunicação pelo(s) coordenador(es) de graduação.



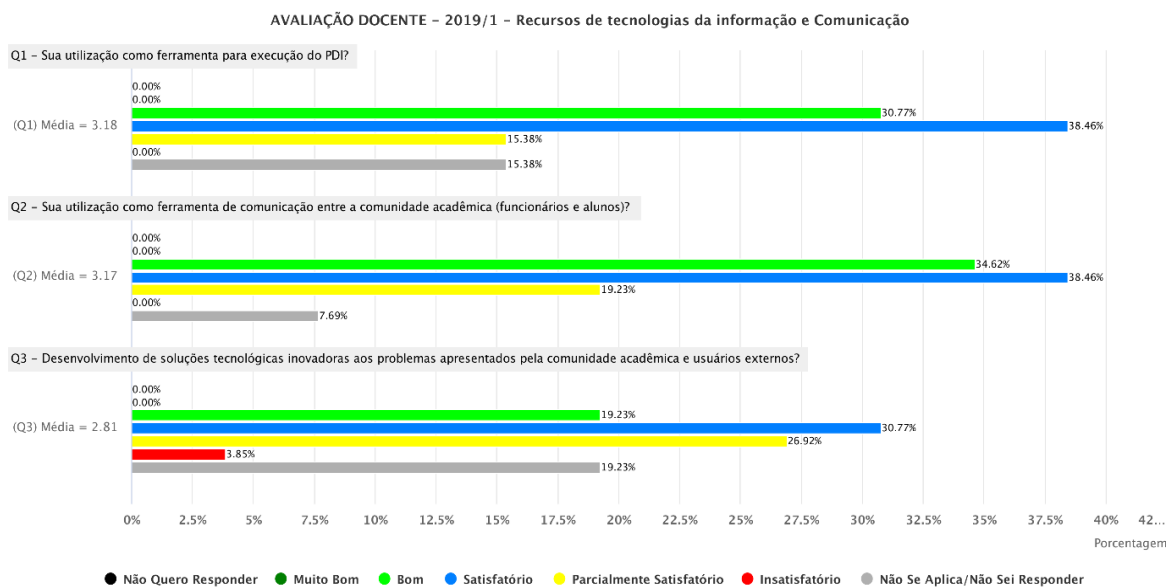
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 128 - Avaliação das tecnologias da informação e comunicação pelo(s) coordenador(es) de pós-graduação.



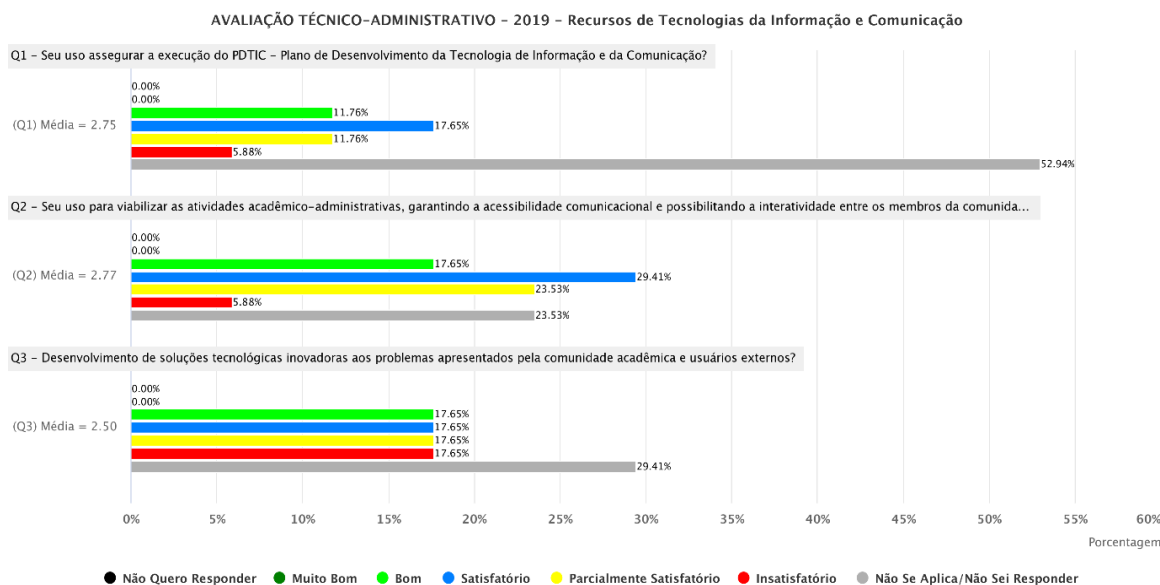
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 129 - Avaliação das tecnologias da informação e comunicação pelo(s) docente(s).



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 130 - Avaliação das tecnologias da informação e comunicação pelo(s) técnico(s) administrativo(s).



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

A partir da análise conclui-se que os recursos de tecnologias de informação e comunicação asseguram a execução do PDI, viabilizam as ações acadêmico-administrativas, garantem a acessibilidade comunicacional, permitem a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica e apresentam soluções tecnológicas comprovadamente inovadoras.

4 AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Neste item serão apresentados resultados e análises para todos os cursos de graduação do INQUI, observando-se os aspectos relativos às seguintes dimensões de avaliação: Organização didático-pedagógica, Corpo Docente e Infraestrutura.

4.1 Curso de LICENCIATURA EM QUÍMICA

Em 1981, a UFMS iniciou a implantação do Curso de Química - Licenciatura Plena, que teve seu funcionamento autorizado pela Portaria RTR/UFMS No 91-A, de 20/10/1980 e reconhecido pela Portaria MEC No 476, de 19/11/1984 (DOU: 22/11/1984), com 20 alunos. Atualmente, o número de vagas ofertadas por ano é de 45.

O curso é baseado em uma concepção de sujeito que supõe que o conhecimento deve ser construído pelo sujeito, pela atribuição de significados a conceitos e procedimentos com os quais interage ao longo do processo formativo. De forma a atender o estudante trabalhador em potencial, o projeto pedagógico contempla a incorporação no espaço formativo das experiências profissionais desses estudantes e, partindo delas, constrói-se o conhecimento apoiado em um processo de problematização destas experiências.

4.1.1 Organização didático-pedagógica

Denominação do Curso: QUÍMICA - LICENCIATURA

Código E-mec: 15834

Habilitação: O curso não oferece habilitação

Grau Acadêmico Conferido: Licenciatura

Regime de Matrícula: Semestral

Tempo de Duração (em semestres):

a) Proposto para Integralização Curricular: 10 Semestres

b) Mínimo CNE: 8 Semestres

c) Máximo UFMS: 16 Semestres

Carga Horária Mínima (em horas):

a) Mínima CNE: 3200 Horas

b) Mínima UFMS: 3230 Horas

Número de Vagas Ofertadas por Ingresso: 45 vagas. Número de Entradas: 1

Turno de Funcionamento: Noturno, Sábado pela manhã e Sábado à tarde

Unidade Setorial Acadêmica de Lotação: INSTITUTO DE QUÍMICA

Endereço da Unidade Setorial Acadêmica de Lotação do Curso: Instituto de Química - Avenida Senador Filinto Müller, 1555 - CEP: 79074-460 - Campo Grande – MS

4.1.1.1 Objetivos do curso e perfil do egresso

O curso de Licenciatura em Química tem como objetivo desenvolver as seguintes competências e habilidades nos estudantes:

- Compreender os conceitos, leis e princípios da Química.
- Conhecer as propriedades físicas e químicas principais dos elementos e compostos, que possibilitem entender e prever o seu comportamento físico- químico, aspectos de reatividade, mecanismos e estabilidade.
- Acompanhar e compreender os avanços científico-tecnológicos e educacionais.
- Reconhecer a Química como uma construção humana e compreender os aspectos históricos de sua produção e suas relações com o contexto cultural, socioeconômico e político.
- Saber identificar e fazer busca nas fontes de informação relevantes para a Química que possibilitem a contínua atualização técnica, científica, humanística e pedagógica.

- Ler, compreender e interpretar os textos científico-tecnológicos em idioma pátrio e estrangeiro (especialmente inglês). Saber interpretar e utilizar as diferentes formas de representação.
 - Saber escrever e avaliar criticamente os materiais didáticos, como livros, apostilas, “kits”, modelos, programas computacionais etc.
 - Demonstrar bom relacionamento interpessoal e saber comunicar corretamente os projetos e resultados de pesquisa na linguagem educacional, oral e escrita.
 - Refletir de forma crítica a sua prática em sala de aula, identificando problemas de ensino-aprendizagem.
 - Compreender e avaliar criticamente os aspectos sociais, tecnológicos, ambientais, políticos e éticos relacionados às aplicações da Química na sociedade.
 - Saber trabalhar em laboratório e saber usar a experimentação em Química como recurso didático.
 - Possuir conhecimentos básicos do uso de computadores e sua aplicação em ensino de Química.
 - Possuir conhecimentos dos procedimentos e normas de segurança no trabalho.
 - Conhecer as teorias psicopedagógicas relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem e os princípios do planejamento educacional.
 - Conhecer os fundamentos, a natureza e as principais pesquisas de ensino de Química.
- Conhecer e vivenciar projetos e propostas curriculares de ensino de Química

O Licenciado em Química pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul está apto para atuar como professor na educação média e nas séries finais da educação fundamental, realizar estudos de pós-graduação nas áreas de Química e Educação, além de poder atuar com pesquisa educacional em órgãos estaduais e federais de educação.

O NDE tem atuado no processo de consolidação e contínua atualização do PPC. Ao mesmo tempo, o colegiado do curso tem trabalhado para garantir que os objetivos e o perfil do profissional definidos no PCC estejam sendo alcançados.

No ano de 2017, o NDE propôs a remoção de vários pré-requisitos do PPC visando uma maior fluidez dentro do curso por parte dos acadêmicos. Além disso, foi realizada a atualização de bibliografias básicas e complementares nas disciplinas. No ano de 2018, foi implementado o novo PPC que está centrado na racionalidade técnica e tem o espaço da

sala de aula na centralidade do processo. Adicionalmente, algumas alterações foram realizadas para atendimento aos requisitos legais: acessibilidade nos níveis pedagógicos e atitudinais; educação para as relações étnico – raciais; educação ambiental; direitos da pessoa autista; educação em direitos humanos; libras; prática de ensino como componente curricular; carga horária mínima CNE: 3.200 h

O que mudou no novo PPC foram, de uma forma geral:

- Saindo do Ensino para a Educação
- Concepção de sujeito baseada na Teoria Histórico – Cultural.
- Aprender é construir significados no campo da interessoalidade.
- Construção do sujeito autônomo.
- Formação multidimensional: Técnica, Política, Social, Desenvolvimento Social, Ética e Estética.

O Curso de Licenciatura em Química tem realizado ao longo de suas décadas de existência, diversas atividades acadêmicas articuladas diretamente ao ensino de graduação, com o objetivo de formação do profissional qualificado além do cidadão consciente, ético, que respeita o ser humano e a natureza. Assim, vários projetos de ensino, de extensão, além dos encontros ligados às atividades de pesquisa têm sido realizados para atingir essa meta, sempre com a vinda de autoridades nas diversas áreas da ciência e até da política, para palestras, debates, encontros.

As disciplinas caracterizadas como Atividades-Científico Acadêmicas são destinadas à formação do profissional nas áreas da química e da educação e correspondem tanto as disciplinas básicas, quanto as profissionais.

As atividades complementares têm como objetivo a formação humanística, interdisciplinar e gerencial dos futuros profissionais e poderão ser feitas na forma de estágios não curriculares, disciplinas oferecidas por outros cursos de graduação da Instituição, não elencadas como disciplinas optativas, atribuindo-lhes créditos curriculares pelas atividades desenvolvidas.

As disciplinas de Prática de Ensino possuem articulação intrínseca com o Estágio Obrigatório e com as atividades de trabalho acadêmico, concorrendo conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador.

Nas disciplinas de Investigação e Prática de Ensino (I e II), os alunos elaboram projetos de pesquisa em ensino de Química, apresentando e socializando os resultados de pesquisa. A seguir será apresentada a percepção da comunidade acadêmica acerca da organização didático-pedagógica do curso, no que diz respeito a políticas de ensino, pesquisa e extensão.

4.1.1.2 Conteúdos curriculares e metodologia

O perfil profissional do egresso do curso e suas habilidades e competências são apontados na Diretriz Curricular Nacional (DCN) do Curso de Licenciatura em Química.

O Licenciado em Química deve ter formação generalista, mas sólida e abrangente em conteúdo dos diversos campos da Química, preparação adequada à aplicação pedagógica do conhecimento e experiências de Química e de áreas afins na atuação profissional como educador no ensino médio, dentro de uma visão ética de respeito à natureza e ao ser humano.

A proposta metodológica que embasa a presente estrutura é a da ênfase sobre os conceitos fundamentais e as relações entre eles, buscando integrá-los com as questões filosóficas e éticas contemporâneas. A proposta contempla a vinculação dos conhecimentos químicos com a sua abordagem para o ensino médio. Buscou-se proporcionar sólida formação humanística aos futuros profissionais consoantes aos recentes avanços da Química. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais exige políticas educacionais distintas e, nesse sentido, a coordenação de curso, juntamente com apoio da Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas – Diaaf/Proaes, tem direcionado esforços para atender as especificidades de cada aluno para proporcionar metodologia de ensino apropriada, condições de acesso e permanência, visando o êxito do processo de aprendizagem.

A maioria das salas de aula do INQUI possui projetos multimídia. Para as salas que não possuem, a secretaria acadêmica tem disponível dois equipamentos de projeção. Os alunos e docente têm acesso a rede de internet. O INQUI possui uma página na internet e no facebook para divulgação de notícias e interação com a comunidade acadêmica e externa. Alguns livros estão disponíveis na modalidade virtual, possibilitando ao acadêmico acessá-los a qualquer momento a partir de uma rede de internet.

O sistema de avaliação discente está previsto nos Capítulo XVI da Resolução nº 550/2018-COGRAD. O aproveitamento da aprendizagem é verificado em cada disciplina, face aos objetivos constantes no Plano de Ensino, e deve prever, no mínimo, duas avaliações obrigatórias e uma avaliação optativa substitutiva. O professor deve discutir as avaliações acadêmicas, ou apresentar a solução padrão; divulgar as notas das avaliações acadêmicas em até dez dias úteis após a sua realização; e disponibilizar ao acadêmico as suas avaliações. Com o objetivo de gerar novos elementos de avaliação, os docentes serão incentivados a promover atividades extraclases, trabalho em grupo, resolução de listas de exercícios, atividades em sala ou em laboratório, seminários, exposições e projetos, uso de tecnologia da informação, ambientes virtuais de ensino etc.

O estágio curricular obrigatório do Curso está regulamentado pela Resolução n. 86/2016-INQUI. São ofertadas 04 disciplinas de Estágio do 7º período ao 10º período do curso com uma carga horária total de 408h. No regulamento do Estágio está previsto o Supervisor, responsável pelo estagiário no local do estágio, e o Professor Orientador, docente da UFMS. Existe uma Comissão de Estágio (COE) composta por docentes designados pela Resolução n.87/2018-INQUI, que orienta o estudante quanto a documentação e sugere um orientador, segundo o tema da atividade do estudante no estágio. O estágio na UFMS é um ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação do acadêmico para a atividade profissional, integrando os conhecimentos técnico, prático e científico, permitindo a execução dos ensinamentos teóricos e a socialização dos resultados obtidos, mediante intercâmbio acadêmico profissional. O Estágio Obrigatório é desenvolvido através de orientação e supervisão contínuas, proporcionando ao estudante a oportunidade de integrar e aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso. Apresenta-se como atividade curricular

obrigatória de treinamento prático, de aprimoramento técnico, cultural, científico e de relações humanas, visando à complementação do processo de ensino e aprendizagem.

As atividades complementares terão como objetivo a formação humanística, interdisciplinar e gerencial dos futuros profissionais e poderão ser feitos na forma de estágios não curriculares, disciplinas oferecidas por outros cursos de graduação da Instituição, não elencadas como disciplinas optativas, atribuindo-lhes créditos curriculares pelas atividades desenvolvidas. Como atividades extraclasse são consideradas as participações em atividades de extensão e de pesquisa, as apresentações de trabalhos e/ou resumos em seminários, conferências, semanas de estudos e similares, monitorias, publicações de artigos em revistas ou outros meios bibliográficos e/ou eletrônicos especializados, às quais serão atribuídos créditos curriculares. Através das atividades complementares, os alunos serão estimulados a ampliar seus horizontes, participando de atividades oferecidas pelos cursos de química e/ou outros cursos, desenvolvendo atividades voltadas para seu interesse individual. Resolução nº 44/2015-INQUI e Resolução nº 73/2016-INQUI.

Nas disciplinas de Investigação e Prática de Ensino (I e II), os alunos elaboram projetos de pesquisa em ensino de Química, apresentando e socializando os resultados de pesquisa.

O Estágio Obrigatório, como parte integrante do currículo, visa integrar e consolidar os conhecimentos adquiridos no curso através da participação do estudante em situações reais de trabalho. O Estágio Obrigatório do curso de Química Licenciatura realizar-se-á como disciplina, distribuídas a partir do sétimo semestre. Os mecanismos de acompanhamento e demais critérios de avaliação do estágio obrigatório estão descritos em seu Regulamento elaboradas e aprovadas pelo colegiado do curso. As disciplinas de Prática de Ensino possuem articulação intrínseca com o Estágio Obrigatório e com as atividades de trabalho acadêmico, concorrendo conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador.

4.2 Curso de Bacharelado em Química Tecnológica

Em 1990 foi implantado o Curso de Química – Bacharelado em Química Tecnológica, tendo seu funcionamento autorizado pela Resolução COUN/UFMS N 27, de 20/09/1990 e reconhecido pela Portaria MEC N 476, de 19/11/1984 (DOU: 22/11/1984), com 20 alunos. Atualmente, o curso oferta 25 vagas anuais.

4.2.1 Organização didático-pedagógica

Denominação do Curso: BACHARELADO EM QUÍMICA TECNOLÓGICA

Código E-mec: 52091

Habilitação: O curso não oferece habilitação

Grau Acadêmico Conferido: Bacharelado

Modalidade de Ensino: Presencial

Regime de Matrícula: Semestral

Tempo de Duração (em semestres):

a) Proposto para Integralização Curricular: 08 Semestres

b) Mínimo CNE: 08 Semestres

c) Máximo UFMS: 12 Semestres

Carga Horária Mínima (em horas):

a) Mínima CNE: 2400 Horas

b) Mínima UFMS: 3060 Horas

Número de Vagas Ofertadas por Ingresso: 25 vagas

Número de Entradas: 1

Turno de Funcionamento: Integral

Unidade Setorial Acadêmica de Lotação: INSTITUTO DE QUÍMICA

Endereço da Unidade Setorial Acadêmica de Lotação do Curso: Instituto de Química - Avenida Senador Filinto Müller, 1555 - CEP: 79074-460 - Campo Grande – MS

4.2.1.1 Objetivos do curso e perfil do egresso

OBJETIVO GERAL

O Curso de Química – Bacharelado em Química Tecnológica tem por objetivo geral a formação de profissionais qualificados para atuarem em Indústrias e em Pesquisa na Área de Química.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Oferecer uma sólida base de conhecimentos ao aluno, de maneira a capacitá-lo para resolver uma ampla gama de problemas no contexto de Química e áreas afins;
- Estimular o desenvolvimento do espírito científico, reflexivo e ético;
- Fornecer conhecimento geral de problemas regionais, nacionais e mundiais, nos quais estão inseridos conhecimentos químicos e educacionais e que são objeto de trabalho do profissional ora em formação;
- Criar mecanismos para estimular o senso crítico do aluno;

PERFIL DO EGRESSO

O Bacharel em Química Tecnológica deve ter sólida formação em química, com domínio das técnicas básicas de utilização de laboratórios e equipamentos, com condições de atuar nos campos de atividades socioeconômicas que envolvam as transformações da matéria, direcionando essas transformações, controlando os seus produtos, interpretando criticamente as etapas, efeitos e resultados, aplicando abordagens criativas à solução dos problemas e desenvolvendo novas aplicações e tecnologias.

O Bacharel em Química Tecnológica deve ter formação generalista e abrangente em conteúdo dos diversos campos da Química, ter preparação adequada à aplicação do conhecimento nas áreas de Tecnologia Química e de áreas afins com atuação profissional dentro de uma visão ética de respeito à natureza e ao ser humano.

A Resolução Normativa CFQ Nº 36 de 25/04/1974, publicada no DOU de 13/05/1974, “dá atribuições aos profissionais da Química” e elenca as atividades destes profissionais:

- Direção, supervisão, programação, coordenação, orientação e responsabilidade técnica no âmbito de suas atribuições respectivas;
- Assistência, assessoria, consultoria, elaboração de orçamentos, divulgação e comercialização no âmbito das atribuições respectivas;
- Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento de serviços técnicos, elaboração de pareceres, laudos e atestados, no âmbito das atribuições respectivas;
- Exercício do Magistério respeitada a legislação específica;
- Desempenho de cargos e funções técnicas, no âmbito das atribuições respectivas;
- Ensaio e pesquisas em geral, pesquisas e desenvolvimento de métodos e produtos;
- Análises química e físico-química, químico-biológica, bromatológica, toxicológica, biotecnológica e legal, padronização e controle de qualidade.

O Bacharel com formação em Química Tecnológica, além das atribuições citadas acima possui, também, as que se seguem:

- Produção, tratamentos prévios e complementares de produtos e resíduos;
- Operação e manutenção de equipamentos e instalações, execução de trabalhos técnicos;
- Condução e controle de operações e processos industriais, de trabalhos técnicos, reparos e manutenção;

- Pesquisa e desenvolvimento de operações e processos industriais;
- Estudo, elaboração e execução de projetos de processamento;
- Estudo da viabilidade técnica e técnico-econômica no âmbito das atribuições respectivas.

Por fim, ao concluir o Curso de Química – Bacharelado em Química Tecnológica o bacharel deverá estar apto a:

- Efetuar estudos, investigações, ensaios, experiências e análise de caráter prático relacionados com a composição, as propriedades e as possíveis transformações de determinadas substâncias;
- Aplicar leis, princípios e métodos conhecidos com a finalidade de descobrir e preparar produtos de origem química;
- Realizar estudos sobre ocorrências de variações químicas em organismos vivos.

4.2.1.2 Conteúdos curriculares e metodologia

O perfil profissional do egresso do curso e suas habilidades e competências são apontados na Diretriz Curricular Nacional (DCN) do Curso Bacharelado em Química Tecnológica.

A proposta metodológica que embasa a presente estrutura é a da ênfase sobre os conceitos fundamentais e as relações entre eles, buscando integrá-los com as questões filosóficas e éticas contemporâneas. A proposta contempla a vinculação dos conhecimentos químicos com a sua abordagem para a formação científica e tecnológica. Buscou-se proporcionar uma ampla formação humanística aos futuros profissionais consoantes os recentes avanços na área de Química e, particularmente, nas áreas de biotecnologias e ambientais. O Químico necessita de uma sólida formação em conteúdos básicos da área de ciências exatas (cálculo e física), dessa forma os conteúdos básicos do curso de química são apresentados nos primeiros semestres do curso bem como disciplinas introdutórias da área de química (Química Geral). E para o desenvolvimento de habilidades

e competências os conteúdos específicos são apresentados de acordo com o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação do Químico.

O sistema de avaliação discente está previsto nos Capítulo XVI da Resolução nº 550/2018-COGRAD. O aproveitamento da aprendizagem é verificado em cada disciplina, face aos objetivos constantes no Plano de Ensino, e deve prever, no mínimo, duas avaliações obrigatórias e uma avaliação optativa substitutiva. O professor deve discutir as avaliações acadêmicas, ou apresentar a solução padrão; divulgar as notas das avaliações acadêmicas em até dez dias úteis após a sua realização; e disponibilizar ao acadêmico as suas avaliações. Com o objetivo de gerar novos elementos de avaliação, os docentes serão incentivados a promover atividades extraclases, trabalho em grupo, resolução de listas de exercícios, atividades em sala ou em laboratório, seminários, exposições e projetos, uso de tecnologia da informação, ambientes virtuais de ensino etc.

O Estágio do curso de Bacharelado em Química Tecnológica, como parte integrante do currículo, visa integrar e consolidar os conhecimentos adquiridos no curso através da participação do estudante em situações reais de trabalho. O Estágio obrigatório do curso de Bacharelado em Química Tecnológica realizar-se á como disciplinas com carga horária total de 102h. O Estágio Obrigatório é desenvolvido através de orientação e supervisão de um professor, proporcionando ao estudante a oportunidade de integrar e aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso. É atividade curricular obrigatória visando à complementação do processo de ensino e aprendizagem. A disciplina Estágio Obrigatório tem como base os conhecimentos adquiridos na graduação.

As atividades complementares terão como objetivo a formação humanística, interdisciplinar e gerencial dos bacharéis e poderão ser feitos na forma de estágios não obrigatórios, disciplinas oferecidas por outros Cursos de Graduação da Instituição, não elencadas como disciplinas optativas, atribuindo-lhes créditos curriculares pelas atividades desenvolvidas. Como atividades extraclases serão consideradas as participações em atividades de extensão e de pesquisa, as apresentações de trabalhos e/ou resumos em seminários, conferências, semanas de estudos e similares, monitorias, publicações de artigos em revistas ou outros meios bibliográficos e/ou eletrônicos especializados, às quais serão atribuídos créditos curriculares. Através das atividades complementares, os alunos

serão estimulados a ampliar seus horizontes, participando de atividades oferecidas 144 pelos Cursos de Química e/ou outros Cursos, desenvolvendo atividades voltadas para seu interesse individual. O acadêmico para obtenção de grau deve desenvolver no mínimo 136 horas de atividades complementares.

O Trabalho de Conclusão de Curso é requisito fundamental para a obtenção do grau de Bacharel em Química Tecnológica. O Trabalho de Conclusão de Curso será apresentado na forma de monografia. Caberá a Comissão de Estágio (COE), a organização, normatização, divulgação de calendários, etc., referentes à apresentação e avaliação das monografias. O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser realizado com dados de uma atividade prática de pesquisa.

4.3 Curso de Engenharia Química

Em 2019 foi implantado o Curso de Engenharia Química, tendo seu funcionamento autorizado pela Resolução COUN/UFMS N 59, de 04/07/2018 com a oferta de 35 vagas anuais.

4.3.1 Organização didático-pedagógica

Denominação do Curso: ENGENHARIA QUÍMICA

Código E-mec: 1447585

Habilitação: O curso não oferece habilitação

Grau Acadêmico Conferido: Bacharelado

Modalidade de Ensino: Presencial

Regime de Matrícula: Semestral

Tempo de Duração (em semestres): 10 semestres

a) Proposto para Integralização Curricular: 10 Semestres

b) Mínimo CNE: 10 Semestres

c) Máximo UFMS: 15 Semestres

Carga Horária Mínima (em horas):

a) Mínima CNE: 3600 Horas

b) Mínima UFMS: 3800 Horas

Número de Vagas Ofertadas por Ingresso: 35 vagas

Número de Entradas: 1

Turno de Funcionamento: Integral

Unidade Setorial Acadêmica de Lotação: INSTITUTO DE QUÍMICA

Endereço da Unidade Setorial Acadêmica de Lotação do Curso: Instituto de Química -
Avenida Senador Filinto Müller, 1555 - CEP: 79074-460 - Campo Grande – MS

4.3.1.1 Objetivos do curso e perfil do egresso

OBJETIVO GERAL

Formar profissionais engenheiros químicos generalistas, capacitados a atender às diferentes solicitações profissionais, com visão crítica, criativa e inovadora, através de uma sólida formação básica, geral e humanística, associada à sua formação profissional específica, que possam adaptar-se com facilidade às constantes mudanças e avanços tecnológicos e incentivar o desenvolvimento de seus próprios empreendimentos no mercado profissional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Projetar e conduzir experimentos e interpretar resultados;
- Conceber, projetar e analisar sistemas, produtos e processos;

- Aplicar conhecimentos matemáticos, científicos, tecnológicos e instrumentais à engenharia;
- Identificar, formular e resolver problemas de Engenharia Química;
- Desenvolver e/ou utilizar novas ferramentas e técnicas;
- Planejar, supervisionar, elaborar e coordenar projetos e serviços;
- Supervisionar a operação e a manutenção de sistemas;
- Comunicar-se eficientemente nas formas escrita, oral e gráfica;
- Avaliar o impacto das atividades da engenharia no contexto social e ambiental;
- Avaliar a viabilidade econômica de projetos de Engenharia Química;
- Assumir a postura de permanente busca de atualização profissional.

PERFIL DO EGRESSO

O Bacharel em Engenharia Química deve ter formação generalista, mas sólida e abrangente em conteúdo dos diversos campos da Engenharia e da Química, preparação adequada à aplicação do conhecimento e técnicas de Química e de áreas afins na atuação profissional como, dentro de uma visão ética de respeito à natureza e ao ser humano, atuando de forma independente e também em equipe, demonstrando conhecimentos e familiaridade com ferramentas básicas e avançadas de cálculo e de informática, e com os fenômenos físicos e químicos envolvidos na sua área de atuação. Também se espera do profissional um comportamento proativo e de independência no seu trabalho, atuando como empreendedor e como vetor de desenvolvimento tecnológico, não se restringindo apenas à sua formação técnica, mas a uma formação mais ampla, política, ética e moral, com uma visão crítica de sua função social como engenheiro.

O profissional de Engenharia Química poderá elaborar projetos, instalar, operar indústrias e desenvolver novos processos de transformação físico-química. Em outras palavras, é o profissional que participa de todas as etapas, desde a concepção e projeto de novas indústrias, até a operação, controle e otimização do processo produtivo.

De acordo com o artigo 17 da resolução nº 218, de 29 de Junho de 1973 do **CREA (CONFEA)** compete ao engenheiro químico o desempenho das atividades 01 a 18 do 1º artigo dessa resolução, que são referentes à indústria química e petroquímica e de alimentos; produtos químicos; tratamento de água e instalações de tratamento de água industrial e de rejeitos industriais; seus serviços afins e correlatos. Entre as atividades do engenheiro químico no CREA, podemos destacar:

- 1 - Supervisão, coordenação e orientação técnica;
- 2 - Estudo, planejamento, projeto e especificação;
- 3 - Estudo de viabilidade técnico-econômica;
- 4 - Assistência, assessoria e consultoria;
- 5 - Direção de obra e serviço técnico;
- 6 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;
- 7 - Desempenho de cargo e função técnica;
- 8 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; extensão;
- 9 - Elaboração de orçamento;
- 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade;
- 11 - Execução de obra e serviço técnico;
- 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico;
- 13 - Produção técnica e especializada;
- 14 - Condução de trabalho técnico;
- 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;
- 16 - Execução de instalação, montagem e reparo;

17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação;

18 - Execução de desenho técnico.

Segundo Resolução Normativa do CFQ (Conselho Federal de Química) nº 36, de 25/4/1974, compete ao engenheiro químico as seguintes atividades referentes à área química:

1 - Direção, Supervisão e Responsabilidade Técnica.

2 - Assessoria, Consultoria e Comercialização.

3 - Perícia, Serviços Técnicos e Laudos.

4 - Magistério.

5 - Desempenho de Cargos e Funções Técnicas.

6 - Pesquisa e Desenvolvimento.

7 - Análise Química e Físico-química, Padronização e CQ.

8 - Produção, Tratamentos de Resíduos.

9 - Operação e Manutenção de Equipamentos.

10 - Controle de Operações e Processos.

11 - Pesquisa e Desenvolvimento de Processos Industriais.

12 - Execução de Projetos de Processamento.

13 - Estudo de Viabilidade Técnico – Econômica.

14 - Projeto e Especificações de Equipamentos.

15 - Fiscalização de Montagem e Instalação de Equipamentos.

16 - Condução de Equipe de Montagem e Manutenção.

4.3.1.2 Conteúdos curriculares e metodologia

O perfil profissional do egresso do curso e suas habilidades e competências são apontados na Diretriz Curricular Nacional (DCN) do Curso Engenharia Química.

A proposta metodológica que embasa a presente estrutura é a da ênfase sobre os conceitos fundamentais e as relações entre eles, buscando integrá-los com as questões filosóficas e éticas contemporâneas. A proposta contempla a vinculação dos conhecimentos de química e engenharia. Buscou-se proporcionar uma ampla formação humanística aos futuros profissionais consoantes os recentes avanços na área de Engenharia Química. O profissional de engenharia química necessita de uma sólida formação em conteúdos básicos da área de ciências exatas (química, cálculo, física) que são apresentados nos primeiros semestres do curso. As disciplinas específicas abordam conceitos sobre materiais (transporte de fluidos, corrosão, resistência, estática e reações químicas), operações unitárias e projetos e controles industriais. E para o desenvolvimento de habilidades e competências os conteúdos específicos são apresentados de acordo com o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação do Engenheiro Químico.

O sistema de avaliação discente está previsto nos Capítulo XVI da Resolução nº 550/2018-COGRAD. O aproveitamento da aprendizagem é verificado em cada disciplina, face aos objetivos constantes no Plano de Ensino, e deve prever, no mínimo, duas avaliações obrigatórias e uma avaliação optativa substitutiva. O professor deve discutir as avaliações acadêmicas, ou apresentar a solução padrão; divulgar as notas das avaliações acadêmicas em até dez dias úteis após a sua realização; e disponibilizar ao acadêmico as suas avaliações. Com o objetivo de gerar novos elementos de avaliação, os docentes serão incentivados a promover atividades extraclases, trabalho em grupo, resolução de listas de exercícios, atividades em sala ou em laboratório, seminários, exposições e projetos, uso de tecnologia da informação, ambientes virtuais de ensino, etc.

O Estágio do curso de Engenharia Química, como parte integrante do currículo, visa integrar e consolidar os conhecimentos adquiridos no curso através da participação do estudante em situações reais de trabalho. O Estágio obrigatório do curso realizar-se-á como CCND com carga horária total de 160h. O Estágio Obrigatório é desenvolvido através de

orientação e supervisão de um professor, proporcionando ao estudante a oportunidade de integrar e aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso. É atividade curricular obrigatória visando à complementação do processo de ensino e aprendizagem. A disciplina Estágio Obrigatório tem como base os conhecimentos adquiridos na graduação.

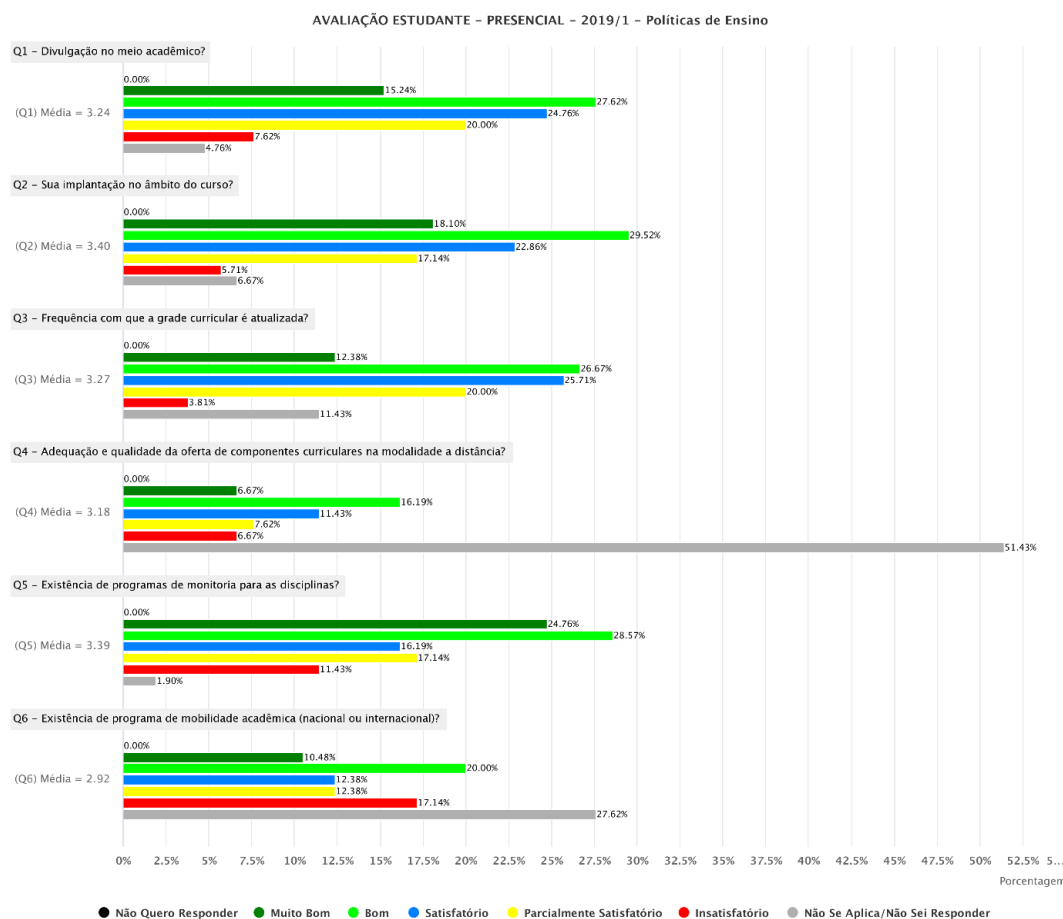
As atividades complementares terão como objetivo a formação humanística, interdisciplinar e gerencial dos bacharéis e poderão ser feitos na forma de estágios não obrigatórios, disciplinas oferecidas por outros Cursos de Graduação da Instituição, não elencadas como disciplinas optativas, atribuindo-lhes créditos curriculares pelas atividades desenvolvidas. Como atividades extraclasse serão consideradas as participações em atividades de extensão e de pesquisa, as apresentações de trabalhos e/ou resumos em seminários, conferências, semanas de estudos e similares, monitorias, publicações de artigos em revistas ou outros meios bibliográficos e/ou eletrônicos especializados, às quais serão atribuídos créditos curriculares. Através das atividades complementares, os alunos serão estimulados a ampliar seus horizontes, participando de atividades oferecidas pelos Cursos de Química e/ou outros Cursos, desenvolvendo atividades voltadas para seu interesse individual. O acadêmico para obtenção de grau deve desenvolver no mínimo 108 horas de atividades complementares.

O Trabalho de Conclusão de Curso é requisito fundamental para a obtenção do grau de Bacharel em Engenharia Química. O Trabalho de Conclusão de Curso será apresentado na forma de monografia. Caberá a Comissão de Estágio (COE), a organização, normatização, divulgação de calendários, etc., referentes a apresentação e avaliação das monografias. O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser realizado com dados de uma atividade prática de pesquisa.

No item “Políticas de ensino” pediu-se aos estudantes que avaliassem as políticas de ensino adotados quanto ao (à): (1) Divulgação no meio acadêmico; (2) Sua implantação no âmbito do curso; (3) Frequência com que a grade curricular é atualizada; (4) Adequação e qualidade da oferta de componentes curriculares na modalidade a distância; (5) Existência de programas de monitoria para as disciplinas e (6) Existência de programa de mobilidade acadêmica (nacional ou internacional). As políticas de pesquisa e inovação tecnológica e extensão cultura e esporte foram avaliadas quanto (1) à sua divulgação; (2)

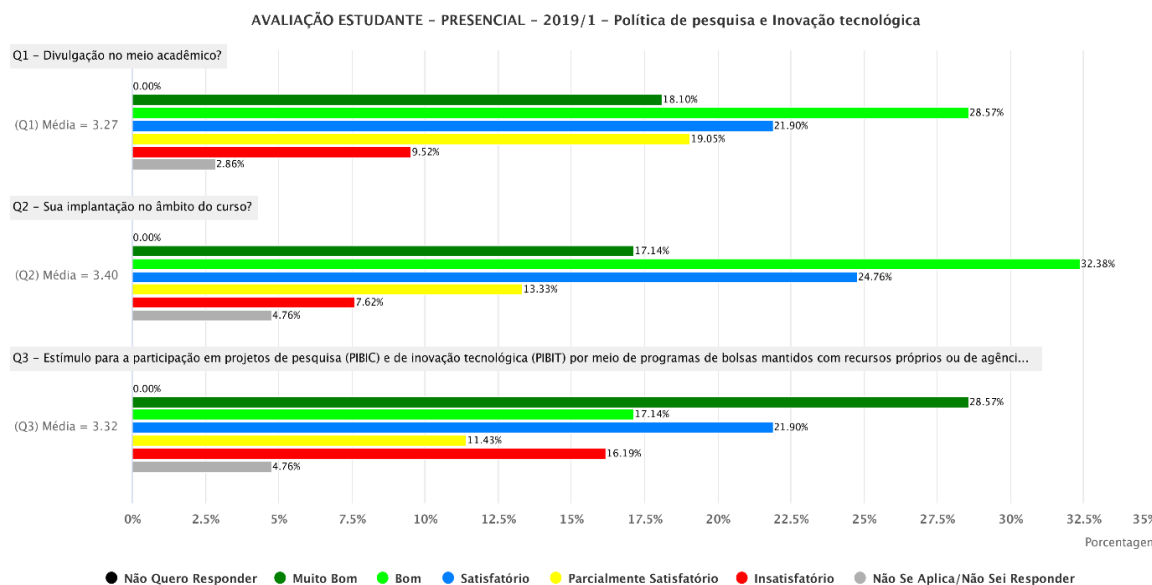
implantação no curso e (3) e estímulo à participação. Os gráficos abaixo apresentam os resultados obtidos para estes grupos. É válido ressaltar que alguns discentes responderam ao item 4 (EaD), que não se aplica ao INQUI.

Gráfico 131 - Avaliação das políticas de ensino pelos discentes



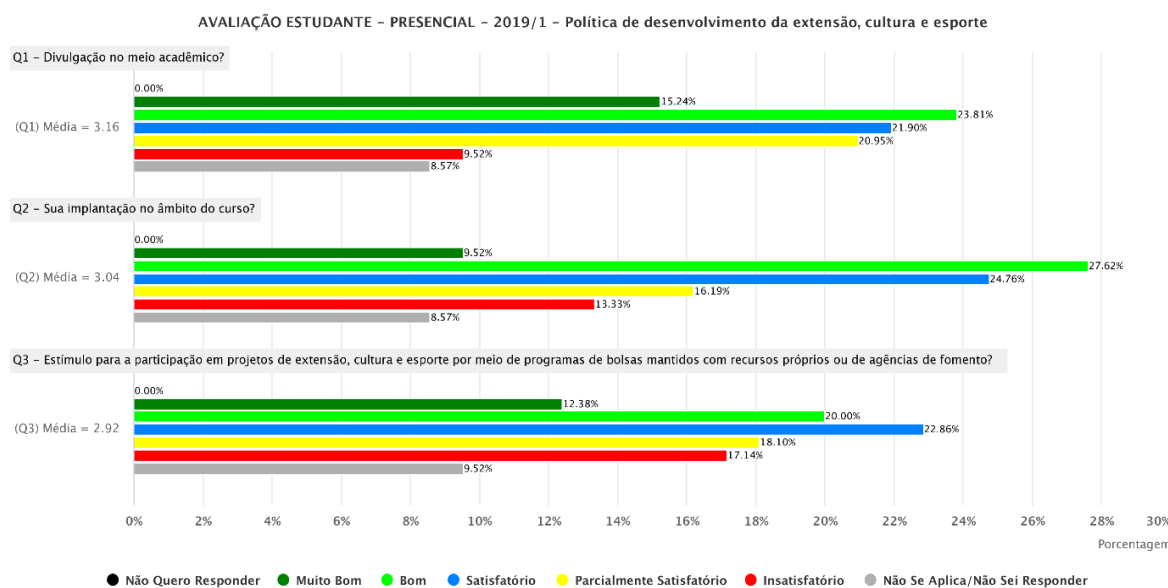
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 132 - Avaliação das políticas de pesquisa e inovação tecnológica pelos discentes



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 133 - Avaliação das políticas de desenvolvimento da extensão, cultura e esporte pelos discentes



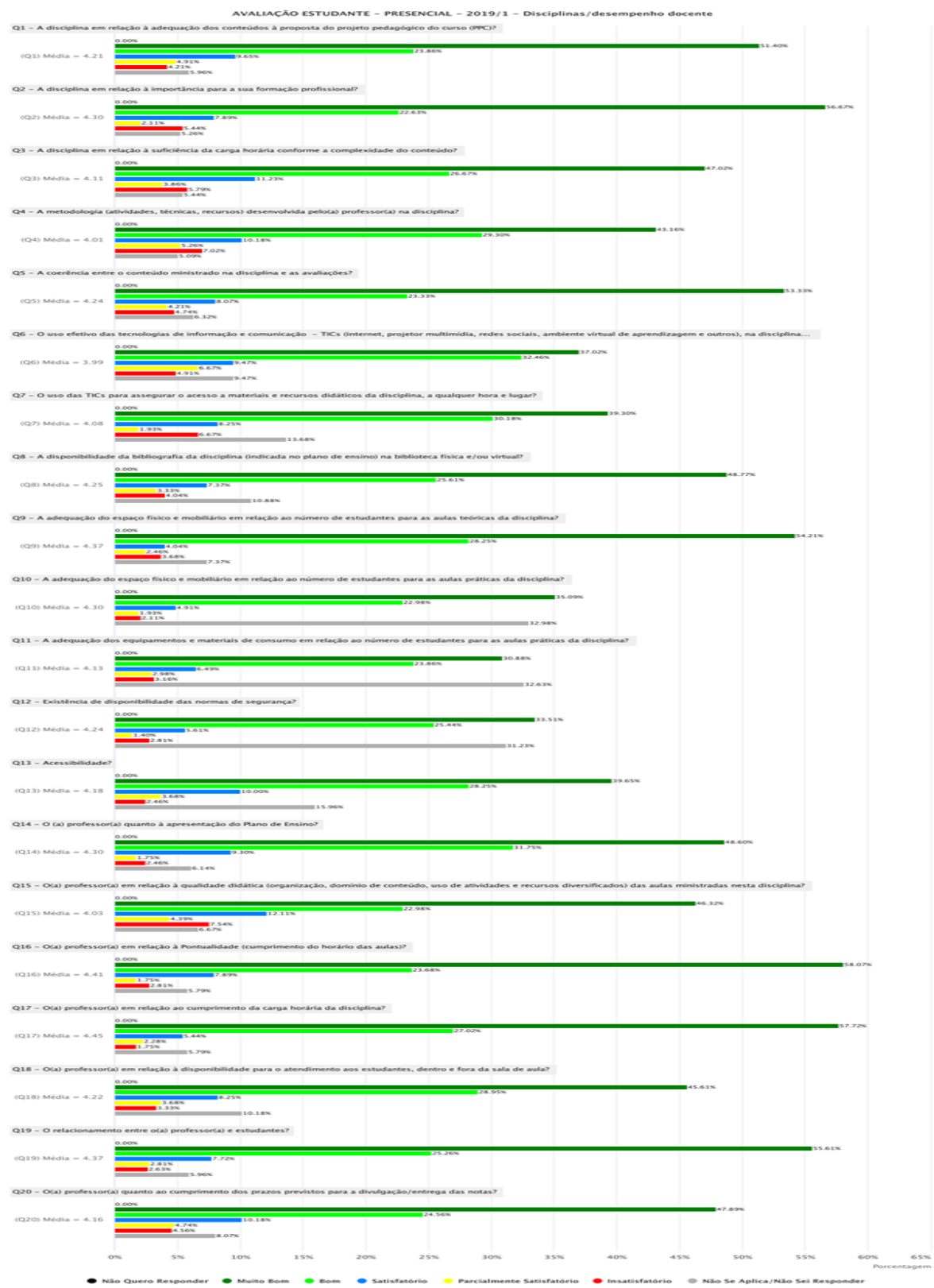
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Os participantes discentes consideram que as políticas de ensino são satisfatórias no âmbito do INQUI. 4 itens receberam notas acima de 3, à exceção da mobilidade acadêmica, que já havia sido discutida.

Quanto às políticas de pesquisa e inovação do instituto de química, todos os itens foram relativamente bem avaliados, o que provavelmente reflete o fato de que vários dos nossos estudantes participam ativamente dos grupos de pesquisa do INQUI. No entanto, nota-se certa insatisfação com o estímulo à participação em projetos de extensão. Aqui vale salientar que a maioria dos docentes do INQUI está mais envolvida com projetos de pesquisa do que com projetos de extensão, o que provavelmente se reflete na percepção dos discentes.

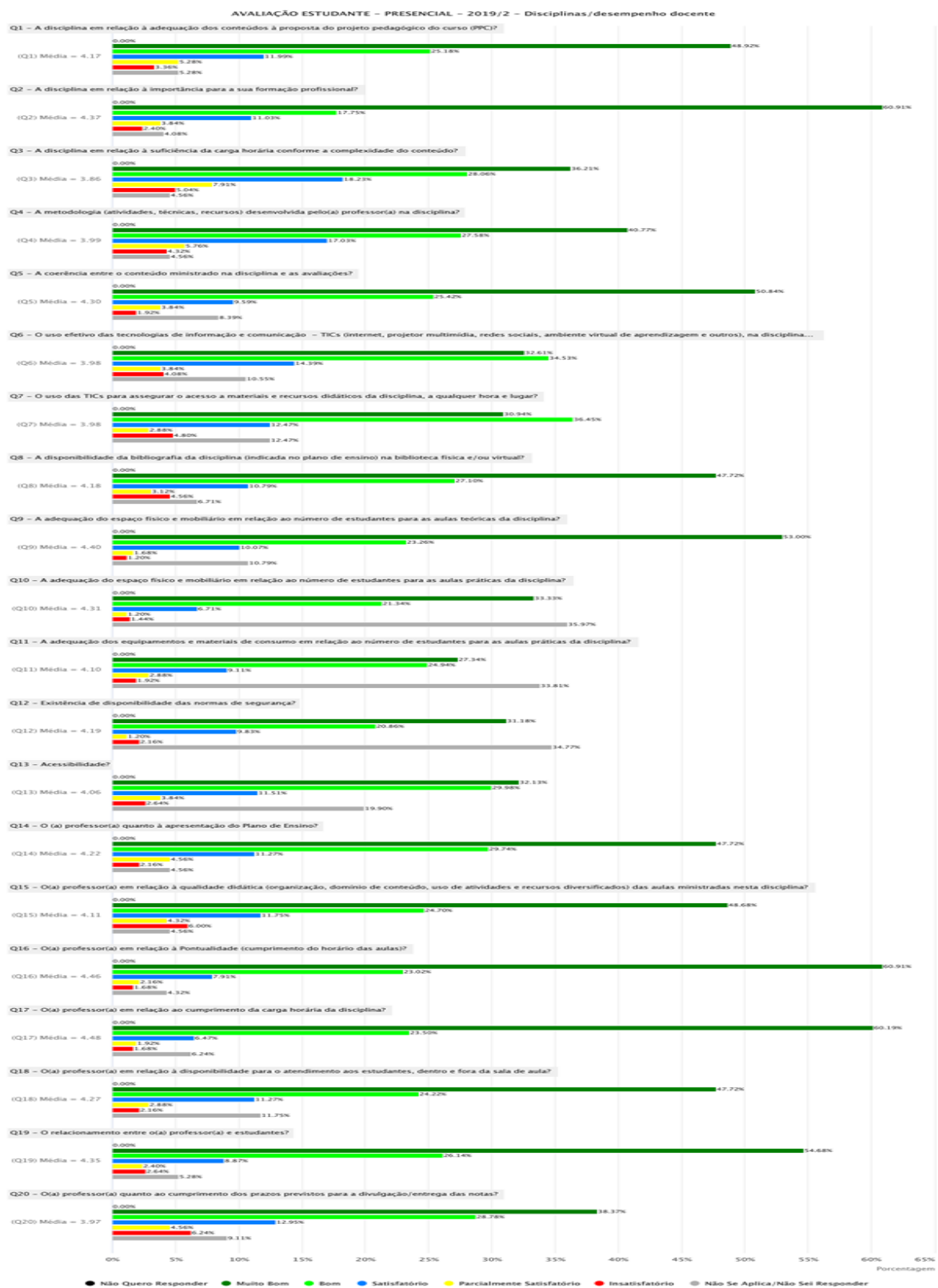
A seguir será apresentada a percepção da comunidade acadêmica acerca das disciplinas oferecidas no curso em 2019-1 e 2019-2.

Gráfico 134 - Avaliação das disciplinas e desempenho docente pelos discentes. 2019-1



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 135 - Avaliação das disciplinas e desempenho docente pelos discentes. 2019-2



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

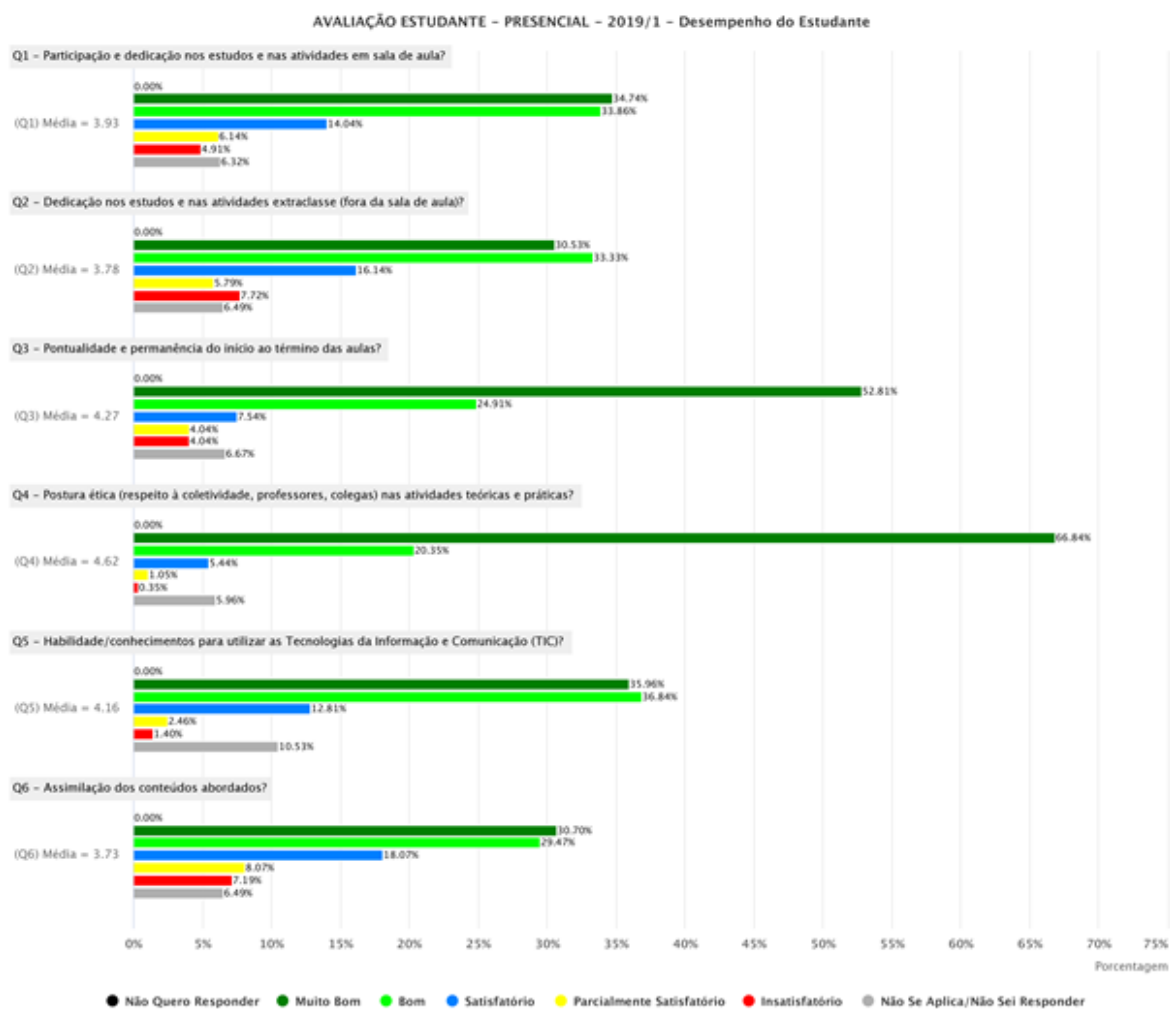
Nos dois semestres de 2019 todos itens de desempenho docente receberam médias virtualmente iguais ou superiores a 4 pelos discentes. Este é o aspecto mais bem avaliado pelos nossos alunos e representa um motivo de satisfação para o INQUI, pois se ainda temos problemas de infraestrutura, divulgação e outros aspectos relativos à vida acadêmica, a percepção da atuação docente no ensino, que é o principal motivo para a existência de um curso de graduação, demonstra a busca pela excelência por partes do nosso corpo docente.

O item que recebeu menor nota foi o uso das tecnologias de informação e comunicação em sala de aula. Esta comissão sugere que os docentes sejam menos refratários ao uso dos TICs e adequem as suas disciplinas às novas tecnologias, que descortinam uma série de ferramentas que, se bem utilizadas, podem servir como alicerce para o aprendizado. Outro aspecto importante é de natureza motivacional, pois o uso de recursos multimídia e a introdução de ambientes virtuais de aprendizagem transportam os conteúdos para aquelas plataformas com as quais os nossos estudantes já estão completamente familiarizados, além de estabelecer uma nova dinâmica, que foge à estrutura giz-lousa-monólogo.

A avaliação semestral também pediu aos estudantes que se autoavaliassem com relação: (1) à participação em sala de aula; (2) nas atividades extraclasse; (3) quanto à pontualidade e (4) postura ética; (5) Quanto aos conhecimentos para utilizar as tecnologias da informação e comunicação e quanto à assimilação dos conteúdos abordados.

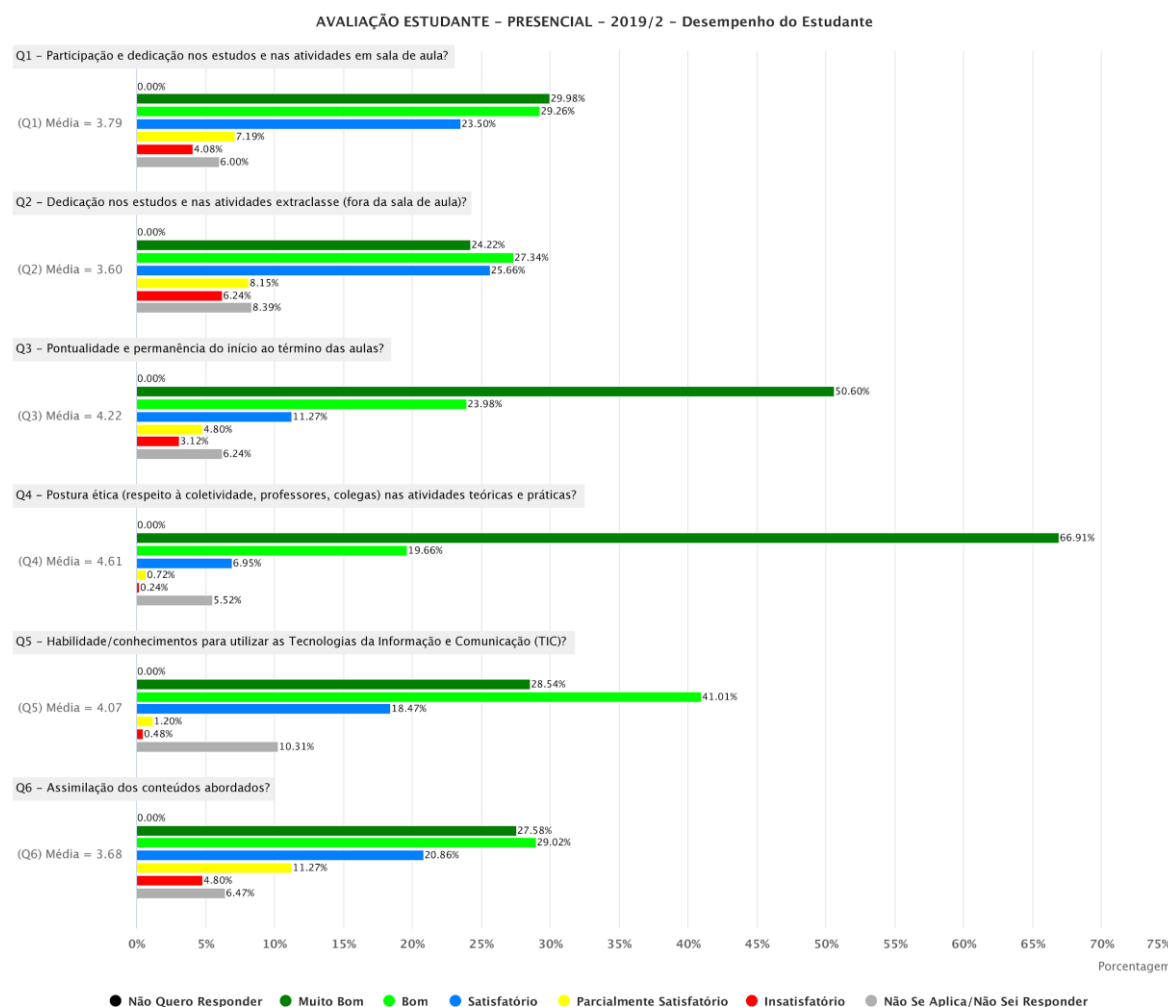
Os dados referentes aos dois semestres de 2019 foram compilados e são apresentados nos gráficos 136 e 137 para 2019-1 e 2019-2, respectivamente.

Gráfico 136 - Autoavaliação do desempenho discente em 2019-1.



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 137 - Autoavaliação do desempenho discente em 2019-2.



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Esta comissão considera válido ressaltar que em ambos os semestres os itens que receberam as menores médias dizem respeito à assimilação dos conteúdos e à dedicação nos estudos e atividades extraclasse. Ou seja, de forma geral os nossos estudantes consideram que uma eventual melhora no seu rendimento acadêmico depende principalmente de mais dedicação pessoal. Eventualmente, o item assimilação pode guardar relação com o pouco uso de recursos de TIC, pois sendo a química uma ciência cheia de simbolismos e abstrações, o uso de recursos multimídia para imagens em 3D de estruturas moleculares e o uso de vídeos para ilustram mecanismos que operam, muitas vezes, em escala submicroscópica pode facilitar a assimilação por parte dos alunos através da internacionalização destes modelos.

4.4 Apoio ao discente

4.4.1 Apoio aos discentes do curso de Licenciatura em Química

Os estudantes do curso de Licenciatura em Química podem se candidatar aos programas de assistência estudantil oferecidos para os estudantes do INQUI. A Tabela 24, a seguir, apresenta o número de estudantes beneficiados.

Tabela 24 - Auxílios recebidos por estudantes do curso de Licenciatura em Química

Tipo de auxílio	Número de estudantes
Bolsa permanência	09
Auxílio Moradia	02
Bolsa PIBID	16
Bolsa PIBIC/PIBIT	03
Bolsa Residência Pedagógica	07
Bolsa Iniciação Científica	06
Bolsa PET	05
Bolsa Monitoria de Ensino	01
Bolsa de Extensão	02
Auxílio para Apoio Pedagógico	01

Fonte: PROAES/UFMS

Além disso, são oferecidas monitorias para apoio pedagógico do acadêmico nas disciplinas com maior grau de dificuldade. Em 2019-1, 03 disciplinas tiveram apoio de monitores, e em 2019-2, 03 disciplinas.

4.4.2 Apoio aos discentes do curso de Bacharelado em Química

Os estudantes do curso de Bacharelado em Química Tecnológica podem se candidatar aos programas de assistência estudantil oferecidos para os estudantes do INQUI. A Tabela 25 apresenta o número de estudantes beneficiados.

Tabela 25 - Auxílios recebidos por estudantes do curso de Licenciatura em Química

Tipo de auxílio	Número de estudantes
Bolsa permanência	13
Auxílio Moradia	06
Bolsa PIBIC/PIBITI	14
Bolsa Iniciação Científica	04
Bolsa PET	04
Bolsa Monitoria de Ensino	03
Bolsa de Extensão	01
Bolsa Pró-estágio	01

Fonte: PROAES/UFMS

Além disso, são oferecidas monitorias para apoio pedagógico do acadêmico nas disciplinas com maior grau de dificuldade. Em 2019-1, 03 disciplinas tiveram apoio de monitores, e em 2019-2, 02 disciplinas.

4.4.3 Apoio aos discentes do curso de Engenharia Química

Os estudantes do curso de Engenharia Química podem se candidatar aos programas de assistência estudantil oferecidos para os estudantes do INQUI. A Tabela 26 apresenta o número de estudantes beneficiados.

Tabela 26 - Auxílios recebidos por estudantes do curso de Licenciatura em Química

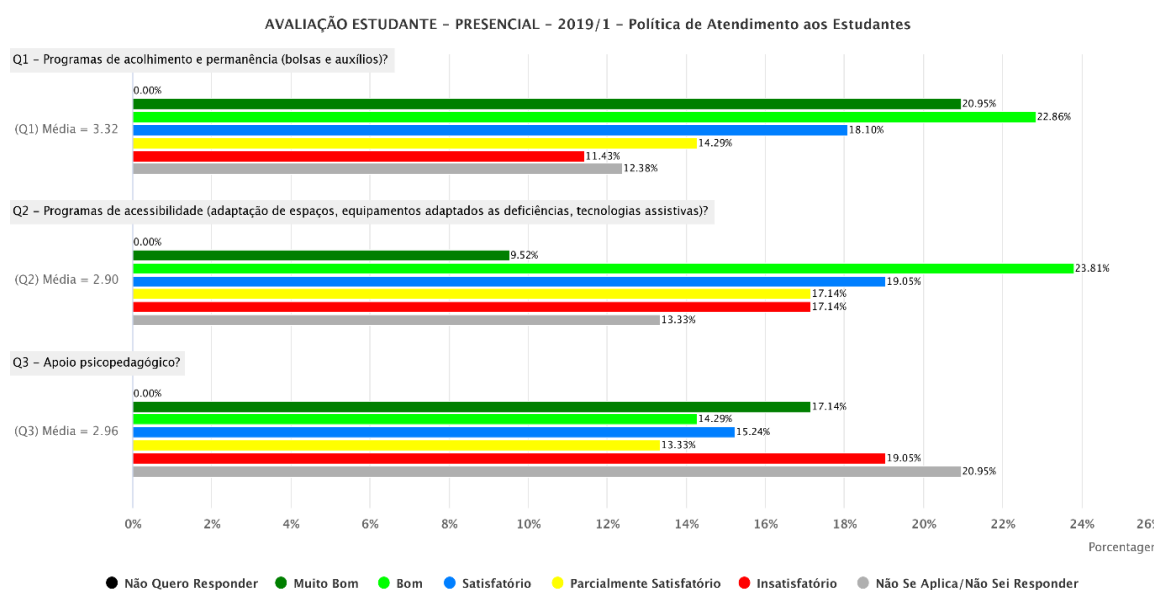
Tipo de auxílio	Número de estudantes
Bolsa permanência	03
Auxílio Moradia	02
Bolsa Iniciação Científica	02
Bolsa PET	03
Bolsa de Extensão	01
Bolsa Pró-estágio	01

Fonte: PROAES/UFMS

Além disso, são oferecidas monitorias para apoio pedagógico do acadêmico nas disciplinas com maior grau de dificuldade. Em 2019-1, 1 disciplina teve apoio de monitores, e em 2019-2, 1 disciplina.

A seguir será apresentada a percepção da comunidade acadêmica acerca do apoio ao discente. Aos discentes foi pedido que avaliassem a política de atendimento aos estudantes quanto aos seguintes pontos: (1) Programas de acolhimento e permanência (bolsas e auxílios); (2) Programas de acessibilidade (adaptação de espaços, equipamentos adaptados às deficiências, tecnologias assistivas); (3) Apoio psicopedagógico. Os dados estão compilados no gráfico 138.

Gráfico 138 - Avaliação das políticas de atendimento aos estudantes pelos discentes



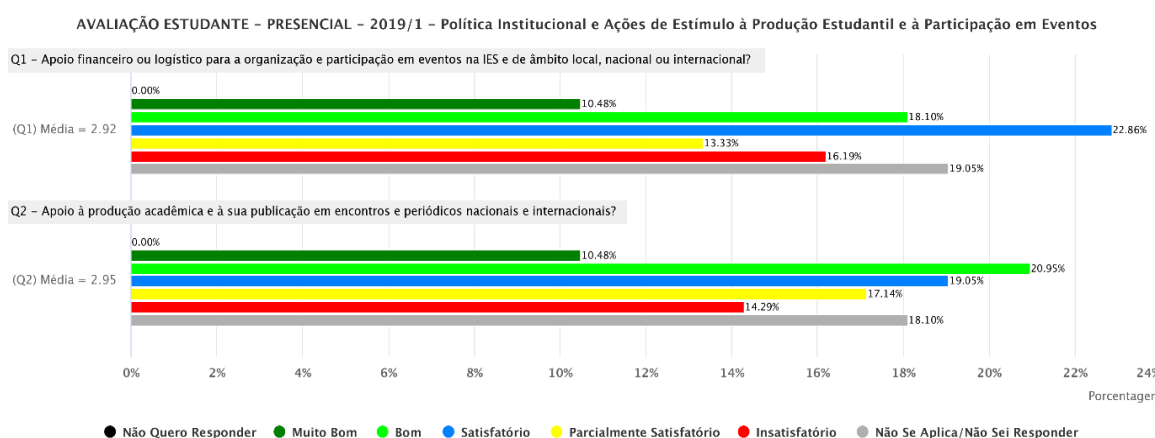
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

O item acessibilidade foi avaliado como satisfatório pelos discentes. Neste âmbito, é importante comentar que elementos de acessibilidade como piso tátil, rampas com apoio para as mãos, elevadores, banheiros adaptados, placas de informação em braile, entre outros, vêm sendo implementados nas dependências físicas do instituto, o que tem melhorado a impressão que a comunidade tem sobre este tópico. Os programas de acolhimento foram considerados satisfatórios na média, embora o maior grupo (aproximadamente 23%) o considere bom. Tal percepção é reflexo dos vários programas de bolsas e auxílios promovidos pela UFMS. Com base nos comentários abertos (não mostrados), esta CSA tem convicção de que a permanência de uma parte significativa dos nossos estudantes só consegue frequentar os cursos graças às políticas assistenciais e sugere que, na medida do possível, tais programas sejam mantidos, apesar das crescentes dificuldades orçamentárias. O item apoio psicopedagógico foi relativamente bem avaliado

pelos discentes, embora chame atenção o percentual de alunos (em torno de 20 %) que não souberam responder. Este número sugere que a UFMS deve divulgar mais as ações de apoio psicopedagógico existentes.

No que se refere à Política institucional e ações de estímulo à produção estudante e à participação em eventos, foram avaliados pelos discentes os seguintes pontos: (1) Apoio financeiro ou logístico para a organização e participação em eventos na IES e de âmbito local, nacional ou internacional e (2) Apoio à produção acadêmica e à sua publicação em encontros e periódicos nacionais e internacionais. Os dados são mostrados no gráfico 135.

Gráfico 139 - Avaliação da política institucional e ações de estímulo à produção estudante e à participação em eventos pelos discentes



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Ambos os itens são considerados parcialmente satisfatórios pelos discentes. Esta comissão entende que o enfrentamento de tais problemas não é somente da alçada da própria unidade setorial, o que é agravado pelo fato de que os montantes destinados à manutenção das instituições públicas de ensino superior vêm sofrendo cortes sucessivos desde 2014. Mesmo sabedora desta realidade, a CSA-INQUI sugere que, na medida do possível, as pró-reitorias de graduação, pesquisa e pós-graduação e assuntos estudantis otimizem as políticas de distribuição de recursos em editais específicos para os discentes, por exemplo, através de sua divulgação em plataformas outras que o site institucional e o boletim oficial de serviços.

4.5 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

O processo de avaliação dos cursos de graduação e pós-graduação do INQUI é feito semestralmente, e a partir de 2019 começou a ter seus resultados divulgados pela Comissão Setorial de Avaliação, a cada ciclo, a toda comunidade acadêmica por meio de reuniões com o Conselho de Unidade, reuniões com os estudantes, publicação de material impresso e digital, no site da Unidade e em redes sociais.

A seguir será apresentada a percepção da comunidade acadêmica acerca da gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa. Os participantes foram consultados quanto à: (1) Participação de docentes, técnicos, estudantes, da sociedade civil organizada e dos tutores (estes, quando for o caso) nos colegiados; (2) Divulgação das decisões colegiadas pela comunidade interna e (3) Utilização das decisões colegiadas pela comunidade interna.

Gráfico 140 - Processos de Gestão Institucional pelo Diretor



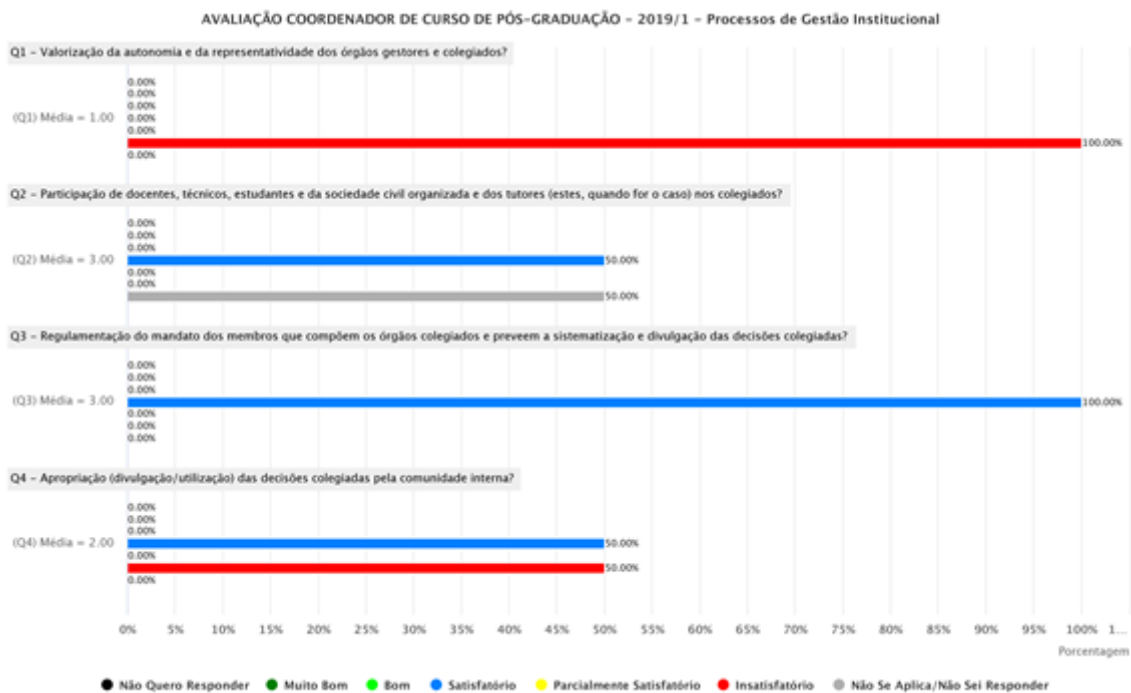
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 141 - Processos de Gestão Institucional pelo Coordenador de Graduação



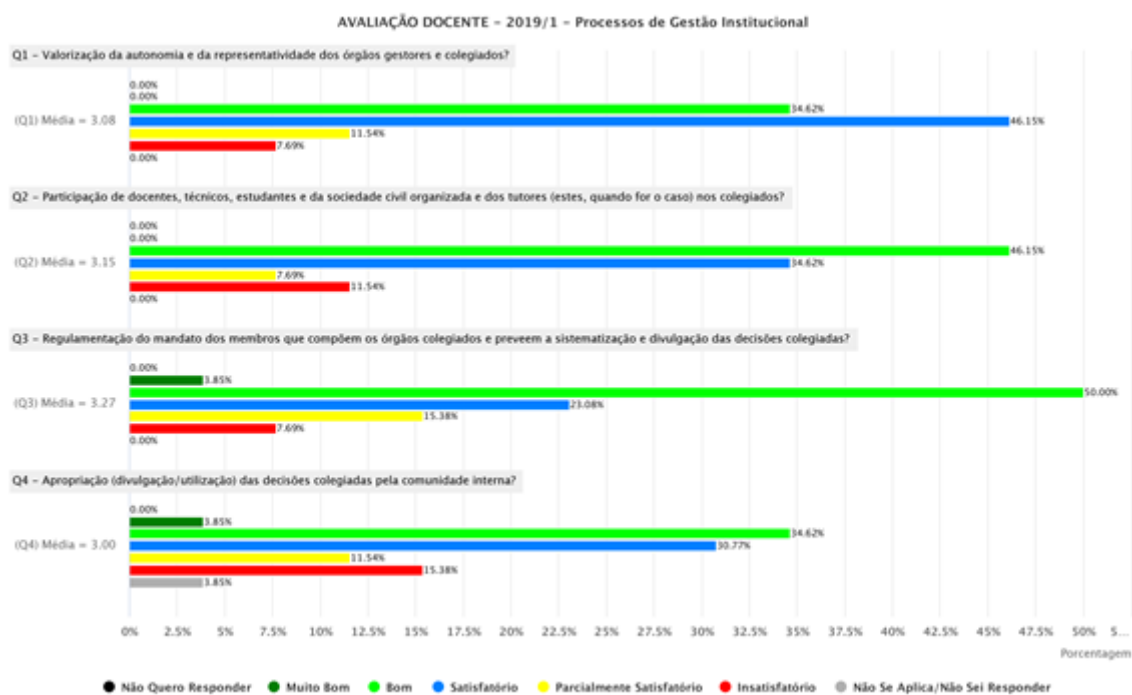
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 142 - Processos de Gestão Institucional pelo Coordenador de Pós-Graduação



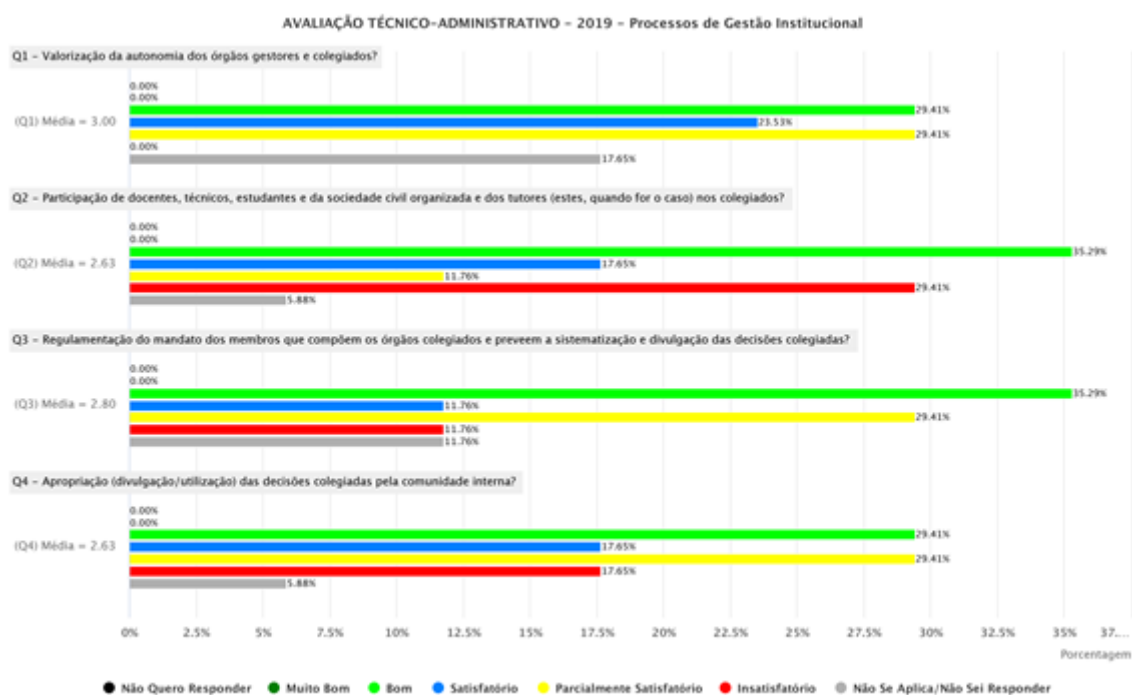
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 143 - Processos de Gestão Institucional pelos Docentes



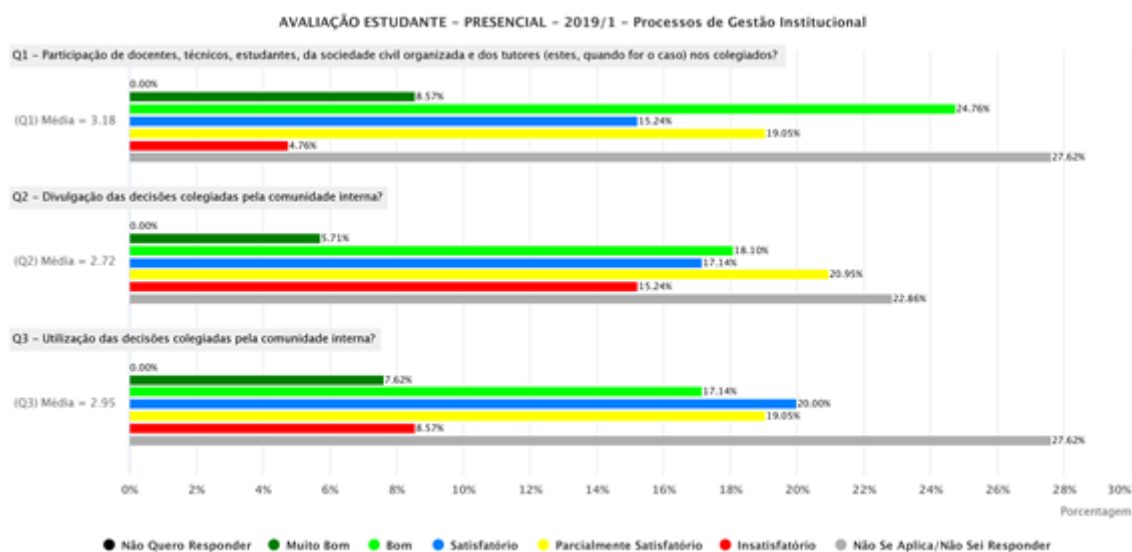
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 144 - Processos de Gestão Institucional pelos Técnicos-Administrativos



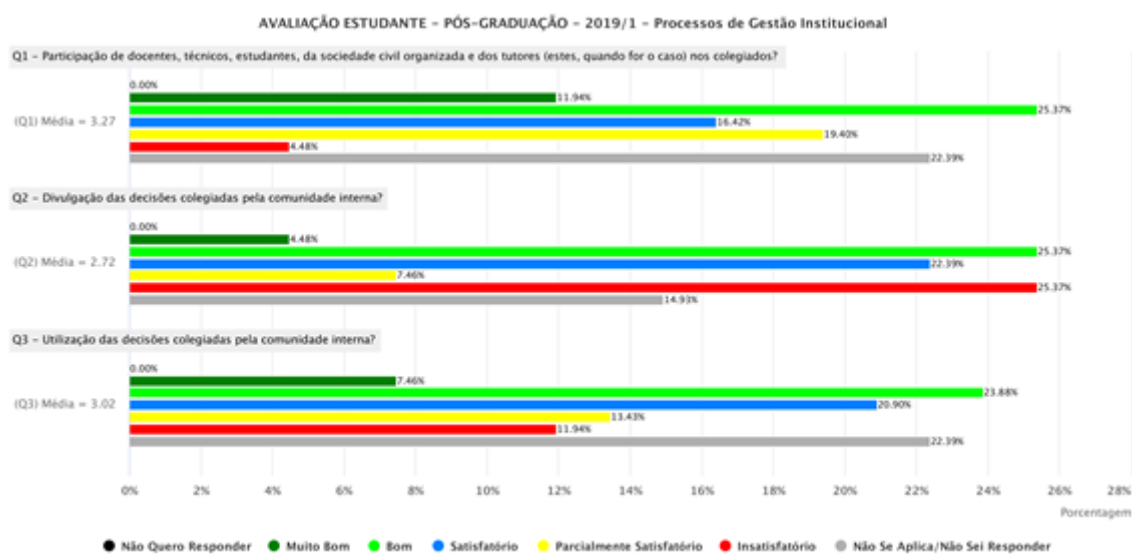
Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 145 - Processos de Gestão Institucional pelos discentes



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 146 - Processos de Gestão Institucional pelos discentes de pós-graduação



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

O diretor e os coordenadores de cursos consideram que a valorização da autonomia e da representatividade dos órgãos gestores e colegiados é insatisfatória. Interessantemente, esta não é a percepção do restante da comunidade acadêmica, o que provavelmente carrega o viés de quem está diretamente envolvido nos processos de gestão e não se sente valorizado. O item regulamentação dos mandatos foi avaliado como apropriado por praticamente todos os segmentos, o que sugere que o INQUI cumpre com

o definido nas instâncias superiores. Por outro lado, boa parte da comunidade atribuiu média inferior a 3 à divulgação das decisões colegiadas à comunidade. Aqui vale ressaltar que todos os documentos emanados de documentação colegiada no âmbito do INQUI são divulgados nas páginas do instituto, do PPG Química e no Boletim de Serviços. Os servidores ainda podem consultar os referidos processos no SEI. Então, a percepção da comunidade não corresponde à realidade dos fatos, o que sugere que os mecanismos e as plataformas de acesso aos documentos oficiais não estão sendo suficientemente divulgados.

Os discentes consideram que a participação dos entes acadêmicos na composição dos colegiados é adequada, embora uma porcentagem alta não saiba responder. Estes resultados sugerem mais uma vez que as informações referentes às atuações dos órgãos colegiados do INQUI não estão sendo adequadamente repassadas à comunidade discente. Esta CSA sugere que os representantes discentes atuem como porta-vozes dos anseios da comunidade e sejam ativos no processo de retroalimentação e comunicação das decisões colegiadas aos seus pares; O desconhecimento do item (1) por parte importante da comunidade se reflete nas médias dos itens (2) e (3), pois os nossos estudantes consideram que as decisões dos órgãos gestores não são suficientemente divulgadas na comunidade interna e que conseqüentemente, estas informações não são utilizadas pela comunidade.

4.6 Corpo docente e tutorial

O corpo docente dos cursos de graduação da UFMS é composto por docentes da carreira do magistério superior (admitidos mediante aprovação em concurso público), docentes substitutivos (contrato temporário), docentes visitantes e docentes voluntários.

O corpo tutorial da UFMS é composto por bolsistas, admitidos mediante edital de processo seletivo, coordenado pela Sedfor, sem vínculo empregatício, conforme as orientações emanadas do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e normas específicas para a oferta de bolsas definidas no âmbito da Capes e do FNDE.

4.6.1 Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Os Colegiados de cursos de graduação da UFMS são órgãos deliberativos, responsáveis pela gestão dos cursos e compostos, conforme o Regimento Geral da UFMS, por no mínimo quatro e no máximo seis docentes e um representante discente.

O NDE não tem função deliberativa, mas exerce o importante papel de acompanhar o processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. Segundo a Resolução COEG nº 167, de 24 de novembro de 2010, o NDE é composto:

I - pelo Presidente do Colegiado de Curso, que presidirá o Núcleo; e
II - por pelo menos quatro docentes pertencentes à Carreira do Magistério Superior da UFMS, que ministram aula no curso.

§ 1º Preferencialmente, docentes que tenham participado do Projeto Pedagógico do respectivo curso, desde a sua implantação.

§ 2º Para os cursos de tecnologia, 50% (cinquenta por cento) dos docentes, preferencialmente, que tenham experiência profissional fora do magistério.

§ 3º Para os cursos cujo quadro ainda seja insuficiente, poderão participar docentes de cursos homônimos ou afins, nesta ordem de preferência. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2010, p. 2).

O NDE possui, no mínimo, 5 docentes do curso; seus membros atuam em regime de tempo integral ou parcial (mínimo de 20% em tempo integral); pelo menos 60% de seus membros possuem titulação *stricto sensu*; tem o coordenador de curso como integrante; atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho; e mantém parte de seus membros desde o último ato regulatório.

A Tabela 27 apresenta a composição e estrutura do Colegiado e do NDE, por curso de Graduação.

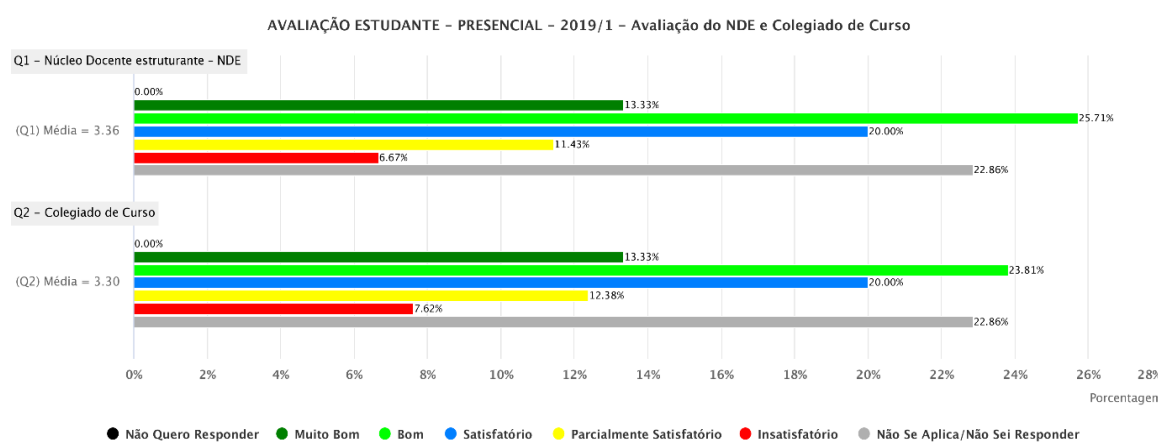
Tabela 27 - Número de docentes que compõem o Colegiado de Curso e NDE, Número de Estudantes que compõem o Colegiado de Curso, por curso de graduação do INQUI - 2019.

Cursos	Número de docentes que compõem o COLEGIADO DE CURSO	Número de estudantes que compõem o COLEGIADO DE CURSO	Número de docentes que compõem o NDE
Licenciatura	05	01	06
Bacharelado	05	01	06
Engenharia	05	01	*

Fonte: COAC/INQUI. * NDE ainda não definido.

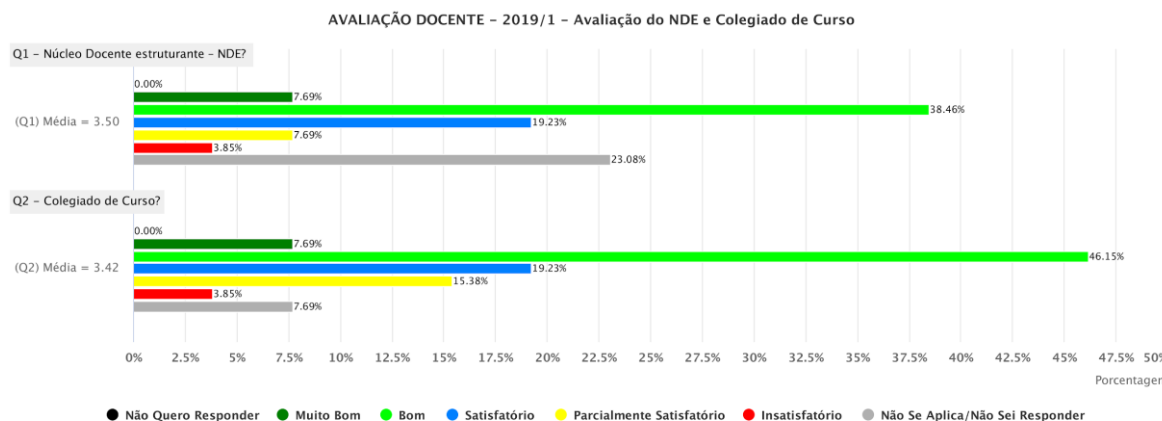
Aos docentes e discentes de graduação foi perguntado sobre a atuação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e dos Colegiados de Curso. Os resultados são compilados nos Gráficos 147 e 148.

Gráfico 147 - Avaliação do NDE e Colegiado de Curso pelos discentes



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Gráfico 148 - Avaliação do NDE e Colegiado de Curso pelos docentes



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

Docentes e discentes do INQUI, na média, consideram que as atuações do NDE e dos colegiados de curso são satisfatórias. Estes resultados demonstram que a comunidade tem a percepção de que estes órgãos atuam regularmente, estão institucionalizados, possuem representatividade dos segmentos, e reúnem-se com certa periodicidade, sendo suas reuniões e as decisões associadas devidamente registradas. Quando estas informações são comparadas com as do item 4.5, passam a impressão de que a comunidade tem ciência de que os órgãos colegiados atuam de forma eficiente, mas não tem ciência das decisões que são dali emanadas, o que reforça a necessidade de divulgação dos canais de acesso aos documentos oficiais.

4.6.2 Atuação do(a) coordenador(a) de Curso de graduação

Os(as) Coordenadores de curso de graduação, são eleitos pelos seus pares, entre os escolhidos para compor o Colegiado de Curso. As funções da coordenação de curso são definidas no Regimento Geral da UFMS e abrangem:

- Art. 19. Ao Coordenador de Curso de Graduação compete:
- I - elaborar os estudos necessários à compatibilização dos programas, das cargas horárias e dos planos de ensino das disciplinas componentes da estrutura curricular, de acordo com o Projeto Pedagógico do curso;
 - II - encaminhar às Unidades da Administração Setorial as demandas de oferecimento de disciplinas;
 - III - acompanhar a execução do Projeto Pedagógico do curso;

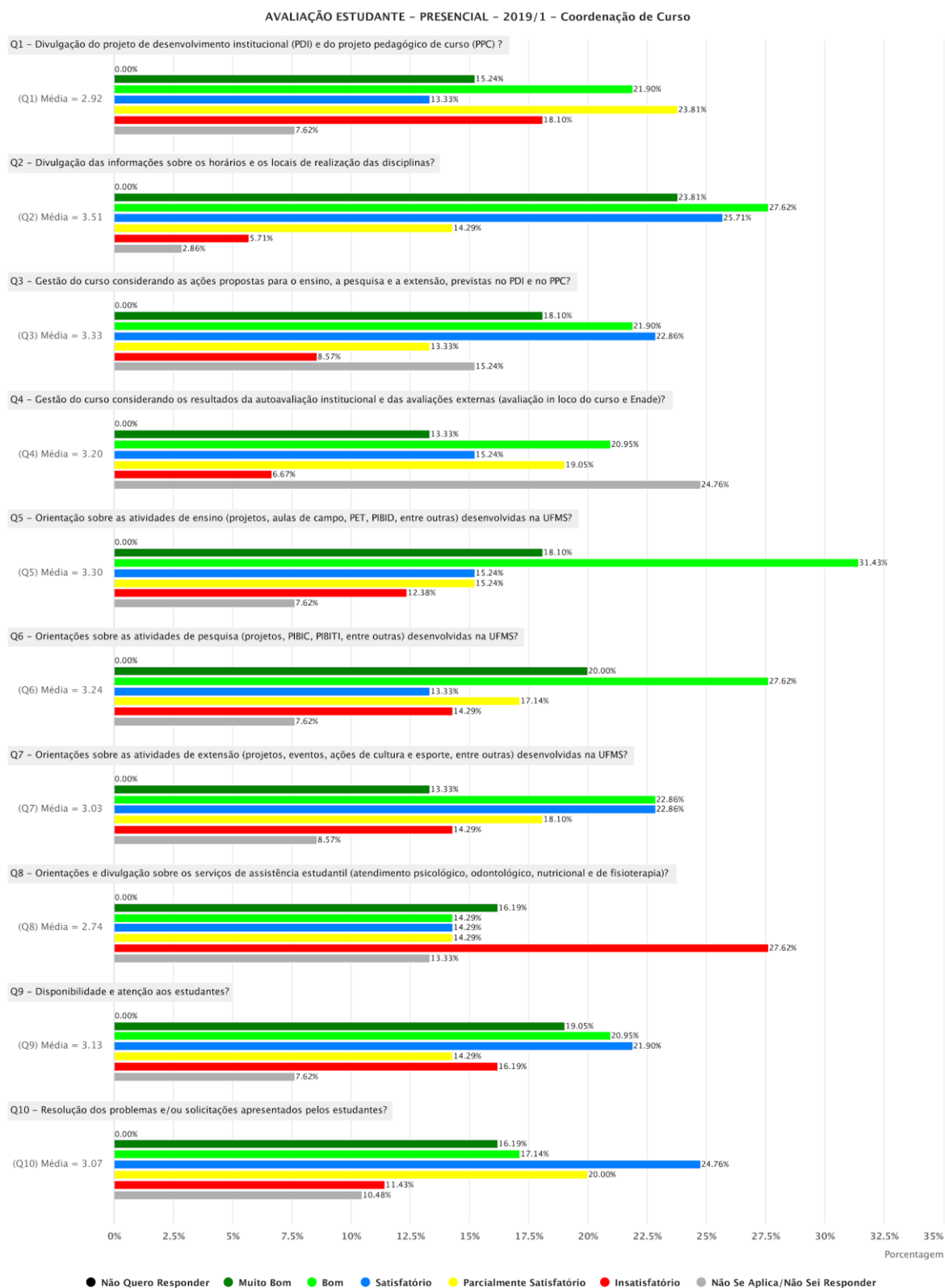
- IV - orientar e acompanhar a vida acadêmica;
- V - acompanhar o desempenho dos estudantes do curso, encaminhando relatório ao Colegiado;
- VI - assessorar as Unidades da Administração Central e da Administração Setorial em assuntos de administração acadêmica;
- VII - coordenar a matrícula dos estudantes de seu curso;
- VIII - assessorar as Unidades da Administração Setorial que oferecem disciplinas ao curso, bem como os respectivos professores, na execução do projeto pedagógico do curso e demais normas emitidas pelo Colegiado de Curso; e
- IX - zelar pelas informações mantidas no Sistema de Controle Acadêmico.

Os coordenadores de Curso de graduação a distância possuem outras atribuições específicas também previstas no Regimento Geral da UFMS.

O coordenador dos cursos de graduação do INQUI é doutor em Química pela Universidade de São Paulo e docente da UFMS em regime de dedicação exclusiva desde 2015. A seguir será apresentada a percepção da comunidade discente (graduação) sobre a Coordenação de Curso.

Aos estudantes de graduação, pediu-se que a coordenação do curso fosse avaliada quanto à(s): (1) Divulgação do projeto de desenvolvimento institucional (PDI) e do projeto pedagógico de curso (PPC); (2) Divulgação das informações sobre os horários e os locais de realização das disciplinas; (3) Gestão do curso considerando as ações propostas para o ensino, a pesquisa e a extensão, previstas no PDI e no PPC; (4) Gestão do curso considerando os resultados da autoavaliação institucional e das avaliações externas (avaliação in loco do curso e Enade); (5) Orientação sobre as atividades de ensino (projetos, aulas de campo, PET, PIBID, entre outras) desenvolvidas na UFMS; (6) Orientações sobre as atividades de pesquisa (projetos, PIBIC, PIBITI, entre outras) desenvolvidas na UFMS; (7) Orientações sobre as atividades de extensão (projetos, eventos, ações de cultura e esporte, entre outras) desenvolvidas na UFMS; (8) Orientações e divulgação sobre os serviços de assistência estudantil (atendimento psicológico, odontológico, nutricional e de fisioterapia); (9) Disponibilidade e atenção aos estudantes e (10) Resolução dos problemas e/ou solicitações apresentados pelos acadêmicos. Os resultados são compilados no Gráfico 149.

Gráfico 149 - Avaliação da Coordenação de Curso pelos discentes



Fonte: SIAI/AGETIC (2019)

De forma geral, os estudantes consideraram que a atuação da coordenação de cursos é satisfatória para a maioria dos itens avaliados. Aproximadamente 15 estudantes dos três cursos de graduação do INQUI fizeram comentários sobre este item. Os comentários se dividem em dois grupos. Um grupo que elogia a atuação do coordenador, considerando-o atencioso e capacitado. Outro grupo aproveita o espaço para tecer críticas gerais, e neste âmbito são apontados problemas acerca da qualidade dos laboratórios de ensino, da pouca reoferta de disciplinas, da falta de orientações e de divulgação sobre os serviços de assistência estudantil e da falta de divulgação de eventos que ocorrem no âmbito da UFMS. Uma crítica pontual comenta que o coordenador é pouco disponível para os estudantes que cursam licenciatura (turno noturno).

5 BALANÇO CRÍTICO

O balanço crítico consiste na autoavaliação da realização do planejamento e execução das ações de autoavaliação na unidade, permitindo a autoanálise da CSA sobre o que foi desenvolvido em 2019.

Neste ano conseguimos melhorar a adesão de toda a comunidade acadêmica de um modo geral no processo de autoavaliação. Mais de 88% dos docentes e 77% dos técnicos responderam ao questionário avaliativo, demonstrando que o processo de sensibilização proposto pela comissão foi bem-sucedido. Ainda assim, nosso ponto crítico é a avaliação por parte dos discentes, principalmente na graduação.

Aumentar a adesão dos alunos é um ponto delicado desse processo, já que os mesmos demonstraram um certo desinteresse em participar das duas etapas da avaliação. A queixa principal dos discentes é com relação ao tempo demandado para concluir a avaliação, que é considerado demasiadamente longo. Conforme já citado neste relatório, a CSA-INQUI sugere que estas demonstrações sirvam de ponto de partida para que repensemos o formato e a frequência com que o processo de avaliação institucional é aplicado.

Durante todo o processo de análise dos dados de autoavaliação do INQUI foi observado que embora a comunidade acadêmica da unidade considere que a atuação dos docentes, órgãos colegiados, diretor e coordenadores de cursos é satisfatória, existe uma lacuna de informação que precisa ser preenchida. Esse dado foi observado principalmente no decorrer da apuração das respostas de discentes e docentes a muitas questões abertas. Foi evidente a falta de informação sobre eventos e sobre onde encontrar os documentos oficiais expedidos pelos diferentes órgãos gestores do INQUI. Dessa forma, a CSA-INQUI sugere maior divulgação de informações oficiais por parte desses órgãos de forma a dar mais visibilidade e transparência para todos os processos realizados na unidade. Neste âmbito, esta CSA sugere que as plataformas digitais de divulgação sejam diversificadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório apresenta uma análise completa da situação atual do INQUI e de seus respectivos cursos.

Sua leitura é essencial para a comunidade acadêmica e, em especial, aos membros dessa comunidade que atuam na gestão das unidades e cursos, por permitir um processo reflexivo que deverá voltar-se à melhoria da qualidade do planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão nas unidades – força motriz para o desenvolvimento da UFMS.

Esta CSA tece as seguintes considerações a partir da análise do processo de autoavaliação:

- As estratégias de sensibilização da comunidade acadêmica têm que estar alinhadas com um processo mais simples de autoavaliação. Temos consciência que a simplificação excessiva pode levar a equívocos de interpretação, mas a CPA e as CSAs devem atuar em conjunto, visando um equilíbrio entre o número de questões e sua especificidade;
- Sugere-se que se dê maior publicidade aos encontros convocados pela administração do instituto e aos atos dali emanados (datas de reuniões, divulgação de atas, editais e resoluções);
- Esta CSA sugere o retorno do envio de e-mails circulares, divulgando os eventos do INQUI, como defesas, reuniões, minicursos ofertados em regime modular, etc.;
- Reiterar junto aos docentes o seu papel como agentes difusores do processo de autoavaliação. A percepção desta comissão é que ainda há pouco comprometimento do corpo docente;
- Os partícipes do processo de autoavaliação têm que sentir que os seus anseios estão sendo atendidos, ou pelo menos considerados, nos processos de tomada de decisão e uso dos recursos financeiros. Ainda que os órgãos gestores venham considerando o processo de autoavaliação, a divulgação da retroalimentação é etapa fundamental nos processos de inclusão e sensibilização;
- A comunidade de técnicos, docentes e discentes do INQUI parece concordar que as condições materiais e de infraestrutura da unidade podem ser melhoradas, mas graças aos avanços dos últimos anos já se encontram em condições de atender de

forma satisfatória as diferentes demandas desta unidade. Talvez o ponto mais crítico sejam as condições dos laboratórios de ensino, um problema que tende a ser agravado com a oferta das disciplinas experimentais do curso de Engenharia Química;

- A autoavaliação institucional está passando por uma etapa de “maturação” e o número de pessoas conscientes e envolvidas no processo é maior a cada ano. No entanto, é fundamental que as comissões setoriais atuem continuamente no sentido de divulgar dados, mecanismos de retroalimentação e mostrar à comunidade que o planejamento estratégico da unidade depende das reflexões dos participantes do processo sobre os diferentes aspectos que compõem o pleno funcionamento do INQUI;
- As CSAs têm ainda o importante papel de arregimentar outros agentes que possam servir como difusores da importância do processo de autoavaliação, como os secretários que estão mais diretamente envolvidos com a gestão acadêmica, os coordenadores de curso e os representantes discentes de graduação e pós-graduação. A participação destes atores tem o duplo benefício de tornar o processo autoavaliativo mais presente nas discussões do instituto e de aumentar a capacidade de convencimento de sua importância junto à comunidade.

7 REFERÊNCIAS

Portaria MEC 476, de 19/11/1984;

Resolução COUN/UFMS 27;

Resolução nº 59/2019-COUN;

Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005;

Decreto nº 5.825 de 29 de junho de 2006;

Resolução nº 49(CD), de 15 de março de 2019;

Resolução nº 35(COUN), de 13 de maio de 2011, Estatuto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;

Resolução nº 78(COUN), de 22 de setembro de 2011, Regimento geral da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;

Resolução nº 550(COGRAD), de 20 de novembro de 2018, Regulamento Geral dos Cursos de Graduação;

Resolução nº 301(COPP), de 20 de dezembro de 2017, Normas para pós-graduação; stricto sensu;

Resolução nº 177(COPP), de 16 de julho de 2018, Regulamento dos cursos de Mestrado e Doutorado em Química;

Resolução n. 86/2016-INQUI;

Resolução n.87/2018-INQUI;

Resolução n.44/2015-INQUI;

Resolução n.73/2016-INQUI;

Resolução Normativa CFQ Nº 36 de 25/04/1974;

Resolução nº 218, de 29 de Junho de 1973 do CREA (CONFEA);

Resolução COEG nº 167, de 24 de novembro de 2010;

Plano de Desenvolvimento da Unidade – INQUI;

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Química, Resolução 10/2018;

Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Química Tecnológica, Resolução 353/2014;

Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Engenharia Química, Resolução Cograd 601/2018;

Plano de atividades da CSA (2019);

Plano de Desenvolvimento Institucional da UFMS – 2015-2019;

COAC/INQUI;

COAD/INQUI;

CSA/INQUI;

<https://siai.ufms.br/>

<https://sigpos.ufms.br/>

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>

<http://portal.inep.gov.br/enade>

<https://propp.ufms.br/>

<https://prograd.ufms.br/>

<https://proece.ufms.br/>

<https://inqui.ufms.br/profqui/>

<https://www.santander.com.br/universidades>

<https://erasmusu.com/pt>

<https://print.ufms.br/>

<https://proaes.ufms.br/>

<https://progep.ufms.br/>

<http://sei.ufms.br>

<http://portal.mec.gov.br/>